

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)  
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS (IFCHS)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGH-UFAM)**

**DAVI MONTEIRO ABREU**

**UMA “PRETENZA INTENTONA”: ANL, AIB E A CULTURA POLÍTICA  
ANTICOMUNISTA NO ESTADO DO AMAZONAS (1935-1937)**

**MANAUS-AMAZONAS  
2019**

**DAVI MONTEIRO ABREU**

**UMA “PRETENZA INTENTONA”: ANL, AIB E A CULTURA POLÍTICA  
ANTICOMUNISTA NO ESTADO DO AMAZONAS (1935-1937)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (PPGH-UFAM), como exigência para obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientador: Prof. Dr. César Augusto Bubolz Queirós

**MANAUS-AMAZONAS  
2019**

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

A162" Abreu, Davi Monteiro  
Uma "pretensa intentona" : ANL, AIB e a cultura política  
anticomunista no estado do Amazonas (1935-1937) / Davi Monteiro  
Abreu . 2019  
187 f.: il.; 31 cm.

Orientador: César Augusto Bubolz Queirós  
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do  
Amazonas.

1. anl. 2. aib. 3. "intentona". 4. anticomunismo . 5. Amazonas. I.  
Queirós, César Augusto Bubolz. II. Universidade Federal do  
Amazonas III. Título

**DAVI MONTEIRO ABREU**

**UMA “PRETENZA INTENTONA”: ANL, AIB E A CULTURA POLÍTICA  
ANTICOMUNISTA NO ESTADO DO AMAZONAS (1935-1937)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (PPGH-UFAM), como exigência para obtenção do título de Mestre em História Social.

Manaus, AM, 13 de dezembro de 2019.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. César Augusto Bubolz Queirós  
Presidente – UFAM

---

Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta  
Membro Externo – UFMG

---

Prof. Dr. Auxiliomar Silva Ugarte  
Membro Interno – UFAM

*À Júlio Vianna Barbosa, Antônio Laredo Reis,  
Lycurgo Cavalcante, Francisco Lima de Sousa  
e Júlio Bertholdo Moura, militantes do povo,  
das causas justas e protagonistas dessa  
história.*

*À tia Rosa, Ronaldo Feitosa, Jayme Feitosa,  
Tigresa e Odin (in memoriam).*

## AGRADECIMENTOS

Desde que ingressei na Graduação em História, no ano de 2014, recebo o incentivo de pessoas fantásticas. Algumas, eu já conhecia do movimento estudantil e das lutas sociais; outras, conheci na UFAM. Essas pessoas têm sido essenciais nesta trajetória acadêmica e não poderia perder a oportunidade de agradecer-las e, ao mesmo tempo, dedicar-lhes este trabalho.

Nesta caminhada, fui muito feliz por encontrar a amável Neila Braga Monteiro, minha companheira, pessoa que possui o coração mais puro e amoroso que já conheci. Uma combatente pela História e amante da Literatura. Agradeço-lhe por estar comigo em todos os momentos e por acreditar que este sonho poderia se tornar realidade, amo-te!

Sou grato, da mesma forma, a uma colega que, no decorrer dos anos, se tornou uma amiga, irmã e confidente: Dhyene Vieira. Nos conhecemos, em 2012, durante um congresso da União da Juventude Socialista (UJS). No ano seguinte, participamos ativamente das manifestações de junho de 2013 e, a partir de 2014, quando ingressei na UFAM, participamos de várias eleições e mobilizações estudantis dentro e fora da universidade. No Curso de História, em especial, foi a pessoa que me adotou como calouro, apresentou o curso, a universidade e foi também quem me auxiliou na construção do meu projeto de pesquisa para adentrar ao mestrado. A ti, Dhyene Vieira, o meu respeito, minha amizade e a minha gratidão.

Gratifico igualmente a Kívia Mirrana Pereira, outra colega que se tornou amiga-irmã-companheira. Juntos, além de disputarmos as eleições de centro acadêmico, tornamos realidade um antigo sonho dos acadêmicos do Curso de História: o lançamento da primeira edição da Revista Discente Manduarisawa. Conquista esta que só foi possível graças ao seu empenho e persistência. Agradeço pela amizade, pelo companheirismo pessoal, acadêmico e político.

Sou grato a Romulo Thiago Oliveira, amigo-camarada que divide comigo os desafios de pesquisar a década de 1930 no Amazonas e com quem posso debater inúmeros temas da História, da Astronomia e da atualidade.

Agradeço aos acadêmicos da turma de 2014 do Curso de História, nas pessoas de Márcia Luana, Allan Diego Carneiro Bado, Ronival Batista, Graça Melo, Edianete Rodrigues, Mário Henrique, Aldeci Negrão Jr, Karinny Pontes; e, em especial, agradeço a Vanessa Andrade Vasconcelos, amiga de longas conversas, sorrisos e sonhos.

Agradeço a Nadinny Alves, José Miranda, Ayla Couto, Larissa Leite, Matheus Velho, Isabela Botelho, acadêmicos da turma de 2015, que me adotaram no decorrer da graduação e

que têm dividido comigo inúmeros debates, trabalhos e desafios. Agradeço, em especial, a Evelyn Ramos, que é uma das melhores amizades que fiz na universidade, amiga de sala de aula, de congressos e da vida.

Agradeço àqueles que não fogem da fera e enfrentam o leão: Yann Evanovick, Christopher Rocha, Ricardo Chaves, Ernan Passos, Nicolle Jobim, Beatriz Calheiros, Caetano Jr, Maick Soares, Matheus Rodrigues, Thallyson Fernandes, Priscila Duarte, amigos e camaradas que conheci na luta política através da União da Juventude Socialista (UJS) e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Sou grandemente agradecido ao Prof. Dr. César Augusto Bubolz Queirós, que, para mim, é mais que um orientador e Coordenador do PPGH-UFAM, é um grande incentivador, profissional de enorme competência e um ser humano das mais altas qualidades. Agradeço pela paciência, conselhos e, em especial, por acreditar em meu potencial.

Gratifico à Profa. Dra. Maria Luiza Ugarte Pinheiro e ao Prof. Dr. Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro, Coordenadores do Laboratório de História da Imprensa no Amazonas (LHIA), por ceder este espaço, onde passei boa parte desse período e agradeço também pelos conselhos, sugestões e puxões de orelha.

Sou grato ao Prof. Dr. Antonio Emilio Morgan, Profa. Dra. Patrícia Melo e Prof. Dr. César Augusto Bubolz Queirós, coordenadores do PPGH-UFAM, por lutarem, num momento tão difícil para a pesquisa no Brasil, pelo funcionamento, com qualidade, do nosso Programa de Pós-graduação. Agradeço, principalmente, à Profa. Dra. Patrícia Melo e ao Prof. Dr. César Augusto Bubolz Queirós e demais professores do PPGH, por terem encabeçado a luta pela abertura do doutorado em História na UFAM, o segundo doutorado em História da região Norte do Brasil.

Agradeço de igual maneira a outro profissional de excelência, secretário do PPGH, amigo dos campos e da paixão pelo Flamengo, Jaílson Soares, obrigado por tudo e segue o líder!

Gratifico também ao amigo doutorando Pedro Marcos Mansour Andes, por me auxiliar indicando fontes e bibliografias para esta dissertação, além das conversas sempre prazerosas sobre os anos de 1930 e sobre o movimento de trabalhadores no Amazonas.

Sou grato aos conselhos do Prof. Dr. Auxiliomar Ugarte, professor que muito estimo e que, desde o primeiro período da graduação, cobra que eu dê o meu melhor na busca pelo conhecimento. Para mim, é uma honra poder ser seu aluno!

Agradeço aos meus amigos do mestrado, da minha turma de 2017, e aos demais amigos das turmas de 2018 e de 2019, Narciso Freitas, Vanessa Sampaio, Isabel Sabóia,

Laura Stella Passador, Caroline Gaspar, Daniel Lopes Comapa, Daniel Lima, Jorge Campos, Talita Gama; e, em especial, a Raoni Lopes, amigo, compadre e camarada, pessoa com quem aprendo e admiro muito.

Agradeço à direção do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA), principalmente, a Edson Silva que me auxiliou nas buscas pelas fontes. Sou grato igualmente aos responsáveis pelo Arquivo do Tribunal de Justiça do Amazonas (Arquivo-TJAM), em especial, a Juarez Silva Jr e aos amigos Luíde Sousa e José Miranda. Agradeço igualmente ao atendimento do Centro Cultural Povos da Amazônia (CCPA).

Agradeço à Secretaria Municipal de Educação (SEMED), na pessoa da professora Aldryn Noronha, por me auxiliar nos trâmites para meu afastamento para cursar o mestrado.

Sou grato à Capes pelo incentivo e patrocínio da pesquisa no Brasil. E repudio este governo desastroso que pilha as agências de fomento à pesquisa e, com isso, fere de morte a pesquisa nacional!

Agradeço aos meus amigos da Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida, lugar que amo, no qual exerço meu ofício. Sou grato por dividir este espaço com vocês: Janeide Dantas, Ingrid Marques, Carlos Alexandre Paixão, Gilmar Silva, Rodrigo Macedo, Bernadete Queirós, Silvia, Neide, Roberval, Irmãzinha, Joseli Rolim.

Por fim, agradeço aos meus pais, Dalva Gomes Monteiro e Antônio Dias de Abreu. Sou grato pelo esforço, amor e dedicação. Minha luta é por vocês e meu coração é de vocês!



*São treze anos de lutas cruentas, de combates sucessivos, de vitórias seguidas das mais negras traições, de ilusões que se desfazem como bolhas de sabão ao sopro da realidade!*

*Mas as lutas continuam, porque a vitória ainda não foi alcançada e o lutador heroico é incapaz de ficar a meio caminho; porque o objetivo a atingir é a libertação nacional do Brasil, a sua unificação nacional, o seu progresso e o bem-estar e a liberdade do seu povo, que do Amazonas ao Rio Grande do Sul, que do litoral às fronteiras da Bolívia, está unificado, mais pelo sofrimento, pela miséria e pela humilhação em que vegeta, do que por uma unidade nacional impossível nas condições semi-coloniais e semi-feudais do Brasil de hoje!*

Luiz Carlos Prestes

## RESUMO

A década de 1930 evidenciou disputas encarniçadas no plano político mundial, tais como a ascensão do nazismo na Alemanha, as organizações das frentes populares, a consolidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e a deflagração da Segunda Guerra Mundial. Em nível nacional, as disputas iniciadas nos anos de 1920 – contra o jogo político da Primeira República – desaguaram na “revolução de 1930” e na implantação do Governo Provisório, tendo à frente Getúlio Dornelles Vargas. Foi no bojo dessas disputadas que surgiram novos personagens no cenário político brasileiro. Por um lado, surgiu a Ação Integralista Brasileira (AIB), articulada por Plínio Salgado, sob forte influência do fascismo italiano. Por outro lado, surgiu a Aliança Nacional Libertadora (ANL), reunindo em torno de si pessoas de várias classes sociais que colocavam em pauta a luta contra o fascismo, em contraposição ao latifúndio e o contra imperialismo. As duas entidades se faziam presentes no cenário político amazonense, sendo inauguradas entre 1934-1935, disputando mentes e corações. No entanto, a ANL foi colocada na ilegalidade e, com isso, seus membros remanescentes – comunistas e tenentistas – prepararam um levante contra o governo Vargas. Em novembro de 1935, estourou na cidade de Natal uma rebelião que logo se espalharia para outras cidades brasileiras, em especial, Rio de Janeiro e Recife – esse evento ficou conhecido pela memória oficial como “Intentona Comunista”. Além do fato de essas cidades levarem a insurreição a cabo, foi elaborado um plano para derrubar o governador do Amazonas, Álvaro Maia; no entanto, o plano não foi efetivado. Durante os dias de levante, as ações dos rebeldes geraram uma gama de discursos, representações e imaginários, repetidos e cristalizados até os dias de hoje. Dessa forma, objetivamos com esta pesquisa contribuir historiograficamente para a compreensão da história política no Estado do Amazonas a partir da análise dos Levantes de novembro de 1935. Nesse mote: (1) apresentar o quadro político do Amazonas na década 1930, destacando as eleições de 1933, 1934 e 1935 e os agentes envolvidos nas disputas políticas em níveis nacional e local; (2) investigar o surgimento dos núcleos da Ação Integralista Brasileira (AIB) e da Aliança Nacional Libertadora (ANL) no Amazonas; (3) evidenciar os levantes no Rio Grande do Norte, Pernambuco, Rio de Janeiro e, por fim, a tentativa de levante armado no estado do Amazonas; e (4) analisar as representações anticomunistas (ação e imaginário) veiculadas na imprensa do estado do Amazonas. Para alcançar tais objetivos, faz-se necessária uma abordagem teórico-metodológica coerente e eficiente. Nesse sentido, este trabalho busca se filiar ao campo da Nova História Política, utilizando periódicos e processos criminais, pois tais fontes são de suma importância para quem pesquisa as camadas populares da sociedade, visto que, geralmente, é onde eles aparecem, na maioria das vezes, quando infringem a lei ou quando são acusados de alguma infração.

**Palavras-chave:** ANL, Levantes de Novembro de 1935, Anticomunismo.

## ABSTRACT

The 1930s highlighted fierce world political disputes, such as the rise of nazism in Germany, the organizations of the popular fronts, the consolidation of the Union of Soviet Socialist Republics (USSR), the outbreak of World War II. At the national level, the disputes that began in the 1920s - against the political game of the First Republic - flowed into the “1930 revolution” and the establishment of the Provisional Government, with Getúlio Dorneles Vargas ahead. It was in the midst of these disputed that new characters emerged in the Brazilian political scene. On the one hand, came the Brazilian Integralist Action (BIA), articulated by Plínio Salgado under the strong influence of italian fascism. On the other hand, the National Liberation Alliance (NLA) emerged, gathering around itself people from various social classes who put the fight against fascism, landlordism and imperialism on the agenda. Both entities were present in the Amazonas political scene, being inaugurated between 1934-1935, disputing minds and hearts. However, NLA it was outlawed, and its remaining members - communists and tenentists - prepared a uprising against the Vargas government. In November 1935, a rebellion broke out in Natal that would soon spread to other Brazilian cities, especially Rio de Janeiro and Recife - this event was known in historiography as “Communist uprising of 1935”. In addition to these cities that carried out the uprising, a plan was devised to overthrow the Amazonas governor, Álvaro Maia, but the plan was not implemented. During the days of the uprising, the actions of the rebels spawned a range of discourses, representations, and imaginations repeated and crystallized to this day. The objective of this research is to contribute historiographically to the understanding of political history in the state of Amazonas from the analysis of the levantes of november 1935 and in this motto: 1. To present the scene of the politician of Amazonas in the 1930s, highlighting the elections of 1933, 1934 and 1935 and agents involved in political disputes at national and local level; 2. Investigate the emergence of the core of Brazilian Integralist Action (BIA) and the National Liberation Alliance (NLA) in the Amazonas; 3. Highlight the uprisings in Rio Grande do Norte, Pernambuco, Rio de Janeiro and, finally, the attempted armed uprising in the state of Amazonas; 4. Analyze the anti-communist representations (action and imaginary) conveyed in the press of the state of Amazonas. In order to achieve these objectives, a coherent and efficient theoretical-methodological approach is required. In this sense, this work seeks to join the field of New Political History, using periodicals and criminal proceedings, as such sources are of paramount importance for those who research the popular strata of society, as it is usually where they appear, most often when they commit offenses or are charged with one.

**Keywords:** NLA, November 1935 Uprising, Anticommunism.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ABI</b>	Associação Brasileira de Imprensa
<b>AIB</b>	Ação Integralista Brasileira
<b>ANC</b>	Assembleia Nacional Constituinte
<b>ANL</b>	Aliança Nacional Libertadora
<b>BC</b>	Batalhão de Caçadores
<b>CPA</b>	Centro Proletário Amazonense
<b>FAI</b>	Federação Anarquista Ibérica
<b>IC</b>	Internacional Comunista ou Cominter
<b>LEC</b>	Liga Eleitoral Católica
<b>MTIC</b>	Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
<b>PCB</b>	Partido Comunista do Brasil
<b>PLA</b>	Partido Liberal do Amazonas
<b>PPA</b>	Partido Popular Amazonense
<b>PRA</b>	Partido Republicano do Amazonas
<b>PRL</b>	Partido Republicano Liberal
<b>PRRA</b>	Partido Radical Republicano do Amazonas
<b>PSA</b>	Partido Socialista Amazonense
<b>PTA</b>	Partido Trabalhista Amazonense
<b>TSN</b>	Tribunal de Segurança Nacional
<b>UCA</b>	União Cívica Amazonense
<b>UCN</b>	União Cívica Nacional
<b>URSS</b>	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>12</b>
<b>1 ALIANCISTAS E INTEGRALISTAS: DISPUTAS POLÍTICAS E IDEOLÓGICAS NO BRASIL E NO AMAZONAS.....</b>	<b>31</b>
1.1 Política brasileira nos anos 1930 .....	31
1.2 Cenário político no Amazonas dos anos de 1930 .....	36
1.3 A Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a Ação Integralista Brasileira (AIB) ...	51
2.3.1 “Anauê pelo bem do Brasil”: a Ação Integralista Brasileira (AIB).....	53
1.4 “Nas barricadas desta rua nem um fascista há de passar. Morte ao covarde que recua. Glória ao valente que tombar”: a Aliança Nacional Libertadora (ANL) ..	61
1.5 Luiz Carlos Prestes, PCB e a Internacional Comunista .....	62
1.6 “Nós fomos para o Norte dispostos a vê-lo, tal qual ele é, e vimo-lo”: a criação da Aliança Nacional Libertadora no Amazonas .....	65
<b>2 A “INTENTONA COMUNISTA” DE 1935 NO BRASIL E NO AMAZONAS....</b>	<b>71</b>
<b>2.1 OS LEVANTES DE NOVEMBRO DE 1935 .....</b>	<b>74</b>
3.1.1 O Levante em Natal: um soviete no Brasil? .....	74
3.1.2 O Levante em Pernambuco: “Padre, o senhor é um servo de Deus e eu sou um soldado da pátria” .....	77
3.1.3 O Levante no Rio de Janeiro: a Batalha na Praia Vermelha.....	80
<b>2.2 “FLECHAS VERMELHAS”: UMA TENTATIVA DE LEVANTE ARMADO NO AMAZONAS .....</b>	<b>83</b>
3.2.1 A tentativa de assaltar o céu .....	83
3.2.2 Contradições do assalto ao céu .....	94
3.2.3 A queda ao inferno.....	99
<b>3 O ANTICOMUNISMO NO AMAZONAS: PRÁTICAS SOCIAIS E REPRESENTAÇÕES POLÍTICAS.....</b>	<b>107</b>
<b>3.1 Indústria do anticomunismo: “O sr. Maia não fez profissão de fé comunista! A Tribuna Popular é órgão comunista!” .....</b>	<b>111</b>
4.1.1 Álvaro Maia extremista .....	111
4.1.2 Tribuna Popular: órgão comunista?.....	119
<b>3.2 Ações dos governos federal e estadual contra o comunismo .....</b>	<b>123</b>
<b>3.3 Instituições anticomunistas no Amazonas: Centro Dom Vital e Ação Integralista Brasileira (AIB).....</b>	<b>135</b>
<b>3.4 Representações anticomunistas na imprensa amazonense .....</b>	<b>139</b>
4.4.1 “Tudo é medíocre e feio na U.R.S.S.” .....	140
4.4.2 “Intentona Comunista” .....	145
4.4.3 Guerra Civil espanhola .....	154
4.4.4 “Infiltração comunista”, cancro, doença, morbo, vírus, peste, bactéria... ..	158
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>165</b>
<b>FONTES PRIMÁRIAS .....</b>	<b>172</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>174</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>180</b>

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta dissertação surge da necessidade que os historiadores amazonenses sentem em dar luz a um período essencial para a história do Brasil e, em especial, para o Amazonas: a década de 1930. Como se deu a “revolução de 1930” no Amazonas? Como esse novo governo via e cuidava das crianças? Qual era a relação do governo Vargas com a imprensa? Como se reconfiguraram os partidos políticos no estado após o Código Eleitoral? Quem eram os personagens que lideravam os partidos? Quais partidos faziam parte do jogo político? Quais outros personagens compunham a década de 1930 no Amazonas? Como se organizavam os trabalhadores frente aos governos estadual e federal? Como ocorreram as eleições? Existia um Partido Comunista no estado? Existia anticomunistas no Amazonas? Existiu integralismo no estado? E antifascistas? Como se deu a repercussão da “Intentona Comunista” aqui? Houve levante no Amazonas? São essas questões que estão mobilizando aos poucos uma nova geração de historiadores a desbravar esta “mata fechada” que é a década de 1930.

Dentre os trabalhos que se debruçam sobre esta temporalidade, podemos destacar a dissertação de mestrado intitulada *Imprensa e poder: a propaganda Varguista na imprensa amazonense (1937-1945)* do historiador Hosenildo Gato Alves<sup>1</sup>; a dissertação de mestrado de Amauri Oliveira Pio Júnior, *O trabalhismo no Amazonas: o periódico Tribuna Popular como instrumento de “orientação das hostes trabalhistas”*<sup>2</sup>, e a tese recém-defendida por Alba B. Pessoa, *Pequenos construtores da Nação: disciplinarização da infância na cidade de Manaus (1930-1945)*.<sup>3</sup>

Já esta dissertação tem como objeto de estudo a “Intentona Comunista”: levantes realizados nas cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro em novembro de 1935. Esses episódios marcaram de forma significativa os anos subsequentes da história política brasileira, dando subsídios para que o governo de Getúlio Vargas endurecesse as leis, perseguisse seus opositores e, por seguinte, apoiando-se nos discursos anticomunistas, decretasse o Estado Novo, em 1937.

<sup>1</sup> ALVES, Hosenildo Gato. **Imprensa e Poder: A Propaganda Varguista na Imprensa Amazonense (1937-1945)**. 208f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, 2009.

<sup>2</sup> PIO JUNIOR, Amauri Oliveira. **O trabalhismo no Amazonas: o periódico Tribuna Popular como instrumento de “orientação das hostes trabalhistas”**. 2015. 124 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, 2015.

<sup>3</sup> PESSOA, A. B. **Pequenos construtores da Nação: disciplinarização da infância na cidade de Manaus (1930-1945)**. 2018. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

Os levantes foram a culminância de uma época marcada por acirradas disputas políticas. Em nível nacional, podemos mencionar as movimentações que se iniciaram nos anos 1920, lutas iniciadas principalmente nos quartéis e que apresentaram um novo grupo político, os tenentes. Estes levantaram armas em 1922, no Forte de Copacabana, lideraram as revoltas de 1924, em São Paulo, Rio Grande do Sul e em Manaus, colocando em marcha, naquele ano, a Coluna Costa-Prestes.

Em nível internacional, podemos citar alguns eventos que fizeram do século XX um século polarizado ou “um breve século”, nas palavras do historiador Eric Hobsbawm.<sup>4</sup> Entre os eventos, destacamos a Revolução Bolchevique de outubro de 1917, o *Crash* da Bolsa de Nova Iorque, a ascensão de Adolf Hitler na Alemanha.

Esses eventos jogaram papel fundamental nas lutas desencadeadas no Brasil das décadas de 1920 e 1930, pois influenciaram o surgimento de organizações que disputaram o cenário político-social do país. Dentre as organizações surgidas nesse período, podemos citar o Partido Comunista do Brasil (PCB), a Ação Integralista Brasileira (AIB), a Aliança Nacional Libertadora (ANL), assim como o próprio governo de Getúlio Vargas, instalado pelas armas, após a derrota eleitoral para Júlio Prestes.

O PCB foi criado sob a influência da Revolução Russa e, em 1922, foi organizado seu primeiro congresso, almejando desde o início ser um braço da Internacional Comunista (IC).<sup>5</sup> Por ser considerado perigoso ao poder constituído, o partido ficou na ilegalidade, passando por pequenos períodos na legalidade durante o século XX, mas, ainda assim, passou a mobilizar e organizar a classe trabalhadora, ganhando aderentes para a causa do socialismo.

Um dos mais importantes aderentes a essa causa foi o Capitão Luiz Carlos Prestes, tenentista, comandante da Coluna Costa-Prestes, marcha épica que cruzou 25 mil quilômetros pelos rincões do Brasil. Prestes aderiu ao comunismo em 1931, influenciado pelas leituras de textos de marxistas e incentivado por agentes da Internacional Comunista quando este estava exilado, primeiramente na Bolívia, Argentina e, posteriormente, no Uruguai. Em 1931, ele viajou para a União Soviética a fim de aprender mais sobre socialismo e poder ter experiência no primeiro país socialista da história.<sup>6</sup> Luiz Carlos Prestes conseguiu sua filiação ao PCB em 1934 e retornou ao Brasil, em abril de 1935 para presidir a ANL. Foi uma figura de suma importância nas lutas travadas naquele ano, tendo usado seu prestígio para que a ANL

---

<sup>4</sup> HOBBSAWN, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

<sup>5</sup> DULLES, John W. Foster. **Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979. p. 146.

<sup>6</sup> AARÃO REIS FILHO, Daniel. **Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 145.

ganhasse mais associados.

A Aliança Nacional Libertadora (ANL), por sua vez, surgiu no cenário político como antagonista intransigente da Ação Integralista Brasileira (AIB). Ela foi uma organização articulada a partir de adesões de pessoas de variadas vertentes ideológicas e classes sociais. Surgiu, em 30 de março de 1935, fruto da aglutinação de liberais, socialistas, sindicalistas, intelectuais, entre outros. Já a AIB, fundada por Plínio Salgado, foi influenciada pelo fascismo, arregimentando no solo brasileiro grupos da mesma corrente ideológica e polarizando as lutas políticas com a ANL. Muitas vezes, essa disputa desencadeava violência e morte.

Tanto a ANL como a AIB conseguiram muitos aderentes as suas causas. A literatura aponta que a primeira teve 1.500 núcleos e a segunda chegou a 1.600, sendo que o Rio de Janeiro era o berço da ANL, enquanto o Ceará era o estado que os integralistas tinham maior número.<sup>7</sup>

Ambas as entidades faziam parte da conjuntura política amazonense, em 1935, sendo que a AIB estava mais bem estruturada, enquanto, a ANL dava seus primeiros passos em julho daquele ano. As entidades também trouxeram para o cenário local a rivalidade entre fascistas e antifascistas, rivalidade visualizada nos confrontos no *Road Way* de Manaus. Nota-se, nesse ínterim, que o PCB não se fazia presente no estado do Amazonas e, dentre os partidos existentes, o Partido Trabalhista Amazonense (PTA), que depois se fundiu com uma corrente do Partido Socialista Amazonense (PSA), formando o Partido Popular Amazonense (PPA), era o partido mais próximo do proletariado amazonense.

A ANL teve uma vida efêmera no estado do Amazonas, ficando na legalidade cerca de 16 dias, pois, no dia 11 de julho, Getúlio Vargas, utilizando-se da Lei de Segurança Nacional e, tendo como pretexto o discurso de Luiz Carlos Prestes lido por Carlos Lacerda, colocou a frente na ilegalidade por seis meses. Prestes, em nome da Aliança Nacional Libertadora, redigiu um manifesto no qual condenava o integralismo, considerava-o uma fotografia da podridão, da decomposição, da divisão dos interesses das classes. Ao mesmo tempo, afirmava que a revolução brasileira não poderia ser feita com o programa anódino da Aliança Liberal e atribuía essa tarefa à ANL, a única organização realmente nacional, organização na qual os verdadeiros interesses do povo, de cada estado, coincidem com os idênticos objetivos que congregam em todo o Brasil. E terminava o manifesto com o seguinte apelo:

---

<sup>7</sup> PRESTE, Anita Leocadia. 70 anos Aliança Nacional Libertadora (ANL). **Estudos Ibero- Americanos**, PUCRS, v. XXXI, n. I, p. 101-120, 2005. p. 107.



Brasileiros! Todos vós que estais unidos pela ideia, pelo sofrimento e pela humilhação de todo Brasil! Organizai o vosso ódio contra os dominadores transformando-o na força irresistível e invencível da Revolução brasileira! Vós que nada tendes para perder, e a riqueza imensa de todo Brasil a ganhar! Arrancai o Brasil da guerra do imperialismo e dos seus lacaios! Todos à luta para a libertação nacional do Brasil! Abaixo o fascismo! Abaixo o governo odioso de Vargas! Por um governo popular nacional revolucionário. Todo o poder à Aliança Nacional Libertadora.<sup>8</sup>

Foi o pretexto que o governo esperava para fechar a ANL; porém, na ilegalidade, o trabalho da frente não cessou – apesar de muitos dos seus aderentes se afastarem. Assumiram suas rédeas o PCB e os tenentes, desiludidos com os rumos da “revolução de 1930”.

Nesse bojo, ainda em julho de 1935, aconteceu o VII Congresso da IC, que mudou, ao menos parcialmente, a orientação para os partidos comunistas. A tese aprovada no VI Congresso foi a de “classe contra classe”, a tese aprovada no congresso posterior foi a “frente única contra o fascismo”. Nesse sentido, a orientação do PCB era fortalecer a ANL e ampliar sua luta contra o fascismo, contra o governo de Vargas, organizar o partido nos sindicatos, nos quartéis, promover guerrilhas e lutas parciais, mas sem colocar a questão do poder, pois até então avaliavam que não havia um clima revolucionário no país.<sup>9</sup>

Essa avaliação mudou em novembro, pois começaram a surgir greves, manifestações e movimentações nos quartéis. O Rio Grande do Norte era onde tais agitações estavam mais presentes, devido a uma campanha eleitoral violenta, na qual foi eleito, para o governo do estado, um opositor de Getúlio Vargas, Rafael Fernandes. As medidas adotadas por este, assim que assumiu o poder, somadas com a própria conjuntura política, levou à insurreição naquele estado, no dia 23 de novembro de 1935, sendo seguido, no dia 24, pelos militares de Recife e, no dia 27, pelos militares do Rio de Janeiro. Esses levantes ficaram conhecidos na memória oficial como “Intentona Comunista”.

Em discurso proferido em janeiro de 1936, Vargas refere-se à “Intentona Comunista” como as forças do mal e do ódio que campearam sobre a nacionalidade, sombreando o espírito amorável da nossa terra e da nossa gente. O comunismo seria, portanto, o inimigo mais perigoso da civilização cristã e sua vitória representaria o aniquilamento mais absoluto de todas as conquistas da cultura ocidental. Assim, para Vargas, as rebeliões ocorridas em 1935 teriam sido:

---

<sup>8</sup> PRESTES, Luiz Carlos. Por um governo popular, nacional, revolucionário. *In*: BASTOS, Abguar. **Prestes e a Revolução Social**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 270.

<sup>9</sup> VIANNA, Marly de A. G. **Revolucionários de 1935**: sonho e realidade. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 204.

[...] episódios de baixa rapina e negro vandalismo de que foram teatro as ruas de Natal e Recife durante o surto vergonhoso dos implantadores do credo russo, assim como a rebelião de 27 de novembro nesta capital, com o registro de cenas revoltantes traições e até assassinio frio e calculado de companheiros confiantes e adormecidos.<sup>10</sup>

Na ocasião da proclamação do Estado Novo, em novembro de 1937, entre as razões expostas para que se adotasse um regime forte, capaz de reajustar o organismo político às necessidades econômicas do país, Vargas destacava o perigo que as novas formações partidárias surgidas em todo o mundo ofereciam às instituições. Ao referir-se aos levantes de 1935, Vargas afirma que:

Isto mesmo já se evidenciou por ocasião do golpe extremista de 1935, quando o Poder Legislativo foi compelido a emendar a Constituição e a instituir o estado de guerra, que, depois de vigorar mais de um ano, teve de ser restabelecido por solicitação das Forças Armadas em virtude do recrudescimento do surto comunista, favorecido pelo ambiente turvo dos comícios e da caça ao eleitorado.<sup>11</sup>

Nesse bojo, jogou papel fundamental o discurso anticomunista; grupos como a AIB e o Centro Dom Vital, sentindo a “ameaça” que era o comunismo, passaram a reproduzir algumas imagens sobre ele, que até então era visto como uma planta exótica, que tentava crescer no território brasileiro.

Evidente que as representações anticomunistas já existiam antes dos Levantes de novembro de 1935. No entanto, como no Brasil, desde o início do século XX, os anarquistas possuíam mais força política e estavam mais organizados, as camadas conservadoras combatiam o comunismo, mas com menos afinco e, portanto, as representações sobre o comunismo eram poucas, porém, esse quadro começou a mudar a partir da Revolução Russa e com a fundação do PCB. E, na passagem dos anos de 1920 para os de 1930, as representações anticomunistas ganham força.

[...] foi a “Intentona Comunista”, em novembro de 1935, a maior responsável pela disseminação e consolidação do anticomunismo no Brasil. O impacto foi enorme sobre a opinião conservadora, afinal, não era uma rebelião comum: tratou-se de uma tentativa armada dos comunistas de tomarem o poder, a qual, uma vez bem

---

<sup>10</sup> Vargas, Getúlio Dorneles. Discurso do dia 1 de janeiro de 1936. *In*: D'ARAUJO, Maria Celina. **Getulio Vargas, perfil parlamentar**. Brasília: Câmara dos Deputados, edições Câmara, 2011a. p. 349.

<sup>11</sup> Vargas, Getúlio Dorneles. Discurso do dia 10 de novembro de 1937. *In*: D'ARAUJO, Maria Celina. **Getulio Vargas, perfil parlamentar**. Brasília: Câmara dos Deputados, edições Câmara, 2011b. p. 361.

sucedida, poderia ter provocado grandes transformações na organização social brasileira.<sup>12</sup>

A partir da “Intentona Comunista”, criou-se o fundamento para a consolidação de uma tradição anticomunista na sociedade brasileira, sendo esta reproduzida até os dias de hoje, por meio dos organismos do Estado, de entidades sociais ou por meio de indivíduos que combatem o comunismo, alguns de forma oportunista, outros por convicção. Esse empenho anticomunista levou à constituição de um conjunto de representações na qual deu origem a um imaginário anticomunista.

Diante do exposto, justifica-se o título desta dissertação denominada *Uma “pretensa intentona”: ANL, AIB e a cultura política anticomunista no estado do Amazonas (1935-1937)*. O termo “pretensa intentona” foi retirado de uma matéria do jornal *Tribunal Popular* que informava o planejamento de uma insurreição no Amazonas, em novembro de 1935, matéria esta que foi uma das primeiras fontes para este trabalho. O termo está associado ao nosso segundo capítulo, no qual iremos abordar o ocorrido. O surgimento da ANL e da AIB é tratado no primeiro capítulo, no qual buscamos dar luz aos cenários políticos, partidos, lideranças e outros personagens que compunham quadro da década de 1930. A cultura política anticomunista é tratada no terceiro capítulo desta dissertação, quando falamos acerca das instituições, das representações e ações anticomunistas no estado.

Em relação à historiografia acerca da “Intentona Comunista” de 1935, podemos dizer, a princípio, que é abundante e, por isso, possui uma gama de interpretações. No que tange às divergências interpretativas, elas entram em desacordo em alguns quesitos, entre os quais: a data, o período de duração e o mais importante: a submissão dos comunistas brasileiros à Internacional Comunista, centralidade do PCB nos levantes, motivos da insurreição e qual tipo de governo seria instalado no Brasil, se a quartelada obtivesse êxito.

Em nível nacional, são muitos os trabalhos realizados sobre o tema. Destacamos os trabalhos realizados por brasilianistas, livros de memórias dos envolvidos nos levantes, os da memória oficial, assim como trabalhos de historiadores brasileiros, com formação em História que deram excelentes contribuições.

Entre os brasilianistas, podemos destacar a interpretação de Stanley Hilton em *A Rebelião Vermelha*, o qual defende que os levantes de novembro de 1935 foram desencadeados pela cúpula do PCB, por Luiz Carlos Prestes e por alguns agentes da

---

<sup>12</sup> MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 2000. 315 f. Tese (Doutorado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. p. 7.

Internacional Comunista. Apesar de nuançar a questão dos “dedos de Moscou”, o autor acredita que a IC ajudou a organizar a insurreição, assim como ordenou-as.<sup>13</sup> Para ele, desde seu surgimento, o PCB obedecia fielmente às orientações da IC e o surgimento da ANL nada mais foi do que fruto dessa obediência. A ANL, defende o autor, parecia um instrumento valioso a uma atmosfera propícia para um movimento armado, embora sua plataforma não indicasse isso.<sup>14</sup> Além desse, John W. Foster Dulles, em *O Comunismo no Brasil*, argumenta que “os planos para uma insurreição no Brasil foram traçados em Moscou, em 1934, no curso de reuniões que estiveram presentes uns poucos comunistas brasileiros e membros da cúpula do Cominter”.<sup>15</sup> Robert M. Levine, em *O Regime de Vargas: os anos críticos 1934-1938*, defende que a ANL foi criada pelo PCB sob as orientações da IC.<sup>16</sup>

Alguns autores brasileiros também partem da perspectiva que o ocorrido em novembro de 1935 estava de acordo com a linha estratégica da Terceira Internacional. Hélio Silva, em *1935: a Revolta Vermelha*, afirma que “não há por que negar, é uma verdade histórica a política de Stalin, as instruções do Comintern e a atuação do PCB”.<sup>17</sup> O autor defende que os comunistas não pretendiam implantar o comunismo no Brasil, mas queriam formar um governo popular revolucionário e por isso se debruçaram na formação da ANL.

Homero de Oliveira Costa, em seu livro *A Insurreição Comunista de 1935*, produziu um rico trabalho sobre o levante na cidade de Natal, onde aconteceu a primeira insurreição. Para o autor, os acontecimentos de 1935 foram planejados e realizados pelo PCB e não pela ANL. O autor defende, ainda, que os levantes de 1935 não podem ser reduzidos à manipulação dos comunistas brasileiros pela IC, mas que também não se pode ocultar o fato de que a Terceira Internacional havia dado sua sanção a esta via dentro do marco geral da política de frentes populares. Para o autor, certamente os “camaradas soviéticos” não tinham autorizado os levantes (pelo menos da forma como se deram em Natal, Recife e Rio de Janeiro), mas parece inegável que sabiam de sua preparação.<sup>18</sup>

Por seu turno, José Nilo Tavares, no seu texto “Reavaliação de análise”, segundo capítulo do livro *Novembro de 1935: meio século depois*, afirma que as causas da insurreição de 1935 giram em torno da repressão dirigida pelo governo de Vargas à ação da ANL,

<sup>13</sup> HILTON, Stanley. **A rebelião vermelha**. Rio de Janeiro: Record, 1986. p. 12-13.

<sup>14</sup> HILTON, Stanley. **A rebelião vermelha**. Ibidem, p. 53-54.

<sup>15</sup> DULLES, John W. Foster. **O Comunismo no Brasil (1935-1945)**: repressão em meio ao cataclismo mundial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 13.

<sup>16</sup> LEVINE, Robert M. **O regime de Vargas 1934-1938**: os anos críticos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 101.

<sup>17</sup> SILVA, Hélio. **1935: a revolta vermelha**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969. p. 287.

<sup>18</sup> COSTA, Homero. **A insurreição comunista de 1935- Natal**: o primeiro ato da tragédia. Natal, RN: EDUFRRN, 2015. p. 33.

impedindo o seu livre desenvolvimento e facilitando o trabalho adverso dos integralistas. Reprimidos, impedidos de atuar legalmente, os militares aliancistas, ligados à caserna e ao PCB, acreditaram que o regime estava podre, bastando uma pressão armada para depor o governo. O autor defende que os aliancistas tinham convicção sobre a viabilidade de formação de um governo popular, nacionalista e revolucionário, capaz de realizar as transformações estruturais de que o país carecia para expandir-se. Temia-se, sobretudo, que o nazifascismo, presente em vários setores governamentais e, particularmente, nos aparelhos repressivos do Estado, impusesse a sua hegemonia e levasse o Brasil a um alinhamento com a Alemanha nazista. E, por fim, o autor acredita que, entre os comunistas, alimentava-se o desejo de transformar o Brasil em polo de influência política progressista, de modo a torná-lo ponderável na correlação de forças internacionais, favorecendo a área socialista.<sup>19</sup>

Rodrigo Pato Sá Motta, na sua tese *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*, nuança o caráter comunista da insurreição. O trabalho do historiador não é sobre os levantes de novembro de 1935, mas, sim, sobre o anticomunismo, porém, ainda assim, o autor faz importantes contribuições para o debate.

Segundo Motta, o programa defendido pelos revolucionários não era exatamente bolchevique, mas estava de acordo com a estratégia emanada do Komintern (Terceira Internacional). O programa abarcava o anti-imperialismo, antifascismo e anti-latinfudismo, o que explica a participação de elementos não comunistas no levante. Porém, é inegável que a ação foi dirigida pelo PCB, o que implicaria provavelmente em um governo hegemônico pelos comunistas no caso de vitória. Inquestionável também foi a presença do “dedo de Moscou”, mas ele não dá como concluído o debate sobre a subordinação dos comunistas brasileiros. Sá Motta aponta que os acontecimentos não deixam dúvidas quanto ao fato de o comando das ações ter pertencido aos comunistas, apesar do programa da rebelião não ser comunista, mas sim aliancista, e que nem todos os participantes eram militantes do Partido Comunista, mas filiados à ANL. Além disso, o movimento iniciado em Natal não teve um planejamento prévio dos revolucionários. Mas, dá como certo o papel dirigente assumido pelos comunistas em três episódios: as ações foram decididas, planejadas e executadas pelos homens do Partido Comunista. Evidentemente, o objetivo final, segundo o autor, seria implantar o socialismo no país, ainda que se tornasse necessário estabelecer políticas transitórias e concessões a eventuais aliados moderados. Em tais condições, não pode ser

---

<sup>19</sup> TAVARES, José Nilo. 1935: reavaliação de análise. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Novembro de 1935: meio século depois**. Petrópolis-Rio de Janeiro: Vozes, 1985, p. 78.

considerado inapropriado qualificar a “revolução de 1935” como comunista.<sup>20</sup>

A memória oficial e da repressão também produziu trabalhos como *82 horas de subversão: a Intentona Comunista de 1935 no Rio Grande do Norte*, de João Medeiros Filho, que era delegado de polícia em Natal à época. O autor defende que as diretrizes da insurreição de 1935 foram nitidamente comunistas e que a ANL foi criada nos moldes do VII Congresso, que toda a ação estava sujeita às orientações do PCB que era submisso à Terceira Internacional. O autor defende que os levantes no Rio Grande do Norte e em Pernambuco ocorreram precipitadamente devido à falsa comunicação da polícia da capital do país.<sup>21</sup>

Outra leitura sobre os levantes de novembro de 1935 rejeitam a influência externa e enfatizam o caráter nacional. Neste sentido, o historiador Daniel Aarão Reis Filho, em *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*, traz uma interpretação interessante dos eventos daquele ano. Esse trabalho é uma biografia sobre o líder comunista e traz algumas contribuições para o debate.

Segundo Daniel Aarão Reis Filho, mesmo que se admita que fizesse parte das práticas da Internacional Comunista, deslocar seus agentes para assessorar e/ou participar de processos revolucionários, em número considerável, com comprometimento político e recurso financeiro considerável, é preciso desmistificar o profissionalismo desses agentes, pois, dentre os destacados para o Brasil, não faltavam problemas, como a falta do conhecimento da língua portuguesa; além disso, não conheciam o país, nem seus costumes, tampouco recebiam informações sobre a missão que deveriam cumprir. Com algumas exceções, a maioria não tinha experiência na luta clandestina. No momento decisivo, essas deficiências foram comprometedoras.<sup>22</sup>

Para Reis Filho, ainda que o VII Congresso da IC tivesse deliberado a formação de frentes amplas de combate ao nazifascismo, os comunistas brasileiros e os agentes designados pela IC estavam ainda imbuídos das teses do VI Congresso, que defendeu a tese de “classe contra classe” e de formação de frentes “pela base com hegemonia do PCB”. Eles aderiram à ANL, mas a viam como instrumento. Com a ilegalidade da entidade, o PCB continuou levando adiante seu trabalho, tendo em vista o amadurecimento revolucionário. Mas, ainda assim, o autor defende que as ordens para o levante não vieram de Moscou; foram uma

<sup>20</sup> MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 2000. 315 f. Tese (Doutorado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. p. 236.

<sup>21</sup> MEDEIROS FILHO, João. **82 horas de subversão** (Intentona Comunista de 1935 no Rio Grande do Norte). Rio Grande do Norte: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1980. p. 9.

<sup>22</sup> AARÃO REIS FILHO, Daniel. **Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 169-170.

consequência de uma acirrada disputada local. O autor avalia, ainda, que o clima revolucionário no país amadurecia, mas o PCB não emitiu as ordens para os levantes. O Comitê Central do PCB estava reunido, entre dos dias 21 a 23 de novembro, quando chegaram as notícias do levante no Nordeste e, diante das notícias, os membros do IC deixaram a decisão e a ação de levantar as unidades militares do Rio de Janeiro sob o comando dos comunistas brasileiros.<sup>23</sup>

Para Nelson Werneck Sodré, em *A intentona Comunista de 1935*, os levantes foram consequência de um clima político agitado nos anos 1930 que colocava a ANL como uma herdeira das lutas tenentistas iniciadas nos anos 1920. Essa frente se radicalizou quando Prestes assumiu a presidência de honra, colocando na pauta a luta armada como saída para os anseios do povo. Para ele, a indicação de um comunista para tão elevado cargo não tinha correlação de força na realidade: a estratégia era usar a imagem do prestigiado tenente para angariar membros para a causa. Porém, o tenentismo estava morto. Prestes, contudo, queria ressuscitá-lo. Sobre a participação da Internacional Comunista nos levantes, Sodré aponta que esta mantinha relutância sobre a luta armada no Brasil, considerado pelos agentes como um país dependente e colonial. Contudo, frente aos informes de Miranda<sup>24</sup> e à vontade de Prestes em retornar para o país, decidiu enviar alguns agentes para acompanhar a empreitada. A IC defendia que a decisão da luta armada deveria caber à força que aqui lutava.<sup>25</sup>

Marly de Almeida Gomes Vianna é autora do trabalho mais completo sobre a “Intentona Comunista”. No seu livro *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*, a autora defende que os movimentos armados de 1935 foram eventos históricos tipicamente nacionais, fundados nas tradições de lutas populares e na significativa participação de setores e políticas oriundas das camadas médias urbanas, em especial, os militares. Para a autora, dentre as motivações que levaram ao desencadeamento dos eventos, podemos destacar: (1º) o forte espírito tenentista e a tradição dos movimentos militares, arraigados nos setores democráticos da sociedade (ANL e o PCB) em volta da figura de Luiz Carlos Prestes; (2º) a mobilização popular contra o integralismo; (3º) as oposições estaduais ao governo Vargas, no contexto agitado das lutas pré-eleitorais e o movimento operário grevista, que demonstrou uma pseudofragilidade do governo e a superestimação da oposição democrática; (4º) as lutas políticas locais que se desenvolveram principalmente a partir das eleições estaduais de 1935;

<sup>23</sup> AARÃO REIS FILHO, Daniel. **Luís Carlos Prestes**: um revolucionário entre dois mundos. Ibidem. p. 169-182.

<sup>24</sup> Miranda, então Secretário Geral do PCB, relatou aos dirigentes da Internacional Comunista que havia um clima revolucionário no Brasil (SODRÉ, 1986, p. 69).

<sup>25</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **A Intentona Comunista de 1935**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. p. 35-36.

(5º) a profunda insatisfação dos militares subalternos, contra a redução dos efetivos do Exército. Sobre o tão explorado “dedo de Moscou”, a autora defende que o papel instigador e condutor dos levantes não encontra apoio na documentação e, dessa forma, não pode ser comprovado.<sup>26</sup>

Percebemos que, dentre os trabalhos elencados, apenas dois tratam dos levantes em nível unicamente regional e, coincidentemente, os dois falam do levante em Natal. São as produções de Homero de Oliveira Costa, *A Insurreição Comunista de 1935*, e *82 horas de subversão: a Intentona Comunista de 1935 no Rio Grande do Norte*, de João Medeiros Filho. Outra pesquisa importante que devemos mencionar é o artigo *A Revolução Frustrada: O levante comunista de 1935 em Pernambuco*, de Bartolomeu Cavalcanti, que trata acerca dos eventos em Pernambuco.<sup>27</sup>

Assim, inspirados nas pesquisas de cunho regional, propomos um trabalho sério e comprometido com a ciência na região amazônica, uma produção que aborde o tema e que possa iluminar um período importante da história política do país e do Amazonas, visto que ainda são escassas as pesquisas realizadas sobre a década de 1930 no estado. Por isso, essa pesquisa se faz relevante, para que possamos conhecer a própria história de nosso povo, preenchendo uma lacuna existente na historiografia amazônica. Além disto, partindo do pressuposto de que a História é essencial para que possamos entender a nossa realidade atual, acreditamos que uma pesquisa como esta pode nos auxiliar a entender o momento político em que vivemos, no qual percebe-se uma acentuada polarização política, o ressurgimento do pensamento fascista, governos que não respeitam a liberdade democrática e atentam contra a Amazônia e contra os direitos humanos.

Diante do exposto, partindo da leitura historiográfica sobre o tema e, em especial, debruçando-nos sobre as fontes, temos a necessidade de esclarecer o ocorrido em novembro de 1935, não só pelo evento em si, mas porque o evento finalizou um período em que houve grandes modificações na sociedade brasileira e apresentou-se como período rico na história política do país. Assim, objetivamos com esta pesquisa contribuir historiograficamente para a compreensão da história política no estado do Amazonas a partir da análise dos Levantes de novembro de 1935. Nesse mote: (1) apresentar o quadro político do Amazonas na década 1930, destacando as eleições de 1933, 1934 e 1935 e os agentes envolvidos nas disputas políticas em nível nacional e local; (2) investigar o surgimento dos núcleos da Ação

---

<sup>26</sup> VIANNA, Marly de A. G. **Revolucionários de 1935**: sonho e realidade. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 408.

<sup>27</sup> CAVALCANTI, Bartolomeu. A revolução frustrada: o levante comunista de 1935 em Pernambuco. **CLIO**, série História do Nordeste (UFPE), v. 4, [sem página], 2010.



Integralista Brasileira (AIB) e da Aliança Nacional Libertadora (ANL) no Amazonas; (3) evidenciar os levantes no Rio Grande do Norte, Pernambuco, Rio de Janeiro e, por fim, a tentativa de levante armado no Estado Amazonas; e (4) analisar as representações anticomunistas (ação e imaginário) veiculado na imprensa do estado do Amazonas.

Evidentemente, para alcançar tais objetivos, faz-se necessária uma abordagem teórico-metodológica coerente e eficiente. Nesse sentido, este trabalho busca se filiar ao campo da Nova História Política, que ressurgiu pujante com os historiadores franceses, em especial, com René Rémond, Serge Berstein, Jean-François Serinelli e outros.

René Rémond, em *Por uma História Política*, faz um balanço crítico dos motivos pelos quais a velha História Política entrou em declínio e enumera seu conteúdo como factual, subjetivista, psicologizante e idealista, afirmando que estes não correspondiam mais aos anseios de um campo fluído como a História. A história política, nesse sentido, reunia todos os defeitos do gênero de história do qual a primeira geração da Escola dos *Annales* almejava se afastar. Por isso,

Desejosa de ir ao fundo das coisas, de captar o âmago da realidade, a nova história considerava as estruturas duráveis mais reais e determinantes que os acidentes de conjuntura. Seus pressupostos eram que os comportamentos coletivos tinham mais importância para o curso da história que as iniciativas individuais, que os fenômenos registrados numa longa duração eram mais significativos e mais decisivos que os movimentos de fraca amplitude, e que as realidades do trabalho, da produção, das trocas, o estado das técnicas, as mudanças da tecnologia e as relações sociais daí resultantes tinham mais consequências, e portanto, deviam reter maior atenção dos observadores, que os regimes políticos ou as mudanças na identidade dos detentores de um poder cujas decisões, segundo se entendia, só faziam traduzir o estado da relação das forças sociais, ou refletir realidades anteriores às escolhas políticas.<sup>28</sup>

A velha História Política, ao contrário, apegada demasiadamente ao efêmero, focada, a princípio, na figura do monarca e, posteriormente, do Estado e da Nação, não considerava a longa duração os povos e as sociedades. Dessa forma, sob uma crítica vigorosa, Marc Bloch e Lucien Febvre, precursores da Escola dos *Annales*, ruíram a velha História Política e colocaram em pauta uma História que pode ser chamada de social e econômica. Nas palavras de René Rémond: “havia chegado a hora de passar da história dos tronos e das dominações para a dos povos e das sociedades”.<sup>29</sup>

Nesse sentido, o ambiente intelectual e político, o advento da democracia, o crescimento do movimento operário e o socialismo mostravam que a orientação da pesquisa

<sup>28</sup> RÉMOND, René. **Por uma História política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 16.

<sup>29</sup> RÉMOND, René. **Por uma História política**. Ibidem, p. 18.

histórica seria para a massa, a fim, “de reparar a injustiça da história para com eles e restituí- lhes o lugar a que tinham direito”.<sup>30</sup>

O retorno do político foi percebido por René Rémond na década de 1980, quando ele verificou o surgimento de vários trabalhos neste campo. E, dessa forma, tentando explicar o ressurgimento da História Política, o autor procurou analisar o movimento próprio da pesquisa histórica e o ambiente ideológico. Assim, René Rémond enumera alguns fatores determinantes para a volta da História Política, entre eles: a experiência das guerras; a pressão cada vez mais perceptível das relações internacionais na vida interna dos Estados; as crises da economia liberal que obriga o Estado a intervir; o desenvolvimento das políticas públicas e a ampliação do domínio da ação política com o aumento das atribuições do Estado.

Neste ínterim, além das mudanças exógenas, as mudanças internas também foram essenciais para o retorno da dimensão política como campo de estudo histórico. Assim, somada aos fatores mencionados acima, a História Política passou por uma vigorosa renovação. “Na verdade, ela não é mais a mesma história política, e sua transformação é um bom exemplo da maneira como uma disciplina se renova sob a pressão externa e em função de uma reflexão crítica”.<sup>31</sup>

A História Política se renovou, em especial, pela rediscussão dos conceitos clássicos e das práticas tradicionais, além dessa renovação ser estimulada pelo contato com outras ciências sociais e pelas trocas com outras disciplinas, recebendo contribuições externas, ou seja, praticando a interdisciplinaridade.

Ainda no que tange à renovação, René Rémond retrucou três críticas feitas à História Política, que foram basilares para que esta fosse lançada no ostracismo. A primeira diz respeito à ausência de documentos; a segunda crítica se refere ao descaso da História Política com as massas e a terceira crítica diz respeito à longa duração.

Ao responder a primeira crítica, o autor aponta que hoje há uma gama de documentação proporcionada pelas eleições políticas, sociais e profissionais; além disso, os censos reúnem outra gama de documentação que pode ser utilizada pelo historiador da política. Na segunda resposta, o autor argumenta que “o ato eleitoral ganha uma significação que faz dele o mais sincero e significativo de todos os comportamentos coletivos. Não há história mais total que a da participação na vida política”.<sup>32</sup> A terceira argumentação de René Rémond afirma que hoje a História Política possui uma pluralidade de ritmos,

<sup>30</sup> RÉMOND, René. **Por uma História política**. Ibidem, p. 19.

<sup>31</sup> RÉMOND, René. **Por uma História política**. Ibidem, p. 26.

<sup>32</sup> RÉMOND, René. **Por uma História política**. Ibidem, p. 33-34.

compreendendo: golpes de Estados, dias de revolução, histórias das formações política etc.<sup>33</sup> Em relação às formações políticas, a Nova História Política apresenta a noção de cultura política, que Rémond já afirmava nos anos de 1980 que ocuparia um papel central nos debates políticos. Serge Berstein, em *Culturas políticas e historiografia*, define “cultura política” como:

[...] um grupo de representações, portadoras de normas e valores, que constituem a identidade das grandes famílias políticas e que vão muito além da noção reducionista de partido político. Pode-se concebê-la como uma visão global do mundo e de sua evolução, do lugar que aí ocupa o homem e, também, da própria natureza dos problemas relativos ao poder, visão que é partilhada por um grupo importante da sociedade num dado país e num dado momento de sua história.<sup>34</sup>

A noção de “cultura política” surgiu pela primeira vez na historiografia francesa no início da década de 1990 e está associado à renovação que o campo da história política está buscando, desde os anos 1960 com René Rémond e outros pesquisadores vinculados à Universidade de Paris-X-Nanterre e no Instituto de Estudos Políticos de Paris.

Em *Culturas políticas na História: novos estudos*, livro organizado por Rodrigo Patto de Sá Motta, o mesmo afirma, em seu artigo *Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia*, que “a força de atração exercida por cultura política em anos recentes deve-se, principalmente, à hegemonia do paradigma culturalista”.<sup>35</sup> Neste sentido, como as pesquisas em História têm buscado explicações de cunho mais cultural, a política não é exceção. Dessa forma, “o caráter sedutor da cultura política, que permite uma abordagem culturalista dos fenômenos relacionados às disputas pelo poder”.<sup>36</sup>

Para Rodrigo Patto de Sá Motta, culturas políticas podem ser definidas como “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro”.<sup>37</sup> Neste trabalho, abordaremos a cultura política anticomunista, uma cultura política, que assim como a cultura política comunista, está consolidada no Brasil. Dessa forma, entendemos o anticomunismo, na

<sup>33</sup> RÉMOND, René. **Por uma História política**. Idem.

<sup>34</sup> BERSTEIN, Serge. *Culturas políticas e historiografia*. In: AZEVEDO, Cecília et al. (Orgs). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 31.

<sup>35</sup> MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. *Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia*. In: \_\_\_\_\_. (Org). **Culturas políticas na História: novos estudos**. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014. p. 13-14.

<sup>36</sup> MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. *Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia*. In: \_\_\_\_\_. (Org). **Culturas políticas na História: novos estudos**. Idem.

<sup>37</sup> MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. *Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia*. In: \_\_\_\_\_. (Org). **Culturas políticas na História: novos estudos**. Ibidem. p, 21.

perspectiva de Luciano Bonet, em *Dicionário de Política*:

[...] o Anticomunismo deveria ser obviamente entendido como oposição à ideologia e aos objetivos comunistas; assim como existem forças sociais e posições políticas antifascistas, anticapitalistas, anticlericais, etc., também as há anticomunistas. Na realidade, após a Revolução de Outubro, o comunismo entrou na cena mundial, não só como um movimento organizado e difuso, senão também como uma alternativa política real em relação aos regimes tradicionais. Por isso, o Anticomunismo assumiu necessariamente valores bem mais profundos que o de uma simples oposição de princípios, contida, não obstante, na dialética política normal, tanto interna como internacional.<sup>38</sup>

No Amazonas, durante o período estudado – 1935-1937 –, observamos que as primeiras notícias de cunho anticomunista se deram com o surgimento da ANL. No entanto, antes desse período, já era possível identificar manifestações anticomunistas. Dessa forma, tornou-se mais comum o uso do termo “comunismo” na imprensa amazonense e a “ameaça”, que antes parecia longínqua, típica do leste europeu, tornou-se próxima, a ponto de a imprensa noticiar, algumas vezes, a iminência de uma nova “Intentona Comunista”. O conceito de comunismo empregado neste trabalho está vinculado à perspectiva de Tom Bottomore, em *Dicionário do Pensamento Marxista*, como:

[...] o desenvolvimento da concepção científica da sociedade proposta por Marx e Engels. Como tal, o leninismo é uma ciência das leis de desenvolvimento da natureza e da sociedade, que esclarece as relações causais entre o homem e a sociedade bem como a marcha rumo à sociedade sem classes do comunismo. Os principais componentes do marxismo-leninismo são o materialismo dialético e o materialismo histórico enquanto métodos de análise, a economia política como estudo das relações das classes com os meios de produção e o nível das forças produtivas, e a teoria do comunismo científico (estrutura e processo das sociedades comunistas). Definido de modo mais estrito, o leninismo é a tendência, dentro do movimento marxista, que aceita as principais contribuições teóricas de Lenin ao marxismo revolucionário. Como tal, é uma concepção da tomada do poder para e pelo proletariado e da construção da sociedade socialista que legitima a ação revolucionária do partido em nome da classe operária. O leninismo pode ser distinto do BOLCHEVISMO, que é a prática política ou o movimento político baseado no leninismo.<sup>39</sup>

Após a “Intentona Comunista”, o medo ao comunismo – que já existia – tomou grandes proporções. Dessa forma, já que existia um grupo organizado que visava a realizar a revolução mundial e, conseqüentemente, dominar o Brasil, se levantaram também indivíduos e grupos que tinham como objetivo combater os comunistas e frustrar seus sonhos. Dessa

<sup>38</sup> BONET, Luciano. Anticomunismo. In: BOBBIO, Norberto (Org.) **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 1986. p. 34.

<sup>39</sup> BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. p. 314.

forma, surge no Amazonas uma gama de representações anticomunistas, produzidas por grupos, como a AIB e o Centro Dom Vital, para opor-se duramente ao comunismo com intenção de não permitir que se proliferassem as propagandas soviéticas no Amazonas.

Em relação ao conceito de representação, é apresentado, neste trabalho, se apropriando da definição de Roger Chartier, em *História Cultural: entre práticas e representações*, ou seja:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custas de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificativa, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.<sup>40</sup>

É nesse sentido que analisamos as representações anticomunistas propagadas no estado do Amazonas, percebendo-as não apenas como representações isoladas, que nada de concreto produzem, mas, ao contrário, como atividades mentais que geram práticas, tanto dos governos, como mobilizações sociais realizadas por grupos de diferentes camadas sociais. Assim, por meio da noção de cultura política ou culturas políticas, é possível analisarmos e explicarmos os comportamentos políticos, buscando compreender:

[...] o que faz com que um grupo de pessoas se sinta mais próximo de uma força política do que de outra, vote a favor ou contra determinado partido, aprove uma medida ou proteste contra ela, adote quase espontaneamente a mesma atitude diante de fatos passados ou presentes, considerando-os de modo positivo ou negativo?<sup>41</sup>

Em relação às fontes utilizadas nesta dissertação, cabe informar que são, em parte, notícias veiculadas nos periódicos *Tribuna Popular*<sup>42</sup>, *Jornal do Commercio*<sup>43</sup>, *O Jornal*, *A*

<sup>40</sup> CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988. p. 17.

<sup>41</sup> BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília et al. (Orgs). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 30.

<sup>42</sup> Amaury Oliveira Pio Júnior tem um trabalho denominado *O TRABALHISMO NO AMAZONAS: O periódico Tribuna Popular como instrumento de “orientação das hostes trabalhistas*, defendido no PPGH-UFAM, sobre o periódico. Segundo seus estudos, o periódico *Tribuna Popular* foi criado ano de 1933 com objetivo de propagar as ideias do Partido Trabalhista Amazonense (PTA) e, logo depois, do Partido Popular Amazonense (PPA). O periódico tinha uma tiragem semanal e intitulava-se “órgão de divulgação do Partido trabalhista Amazonense”. Os editores do jornal foram Vivaldo de Palma Lima, como redator-chefe, Antonio de Vasconcellos como diretor político e Oscar Costa Rayol como redator- secretário. PIO JUNIOR, Amaury Oliveira. *O trabalhismo no Amazonas: o periódico Tribuna Popular como instrumento de “orientação das hostes trabalhistas”*. 2015. 124 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, 2015. p. 86).

*Tarde*. Outras informações são referentes à “Queixa-Crime nº 281”<sup>44</sup> movida por Antonio de Vasconcelos, deputado estadual e editor chefe do jornal *Tribuna Popular*, contra Gercino José Tavares de Mello, editor chefe do jornal *O Socialista*. As demais informações foram acessadas a partir de uma cópia do “Recurso Criminal nº 919”<sup>45</sup>, anexado junto aos pedidos de liberdade condicional nº 136 e nº 137, respectivamente, solicitado por Lycurgo de Souza Cavalcante e Francisco Lima de Souza, cópia na qual consta parte dos depoimentos dos envolvidos em uma tentativa de levante armado no Amazonas.

Sobre a possibilidade de trabalhar com fontes criminais, Keila Grinberg, em *A História nos porões dos arquivos judiciais*, argumenta que é fundamental que os processos criminais sejam vistos como “mecanismos de controle social” por serem uma fonte oficial, possuírem uma linguagem jurídica e serem marcados pela intermediação do escrivão.<sup>46</sup> É o que Carlo Ginzburg chama de “filtros e intermediários deformadores”, em *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*, pois, para ele, a fonte escrita é duplamente indireta, por ser escrita e por ser de autoria de uma pessoa ligada à classe dominante. Mas, o próprio autor afirma que não precisamos exagerar quando se fala em “filtros intermediários”, pois o fato de uma fonte não ser objetiva não a torna inutilizável.<sup>47</sup>

Sidney Challoub defende que, ao trabalhar com fontes criminais, não precisamos partir à procura daquilo “que realmente aconteceu”. O autor considera essa atitude inocente. O que devemos fazer é analisar com atenção as versões que se repetem, os mal entendidos, as contradições e as mentiras percebidas nos depoimentos.<sup>48</sup> Keila Grinberg concorda com o argumento de Challoub, afirmando que é na relação entre a produção dos discursos e o real

---

<sup>43</sup> Sobre o *Jornal do Commercio*, ver a dissertação *Do burgo podre ao Leão do Norte: o Jornal do Commercio e a Modernidade em Manaus (1904-1914)*. A autora afirma que foi no contexto de mudanças que Manaus estava passando que foi lançado, no dia 2 de janeiro de 1904, o *Jornal do Commercio*, cujo proprietário, fundador e diretor foi o português Joaquim Rocha dos Santos. O foco do jornal era a questão comercial e seu surgimento deu-se para suprir a lacuna da falta de um jornal na cidade de Manaus que defendesse os interesses comerciais da região. RIBEIRO, Priscila Daniele Tavares. **Do Burgo Podre ao Leão do Norte: o Jornal do Commercio e a modernidade em Manaus (1904-1914)**. 2014. 133 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Amazonas, 2014. p. 31.

<sup>44</sup> Essa Queixa-crime é interessante, pois consegue mostrar um panorama das querelas políticas no Estado já movido pelo anticomunismo naquele momento, além disso, é relevante, porque foi solicitado como testemunha um membro da antiga gestão da ANL no Amazonas e alguns simpatizantes dessa entidade.

<sup>45</sup> Não tivemos acesso à totalidade do processo-criminal movido contra os envolvidos nos planos para depor o Governador Álvaro Maia, este se encontra no Arquivo Nacional, junto a documentação do Tribunal de Segurança Nacional- TSN. Segundo a equipe da Sala de Consultas do Arquivo Nacional a documentação encontra-se interdita desde 1995 para o trabalho de digitalização, por esse motivo não podemos acessá-lo.

<sup>46</sup> GRINBERG, Keila. *A história nos porões dos arquivos judiciais*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tania Regina (Orgs.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 126.

<sup>47</sup> GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 13.

<sup>48</sup> CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 2. ed. Campinas-São Paulo: Editora da Unicamp, 2001. p. 41.

que está o cerne da nossa análise, o que nos interessa é o processo de transformação dos atos em autos.<sup>49</sup>

É ainda Challoub que faz uma articulação entre imprensa e processos criminais, argumentando “que a história recuperada através dos jornais e, principalmente, dos processos criminais é uma encruzilhada de muitas lutas”.<sup>50</sup> Essas lutas são percebidas nas duas fontes, evidenciando a luta de classe na sociedade, a forma que as classes populares são tratadas nos processos criminais e nas colunas dos jornais, muitas vezes depreciando suas ações, tentando estigmatizar o padrão de comportamento dos populares. Dessa forma, esta pesquisa aborda a imprensa como “instrumento de manipulação e de intervenção na vida social”.<sup>51</sup>

Nesse sentido, a utilização de jornais como fonte, segundo Tânia Regina de Luca, teve, no decorrer da história, certo preconceito, pois a tradição positivista, no século XIX e do início do século XX, valorizava a objetividade da fonte e do documento histórico, ou seja, eram válidos apenas fontes oficiais, como: documentos militares, eclesiásticos e de governos. Havia, então, uma hierarquização de caráter qualitativo dos documentos. Nessa hierarquização, os periódicos eram vistos com pouca importância. Para os positivistas, a captação da “verdade histórica” não era possível por meio de uma fonte fracionada, subjetiva, sendo tendenciosa e passiva a interesses de ordens política e econômica.<sup>52</sup>

No entanto, as modificações nas abordagens e possibilidades no campo da História Política e Cultural reconfiguraram a importância dos periódicos, que passou a ser considerada como fonte documental privilegiada, na medida em que, como agente histórico, enuncia discursos e expressões que passam a intervir nos processos e episódios.

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero veículo neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere.<sup>53</sup>

Dessa forma, a utilização de periódicos como fonte histórica possibilita a análise dos

<sup>49</sup> GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tania Regina (Orgs.). **O Historiador e suas fontes**. Op. Cit. p. 128.

<sup>50</sup> CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botiquim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Op. Cit. p. 41.

<sup>51</sup> CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lúcia. **O Bravo Matutino Imprensa e ideologia**: o jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980. p. 19.

<sup>52</sup> DE LUCA, Tânia Regina. História dos nos, por meio de periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 112.

<sup>53</sup> CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lúcia. **O Bravo Matutino Imprensa e ideologia**: o jornal O Estado de S. Paulo. Op. Cit. 19.

discursos ali colocados, mas vai além, possibilitando também a percepção da vida social, econômica e cultural de determinado lugar. Utilizar o periódico como fonte histórica é também perceber os emaranhados dos jogos políticos, as composições, as oposições, os silenciamentos, o nível de letramento e leitura do povo; a produção, o consumo e a circulação.

Observamos, assim, que é necessário compreender a partir de que lugar, de qual espaço social, esses veículos de comunicação estão se manifestando. Assim, torna-se necessário analisar as relações e os interesses envolvidos, tanto do ponto de vista político quanto do econômico.

Neste íterim, no primeiro capítulo da dissertação, denominado “Aliancistas e integralistas: disputas políticas e ideológicas no Brasil e no Amazonas”, buscamos apresentar um quadro geral da política nacional e local. Começamos abordando os eventos marcantes da década de XX, entre eles os levantes militares do Forte de Copacabana, os levantes de 1924 e a Coluna Prestes. Essas insurreições tiveram um peso fundamental para a década de 1930, primeiramente possibilitando a mudança do cenário político nacional, derrubando a Primeira República, secundamente, colocando Getúlio Vargas à frente do Governo Provisório.

Nessa perspectiva, entre a convocação da eleição para Constituinte e a promulgação da Constituição de 1934, o quadro político se agitou bastante, possibilitando, nesse breve período democrático, o surgimento de novas agremiações, dentre elas, a ANL e a AIB. São por meio dos embates entre essas duas organizações, assim como dos combates da ANL ao governo Vargas, que apresentamos o primeiro capítulo.

No segundo capítulo, intitulado “A “intentona comunista” de 1935 no Brasil e no Amazonas”, temos por objetivo evidenciar os levantes no Rio Grande do Norte, Pernambuco, Rio de Janeiro e, por fim, a tentativa de levante armado no estado Amazonas.

Por fim, no terceiro capítulo, denominado “O anticomunismo no Amazonas: práticas sociais e representações políticas”, temos como objetivo analisar o discurso anticomunista veiculado na imprensa do estado do Amazonas, atentando para os dois aspectos da representação (ação e imaginário), buscando compreender como agiu no cerne da política amazonense, quais instituições e pessoas se beneficiaram com tal discurso e se havia concretamente uma razão lógica para que o anticomunismo ganhasse força no Estado do Amazonas, queremos saber também como os levantes em Natal, Recife e Rio de Janeiro impactaram na opinião amazonense e quais foram as medidas adotadas pelo governo Vargas e pelo governo Álvaro Maia para combater o comunismo.



## 1 ALIANCISTAS E INTEGRALISTAS: disputas políticas e ideológicas no Brasil e no Amazonas

### 1.1 Política brasileira nos anos 1930

Entre as décadas de 1920 e 1930, o Brasil passou por um período de rica agitação política. A Primeira República apresentava sinais de desgaste e a mudança em curso se expressava em vários aspectos da sociedade, nas disputas eleitorais, nas ruas e/ou nos quartéis.

Esse período foi importante, pois se apresentaram, no cenário político, novos personagens que passaram a disputar a política brasileira. Dentre esses, podemos citar os tenentes, que levantaram os quartéis em 1922, na epopeia dos 18 do Forte de Copacabana, continuando sua luta contra o governo Arthur Bernardes em 1924, com o levante em São Paulo, com a Coluna Miguel Costa-Luiz Carlos Prestes, em 1930, com o golpe que conduziu Getúlio Dorneles Vargas ao poder e, em 1935, quando deu seu último suspiro, nos levantes de novembro de 1935.

O “tenentismo” foi um movimento formado por tenentes e capitães que se expressavam pela defesa da liberdade e da maior participação política das classes médias urbanas. Defendiam “a unificação da justiça e do ensino, o equilíbrio entre os três poderes, assim como a unificação do regime eleitoral e do fisco, medidas que, segundo eles, contribuiriam para moralizar os costumes políticos, certamente, golpeariam o localismo oligárquico”.<sup>54</sup>

A eleição presidencial de 1922 foi um exemplo desse processo de mudança pelo qual o Brasil passava. Nessa eleição, apresentaram-se Arthur Bernardes e Urbano Santos, lançados pelos estados de São Paulo e Minas Gerais, contra Nilo Peçanha e J. J. Seabra, apoiados pelos estados de segunda grandeza na política brasileira (Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul). As chapas assim definidas demonstraram uma ruptura dentro do próprio regime vigente e o esgotamento político da Primeira República.<sup>55</sup>

A chapa de Nilo Peçanha e J. J. Seabra ganhou a alcunha de “Reação Republicana”,

<sup>54</sup> PRESTE, Anita Leocadia. **A Coluna Prestes**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 97.

<sup>55</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. **A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. p. 6.

pois foi um movimento político de oposição, criado no dia 24 de junho de 1921, quando os estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Distrito Federal se opuseram à dominação política do eixo São Paulo–Minas Gerais. O movimento reivindicava a maior autonomia para o Legislativo frente ao Executivo, a exigência de maior credibilidade para as forças armadas, princípios financeiros ortodoxos e elegia o equilíbrio do orçamento federal e o equilíbrio cambial como questões centrais.<sup>56</sup>

No que tange à relação das Forças Armadas com o governo, há algum tempo essa relação estava estremecida, pois, ao chegar à presidência, Epitácio Pessoa nomeou civis aos cargos tradicionalmente militares. Mas o episódio que marcou decisivamente as hostilidades entre militares e governo foi a ocorrência das “cartas falsas”.<sup>57</sup> Esse episódio também serviu para aproximar os militares à Reação Republicana.

Diante dessa conjuntura, os tenentes que se viam como defensores da Constituição entenderam que era preciso salvar o país e as instituições dos maus políticos, recorrendo, se preciso fosse, às armas. Assim, seus descontentamentos os levaram à contestação da indicação de Arthur Bernardes à presidência do Brasil, assim como à oposição ao próprio sistema instalado, o qual considerava fraudulento e, dessa forma, apoiaram a chapa da Reação Republicana.

Com a derrota eleitoral da chapa da oligarquia dissidente, os tenentes levaram a agitação política às últimas consequências, almejando as mudanças que julgavam necessárias para o país. Foi nesse bojo que, em 5 de julho de 1922, eles se levantaram em armas contra o sistema vigente.

Os tenentes depositavam suas esperanças em Hermes da Fonseca, ex-presidente da república e atual presidente do Clube Militar, suas apostas se concentravam no homem o qual, segundo eles, apoiava e prestigiava o Exército. O plano dos rebeldes era simples, eles tinham que derrubar o presidente Epitácio Pessoa e impedir a posse de Arthur Bernardes, “a ideia era substituí-lo pelo marechal Hermes da Fonseca, que convocaria novas eleições, ‘limpas e decentes’”.<sup>58</sup>

Iniciado o movimento na madrugada do dia 5 de julho, o maior foco da quartelada, a Vila Militar, foi sufocada prontamente, restando o Forte de Copacabana de onde, desde o

---

<sup>56</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. **A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta**. Ibidem. p. 15.

<sup>57</sup> Cartas publicadas no dia 9 de outubro de 1921 pelo Correio da Manhã com teor injurioso ao Exército. As cartas foram atribuídas a Arthur Bernardes e serviu para inflamar insubordinação no meio militar (CARONE, 1985, p. 32).

<sup>58</sup> AARÃO REIS FILHO, Daniel. **Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 34.

início da madrugada, ouvia-se o trovoar dos canhões. No dia 6, isolado, depois de uma luta encarniçada, a insurreição teve fim com a derrota dos tenentes.

Malgrado a tentativa dos rebeldes, Arthur Bernardes assume a presidência, em 15 de novembro de 1922. Durante seu governo, o país permaneceu quase todo o período em Estado de Sítio, demonstrando que a grande preocupação do governo era a política.<sup>59</sup>

No entanto, no dia 23 de dezembro de 1923, Arthur Bernardes, acreditando na tranquilidade e pacificação do país, suspendeu o Estado de Sítio. Porém, apesar do fim do deste, as transferências de oficiais suspeitos de conspirarem continuavam e isso desagradava os militares. Para aumentar a indignação, o julgamento dos rebeldes de 1922, ocorrido no dia 26 de dezembro de 1923, condenou-os por tentar promover um golpe de estado, mesmo eles provando que “lutavam contra a pessoa do Presidente da República”.<sup>60</sup> Com isso, o sentimento revolucionário dos tenentes reavivou e as articulações para uma nova quartelada se iniciou, com a organização da nova empreitada ficando sob a responsabilidade do General Isidoro Lopes Dias.

Os primeiros movimentos de Isidoro, em dezembro de 1923, foram frustrados, pois alguns militares precipitaram suas ações e impossibilitaram as articulações. Em janeiro e fevereiro de 1924, Isidoro Lopes, Juarez e Joaquim Távora viajaram ao Rio Grande do Sul e Santa Catarina e voltaram a articular o levante. O grande problema que se colocava aos tenentes era que a divisão militar de São Paulo tinha número ínfimo de armas e era necessário que as Forças Públicas ficassem neutras. O Capitão Newton Estilac Leal convenceu o General Abílio de Noronha, comandante da Região Militar, a armar os quartéis paulistas. Joaquim Távora convenceu o Major Miguel Costa a assegurar o apoio de parte da Força Pública.

Em março do mesmo ano, quando tudo estava preparado para o levante, aconteceram três eventos que mais uma vez frustram o plano: a morte de Nilo Peçanha, que apoiava o levante; a intervenção federal na Bahia e a deserção de elementos importantes em São Paulo. Entre abril e junho, Joaquim Távora e Miguel Costa voltam às articulações, Paraná e Rio Grande do Sul foram colocados em segundo plano e a prioridade passou a ser São Paulo e, assim, a rebelião ficou marcada para o dia 05 de julho.<sup>61</sup>

A batalha iniciada em 5 de julho estendeu-se até o dia 27 do mesmo mês, transformando as ruas da capital paulista em verdadeiros campos de guerra. Após forte contraofensiva do governo, os aquartelados se retiraram para o interior paulista, onde

<sup>59</sup> CARONE, Edgar. **Revoluções do Brasil contemporâneo (1922- 1938)**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1975. p. 45.

<sup>60</sup> CARONE, Edgar. **Revoluções do Brasil contemporâneo (1922- 1938)**. Ibidem. p. 49.

<sup>61</sup> CARONE, Edgar. **Revoluções do Brasil contemporâneo (1922- 1938)**. Ibidem. p. 50.

tentaram reorganizar suas forças, mas, diante da impossibilidade, não tiveram outra escolha a não ser a de fugir para o Paraná. Ali, esperaram a Coluna vinda do Rio Grande do Sul.

A quartelada, no Rio Grande do Sul, por sua vez, começou no dia 29 de outubro de 1924 na região de Missões. Ali, serviu Luiz Carlos Prestes<sup>62</sup>, que levantou as tropas do Batalhão de Engenharia de Santo Ângelo. Somados a este se aquartelaram os batalhões de Uruguaiana, São Luís e São Borja. Com as lutas duras contra as tropas legais, a permanência ali concretizaria em derrota. A solução encontrada foi seguir em direção a Foz do Iguaçu, ao encontro da Coluna Paulista. Segundo Carone, ali “Prestes começa a demonstrar a capacidade que fará dele um grande estrategista”.<sup>63</sup>

Ali, iniciaria a Coluna Miguel Costa-Luiz Carlos Prestes. A Coluna Costa-Prestes, iniciando sua marcha, percorreu, em dois anos e três meses, treze estados brasileiros, somando 25 mil quilômetros. Ela somava os aquartelados de São Paulo e Rio Grande Sul e chegou a possuir 1.500 homens que marchavam “contra o governo oligárquico e despótico de Arthur Bernardes”.<sup>64</sup>

O levante de 1924 teve importância fundamental para os militares do 27º BC, pois, naquele ano, também houve um levante no estado do Amazonas que estava conectado com as mobilizações e insurreições armadas ocorridas em nível nacional. A historiadora Eloína Monteiro dos Santos nos diz que, após a derrota do movimento de 1922, vários participantes desse movimento foram transferidos de seus batalhões, entre eles o próprio Luiz Carlos Prestes, sendo deslocado do Rio de Janeiro para o Rio Grande do Sul. Para Manaus, foram transferidos o Tenente do Exército Joaquim de Magalhães Barata e o Tenente da armada José Backer Azamor.<sup>65</sup>

Estava localizado em Manaus o 27º BC e, em Belém, o 26º BC, sede da 8º Região Militar. Os militares desses quartéis apoiaram em 1921 a campanha de Nilo Peçanha, pois este representava a oposição contra Arthur Bernardes. No dia 23 de julho de 1924, seguindo os objetivos da rebelião de São Paulo, aquartelaram-se o Primeiro-tenente Alfredo Augusto Ribeiro Júnior, Primeiro-tenente Joaquim de Magalhães Barata, Capitão-comandante do 27º BC, José Carlos Dubois, e os primeiros-tenentes da Armada José de Lemos Cunha e José Backer Azamor.

Os rebeldes ficaram no poder em Manaus até 28 de agosto de 1924, ou seja, durante

---

<sup>62</sup> Luiz Carlos Prestes é um dos agentes centrais desta dissertação e iremos abordar sua trajetória com mais afinco mais adiante.

<sup>63</sup> CARONE, Edgar. **Revoluções do Brasil contemporâneo (1922- 1938)**. Ibidem. p. 45.

<sup>64</sup> PRESTE, Anita Leocadia. **A Coluna Prestes**. Op. Cit. p. 113.

<sup>65</sup> SANTOS, Eloína Monteiro dos. **A Rebelião de 1924 em Manaus**. Op. Cit. p. 61.

um mês e cinco dias, Ribeiro Júnior administrou a cidade e, nesse tempo, conseguiu colocar em prática algumas medidas que o povo ansiava, dentre as quais podemos destacar a extinção da Força Policial do Estado do Amazonas, a reorganização da Guarda Civil do Estado e, a ação mais aplaudida, a criação do Tributo Redenção.<sup>66</sup> Entretanto, no dia 28 de agosto de 1924, chegaram a Manaus as Forças do Destacamento do Norte comandadas pelo General João de Deus Menna Barreto. Os rebeldes foram derrotados.

Finalizadas as primeiras agitações tenentistas com a internação da Coluna Costa-Prestes na Bolívia, em 1927, as movimentações políticas pareceram esfriar-se. No entanto, a efervescência retornou com a eleição de março de 1930.

Para essa eleição, articulou-se a Aliança Liberal, “iniciativa que partiu de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul”.<sup>67</sup> Esse grupo político era de caráter amplo e reunia tenentistas, setores médios da sociedade e as oligarquias dissidentes. Dentre os tenentes que compunham esse grupo, estavam as principais lideranças dos levantes da década de 20, com exceção de Luiz Carlos Prestes. Entre os oligarcas dissidentes estava até aquele a quem os tenentes se opuseram veemente: Arthur Bernardes.<sup>68</sup>

Pelo lado da situação, Washington Luís desejando continuar sua política de estabilização financeira, indicou Júlio Prestes, até então presidente<sup>69</sup> de São Paulo, para ser seu sucessor. Essa indicação acabava com o acordo São Paulo-Minas Gerais que se revezavam no poder. Essa divergência abriu espaço para que outras disputas e pretensões pudessem ressurgir.<sup>70</sup>

É nesse contexto, que Minas Gerais, em julho de 1929, passa a apoiar o candidato da Aliança Liberal: Getúlio Dorneles Vargas. Ele era ex-ministro da fazenda de Washington Luís e presidente do Rio Grande do Sul. Para a disputa da presidência da república, tinha como vice o presidente da Paraíba, João Pessoa. A Aliança Liberal, como já dito, possuía uma composição heterogênea, evidenciando as dissidências dentro das oligarquias estaduais. Seu lema era “representação e justiça” e sua plataforma eleitoral defendia a reforma eleitoral, a regeneração da política, voto secreto e a moralização dos costumes políticos e das liberdades

<sup>66</sup> Era um “guia de recolhimento”, cujos fundos eram provenientes de confiscos bancários ou como resultado de leilão de bens e móveis. Por esses meios, o governo revolucionário angariava dinheiro e pagava o salário dos funcionários públicos. SANTOS, Eloína Monteiro dos. **A Rebelião de 1924 em Manaus**. Ibidem. p. 107-108.

<sup>67</sup> FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1975. p. 41.

<sup>68</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo (do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo)**. 8. ed. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2017. p. 16.

<sup>69</sup> Na época usava-se o termo “presidente” para designar os cargos que hoje chamamos de “governador”.

<sup>70</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. **A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta**. Op. Cit. 15.

individuais.<sup>71</sup>

Ao final do pleito de março de 1930, Júlio Prestes venceu com um milhão de votos contra 737 mil de Getúlio Vargas. No entanto, a Aliança Liberal estava disposta a levar a disputa às últimas consequências. Para Dulce Chaves Pandolfi, “a condução do movimento revolucionário ficou a cargo dos tenentes e de um grupo de políticos civis”<sup>72</sup>. As articulações se deram de forma lenta, em especial, porque Luiz Carlos Prestes se recusou a apoiar a Aliança Liberal, mas, ainda assim, os demais líderes tenentistas deram adesão e seguimento aos planos, dentre eles: Juarez Távoa, Miguel Costa e Siqueira Campos.

Dessa forma, no dia 3 de novembro de 1930, Getúlio Vargas assumiu o Governo Provisório, fechando o Congresso Nacional, as assembleias estaduais e municipais, retirando os governadores de estados de seus cargos e revogando a Constituição de 1891.

## 1.2 Cenário político no Amazonas dos anos de 1930

Com a derrota do governo revolucionário comandado pelo Primeiro-tenente Alfredo Augusto Ribeiro Júnior, que seguiu a quartelada de São Paulo, no dia 5 de julho de 1924, as oligarquias amazonenses retornaram ao velho jogo político. Segundo Eloína Monteiro dos Santos, havia certo receio das facções Nery e Guerreiro Antony que a facção Rego Monteiro voltasse ao governo do estado; então, surgiu a ideia de solicitar uma intervenção federal. Esta foi instalada no período de 29 de setembro de 1924 até 15 de dezembro de 1925. Alfredo Sá foi escolhido como interventor federal e propôs uma unificação partidária para sanar as querelas oligárquicas no estado. Assim, no dia 12 de março de 1925 o acordo foi selado. As facções Nery, Guerreiro Antony, Dorval Porto, Efigênio Salles e Monteiro de Souza firmaram uma aliança, havendo a pacificação das lutas políticas e passando a dividir o poder. Desse modo, o quadro da política local só voltaria a aquecer com as eleições presidenciais de 1930.

O estado do Amazonas, naquele ano, era governado por Dorval Porto<sup>73</sup>, que havia

---

<sup>71</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. **A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta**. Idem.

<sup>72</sup> Osvaldo Aranha, Pedro Ernesto, Virgílio de Melo Franco, Carlos de Lima Cavalcante e João Neves da Foutoura, por afinidade com as propostas tenentistas, passaram a ser conhecidos como os “tenentes civis”. PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo (do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo)**. Op. Cit. 17.

<sup>73</sup> Foi deputado estadual, deputado federal, Prefeito de Manaus e governador. Foi eleito governador para cumprir o mandato até dia 1 de janeiro de 1933, no entanto, as movimentações da “revolução de 1930” o depuseram, colocando em seu lugar uma Junta Governativa. BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias: vultos do passado**. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1969. p. 193-194.

tomado posse em janeiro do mesmo ano, sucedendo Ephigênio Sales<sup>74</sup>. No entanto, ele foi deposto em outubro, devido às movimentações que levaram Getúlio Vargas ao poder, sendo colocada em seu lugar uma Junta Governativa, integrada pelo coronel Pedro Henrique Cordeiro Júnior, José Alves de Sousa Brasil, Arthur Cezar Ferreira Reis e Francisco Pereira da Silva.

No dia 20 de novembro, foi nomeado como interventor Álvaro Botelho Maia<sup>75</sup>. A escolha se deu, segundo Amauri Oliveira Pio Júnior, pelo seu apoio intransigente à revolta tenentista de 1924, a defesa do governo revolucionário e também por méritos pessoais, tais quais ser um jovem intelectual e idealista. Além do mencionado, pesou na decisão a simpatia de Juarez Távora<sup>76</sup>, que desempenhou um papel fundamental no Governo Provisório, sendo responsável pelas articulações políticas no norte do país.<sup>77</sup>

O período de Álvaro Maia como interventor foi curto. Durante sua interventoria<sup>78</sup>, iniciou uma querela com o poder judiciário do estado. Maia resolveu dissolver o Tribunal de Justiça com objetivo de recompor a corte com homens mais alinhados com o governo instalado no Brasil e no Amazonas. Os magistrados, por sua vez, recorreram a Getúlio Vargas, o qual solicitou que o interventor revogasse sua decisão. No entanto, Maia não acatou a ordem e foi exonerado, em julho de 1931.<sup>79</sup> Apesar de ter sido exonerado do cargo, a vida política de Álvaro Maia não acabou ali, pois ele retornou à luta política em 1933, como veremos adiante.

O momento político no Amazonas, nesse ínterim, era de reajustes políticos frente à

---

<sup>74</sup> Nasceu em 16 de agosto de 1879, em Minas Gerais, foi eleito deputado federal, em 1911, presidente do Estado do Amazonas, em 1925, e senador, 1929. BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias: vultos do passado**. Ibidem. p. 203-204.

<sup>75</sup> Álvaro Botelho Maia teve uma intensa vida política. Foi Interventor Federal, nomeado por Vargas, em fins de 1930; Deputado federal (1933-1935); Governador eleito do Amazonas (1935-1937); Interventor nomeado (1937-1945); Senador (1946-1951); Governador eleito (1951-1954) e; Senador (1967-1969). BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias: vultos do passado**. Ibidem. p. 65-66.

<sup>76</sup> Juarez Távora participava das movimentações tenentistas desde 1922. Em 1930, compôs a Aliança Liberal, mas com a derrota na eleição, assume o comando da revolução no norte do país. No Governo Provisório, continuou articulando politicamente os rumos do tenentismo, em especial, na região norte, onde eram mais fortes e apoiavam vigorosamente o governo, defendendo a continuidade do Governo Provisório e a não convocação da constituinte. Nesse período, Juarez Távora assume o comando da Delegacia do Norte, que tinha por objetivo alinhar os estados nortistas dentro do programa revolucionário. Juarez Távora também participou do Bloco Norte que visava contrapor-se às tentativas de constitucionalização do país. Por fim, já convocada a eleição para a Assembleia Nacional Constituinte (ANC), fundou junto aos interventores do norte do país a União Cívica Nacional (UCN), que buscava futuramente transformar em um partido de nível nacional.

<sup>77</sup> PIO JUNIOR, Amauri Oliveira. **O trabalhismo no Amazonas: o periódico Tribuna Popular como instrumento de “orientação das hostes trabalhistas”**. 2015. 124 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, 2015. p. 26.

<sup>78</sup> Foram interventores no Amazonas, entre 1930 a 1935: Álvaro Botelho Maia; Tenente Emanuel de Moraes; Tenente Antônio Rogerio Coimbra; Waldemar Pedrosa; Capitão Nelson de Melo; Tenente Paulo Cordeiro de Melo. Cabe mencionar que entre esses interventores, apenas dois eram civis, demonstrando mais uma vez a invertida tenentista sobre as interventorias do norte do país.

<sup>79</sup> SANTOS, Eloína Monteiro dos. **Uma liderança política cabocla: Álvaro Maia**. Manaus: Edua, 1997. p. 91.

nova ordem que se colocava. Para Pio Júnior, analisar esse momento de instalação do Governo Provisório no estado aumenta a capacidade de ver como as forças políticas tradicionais recebiam e ressignificavam seus discursos frente ao novo regime, objetivando a manutenção de seu *status quo*.<sup>80</sup>

Porém, longe de ser um período harmônico, o período pós-revolução foi uma etapa de embates, pois, no bojo do próprio movimento, que levou à “revolução de 1930”, já estavam os germes de sua contradição. Ângela de Castro Gomes nos lembra que a Aliança Liberal uniu sob sua bandeira grupos distintos (tenentes e oligarquias dissidentes) e essa diferença, após a vitória revolucionária, ficou evidente.<sup>81</sup>

O cenário pós-revolucionário foi de grande prestígio para os tenentes. Com poderoso recurso político, passaram a investir numa ofensiva se organizando em torno do Clube Três de Outubro, fundando ligas revolucionárias, na tentativa de arregimentar suas bases organizacionais. Já as oligarquias dissidentes passam à ofensiva, buscando constitucionalização do país.

Neste ínterim, a região norte do país – que, na época compreendia o norte e o nordeste – recebeu atenção especial por parte dos tenentistas, pois, nessa região, estava a base de sustentação do Governo Provisório. Dessa forma, Juarez Távora foi designado em 1930, para dirigir a Delegacia do Norte, criada em 12 de dezembro de 1930, via decreto, cujo objetivo principal era alinhar o norte à revolução. O líder tenentista, por meio da Delegacia do Norte, ganhou poderes para propor demissões, nomeações, transferências e qualquer ato que contribuísse para a solidificação da revolução no norte.<sup>82</sup>

No final de 1931, a Delegacia do Norte foi extinta, mas conseguiu seu objetivo. No início do mesmo ano, foi formado o Bloco Norte, encabeçado pelo interventor de Pernambuco, Lima Cavalcânti. O Bloco Norte não tinha caráter institucional. Era formado pelos revolucionários do norte, com objetivo de defender os interesses da região frente ao poder central; além disso, uma das propostas do Bloco era a oposição à convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, pois, segundo seus membros, uma constituinte faria o país retornar ao antigo regime, derrubado na “revolução de 1930”.

As oligarquias dissidentes também reestruturaram suas organizações com objetivo de

---

<sup>80</sup> PIO JUNIOR, Amauri Oliveira. **O trabalhismo no Amazonas**: o periódico Tribuna Popular como instrumento de “orientação das hostes trabalhistas”. Op. Cit. p. 27.

<sup>81</sup> GOMES, Ângela de Castro. Introdução. In: \_\_\_\_\_ (Coord.). **Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 26.

<sup>82</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. A trajetória do Norte: uma tentativa de Ascenso político. In: GOMES, Ângela de Castro (Coord.). **Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 347.



pressionar o Governo Provisório a convocar a Assembleia Nacional Constituinte. As duas entidades mais importantes foram a Frente Única Gaúcha (1931) e a Frente Única Paulista (1932). Dessa forma, se, por um lado, apostava-se na centralização do poder e na continuação do Governo Provisório, por outro, apostava-se no federalismo, na constitucionalização do país. Essas divergências e rompimentos dentro do Governo Provisório levaram a sua contestação e a uma ampla campanha pela constitucionalização do país, levada às últimas consequências na “revolução constitucionalista” de 1932, em São Paulo, que, apesar de não ter vencido militarmente o Governo, politicamente obteve uma vitória expressiva, pois, a partir do fim das batalhas em São Paulo, passou-se a acelerar o processo de constitucionalização.

A partir de então, Juarez Távora e outras lideranças tenentistas iniciaram debates sobre a construção de um partido de nível nacional para a eleição da constituinte. Em 1932, realizam o Congresso Revolucionário, que, depois de debates acalorados, encaminharam as seguintes propostas: forma republicana e federativa da União soberana, sistema representativo e regime parlamentar nos moldes da tese defendida pelo Clube 3 de Outubro; eleição indireta do presidente da República pelos congressos Federal e Estaduais, sendo voto direto apenas para as Câmaras Municipais; bicameralidade do Poder Legislativo, composto por uma Câmara Política e uma Câmara Sindical, que seria composta de 2/5 de representação proletária, 2/5 de representação patronal e 1/5 de representação profissional liberal. Ao término do congresso, foi aprovada a formação do Partido Socialista Brasileiro, que deveria defender na Assembleia Nacional Constituinte as teses aprovadas nesse congresso.<sup>83</sup>

Apesar dos debates, da aprovação de um partido de nível nacional, o Partido Socialista Brasileiro não conseguiu se impor nacionalmente e os tenentistas tiveram que repensar suas estratégias. A tática adotada foi: cada interventor deveria concentrar todos os esforços na criação de uma organização partidária em nível estadual. Em fevereiro de 1933, os líderes tenentistas realizaram uma reunião na qual foi acertado o “Acordo Revolucionário”, cujo compromisso era lançar bases para um partido nacional que congregasse os partidos já existentes. No dia 18 do mesmo mês, foi lançada uma coligação de diversas correntes revolucionárias que seria o primeiro passo para o partido nacional: União Cívica Nacional (UCN).

Diante da tímida abertura política, a eleição para a Assembleia Nacional Constituinte foi convocada para maio de 1933. Com a eleição já marcada, as forças políticas no Amazonas

---

<sup>83</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. A trajetória do Norte: uma tentativa de Ascenso político. In: GOMES, Angela de Castro (Coord.). **Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30**. Ibidem. p. 364.

começaram a se organizar para os pleitos vindouros.

Nesse íterim, surgiram, no Amazonas, novos partidos.<sup>84</sup> Entre eles, os mais importantes foram: o Partido Socialista Amazonense<sup>85</sup> (PSA) e o Partido Trabalhista Amazonense (PTA). Esses dois partidos surgiram para disputar a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) de 1933, à frente destes apresentavam-se duas lideranças importantes, pelo PSA, Álvaro Maia; e pelo PTA, Luiz Tirelli<sup>86</sup>.

O PSA foi registrado no Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas no dia 5 de abril de 1933; um dos seus principais fundadores foi Leopoldo Tavares da Cunha Melo, importante liderança política do Amazonas. O partido também contou com o empenho do Capitão-tenente Rogério Coimbra, interventor do Amazonas na época, e de lideranças do núcleo do Clube 3 de Outubro. O partido foi fruto do “Acordo Revolucionário”, acerto entre lideranças

---

<sup>84</sup> Alguns partidos que disputavam a cena política desde os anos 1920 perderam forças frente à nova conjuntura. Entre esses partidos podemos citar: Partido Republicano Amazonense (PRA); União Republicana Amazonense (URA); Partido Republicano Liberal (PRL).

<sup>85</sup> É importante mencionar o que o termo “socialista” empregado pelo partido não era sinônimo de “comunismo”, nem se referia ao marxismo-leninismo, mas ao que chamavam de “socialismo democrático”. Na verdade, os chefes tenentistas, após suas frustradas tentativas de impedir a constitucionalização do país passaram a tentar formar um partido de abrangência nacional. Em novembro de 1932, realizaram o Congresso Revolucionário, no qual deliberaram a formação do Partido Socialista Brasileiro, sob o qual deveriam articular-se as correntes revolucionárias e os partidos revolucionários estaduais. Esse partido tinha como objetivo defender as teses do Congresso Revolucionário na Assembleia Nacional Constituinte. Entre as pautas estavam, segundo Dulce Pandolfi: eleições indiretas para presidente da República pelo Congresso Federal e Estadual; bicameralidade do Poder Legislativo, composto por uma Câmara Política e uma Câmara Sindical; forma republicana e federativa da União Soberana; sistema representativo e regime parlamentarista. Por fim, o partido não teve força suficiente e os tenentistas tiveram que rearticulassem para a disputa da Constituinte Nacional, dessa forma, por meio do Acordo Revolucionário, criaram a União Cívica Nacional, numa nova tentativa de criar um partido nacional. A UCN deveria ser liderada por cada interventor e sob ela deveriam se filiar os partidos estaduais. A UCN defendia no seu programa a representação de classes, o apoio aos sindicatos existentes dentro da lei vigente e eleição indireta para presidente da República. PANDOLFI, Dulce Chaves. *A trajetória do Norte: uma tentativa de Ascenso político*. In: GOMES, Angela de Castro (Coord.). **Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30**. Ibidem. p.364. Para Chacon, a definição de “socialismo” se apresentava mais ampla, senão vaga: o interesse da coletividade sobreposto aos interesses dos indivíduos; todo poder emanado da vontade dos cidadãos, encarados, sem distinção de qualquer espécie, como células da sociedade política e como elementos componentes de todas as classes profissionais que a integram [...] Dois ou três caminhos – sindicalização e representação corporativa classista rumo ao cooperativismo – são apresentados como solução socialista. CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros: discurso e práxis de seus programas**. 3. Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. p. 148.

<sup>86</sup> Partidário da Aliança Liberal (1929-1930) participou da Revolução de 1930, em Natal (Rio Grande do Norte), como oficial do 29º Batalhão de Caçadores, comandando a Escola de Aprendizes Marinheiros, por delegação do capitão Juarez Távora. Filiou-se, posteriormente no Pará, ao Clube 3 de Outubro. No ano de 1932 participou como assistente da flotilha do Amazonas na repressão a movimentos de apoio à Revolução Constitucionalista, deflagrada em São Paulo em julho desse mesmo ano. Em 1933 filiou-se ao Partido Trabalhista Amazonense, elegendo-se deputado à Assembleia Nacional Constituinte na legenda da Aliança Trabalhista Liberal do Amazonas, integrada também pelo Partido Liberal do Amazonas e pelo Partido Republicano do Amazonas. Elegeu-se, em setembro de 1935, deputado federal pelo Partido Popular do Amazonas (PPA). Exerceu o mandato até novembro de 1937 quando, com a implantação do Estado Novo, foram dissolvidos os órgãos legislativos do país. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/tirelli-luis>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

do Governo Provisório, partidos e interventores.<sup>87</sup>

Com o “Acordo Revolucionário” firmado, com ele, o compromisso de defender um programa nacional amplo e de reservar aos partidos medidas que combinassem com a especificidade de cada estado. Fruto desse acerto, surgiu a União Cívica Nacional<sup>88</sup> (UCN), que tinha como objetivo coordenar e disciplinar as forças revolucionárias e congregar as correntes estaduais fiéis ao Governo Provisório.<sup>89</sup>

Desse modo, a UCN passou a congregiar partidos estaduais e estabeleceu um programa doutrinário mínimo a ser defendido na ANC. No entanto, o objetivo da UCN em formar um grande partido nacional não se realizou, tendo sido desarticulados logo após o fim da ANC.

No Amazonas, antes da eleição para a ANC, surgiu a União Cívica Amazonense, representante da UCN no Amazonas. Sob ela, filiou-se o PSA. O ex-interventor amazonense Álvaro Maia teve importante papel na organização desta. Para a eleição para a ANC, a UCN conseguiu o apoio da junta estadual da Liga Eleitoral Católica, tendo se comprometido a defender a pauta católica na Constituinte.<sup>90</sup> Essa coligação conseguiu eleger, em 1933, três representantes para a Constituinte: Leopoldo Tavares da Cunha Melo, Álvaro Botelho Maia e Alfredo Augusto da Mata.

O PTA, por sua vez, foi criado com a preocupação de ligar as lideranças do partido com os trabalhadores, por isso a escolha do termo “trabalhista”; além disto, o termo foi apropriado pela conjuntura política e pela criação do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (MTIC). A pauta do partido, portanto, passou a ser construída pelas adversidades encaradas pelos trabalhadores, tentando arregimentá-los como base para a eleição de 1933.<sup>91</sup>

A fundação do PTA se deu no dia 2 de fevereiro de 1933, sob a liderança de Luiz Tirelle. Ele possuía raízes no movimento sindical dos marítimos e havia também participado do movimento tenentista, inclusive participando das lutas que levaram Getúlio Vargas ao poder. No entanto, insatisfeito com os rumos do Governo Provisório, resolveu fundar um partido que agregasse marítimos, portuários, membros da classe trabalhadora em geral, assim

<sup>87</sup> COSTA, Maria das Graças Pinheiro. **O direito à educação no Amazonas (1933- 1935)**. 2001. 325 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2001. p. 131.

<sup>88</sup> Criada no dia 18 de fevereiro de 1933, era uma coligação de correntes revolucionárias que deveria ser o primeiro passo para formação de um partido nacional. A reunião de fundação da UCN foi realizada na casa do ministro Melo Franco e dela participaram diversos líderes tenentistas, dentre eles, Rogério Coimbra. A UCN defendia no seu programa a representação de classes e o apoio aos sindicatos legais. PANDOLFI, Dulce Chaves. A trajetória do Norte: uma tentativa de Ascenso político. In: GOMES, Angela de Castro (Coord.). **Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30**. Op. Cit. p. 366.

<sup>89</sup> COSTA, Maria das Graças Pinheiro. **O direito à educação no Amazonas (1933- 1935)**. Op. Cit. p. 132.

<sup>90</sup> COSTA, Maria das Graças Pinheiro. **O direito à educação no Amazonas (1933- 1935)**. Ibidem. p. 133.

<sup>91</sup> PIO JUNIOR, Amauri Oliveira. **O trabalhismo no Amazonas: o periódico Tribuna Popular como instrumento de “orientação das hostes trabalhistas”**. Op. Cit. p. 52-54.

como dissidentes liberais, republicanos e membros da elite política local. Entre os membros da elite política local, estava Silvério Néry, do clã Nery, que comandava a política amazonense no início do século XX.<sup>92</sup>

Segundo Maria das Graças Pinheiro Costa, o PTA não era um partido genuíno da classe trabalhadora, mas a organização de categoria dos trabalhadores amazonenses dava amplo apoio ao PTA.<sup>93</sup> Nesse sentido, alguns meses após a fundação do partido, a Federação Trabalhista do Amazonas, órgão representativo dos trabalhadores, expressou seu apoio, através da imprensa, ao partido.

Dessa forma, podemos perceber maior proximidade do PTA com a classe trabalhadora e percebemos também que, por meio da *Tribuna Popular*, o partido procurava informar, ganhar e arregimentar os trabalhadores nas hostes trabalhistas.

No tocante à representação de classes na ANC, cabe salientar, como apontou Maria das Graças Pinheiro Costa, essa representação não foi destacada na imprensa amazonense, ou seja, não foi possível identificar os delegados-eleitores de organizações sindicais e/ou de associações profissionais.<sup>94</sup> A explicação aceita para esse caso é a proposta por Gomes que afirma:

As eleições para a bancada dos empregados foram realizadas no dia 20 de julho de 1933, de acordo com as instruções estabelecidas pelo Decreto 22.696, de 11 de maio de 1933, que fixou o número e a maneira pela qual o pleito se efetuará. O curto espaço de tempo existente entre o decreto e a data da eleição podia dificultar a participação dos sindicatos, uma vez que apenas aqueles reconhecidos pelo Ministério do Trabalho até de julho elegeriam os delegados-eleitores à Convenção Nacional, onde se faria escolha dos deputados.<sup>95</sup>

Maria das Graças Pinheiro Costa comprova essa hipótese afirmando que não havia, entre 1931 e 1933, sindicatos patronais, de empregados e de profissionais liberais no estado, reconhecidos oficialmente pelo Ministério do Trabalho. Já em 1934, o Amazonas contava com 15 sindicatos de empregados e um sindicato de profissão liberal inscritos no Ministério do Trabalho.<sup>96</sup> O crescimento dos sindicatos e associações demonstra a mobilização do movimento dos trabalhadores no Amazonas, em especial, após a promulgação da Constituição Federal.

<sup>92</sup> COSTA, Maria das Graças Pinheiro. **O direito à educação no Amazonas (1933- 1935)**. Op. Cit. p. 138.

<sup>93</sup> COSTA, Maria das Graças Pinheiro. **O direito à educação no Amazonas (1933- 1935)**. Ibidem. p. 139.

<sup>94</sup> COSTA, Maria das Graças Pinheiro. **O direito à educação no Amazonas (1933- 1935)**. Ibidem. p. 145.

<sup>95</sup> GOMES, Ângela de Castro. A representação de classes na Constituinte de 1934. In: \_\_\_\_\_ (Coord.). **Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 469.

<sup>96</sup> COSTA, Maria das Graças Pinheiro. **O direito à educação no Amazonas (1933- 1935)**. Op. Cit. p. 145; 157.

Na eleição para a Constituinte Federal de 1933, o PTA coligou com o Partido Liberal do Amazonas (PLA) e com o Partido Republicano do Amazonas (PRA). Fruto desta, nasceu a “Aliança Trabalhista-Liberal do Amazonas” e, assim, constituiu-se a chapa composta por Leopoldo Néri da Fonseca (PRA), Alfredo Augusto Ribeiro Júnior (PLA), Luiz Tirelli (PTA). Por essa coligação, elegeu-se apenas Luiz Tirelli, ficando Ribeiro Júnior na primeira suplência.

Durante os debates da Constituinte Nacional, os deputados constituintes elegeram, de forma indireta, para presidir o país, Getúlio Vargas, que, desde 1930, ocupava o cargo provisoriamente. Vargas soube articular sua base de apoio e obteve 175 votos contra 59 de Borges de Medeiros, 4 do General Góis Monteiro e 9 distribuídos entre outros candidatos.<sup>97</sup>

Após o fim da Assembleia Nacional Constituinte, iniciou o período para eleição da Constituinte Estadual, que elegeria para os cargos de deputados estaduais e federais. Os deputados estaduais, posteriormente, teriam que eleger um governador e dois senadores de forma indireta. Essa eleição levou a uma rearticulação dos partidos que disputaram a eleição de 1933: coligações foram desfeitas, partidos se dividiram. Pio Júnior defende que, nas rearticulações políticas, em 1934, no Estado do Amazonas, “incorreram desde aspectos nacionais, como a desarticulação da UCN, passando, em nível regional, pela preparação para a formação da Assembleia Constituinte Estadual, além do aumento da busca de novos filiados”.<sup>98</sup>

O PTA, frente à nova conjuntura, buscou maior alinhamento com o governo Vargas, desfez a aliança com o PLA e o PRA e passou a receber apoio da União Operária Amazonense.

O Partido Republicano do Amazonas (PRA) sofreu uma cisão que culminou na criação do Partido Radical Republicano do Amazonas (PRRA). A União Cívica Amazonense (UCA), coligação encabeçada pelo PSA, em 1933, desarticulou-se ao fim da Constituinte Federal. O PSA, então, em 1934, coligou com o PRRA, com o Clube 03 de Outubro e a Liga Eleitoral Católica do Amazonas, formando a coligação “Pelo Amazonas Redimido”.<sup>99</sup>

Em 1934, os candidatos disputaram 30 vagas de deputados estaduais e 4 vagas de deputados federais. Os deputados estaduais, como já dito, teriam, posteriormente, que eleger

<sup>97</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo** (do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo). Op. Cit. p. 28.

<sup>98</sup> PIO JUNIOR, Amauri Oliveira. **O trabalhismo no Amazonas: o periódico Tribuna Popular como instrumento de “orientação das hostes trabalhistas”**. Op. Cit. p. 65.

<sup>99</sup> PIO JUNIOR, Amauri Oliveira. **O trabalhismo no Amazonas: o periódico Tribuna Popular como instrumento de “orientação das hostes trabalhistas”**. Ibidem. p. 64.

indiretamente um governador e dois senadores.

O resultado das eleições deu uma grande vitória à coligação encabeçada pelo PSA, pois este conseguiu três vagas de deputados federais, elegendo, Álvaro Maia, Alfredo da Matta e Leopoldo Tavares Cunha Mello. A quarta vaga ficou com Augusto Ribeiro Júnior (PRRA) da mesma coligação do PSA. Para a Assembleia Estadual Constituinte, a coligação liderada pelo PSA elegeu 24 deputados<sup>100</sup>. O PTA elegeu apenas 4 deputados estaduais.

Segundo Pio Junior, “dentre suas primeiras tarefas, as Assembleias Estaduais deveriam promover a escolha de um governador com caráter temporário, até a promulgação da Constituição”.<sup>101</sup> Participaram desse processo: o PSA, PRRA, PTA e PR. Com a abertura da Assembleia Constituinte Estadual, as alianças foram desfeitas.

A Assembleia elegeu, no dia 4 de fevereiro de 1935, por 28 dos 30 votos, Álvaro Botelho Maia para Governador Constitucional para o quadriênio 1935-1939 e também deputados federais eleitos pelo PSA, Leopoldo Tavares da Cunha Mello e Alfredo Augusto da Matta, para o mandato de senadores.<sup>102</sup> Após o término das Assembleias Constitucionais, consumou-se uma importante aliança entre Álvaro Maia (PSA) e Luiz Tirelli (PTA),<sup>103</sup> o que levou ao afastamento do governador de seus antigos aliados, em especial Leopoldo Tavares Cunha Melo, e à fundação de um novo partido em julho de 1935, o Partido Popular Amazonense (PPA), fusão de dissidências do PSA – radicais socialistas – com o PTA.

Devido a essas escolhas, foi definida uma nova eleição para o dia 7 de setembro de 1935 a fim de eleger os deputados federais que ocupariam os postos de Leopoldo Tavares de Cunha Mello e Alfredo da Matta, eleitos para o Senado, e de Álvaro Maia, eleito governador.

Saíram vencedores do pleito de setembro de 1935, Luiz Tirelli (PPA), Aluysio Araújo (PSA) e Alexandre Carvalho Leal (PPA). Para Pio Junior, “evidencia-se, por estes números,

---

<sup>100</sup> Eleitos pelo PSA em coligação com PRRA, sob a legenda “**Amazonas redimido**”: Alfredo de Lima Castro; Antovilla Rodrigues Moura Vieira; Ariolino Aguiar Azevedo; Armando Madeira; Benjamin Constant da Costa Ferreira; Carlos Augusto Machado; Felix Valois Coelho; Gentil da Costa Ferreira; João de Paula Gonçalves; João Nogueira da Matta; Júlio César de Lima; Leopoldo Amorim da Silva Neves; Philadelpho Floriano de Moraes; Ruy Barreto; Tito de Lemos Bittencourt. Eleitos apenas pelas legendas “**Amazonas Redimido**” e “**Tudo pelo Amazonas**”: Ary Tapajós Cahn; Cosme Ferreira Filho; João Baptista Verçosa; José Nunes de Lima; Manoel Monteiro da Silva; Manoel Severiano Nunes; Maria Miranda Leão; Moacyr de Gouveia Dantas Cavalcante. Eleito pelas legendas “**Amazonas Redimido**” e “**Amazonas**”: Annanias Celestino de Almeida. Eleitos pelo PTA: Antonio de Vasconcellos; Felismino Francisco Soares; Vivaldo Palma Lima. Eleito pelo PTA e pelo PLA, sob a legenda “**Tudo pelo Amazonas**”: Raymundo Chaves Ribeiro. Eleito pelo PRA: Aristides Rocha. Eleito pelo PRA, sob a legenda “**Tudo pelo Amazonas**”: Leopoldo Carpinteiro Peres.

<sup>101</sup> PIO JUNIOR, Amauri Oliveira. **O trabalhismo no Amazonas**: o periódico Tribuna Popular como instrumento de “orientação das hostes trabalhistas”. Op. Cit. p. 66.

<sup>102</sup> COSTA, Maria das Graças Pinheiro. **O direito à educação no Amazonas (1933- 1935)**. Op. Cit. p. 187.

<sup>103</sup> A hipótese defendida por Pio Junior é que convivência de Luís Tirelli e Álvaro Maia como deputados federais no Rio de Janeiro e o fato de ambos pertencerem à base de aliados que elegeu Vargas podem sugerir um ambiente propício a uma aproximação política. PIO JUNIOR, Amauri Oliveira. **O trabalhismo no Amazonas**: o periódico Tribuna Popular como instrumento de “orientação das hostes trabalhistas”. Op. Cit. p. 68-69.

que o estabelecimento do Partido Popular Amazonense dera resultados expressivos a seu grupo e que as divergências teriam sido, neste período de instalação, controladas”.<sup>104</sup> Após a eleição, dois candidatos derrotados da Frente Única Parlamentar (Leopoldo Péres e Júlio Lima) impetraram um processo no Supremo Tribunal Eleitoral pedindo a nulidade da chapa do PPA, sob a alegação que esta chapa burlou o Código Eleitoral, colocando três nomes na lista e na cédula de votação e não apenas um como pedia o referido Código. Em meados de 1936, o Supremo Tribunal Federal, no entanto, negou o pedido, confirmando a posse e diplomação dos candidatos Luiz Tirelli e Carvalho Leal do PPA.<sup>105</sup>

Antes da eleição para deputados federais, houve também o pleito para vereadores de Manaus. Este evento foi realizado dia 31 de agosto e participaram da disputa o Partido Popular Amazonense com a legenda “Pró-Amazonas, com Álvaro Maia”, a Frente Unificada Parlamentar com a legenda “Pelo Amazonas Redimido”, outras legendas foram “Ordem e Progresso”, “Integralismo”,<sup>106</sup> “Trabalho, ordem e liberdade”, além de avulsos e sem legendas.

Os vereadores eleitos foram: Lucano Antony (PPA), Luiz Almir do Valle Correa (PPA), Oscar Costa Rayol (PPA), Augusto Cesar Fernandes (PPA), Cursino Dias da Gama (PPA); Azemar Damasceno Couto (Frente Única Parlamentar), Sergio Rodrigues Pessoa (Frente Única Parlamentar). Os suplentes foram: Lourenço da Silva Braga (PPA), Francisco Rebelo de Souza (PPA); Joaquim Botelho Cabral (Frente Única Parlamentar), Eduardo Pinto de Almeida (Frente Única Parlamentar), Francisco Julião de Aguiar (Frente Única Parlamentar), João Vianna de Araujo e Luiz Gonzaga Palmeira (Frente Única Parlamentar).<sup>107</sup>

Após essas eleições, permanecia o impasse sobre a eleição das representações dos trabalhadores. Na Assembleia Estadual Constituinte, não houve debate sobre o tema e o desenrolar dessa questão se deu por todo o ano de 1935, levando o desembargador Arthur Virgílio, presidente do Tribunal Regional Eleitoral, a enviar o seguinte telegrama ao Superior Tribunal Eleitoral:

O Boletim Eleitoral número 77, de 11 de julho de 1935, publicou instruções para as eleições das representações profissionais nas Assembleias Estaduais, aprovadas por essa Egregio Tribunal, o qual só chegou aqui em principio deste mez, tendo iniciado hontem a publicação no Diario Oficial do Estado. A Constituição Estadual,

<sup>104</sup> PIO JUNIOR, Amauri Oliveira. **O trabalhismo no Amazonas**: o periódico Tribuna Popular como instrumento de “orientação das hostes trabalhistas”. Op. Cit. p. 82.

<sup>105</sup> *Tribuna Popular*, 3 fev. 1936; *Tribuna Popular*, 13 jan. 1936.

<sup>106</sup> Pela legenda Integralista, disputaram suas principais lideranças, Áthila Sá Peixoto e Paulo Eleutherio, além de, Francisco Bemfica, Augusto Maués e Sá Ribeiro.

<sup>107</sup> *Tribuna Popular*, 16 set. 1935.

promulgada dia 2 de junho deste anno, não estabeleceu, nem determinou classes a serem representadas [...] pede os Doutos supplementos ao Tribunal Superior, visto tratar-se caso omissis nas ditas instrucções.<sup>108</sup>

Em resposta, o Tribunal Superior Eleitoral afirmou que o Tribunal Regional Eleitoral não tinha competência para fixar uma data para a eleição de representantes profissionais, visto que não havia lei aprovada pela Constituição Estadual que tratasse do tema.<sup>109</sup>

Observamos que a solução do impasse se deu entre os dias 18 e 25 de novembro de 1935, quando a *Tribuna Popular* noticia a eleição de seis representantes classista à Assembleia Estadual do Amazonas.

As classes que foram representadas na Assembleia Legislativa foram: indústria, comércio, transporte, funcionários públicos e profissões liberais. Pelo grupo dos industriais, foi eleito Francisco Caetano de Andrade, tendo como suplente José Alves Lima. Pelos grupos dos comerciários e transporte, foram eleitos Alphen Thaumaturgo de Barros e Arthur Ramos Pinto, como suplentes foram eleitos João Soares Pereira e Genuino Baptista de Lyra. Pelo funcionalismo público, foi eleito Gersino Braga, tendo como suplente Antonio Lopes Barroso. Para a representação dos profissionais liberais, foi eleito José Carlos Nobre da Silva. Entre os eleitos, 4 eram do PPA, a saber, Gersino Braga, José Carlos Nobre da Silva, Alphen Thaumaturgo de Barros e Francisco Caetano de Andrade.<sup>110</sup>

Essas disputas eleitorais apontam para o poder político-eleitoral que o partido de Álvaro Maia e Luís Tirelli possuía. Em três eleições que o PPA participou, venceu todas. Isso mostra que Álvaro Maia conseguiu a maioria na Assembleia Legislativa e na Câmara Municipal de Manaus; contava, ainda, com dois deputados federais e um senador. No entanto, isto não garantiu a pacificação esperada, tampouco seu governo passou imune às críticas, pois percebemos que, após a passagem da caravana da Aliança Nacional Libertadora pelo estado, a demissão do prefeito de Manaus, a substituição do presidente da Assembleia Legislativa e o pedido de cassação da chapa de deputados federais do PPA, as querelas entre o governo e seus opositores se potencializaram. Outro evento que causou brigas e até a reconfiguração do tabuleiro político no Amazonas foi a tentativa de levante armado em novembro de 1935 – evento que abordaremos no próximo capítulo.

Desse modo, é importante mencionar que as querelas envolvendo o governador do estado, Álvaro Botelho Maia, e o senador da república, Leopoldo Tavares da Cunha Mello, tiveram fim em meados de 1936, quando – meses depois do fim da briga na justiça eleitoral,

<sup>108</sup> *Tribuna Popular*, 19 ago. 1935.

<sup>109</sup> *Tribuna Popular*, 19 ago. 1935

<sup>110</sup> *Tribuna Popular*, 18 nov. 1935; *Tribuna Popular*, 25 nov. 1935.



em que a Frente Única Parlamentar pedia a cassação da chapa de deputados federais do PPA – ocorre no Amazonas uma nova aliança política que mais uma vez demonstrou a complexidade do jogo político na década de 1930 no Amazonas. Os aliados de outrora, rivais até então, Álvaro Maia e Leopoldo Tavares Cunha Mello, mais uma vez se reaproximam e passam a articular a política amazonense juntos. Luiz Tirelli, mais uma vez, se afasta do governador, e o PPA, fundado em 1935, desmembra-se.

A primeira notícia sobre a nova configuração política no Amazonas foi dada pelo deputado federal Alfredo Augusto Ribeiro Junior, que, em uma entrevista ao *Correio do Norte* (entrevista essa reproduzida pelo *O Jornal*), falou:

Segundo está, amplamente, vulgarizado, ter-se-ia assignado em Manáos, uma acta de “accordo político para estabelecer um ambiente de pacificação, etc, etc, etc. a literatura dos “accordos”, “tregos parlamentares”, “pacificações de espíritos” como as das viagens de certos políticos que “vêm ao Rio para tratar dos interesses administrativos do estado, é, assaz conhecida pelo seu inconfundível timbre de insuperavel insipidez. Não vale assim, o commentarmol-a aqui. O essencial é que se saiba em que consiste aquelle accordo, e por que foi processado e resolvido [...] Preposto instruído e disciplinado por S. Excia., seguiu para Manáos o deputado Aluysio de Araujo, a quem – como é sabido na camara dos Deputados – o bravo senador (Leopoldo Tavares Cunha Mello) “deu posse, como seu deputado”. O sr. Aluysio de Araujo, em breve tempo, dava ao seu chefe e senhor o resultado dos “seus” entendimentos com o sr. Alvaro Maia. Claro que todos esses devotados preparadores do “ambiente de pacificação no Estado” suppunham que eu ignorasse as suas iniciativas, os seus arranjozinhos e as suas deliberações.<sup>111</sup>

Após o acordo firmado, o deputado afirmou ter sido convidado para participar do diretório de um “partido pacifista e tranquilizador”, tendo este se recusado e enviado para o seu correligionário, deputado estadual Philadelpho de Moraes, um despacho com a seguinte mensagem: “Peço declarar Aluysio inconsiderar proposta conciliação vista clausula suas preparadas segredo polichinelo collidirem minha dignidade pessoal política jamais deixei disposição quem quer que seja mostre estes amigos lembranças affectuoso abraço”.<sup>112</sup>

O segundo a abordar esse acordo com certa indignação foi o deputado federal Luiz Tirelli:

A sessão de hontem, no Palacio Tiradentes, foi das mais movimentadas dos últimos tempos. Chegou haver tumulto. Na primeira parte da ordem do dia ventilou-se entre os representantes amazonenses, a questão do accordo político recentemente processado em Manáos. Os sr. Luiz Tirelli, subindo á Tribuna, atacou, com vehemencia, o referido accordo, que foi defendido pelo sr. Carvalho Leal. O sr. Ribeiro Junior aparteia com insistência. Em dado momento, este deputado,

<sup>111</sup> *O Jornal*, 15 maio 1936.

<sup>112</sup> *O Jornal*, 15 maio 1936.

voltando-se para o sr. Carvalho Leal, declarou não ter o mesmo physico para elle, sendo repellido nestes termos: - “Não tenho physico, é certo, mas tenho armas, que foram feitas para esses casos”. A resposta causou sensação. Trocam-se apartes violentíssimos de lado a lado. Os tympanos soam e o presidente reclama ordem. Esta, felizmente, depois de alguns minutos de intenso vozerio, foi mantida.<sup>113</sup>

O acordo firmado, evidentemente, não era interessante para Luiz Tirelli, que perderia força política no estado do Amazonas, assim como no Rio de Janeiro, deixando de ser assim o homem responsável na relação entre Getúlio Vargas e Álvaro Maia. Outra perda para o deputado federal se deu na Assembleia Legislativa do Estado, pois um importante aliado, o deputado Vivaldo Lima, rompeu com Tirelli e passou a seguir Álvaro Maia.

Com a nova configuração política do Amazonas e o fim do PPA, o PTA se reorganizou, em agosto de 1936, para o biênio 1936-1938. O partido voltou a se chamar Partido Trabalhista Amazonense (PTA) e não mais Partido Popular Amazonense (PPA), seu diretório passou a ser composto por: deputado federal Luiz Tirelli (presidente); deputado estadual Felismino Soares (vice-presidente); deputado estadual Antonio Vasconcellos (secretário); deputado estadual Caetano de Andrade (secretário); deputado estadual Alphen Thaumaturgo de Barros (tesoureiro). Os membros e Comissão Executiva: deputado estadual Ary Tapajós Chan, Carlos Nobre, Rosa Ramalho, João Soares, Vivaldo Tosta, Cincinato de Araujo, J. da Matta e Silva e José Alves de Lima.<sup>114</sup>

Ainda na referida reunião, foram votadas e aprovadas duas moções: uma moção de apoio e solidariedade a Getúlio Vargas e uma moção de aplausos ao deputado Alfredo Augusto Ribeiro Junior, pela atitude assumida na defesa de Luiz Tirelli, na Câmara Federal, e pela defesa do Amazonas na capital federal.<sup>115</sup>

Toda essa cordialidade – e também isolamento – entre os trabalhistas e o deputado Ribeiro Junior culminaram, em 1937, na promessa de apoio à candidatura de Armando Sales, do Partido Constitucionalista, à Presidência da República nas eleições de 1938, em chapa de oposição ao candidato José Américo – apoiado por Getúlio Vargas.

O PSA, nesse contexto, obteve o retorno da corrente radical socialista em suas fileiras e reorganizou sua diretoria. Não conseguimos captar o exato dia que este se reformulou, mas, por meio do seu órgão oficial – *O Socialista* –, vemos que seu diretório ficou assim composto: governador Álvaro Maia (presidente); senador Leopoldo Tavares Cunha Mello (vice-presidente); deputado estadual João Nogueira da Matta (secretário); deputado estadual

---

<sup>113</sup> *O Jornal*, 23 maio 1936.

<sup>114</sup> *O Jornal*, 4 ago. 1936.

<sup>115</sup> *O Jornal*, 4 ago. 1936.

Manoel Severiano Nunes (secretário); deputado federal Aluysio de Araujo (secretário); deputado estadual Aristides Rocha (secretário); deputado federal Alexandre Carvalho Leal (secretário). Os suplentes: prefeito de Manaus, Antonio Botelho Maia; deputado estadual Armando Madeira; deputado estadual Ananias Celestino de Almeida; Pedro Severiano Nunes; Ernesto Pinto; Gercino José Tavares de Mello e; deputado estadual João Baptista Verçosa.<sup>116</sup>

Nesse período de rearranjos políticos, um dia após a reorganização do PTA, aconteceu um curioso caso: o deputado estadual Vivaldo Lima, sob alegação de tratar de assuntos particulares e, conseguindo a assinatura de 2/3 dos deputados, solicita uma sessão secreta na Assembleia Legislativa do Amazonas, sendo concedida pelo então presidente, deputado Armando Madeira. Com isso, todos os funcionários da Assembleia Legislativa (taquigráficos) e a imprensa foram retirados do recinto e, por isso, nenhum jornal divulgou o conteúdo debatido na reunião secreta.<sup>117</sup>

O motivo da reunião foi revelado apenas no dia 11 de outubro quando *O Jornal* publica um documento escrito pelo governador Álvaro Maia dando detalhes de uma viagem de dois meses à capital federal para resolver questões do interesse do estado do Amazonas. O interessante deste texto é que demonstra na prática como passou a funcionar a nova configuração política do Amazonas e quais personagens passaram a ter mais destaque junto ao governador e ao presidente Getúlio Vargas.

O texto iniciava assim:

Exposição do governador Álvaro Maia  
Exmo. Sr. Padre Manuel Monteiro da Silva:

I

Volvidos dois mezes, venho desobrigar-me perante o povo amazonense, por intermédio de V. Excia., que lhe norteou a administração nesse interregno, dos compromissos assumidos a 27 de julho, na exposição lida neste mesmo local, no momento em que me afastava do governo, em viagem para o Rio de Janeiro, a objecto de serviço publico, de accordo com o artigo 1º da Lei n. 14, de junho, em combinação co Lei n. 9, de 31 de dezembro de 1935, da Assembleia Legislativa.

Demonstrava, nos itens II, III, IV, V, VI, os motivos principaes dessa viagem, venho responder-os um a um, ou seja, além de outros, os assumptos referentes a indemnização da União ao Estado pela incorporação do Acre ao Território Nacional, as preliminares da questão de limites com o Estado do Pará, a dívida do Estado para com o Banco do Brasil e questões de educação e saude publicas.<sup>118</sup>

Na ausência do governador do estado, o deputado estadual Padre Manuel Monteiro da Silva assumiu suas responsabilidades. A reunião secreta foi realizada na assembleia

<sup>116</sup> *O Socialista*, 10 nov. 1936.

<sup>117</sup> *O Jornal*, 5 ago. 1936 .

<sup>118</sup> *O Jornal*, 11 out. 1936

legislativa com objetivo de aprovar um recurso para manter o governador na capital federal, para que tratasse dos assuntos mencionados – 100:000\$000 réis pelas verbas eventuais.<sup>119</sup>

A primeira pauta que o governador tratou no Rio de Janeiro foi a questão da incorporação do Acre ao território nacional, cabendo, para essa anexação, uma indenização aos cofres do Amazonas. Ao chegar à capital federal, com autorização do presidente Getúlio Vargas, o governador do Amazonas procurou o ministro da fazenda Arthur Costa. Este, por sua vez, encaminhou-o para o Ministério da Justiça, comandado por Vicente Rao, pois era neste ministério que o governador poderia iniciar o processo.

Assim sendo, o governador procurou um senador que pudesse representar o Amazonas nesse processo. Leopoldo Tavares da Cunha Mello não poderia ser o representante, já que seu voto no senado seria necessário em hora oportuna. O designado foi o senador Antonio Garcia de Medeiros Netto para ser o representante do Amazonas, enquanto, pela União, o Ministro da Justiça designou Raul Fernandes. Entre os dois representantes, foi escolhido um terceiro, Affonso Pena Junior, para desempatar as deliberações em caso de discordâncias.

No dia primeiro de setembro, foi lavrada a ata com os termos da conferência e com os nomes que iriam participar dos debates. O item 3 da ata chama atenção, pois fixa em um ano, prorrogável, para a conclusão da decisão arbitral, demonstrando um interesse que resolvesse brevemente a questão. Outro ponto que chama atenção são os assinantes da ata. Além do governador Álvaro Maia e do ministro Vicente Rao, assinaram vários nomes do PSA, tais quais: Leopoldo Tavares da Cunha Mello, Alfredo Augusto da Matta, A. Carvalho Leal, Aloysio de Araujo, Maria Miranda Leão, além do deputado Aristides Rocha, antes do PRA e que neste momento se uniu ao clã do governador.<sup>120</sup>

Cada um desses políticos amazonenses mencionados teve uma incumbência durante esta viagem. O senador Cunha Mello, por exemplo, auxiliou Álvaro Maia no processo da indenização para o Amazonas. O governador, junto com Deoclydes Carvalho Leal, diretor do serviço de saúde pública do estado, visitou o Instituto Manguinhos e, conversando com o professor Carlos Fontes, diretor do instituto, articularam serviços de coletas de material no Amazonas para o estudo de doenças tropicais. Maria Miranda Leão representou o Amazonas no Congresso Feminino. Discursando na abertura do congresso, a deputada falou sobre “o programma constructor da mulher amazonense”. O deputado Carvalho Leal apresentou um projeto na Câmara Federal para a instalação de redes radiográficas nos municípios de

---

<sup>119</sup> *O Jornal*, 11 out. 1936.

<sup>120</sup> *O Jornal*, 11 out. 1936.

Carauari, Moura, Barcelos, Canutama, Silves, Urucurituba e Barreirinha.<sup>121</sup>

Evidencia-se, neste íterim, que a nova organização política no Amazonas colocaria novamente os deputados e senadores do PSA como grandes articuladores da política Amazonense, tendo a maior bancada na Assembleia Legislativa do estado: dois deputados federais, Aloysio de Araujo e Alexandre Carvalho Leal, e dois senadores, Leopoldo Tavares da Cunha Mello e Alfredo da Matta, além do governador do estado.

No sentido contrário, percebemos um enfraquecimento significativo do PTA, que perdeu adesão importante na Assembleia Legislativa (como o deputado Vivaldo Lima), deixando de ser maioria (quando era PPA) e tornando-se minoria na casa. O deputado Luiz Tirelli ficou isolado na Câmara Federal, costurando, neste período, um acordo com o deputado Alfredo Augusto Ribeiro Junior, que também estava isolado, pois não aceitou compor o acordo de pacificação no estado. Fruto do acordo entre Tirelli e Ribeiro Junior, evidenciou-se com mais clareza, em 1937, quando o PTA e PRRA declararam apoio à candidatura de Armando Salles à Presidência da República.<sup>122</sup>

### 1.3 A Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a Ação Integralista Brasileira (AIB)

O mundo entre a Primeira Guerra Mundial e o fim da Segunda Guerra Mundial foi um espaço de incertezas e de disputas no âmbito político. Surgiram, nesse período, novos personagens, novas propostas de mudanças e novos modelos sociais, políticos e econômicos.

Uma proposta de mudança da sociedade, naquele íterim, surgiu na Rússia durante a Primeira Guerra Mundial. O projeto apresentado se tratava do socialismo, sendo este inspirado nos escritos de Karl Marx e Friedrich Engels. Essa alternativa, vitoriosa na Revolução de outubro de 1917, polarizou o século XX, rivalizando-se com o capitalismo, o qual tinha como seu grande centro os Estados Unidos da América.

Outra opção que se manifestou ao fim da Primeira Guerra foi o fascismo. O primeiro modelo fascista foi apresentado por Benito Mussolini, na Itália, em 1922, seguido por Adolf Hitler, na Alemanha, em 1933. O fascismo, segundo Hobsbawm, surgiu e ganhou espaço por dois motivos: a crise do liberalismo econômico e a linha sectária da Internacional Comunista.<sup>123</sup>

---

<sup>121</sup> *O Jornal*, 11 out. 1936.

<sup>122</sup> *O Jornal*, 11 out. 1936.

<sup>123</sup> HOBBSBAWN, Eric J. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia da Letras, 1995. p. 108-120.

Essas alternativas de mudança empolgaram diversos grupos sociais do mundo inteiro que passaram a fundar entidades para propagar seus ideais. No Brasil, na primeira metade de 1930, surgiu pelo lado conservador a Ação Integralista Brasileira (AIB), articulada por Plínio Salgado, que tinha como bandeira o combate ao liberalismo e ao comunismo. Pelo lado progressista da sociedade, foi fundada a Aliança Nacional Libertadora (ANL). Em 1935, a ANL ganha adesão do PCB, além disso, era composta também por uma gama de grupos de classes sociais diversas. Seu objetivo era combater o fascismo, o latifúndio, o imperialismo e o pagamento da dívida externa.

Nesse contexto, o Brasil vivia os primeiros anos do Governo Provisório, instalado após a “revolução de 1930”. No Amazonas, da década de 1930, percebemos que a crise estabelecida com o definhamento da economia da borracha ainda massacrava os cofres do Estado, levando a um crescente déficit nas contas públicas, à decadência da vida urbana, bem a como denúncias e protesto da população,<sup>124</sup> apesar de outras alternativas econômicas já estarem sendo viabilizadas.

Nesse momento, também foi um período em que houve uma abertura política, em especial após a “revolução constitucionalista de 1932”. Para Gomes, essa abertura teve um tom repressivo e controlador na medida em que se instalou uma lei de censura, exílio de opositores e a negação do registro eleitoral do Partido Comunista do Brasil (PCB),<sup>125</sup> mas, ainda assim, foi um momento de grandes mobilizações em torno das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte (1933), a Assembleia Constituinte Estadual (1934), a eleição de vereadores (1935) e para representantes de classe (1935). Nesse cenário, surgiram novos partidos e os antigos se rearticularam, apareceram novos sindicatos, associações de trabalhadores, grêmios, entre outros.

É nesse bojo que surgem os grupos interessados em disputar a sociedade, assim, eles começaram a se articularem tanto pela direita da sociedade quanto pela esquerda. Na ala direita da sociedade, surgiu, em 1932, a AIB e, pela esquerda, em 1935, a ANL.

---

<sup>124</sup> SANTOS, Eloína Monteiro dos. **A Rebelião de 1924 em Manaus**. Op. Cit. p. 35.

<sup>125</sup> GOMES, Ângela de Castro. Introdução. In: \_\_\_\_\_ (Coord.). **Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30**. Op. Cit.. p. 30

### 2.3.1 “Anauê pelo bem do Brasil”: a Ação Integralista Brasileira (AIB)

*Manãos, cabocla bonita!...*

*Por que em tanta parte de teus lindos contornos de cidade moderna, te deixaram desnuda, se naquela bellesa sem par das tuas largas avenidas arborizadas, onde muita vez a gente admirava os arcos dos teus tuneis esmeraldinos?*

*Quem te deixou assim, tu, que eras a princesa cheia de encantos vivos, reflectida no espelho de azeviche das águas do Rio Negro, por estas remotas latitudes do equador brasileiro?*

*Silencio! Não precisa que justifiques, no regaço de tua infinita bondade tropical. Pois accaso não sabes que existe, em nosso amado Brasil, muitas cidades, risonhas como tu, mas que, alem dos encantos naturaes de seus parques e jardins, são verdes como a esperança, que vem de Deus?*

*Sim! São cidades que, em nossa pátria, surpreendem o turista com as suas lindas filhas trajando a camisa verde, pontilhando de fé integralista e de forte convicção a alegria da vida na terra brasileira!*

*Manãos, cabocla donairoza e galante, tu, que te gabas da tua bellesa e da garridice de tuas attitudes de mulher bonita. Vingate dos homens mãos que andaram de machado em punho desarborizando as tuas praças e as tuas avenidas, cheias de sol e bochorno, sem a doçura das sombras...*

*Veste uma camisa verde, como a gloria immortal da chlorophila de tuas selvas e com as tuas irmans do sul, que já fizeram o mesmo, ergue os teus braços esculpturaes- torres de tuas igrejas e chaminés de tuas fabricas- e exclama, aos céus infinitamente azues destas plagas do septentrião da pátria, um fervoroso- Anauê! Pelo bem do Brasil!<sup>126</sup>*

Paulo Eleutherio

A Ação Integralista Brasileira (AIB) foi fundada em 1932, sob a liderança de Plínio Salgado, suas bandeiras eram o anticomunismo e o antiliberalismo. Dentre os grupos que a compuseram podemos citar: a Ação Social Brasileira (Partido Nacional Fascista), a Legião Cearense do Trabalho, o Partido Nacional Sindicalista e a Ação Imperial Patrionovista.<sup>127</sup>

Segundo Robert M. Levine, Plínio Salgado copiou o modelo de partido dos nazistas alemães, mas sua principal influência foi o fascismo italiano de Benito Mussolini. Plínio Salgado conheceu Mussolini pessoalmente quando realizou uma viagem à Europa e de lá trouxe boas impressões do líder fascista que contribuíram para a criação da AIB.<sup>128</sup> Portanto, em sua ideologia, organização e ação, a AIB tinha raízes nas correntes de movimentos e partidos fascistas europeus que surgiram no final da Primeira Guerra Mundial.

Além de Plínio Salgado, a AIB possuía outras duas importantes lideranças, como

<sup>126</sup> *Cabocla*, 1936.

<sup>127</sup> MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo** (do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo). 8. ed. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2017. p. 41; 47.

<sup>128</sup> LEVINE, Robert M. **O regime de Vargas 1934-1938: os anos críticos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 129.

Gustavo Barroso<sup>129</sup> e Miguel Reale<sup>130</sup>. O primeiro era abertamente apreciador do nazismo e o comandante da milícia da entidade, além do principal teórico do movimento integralista. O segundo foi secretário de doutrina e membro do Conselho Supremo da AIB, também possuía um trabalho intelectual dentro da AIB, dirigindo a revista *Panorama* e produzindo livros que versavam sobre o integralismo, o antiliberalismo e o anticomunismo.

O manifesto de fundação da AIB foi lançado no dia 7 de outubro de 1932 e Plínio Salgado colocou-se como o *fuhrer*. Já a primeira aparição pública da AIB aconteceu em 1933, quando os integralistas organizaram uma marcha com cerca de 40 mil adeptos. Essa marcha marcou o lançamento de Miguel Reale para a disputa da Constituinte. No mesmo ano, as três principais lideranças integralistas organizaram caravanas chamadas de “Bandeiras integralistas” para o norte e o sul do país com o objetivo de divulgar os ideais da AIB.<sup>131</sup>

Em 1934, aconteceu o 1º Congresso Nacional da AIB. O evento foi realizado em Vitória e, ali, definiu-se a organização do movimento e o estatuto. Nele, Plínio Salgado foi eleito o chefe supremo da entidade.

A organização da AIB se dava por células que ligavam cada grupo local a uma autoridade superior, numa cadeia rigidamente hierarquizada. As células se dividiam em “províncias integralistas” (estados), distritais rurais (áreas com população menos densa) e municípios.

Já em 1936, no 2º Congresso Nacional, realizado em Petrópolis (Rio de Janeiro), foi decidida uma nova organização para a AIB. Nesse congresso, foi criada a Câmara dos Quarenta, um conselho consultivo dos notáveis, o Conselho Supremo e a Corte do Sigma.<sup>132</sup> A Alta cúpula da organização também era inflexivelmente hierarquizada e o topo da hierarquia era presidido por Plínio Salgado.<sup>133</sup> Foi também nesse Congresso que a AIB se transformou em um partido político visando à eleição presidencial de 1938.

Os filiados da AIB eram, em sua maioria, membros das classes médias urbanas não

---

<sup>129</sup> Nasceu em Fortaleza, foi jornalista, advogado e político. Produziu cerca de 70 livros, entre os quais versavam sobre poesia, teatro, museologia e história. Foi também presidente da Academia Brasileira de Letras. MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. *Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938)*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo (do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo)**. Op. Cit. p. 49.

<sup>130</sup> Nasceu em 1910, em São Bento do Sapucaí (São Paulo), formou-se Direito, foi secretário nacional de doutrina e membro do Conselho Supremo da AIB. Escreveu livros que versavam sobre o antiliberalismo, anticomunismo e integralismo. MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. *Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938)*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo (do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo)**. Ibidem. p. 49.

<sup>131</sup> LEVINE, Robert M. **O regime de Vargas 1934-1938: os anos críticos**. Op. Cit. p. 133.

<sup>132</sup> Era a instância de poder máximo da AIB, abaixo apenas do chefe supremo.

<sup>133</sup> LEVINE, Robert M. **O regime de Vargas 1934-1938: os anos críticos**. Idem.



representadas na política tradicional, geralmente, funcionários públicos, profissionais liberais, jornalistas, padres, pequenos agricultores, funcionários do comércio, militares, entre outros. O discurso integralista prometia libertá-los das amarras das oligarquias regionais.<sup>134</sup> Em meados de 1937, o número de filiados à AIB girava em torno de 100 mil a 200 mil.<sup>135</sup>

Durante seu período de existência, a AIB ganhou muitos aderentes nos estados do Ceará, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Bahia, Minas Gerais, Maranhão e Pernambuco.

No estado do Amazonas, a AIB começa a notabilizar-se entre 1934 e 1935. O movimento começa a se organizar de forma mais efetiva após a eleição para a Constituinte Estadual em 1934. A AIB passa a propagar seus ideais de forma retraída e ameaçadora.<sup>136</sup>

Por meio do trabalho monográfico de Magaiver Luiz Pinheiro Rodrigues, podemos observar que a criação da AIB no estado do Amazonas esteve vinculada à formação do núcleo da AIB no estado do Pará. Visto que, nos finais de 1933, chegou àquele estado uma “Bandeira Integralista”, a qual tinha por objetivo difundir as ideias da entidade em todo o país. Gustavo Barroso liderava a caravana integralista, que chegou a Belém no dia 26 de dezembro de 1933.<sup>137</sup>

Entre os dias 3 e 4 de janeiro de 1934, a caravana da AIB saiu de Belém, mas, antes, Gustavo Barroso transmitiu aos seus pares a escolha do Professor Paulo Eleutherio<sup>138</sup> ao cargo de chefe provincial do núcleo da AIB no Pará. O núcleo paraense tornou-se, a partir de então, polo irradiador do sigma na região Norte do Brasil.

Importante mencionar que, no final de 1934, Paulo Eleutherio deixou o cargo de chefe provincial do Pará e veio dirigir os trabalhos do núcleo da AIB no Amazonas. Paulo Eleutério veio ao Amazonas almejando reassumir a cátedra de História Universal no Ginásio Amazonense Dom Pedro II e continuar a difundir as ideias do sigma no norte do Brasil.<sup>139</sup>

Em 14 de outubro de 1934, enquanto a AIB ainda não havia oficializado um núcleo,

<sup>134</sup> MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo** (do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo). Op. Cit. p. 51-53.

<sup>135</sup> LEVINE, Robert M. **O regime de Vargas 1934-1938: os anos críticos**. Op. Cit. p. 147.

<sup>136</sup> COSTA, Maria das Graças Pinheiro. **O direito à educação no Amazonas (1933- 1935)**. Op. Cit. p. 174-175.

<sup>137</sup> RODRIGUES, Magaiver Luiz Pinheiro. **Pelo Integralismo no Pará (1934-1937)**. (Monografia, Escola Superior Madre Celeste (Esmac)), 2009. Sem número de páginas.

<sup>138</sup> Nasceu em Pau d’Alho, Pernambuco, era Professor Catedrático de História Universal e do Brasil, em 1924 fez oposição ao governo de Rego Monteiro (1921-1924), tendo sido agredido fisicamente pela polícia por seus posicionamentos. Em 1935 era membro da AIB no Amazonas. BITTENCOURT, Agnelo. **Dicionário Amazonense de Biografias**. Op. Cit. p. 391-392.

<sup>139</sup> RODRIGUES, Magaiver Luiz Pinheiro. **Pelo Integralismo no Pará (1934-1937)**. Op. Cit. sem número de páginas.

estava acontecendo a eleição para a Constituinte Estadual do Amazonas.<sup>140</sup> A AIB nacional indicou o nome de 3 deputados federais<sup>141</sup> e de 30 deputados estaduais<sup>142</sup> para a disputa, logicamente, eles tiveram que se comprometer a defender uma ou outras ideias da entidade no Amazonas. Esses candidatos eram filiados aos diversos partidos que disputaram a eleição e, necessariamente, não eram integralistas, apesar de alguns terem simpatias pela AIB. Desse grupo de indicados, 16 candidatos se elegeram para a Assembleia Legislativa do Estado, a maioria deles eram católicos. Nesse sentido, é importante mencionar que a AIB, naquele momento, ainda não configurava como um partido político. Como já mencionado, a entidade só se tornou um partido em 1936.

O núcleo da AIB nasceu oficialmente no Amazonas em 23 de abril de 1935.<sup>143</sup> Surgiu de forma pujante, arregimentando e ganhando grandes adesões nos meios médios da sociedade, assim como no meio popular.

Em 1935, o Núcleo Integralista do Amazonas se expandiu e fundou a Escola Integralista Deus e Pátria<sup>144</sup>. Essa escola iniciou seus trabalhos abrindo dois cursos, a saber, “divulgação e propaganda cívica e sociológica” e “cultura física”, assim como também promovia debates sobre organização e política do “Estado Integral”, que eram palestras ministradas por lideranças da AIB no Amazonas,<sup>145</sup> das quais se destaca Átila Sayol de Sá Peixoto<sup>146</sup>.

No mesmo ano, o jornal *Tribuna Popular* noticiou o início da circulação do jornal “*Anauê!*”, que tinha como diretor Átila Sayol de Sá Peixoto. O jornal servia para comunicar e,

<sup>140</sup> Os partidos que disputaram essa eleição foram: Partido Socialista Amazonense (PSA); Partido Trabalhista Amazonense (PTA); Partido Republicano do Amazonas (PRA); Partido Radical Republicano do Amazonas (PRRA). As legendas na eleição de 1934 foram: Amazonas, tudo pelo Amazonas, Amazonas Redimido.

<sup>141</sup> Luiz Tirelli, Álvaro Botelho Maia, Luiz Maximino de Miranda Corrêa.

<sup>142</sup> João de Paula Gonçalves, Antovilla Rodrigues mourão Vieira, Manoel Severiano Nunes, Maria Miranda Leão, Alfredo de Lima Castro, Armando Madeira, João Baptista Cordeiro de Mello, Feliz Valois Coêlho, Benjamin Constant da Costa Ferreira, Ruy Barreto, Julio Cezar de Lima, José Nunes de Lima, Cosme Alves Ferreira Filho, Moacyr de Gouvêa Dantas Cavalcante, João Nogueira da Matta, Ananias Celestino de Almeida, Pedro Timotheo de Almeida Couto, Bernardo Fortunado dos Santos, Paulo Abreu, Leopoldo Carpinteiro Péres, João Huascar de Figueiredo, Julio José da Silva Nery, Themistocles Pinheiro Gadelha, Chrisanto Jobim, Jatyr Pucú de Aguiar, João Leda, Leoncio de Salignac e Souza, Raul Antony, Raymundo de Antunes e Luiz Caetano de Oliveira Cabral. Esses nomes foram obtidos através de uma certidão emitida pelo Desembargador Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, que diz que nas folhas 3 e 4 do registro de candidatos, que estes nomes foram apresentados pela AIB para a eleição de 1934. Essa certidão está anexa à queixa-crime nº 281 movida por Antonio de Vasconcelos, deputado estadual e editor chefe do jornal *Tribuna Popular*, contra Gercino José Tavares de Mello, editor chefe do jornal *O Socialista* no final do ano de 1936.

<sup>143</sup> *A Tarde*, 22 abr. 1937.

<sup>144</sup> A escola funcionava na rua Lobo D’almada, nos dias de terça-feira e sexta-feira, das 20 horas às 21 horas. O diretor da escola era o Dr. Raymundo Gomes da Silva (*Jornal do Commercio*, 2 jun. 1935).

<sup>145</sup> COSTA, Maria das Graças Pinheiro. **O direito à educação no Amazonas (1933- 1935)**. Op. Cit. p. 174-175.

<sup>146</sup> Chefe Provincial do Amazonas em 1936 (*Cabocla*, n. 4, 1936).

logicamente, para arregimentar e doutrinar os integralistas amazonenses.<sup>147</sup>

Interessante mencionar que a instalação do núcleo da AIB e a transmissão de seu ideal no Amazonas não se deram sem críticas, pois, no estado, havia grupos que se opunham a esses ideais, como, por exemplo, os trabalhistas e os aliancistas.

Havia rivalidades entre trabalhistas e integralistas, e essas querelas foram percebidas por meio das páginas do jornal *Tribuna Popular*; por exemplo, quando este noticiou o lançamento do jornal integralista “*Anauê!*”, disse: “pregando, embora, idéas antagônicas às que defendemos, folgamos com o aparecimento do novel confrade”. E, em outro texto publicado, no jornal:

A ameaça fascista do integralismo crioulo  
 [...] noticiando uma conferencia realisada pelo <chefe> integralista Plinio Ensôso-Salgado elle não é- trazem a confissão incrível de que, se vingarem os propositos fascistas dos camisas olivas, teremos uma chacina pior que a de Hitler na Allemanha.  
 Disse o <chefe> Ensôso que somente o fascismo pode salvar o Brasil.  
 Violentamente investe contra o governo provisório acusando o de crime de lesa pátria quando “lançou a onda syndicalista, criandoa luta de classes [...]”  
 E diz que: “quando o integralismo vencer, o communista estrangeiro será fuzilado”, e que “os jornaes serão fechados durante três dias para não poder noticiar o que farão contra o estrangeiro communista” [...]”  
 A ameaça sobre a imprensa é clara; não deixa margem á duvidas. E é a propria imprensa quem faz a propaganda do “integralismo”.<sup>148</sup>

Outra matéria publicada no jornal *Tribuna Popular*, denominada “Combate ao integralismo”, afirma que “para acreditarmos no integralismo era preciso, também, que acreditássemos na fallencia intellectual da nossa raça e víssemos em Plinio Salgado o único homem capaz de nos governar, o que se nos afigura demasiadamente absurdo e impossivel”.<sup>149</sup>

As matérias deixam clara a oposição dos trabalhistas em relação aos integralistas, tendo como alvo principal o líder integralista Plínio Salgado e a própria ideologia defendida pelo grupo político. Percebe-se que as oposições se davam em consequência às críticas dos integralistas em relação à sindicalização que o governo propôs, propositura à qual os trabalhistas eram favoráveis<sup>150</sup>. Existe também, no discurso do jornal, um receio que esta entidade venha a assumir o governo, impondo, em seguida, a censura à imprensa e, por isso, esta entidade tinha que ser cassada.

<sup>147</sup> *Tribuna Popular*, 21 jan. 1935.

<sup>148</sup> *Tribuna Popular*, 26 nov. 1934.

<sup>149</sup> *Tribuna Popular*, 14 jan. 1934.

<sup>150</sup> A opinião integralista sobre a sindicalização está em: *A Tarde*, 21 abr. 1937.

Como já mencionado, os trabalhos dos integralistas foram intensos. No meio do ano de 1935, eles passaram a dividir seus departamentos para melhor propagarem suas ideias e melhor definirem sua hierarquia. É possível observar, por meio das fontes, a ativação de departamentos: feminino, juventude, propaganda, organização política, divulgação, educação física, moral e cívica, entre outros.

Em julho de 1935, a Escola Deus e Pátria mudou sua sede, passando a funcionar na Avenida Eduardo Ribeiro, nos altos do edifício d'*O Jornal*. No mesmo período, devido à grande adesão ao movimento, foi criado o núcleo municipal de Manaus, com objetivo de organizar e administrar os subnúcleos e núcleos distritais criados nos bairros, como São Raimundo e Constantinópolis. Só no bairro do São Raimundo, já havia 28 rapazes e moças aspirantes a integralistas.<sup>151</sup>

Já o núcleo central da AIB, que funcionava no mesmo espaço da Escola Deus e Pátria, ficou responsável por irradiar o integralismo pelos municípios do interior do estado do Amazonas. Itacoatiara foi o primeiro município do interior a receber uma bandeira integralista e ter um núcleo deste. O plano dos integralistas era inaugurar sedes também em Manacapuru e Parintins, naquele mesmo ano.<sup>152</sup>

No dia 8 de outubro de 1935, o *Jornal do Commercio* noticiou a realização de uma cerimônia em comemoração ao terceiro aniversário do integralismo no Brasil. Esta foi realizada no salão nobre do “Nacional Football Club”. A sessão foi presidida pelo professor Paulo Eleutherio e teve a participação do deputado Leopoldo Peres e do chefe provincial do Acre, dr. Mário de Oliveira, além de todos os oficiais integralistas da guarnição do Almirante Jacegway. Na ocasião, houve a realização da cerimônia dos tambores silenciosos, assistido por um número grande de camisas-verdes.<sup>153</sup> Antes da sessão, Plínio Salgado enviou um telegrama a Paulo Eleutherio, de Blumenau (SC), onde era realizado o Congresso Integralista das Províncias do Sul do País. No telegrama, Plínio enalteceu a marcha de 42 de mil camisas-verdes, além dos 1.500 núcleos da AIB, e saúda os integralistas amazonenses com três “anauês”.

As hostes integralistas continuaram a se propagar por todo o Amazonas entre 1935 a 1937. Em 1935, disputaram a eleição para vereadores da cidade de Manaus sob a legenda “Integralismo”. Nessa eleição, lançaram-se candidatos: Átila Sá Peixoto, Paulo Eleutherio,

---

<sup>151</sup> *O Jornal*, 6 jul. 1935.

<sup>152</sup> *O Jornal*, 5 jun. 1935; *O Jornal*, 28 jun. 1935

<sup>153</sup> *Jornal do Commercio*, 8 out. 1935

Francisco Bemfica, Augusto Maués e Sá Ribeiro.<sup>154</sup> Nenhum dos candidatos obteve êxito, mas a partir daí ficou demonstrado que o Sigma foi fundado no Amazonas para disputar os espaços de poder.

Em 1936, na semana da pátria, observamos, por meio das fontes, uma grande marcha Integralista pelas ruas de Manaus, onde, “rodeados pela multidão, os integralistas amazonenses renovam o juramento de fidelidade á bandeira nacional e do Sigma”.<sup>155</sup> Na imagem, é possível mensurar a massa de homens, mulheres e crianças que seguiam o integralismo.

Durante sua atividade, a AIB chegou a ter, em suas fileiras, ilustres aderentes como Mário Ypiranga Monteiro<sup>156</sup> e Ramayana de Chevalier<sup>157</sup>. Também possuía uma boa circulação nos jornais amazonenses, transmitindo suas ideias através de duas colunas no jornal *A Tarde* (Coluna Verde e Coluna do Sigma) e outra no *O Jornal* (Coluna Integralista).

Em uma de suas atividades, o Sigma realizou, entre 22 e 23 de maio de 1937, um Plebiscito,<sup>158</sup> orientado pela direção nacional, com objetivo de escolher um candidato para as eleições de janeiro de 1938. O candidato vencedor foi, obviamente, Plínio Salgado, com 508.114 mil votos, seguido por Gustavo Barroso com 196 mil votos.<sup>159</sup> Vale lembrar que nesta consulta todos os camisas-verdes, de ambos os sexos, com dezessete anos em diante e, inclusive, analfabetos tinham direito ao voto. Além disso, os eleitores poderiam votar em qualquer candidato, sendo eles da AIB ou não.<sup>160</sup>

Dessa forma, observamos que a AIB manteve um trabalho intensivo de 1935 até o final de 1937. Nesses anos, fundaram o núcleo central, o núcleo municipal em Manaus e subnúcleos nos bairros de Manaus, como São Raimundo e Constantinópolis. Foram fundados também núcleos em Itacoatiara, Manacapuru, Parintins e Coari.

Entre 1935 a 1937, percebemos que a AIB teve três líderes (chefes provinciais): Paulo Eleutério, Átila Sayol de Sá Peixoto e Jayme Pereira. O primeiro recebeu de Gustavo Barroso, quando este esteve numa “Bandeira Integralista” em Belém, no final de 1933, a missão de irradiar o integralismo no norte do Brasil e assim o fez. O segundo era um jovem acadêmico que se empenhava em ministrar palestras sobre o “Estado Integral” na Escola Deus e Pátria; além disso, também foi secretário de propaganda do Sigma. O último chegou ao Amazonas

<sup>154</sup> *Tribuna Popular*, 16 set. 1935

<sup>155</sup> *Cabocla*, 1936.

<sup>156</sup> *O Jornal*, 29 jun. 1935.

<sup>157</sup> Ramayana de Chevalier chegou a integrar a Câmara dos Quatrocentos (*A Tarde*, 3 jun. 1937).

<sup>158</sup> *A Tarde*, 22 maio 1937.

<sup>159</sup> *A Tarde*, 31 maio 1937.

<sup>160</sup> *A Tarde*, 11 maio 1937.

em meados de 1937, era um conhecido catedrático da Faculdade de Medicina de São Paulo, membro do Supremo conselho Integralista; este veio ao Amazonas para chefiar a província integralista do Amazonas.

Como se percebe, a AIB crescia no Amazonas e no Brasil e, em 1936, se tornou um partido político para disputar a Presidência da República. Em 1937, iniciou no Amazonas um pujante alistamento eleitoral nos núcleos de Manaus e dos demais municípios do estado. Sob a liderança de Átila Sayol de Sá Peixoto, a campanha de Plínio Salgado ganhava corpo e aderência como a do Capitão Aluizio Pinheiro Ferreira, diretor da estrada de ferro Madeira-Mamoré.

Porém, com o advento do Estado Novo, que a AIB ajudou a instalar, as sedes da mesma foram fechadas, assim como todas as organizações partidárias do país. O vespertino *A Tarde*<sup>161</sup> publicou a Portaria nº 416, baixada pelo Chefe de Polícia do Estado, Ruy Araujo, que, obediente à recomendação vinda da Polícia do Distrito Federal e embasado na lei, recomendava ao delegado de Segurança Política e Social de Manaus:

I- Que providencie no sentido de serem imediatamente dissolvidos os partidos politicos existentes nesta capital e notificados os presidentes, directores ou responsaveis pelas associações, gremios, clubes ou quaesquer aggremação ou conjunctos dess natureza a fecharem as suas actividades, ficando terminantemente prohibido o uso pessoal dos distinctivos e insígnias das de ates aggremações. II- Que determine todos os seus subalternos rigorosa fiscalização as sedes dos extinctos partidos politicos <SOCIALISTA>, <UNIÃO DEMOCRÁTICA>, <CLUB TREZ DE OUTUBRO>, <ACÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA>, <RADICAL REPUBLICANO> e <CENTRO PATRIANOVISTA> para não consentirem que se realizem reuniões ou ajuntamentos devendo permanecerem fechadas, sem escudos, placas ou symbols nas respectivas fachadas, até então usadas [...].<sup>162</sup>

Com o fechamento da AIB, reformulou-se a entidade transformando-se na Associação Brasileira de Cultura, mas a alteração arruinou o prestígio do movimento.<sup>163</sup> Em março de 1938, desprestigiados por Vargas, os integralistas tentaram atacar uma rádio no Rio de Janeiro. Em maio, tentaram dominar o Palácio Guanabara e outros prédios, as duas tentativas foram malogradas. Plínio Salgado foi preso e, logo após, seguiu para o exílio em Portugal.

<sup>161</sup> Vespertino de propriedade e direção de Aristophano Antony que se definia como “O vespertino que será sempre arauto das aspirações populares”.

<sup>162</sup> *A Tarde*, 6 dez. 1937.

<sup>163</sup> LEVINE, Robert M. **O regime de Vargas 1934-1938: os anos críticos**. Op. Cit. p. 249.

#### 1.4 “Nas barricadas desta rua nem um fascista há de passar. Morte ao covarde que recua. Glória ao valente que tombar”<sup>164</sup>: a Aliança Nacional Libertadora (ANL)

Pelo lado progressista da sociedade, surgiu a ANL. Seu lançamento, em 1935, era a síntese da congregação de vários setores da sociedade que se encontravam na pauta anti-integralista, portanto, antifascista. Nesse período, eram comuns choques entre fascistas e antifascistas e a dura repressão da polícia varguista, que tendia ideologicamente para o lado integralista.<sup>165</sup>

O germe da ANL surgiu na segunda metade de 1934 a partir de grupos diversos que viam no integralismo um rival ideológico a ser vencido. Para alcançar esse objetivo, organizaram, no dia 23 de agosto de 1934, no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro, o I Congresso Nacional Contra a Guerra, a Reação e o Fascismo. Esse congresso contou com a presença de vinte mil pessoas e foi duramente reprimido pela polícia. A repressão teve um saldo de 4 mortos e 45 feridos.<sup>166</sup> Para investigar tais crimes, foi criada o Comitê Jurídico e Popular de Investigação<sup>167</sup>, no dia 22 de setembro de 1934.

Ainda no segundo semestre de 1934, iniciou-se a unificação de alguns grupos antifascistas. O lançamento do programa da Coligação das Esquerdas<sup>168</sup>, ao qual o PCB não aderiu, marcou o início dessa unificação. Após a Coligação das Esquerdas, organizaram-se e unificaram-se a Sociedade dos Amigos da Rússia, a Frente Comum Antifascista, a Frente Popular contra o Fascismo e a Guerra, a Liga Anti-imperialista do Brasil e o Congresso Operário-Estudantil. A primeira ação unificada dos grupos antifascistas “ocorreu em São Paulo, no dia 7 de outubro de 1934 quando as forças antifascistas reuniram-se [...] e dissolveram o comício monstro dos integralistas”.<sup>169</sup>

Foi a partir desses grupos unificados contra o fascismo, com sua força aglutinadora das forças políticas progressistas, que surgiu, em 1935, a Aliança Nacional Libertadora (ANL). Em fevereiro de 1935, foi lançado o manifesto-programa da ANL. No dia 12 de

<sup>164</sup> “Camarada, atenção!” é uma poesia revolucionária criada em 1935, está disponível no trabalho de Marly Vianna “Revolucionários de 1935: sono e realidade.

<sup>165</sup> PRESTE, Anita Leocadia. 70 anos Aliança Nacional Libertadora (ANL). **Estudos Ibero- Americanos**, PUCRS, v. XXXI, n. I, p. 101-120, 2005.

<sup>166</sup> VIANNA, Marly de A. G. **Revolucionários de 1935: sonho e realidade**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 139-140.

<sup>167</sup> Esse Comitê foi formado por Caio Prado Jr (PCB), Roberto Sisson (Marinha) e Otávio Silveira (da minoria parlamentar).

<sup>168</sup> Essa coligação unia a Coligação dos Sindicatos, a Liga Comunista Internacional- de caráter trotskista- e o Partido Socialista. Idem.

<sup>169</sup> VIANNA, Marly de A. G. **Revolucionários de 1935: sonho e realidade**. op. Cit. p. 140.

março, foram aprovados os regimentos e, no dia 30 de março, no Teatro João Caetano (Rio de Janeiro), foi lançada a maior frente política dos anos 30 e que, segundo Carone, elegeu para o Diretório Nacional “Roberto Sissón, Herculino Cascardo<sup>170</sup>, Benjamin Cabelo, Francisco Mangabeira e outros”.<sup>171</sup> Como presidente de honra, foi eleito Luiz Carlos Prestes por aclamação. Naquele momento, Prestes não se encontrava no Brasil, pois estava exilado na União Soviética, mas, por conta de seu grande prestígio, era visto como a grande esperança para o Brasil.<sup>172</sup>

Essa frente contou com membros das diversas camadas da sociedade, desde militares, populares, intelectuais, operários, sindicalistas, estudantes, socialistas, comunistas, liberais e progressistas. A aglutinação de força políticas permitiu à ANL sua rápida expansão e facilitava sua ação na direção de movimentos reivindicatórios. Em alguns meses, a ANL atingiu o patamar de 1.600 núcleos em todo o país.<sup>173</sup>

Marly de Almeida Gomes Vianna chama atenção para o fato que, ainda com a composição ampla da frente, os militares foram os que tiveram mais força e destaque na sua formação e na sua direção, trazendo consigo as frustrações com a “revolução de 30” e o espírito golpista do movimento tenentista dos anos 20.<sup>174</sup>

Segundo Sodré, o programa da ANL consistia em: (1º) governo popular, orientado somente pelos interesses do povo brasileiro; (2º) gozo das mais amplas liberdades populares; (3º) suspensão definitiva do pagamento das dívidas imperialistas; (4º) nacionalização imediata de todas as empresas imperialista; (5º) proteção dos pequenos e médios empresários e lavradores, com a entrega das terras dos grandes proprietários aos camponeses e trabalhadores rurais que as cultivam.<sup>175</sup>

## 1.5 Luiz Carlos Prestes, PCB e a Internacional Comunista

Conhecido como “Cavaleiro da esperança”,<sup>176</sup> Prestes gozava de grande prestígio entre

<sup>170</sup> Eleito presidente da entidade.

<sup>171</sup> CARONE, Edgar. **Revoluções do Brasil contemporâneo (1922- 1938)**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1975. p. 116.

<sup>172</sup> PRESTE, Anita Leocadia. 70 anos Aliança Nacional Libertadora (ANL). **Estudos Ibero- Americanos**, PUCRS, v. XXXI, n. I, p. 101-120, 2005. p. 105.

<sup>173</sup> PRESTE, Anita Leocadia. 70 anos Aliança Nacional Libertadora (ANL). *Ibidem*. p. 107.

<sup>174</sup> VIANNA, Marly de A. G. **Revolucionários de 1935: sonho e realidade**. Op. Cit. p. 160.

<sup>175</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **A Intentona Comunista de 1935**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. p. 33.

<sup>176</sup> A expressão foi usada pela primeira vez por Isidoro Dias Lopes, que comandou o levante tenentista em 1924 em São Paulo. Ele se inspirou na figura e na saga do general Lazare Hoche, da Revolução Francesa, conhecido como “Le Chevalier de l’Espérance”. Ele representava a determinação, o espírito prático, a coragem e a generosidade da juventude revolucionária. REIS, Daniel Aarão. **Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 110.



as camadas médias urbanas e entre os tenentes, por conta de sua marcha de 25 mil km pelo Brasil, conhecida como “Coluna Prestes”. Nele, concentrava-se a grande esperança de um país melhor e sem opressão.

Luiz Carlos Prestes aderiu, em 1931, ao comunismo e exilou-se na União Soviética, onde sua posição política-ideológica foi reforçada. Desde 1934, tinha vontade de regressar ao Brasil para iniciar a revolução brasileira.<sup>177</sup> E, nesse mesmo ano, com a ida da delegação brasileira à URSS, onde ocorreu o VII Congresso<sup>178</sup> da Internacional Comunista (IC), sua vontade foi fortalecida.

A delegação brasileira para o VII Congresso da IC era composta por Fernando de Lacerda, Bangu, José Caetano Machado, Elias da Silva (André), Valdovino (Jovino) e Miranda (Adalberto Fernandes ou Antônio Maciel Bonfim).<sup>179</sup> Esse último informou, de forma fantasiosa, aos membros da IC que havia no Brasil um clima revolucionário. Os membros da IC, convencidos, enviaram ao Brasil, em abril de 1935, Luiz Carlos Prestes e Olga Benário, que aqui se encontraram com Harry Berger<sup>180</sup>, Rodolfo Ghioldi, Victor Alan Baron, León-Julles Vallée e Franz Paul Gruber, que estavam acompanhados por suas esposas.

Em terras brasileiras, o “cavaleiro da esperança” buscou exercer, de fato, sua liderança na ANL, interferindo diretamente nas orientações da frente. O PCB<sup>181</sup>, nesse momento,

<sup>177</sup> Essa adesão não se deu tão facilmente. Após a internação da Coluna Prestes na Bolívia, Prestes recebeu a visita do então Secretário Geral do PCB, Astrojildo Pereira, que propôs a ele uma coligação, também lhe levou texto marxistas e notícias sobre a URSS. Prestes disse que sua prioridade era resolver a vida dos seus homens ainda envolvidos em trabalhos na Bolívia. Em 1928, em La Gaíba (Argentina), continuou lendo livros marxistas. Mas ele ainda não tinha ingressado no PCB, essa adesão foi dificultada quando Prestes lançou A Liga de Ação Revolucionária (LAR), o PCB envolveu das orientações do VI Congresso da IC condenaram veementemente a frente, atacando-a severamente. Com poucas adesões e aconselhado por Rodolfo Ghioldi e Abraham Guralski, Prestes encerrou a LAR, em 1931. No mesmo ano, ele partiu do Uruguai para a URSS com a intenção de apreender o marxismo-leninismo para se tornar de fato um comunista, segundo suas próprias palavras. Sua filiação ao PCB só deu em 1934 sob ordem da IC. REIS, Daniel Aarão. **Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos**. Ibidem. p. 139-145.

<sup>178</sup> O VII congresso da IC estava marcado para outubro de 1934, mas devido às divergências táticas entre Dimitri Muilski (dirigente máximo da IC) e George Dimitrov (defensor comunista da acusação de incêndio ao Reichstag-Parlamento Alemão) foi adiado, sendo realizado em julho de 1935. CAVALCANTI, Bartolomeu. *A revolução frustrada: O levante comunista de 1935 em Pernambuco*. CLIO. Série História do Nordeste (UFPE), v. 04, p. 00-00, 2010.

<sup>179</sup> VIANNA, Marly de A. G. **Revolucionários de 1935: sonho e realidade**. Op. Cit. p. 146.

<sup>180</sup> Harry Berger foi enviado para assessorar o partido, mas não tinha autorização para interferir nos assuntos internos do partido. Rodolfo Ghioldi estava responsável pela transferência do Birô Político Sul-americano para o Brasil. Franz Paul Gruber e Erika, sua esposa, eram responsáveis pela segurança e pelo transporte. León-Julles Vallée era responsável pela estrutura financeira das instalações do grupo. Victor Alan Baron era responsável pela montagem de um radiotransmissor que comunicasse com Moscou. E para a segurança de Prestes foi destacada, Olga Benário. VIANNA, Marly de A. G. **Revolucionários de 1935: sonho e realidade**. Op. Cit. p. 151-155.

<sup>181</sup> O Partido Comunista do Brasil, criado em março de 1922, até 1962 manteve essa denominação. Quando aconteceu o V Congresso do PCB, em 1962, influenciado pelas denúncias de Nikita Khrushchov contra Stalin. As divergências dominaram esse congresso. A partir de então, o partido, ansiando a legalidade política, passa a se chamar “Partido Comunista Brasileiro”. Outros dirigentes expulsos do partido fundaram, em 1962, o PCdoB – Partido Comunista do Brasil. CAVALCANTI, Bartolomeu. *A revolução frustrada: o levante comunista de 1935 em Pernambuco*. Op. Cit. [sem página].

passou a trabalhar pela ANL e não só apoiá-la. Os ideais do líder não foram incluídos no programa, mas começaram a ganhar peso, por serem difundidos entre os aderentes. Prestes também conclamou os antigos tenentes da Coluna Prestes a ingressarem na ANL e lançou um documento norteando a atuação da frente, com o título *Por um governo popular e revolucionário*, no qual ele apresenta a organização como uma continuadora das lutas tenentistas travadas em 1922 e 1924 e que as massas populares se incorporariam agora. Dizia o documento:

Nós, os aliancistas de todo o Brasil, mais uma vez, levantamos hoje, bem alto, a bandeira dos “18 do Forte”, a bandeira de Catanduvas, bandeira que tremulou, em 1925, nas portas de Therezina depois de percorrer, de sul a norte, todo o Brasil! A Aliança Nacional Libertadora é, hoje, constituída pela massa de milhões que continúa as lutas de hontem. A Aliança Nacional Libertadora é, hoje, a continuadora dos combates que pela libertação do Brasil do jugo imperialista iniciaram Siqueira Campos, Joaquim Tavora, Portella, Benevolo, Cleto Campello, Jansen de Mello, Djalma Dutra e milhares de soldados, operarios e camponezes em todo o Brasil.

Somos os herdeiros das melhores tradições revolucionarias do nosso povo e é, recordando a memoria de nosso heróes que marchamos para a luta e para a Victoria!<sup>182</sup>

Como a ANL era vista por Prestes como a entidade continuadora das lutas tenentistas da década de 1920, ele passou a enviar cartas aos seus ex-companheiros, convidando-os para ingressarem na entidade, que estava reavivando suas lutas antigas. Entre convidados estavam Miguel Costa e André Trifino Correa.

Com a crescente influência da ANL na sociedade brasileira e com Vargas receoso, pois se colocavam unificados contra seu governo todos os grupos descontentes com os rumos da “revolução de 30”, ele tratou de colocá-la na ilegalidade através da Lei de Segurança Nacional (Lei monstro), aprovada em 4 de abril de 1935, objetivando “combater o extremismo”. Porém, a medida não valeu para os integralistas, que continuaram em plena atividade, mas sim para a ANL e para o movimento operário. O pretexto esperado foi dado por Luiz Carlos Prestes que, ao fim do documento *Por um governo popular e revolucionário*, dizia:

[...] a situação é de guerra e cada um precisa ocupar o seu posto. Cabe á iniciativa das proprias massas organizar a defesa de suas reuniões, garantir a vida de seus chefes e preparar-se activamente para o momento do assalto. A ideia do assalto amadurece na consciencia das grandes massas.

População trabalhadora de todo o Brasil! Em guarda na defesa de teus interesses. Vem ocupar o teu posto com os libertadores do Brasil!

---

<sup>182</sup> A *Manhã*, 05 jul. 1935.

Soldados do Brasil! Atenção! Os tyrannos querem jogar-te contra os teus irmãos, em luta pela liberdade do Brasil! [...]  
 Brasileiros! Todos vós que estaes unidos pelo soffrimento e pela humilhação, em todo o Brasil! Organizae o vosso ódio contra os dominadores, transformando-o na força irresistível e invencível da Revolução brasileira! Vós que nada tendes a perder e a riqueza immensa de todo o Brasil a ganhar! Arrancae o Brasil das garras do imperialismo e de seus lacaios! Todos á luta pela libertação nacional do Brasil!  
**ABAIXO O FASCIMO! ABAIXO O GOVERNO ODIODO DE VARGAS! POR UM GOVERNO POPULAR NACIONAL REVOLUCIONARIO!**  
**TUDO O PODER A' ALLIANÇA NACIONAL LIBERTADORA!**<sup>183</sup>

No dia 11 de julho, a ANL foi colocada na ilegalidade,<sup>184</sup> acabando com a breve vida legal dessa entidade. Na ilegalidade, a ANL teve grandes baixas em seu quadro de filiados e militantes, praticamente só restaram os comunistas e os tenentistas. O fechamento da ANL não foi acompanhado por grandes protestos, manifestações, greves ou piquetes, como esperavam os dirigentes; no máximo, houve movimentações em São Paulo e o protesto de Pedro Ernesto, prefeito da capital federal.<sup>185</sup>

## 1.6 “Nós fomos para o Norte dispostos a vê-lo, tal qual ele é, e vimo-lo”<sup>186</sup>: a criação da Aliança Nacional Libertadora no Amazonas

*“Nós vimos o norte”*

- *Quando partimos para o Norte não foi para ver os lindos luares banhando as praias de poéticas palmeiras*

- *Nós fomos para o Norte dispostos a vê-lo tal qual elle é e vimol-o. Nós vimos o Norte...*

*Nós vimos as mãos callejadas, as frentes alagadas de suor, os olhares famintos de uma juventude que na infância ainda, quando deveria estar nas escolas, é obrigada a trabalhar, não para si, mas para interesses estranhos [...]*

*Nós vimos como é enganado o povo soffredor ao qual se ensina a paciência, a obediência e o respeito aos seus algozes.*

*Nós vimos creanças nas margens do Amazonas apanhando soffregamente o pão que lhes era atirado por divertimento nas águas lodosas do rio, para pô-o a seccar e comel-o como saborosissimo petisco [...]*

*O Estado do amazonas está numa decadência alarmante sendo de 8.000 contos a renda annual.*

*A cidade de Itacoatiara, postada á margem do maior rio do mundo em volume de agua vê seus habitantes fazerem um gasto médio de 30\$000 mensaes com agua potável comprada em latas de kerozene, por não haver agua encanada.*

<sup>183</sup> A Manhã, 05 jul. 1935

<sup>184</sup> BRASIL. Decreto n. 229, de 11 de julho de 1935. Ordena o fechamento, em todo o território nacional, dos núcleos da “Aliança Nacional Libertadora”. Rio de Janeiro, DF, ago 2018. Disponível em: <www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-229-11-julho-1935-518037-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 15 ago. 2018.

<sup>185</sup> VIANNA, Marly de A. G. **Revolucionários de 1935**: sonho e realidade. Op. Cit. p. 193-197.

<sup>186</sup> Trecho do discurso de Mary Mercio, quando esta retornou ao Rio de Janeiro, após a visita da caravana da ANL ao Amazonas (A Manhã, 23 ago. 1935).

*As maiores empresas de Manáus são: Manáus Harbor, Manáus Tramways e Amazon River, afora J.G. Araujo e Cia. Que traficando com productos estrangeiros é maior agente local.*

*As miseraveis choupanas que se erguem á beira do rio Amazonas e as crianças rachíticas com ventres enormes são um protesto vivo á exploração e á ganancia de nossos opressores.*

*Nós vimos no Norte todas estas misérias, mas nós tambem vimos a revolta de um povo que não quer continuar a ser escravo. A juventude nortista quer que haja escolas para o povo e não só para de papaes ricos. A juventude nortista está cansada de ser ludibriada por promessas enganosas. A juventude nortista sabe que para se libertar Ella tem que se unir e lutar Ella propria pelos seus anseios.*

*Trecho do discurso de Mary Mercio durante a reunião “A mocidade brasileira, pela democracia”, na Casa do Estudante.<sup>187</sup>*

Foi no bojo das disputas eleitorais e do processo de reestruturação da ordem política no estado do Amazonas que surgiu, em 1935, o núcleo da ANL. O jornal *Tribuna Popular* noticiou, no dia 1 de julho de 1935, a criação da entidade. Disse a nota:

Na séde do C. P. A. foi fundada na noite de sabbado ultimo, com a presença de grande numero de operários, a secção regional do Amazonas da Alliança Nacional Libertadora. Estiveram presentes á concorrida reunião muitos elementos de outras classes sociaes tendo reinado indiscriptivel enthusiamos entre os presentes [...] A Alliança, que não é um partido politico, mas uma forte colligação nacional, tem como escopo libertar o Brasil do arrocho do parasitismo que vem aniquilando as energias nacionais, merecendo por isso franco apoio de quantos amam sinceramente a terra de Santa Cruz.<sup>188</sup>

No evento,<sup>189</sup> foi aclamado o diretório provisório da ANL, assim constituído por: Julio Vianna (Presidente); Americo Lopes de Mattos (Vice-presidente); Lycurgo Cavalcante (1º Secretário); Octavio Camara (2º Secretário); Oscar Pires Castanhola (Tesoureiro); Lourenço Braga, Porfirio Affonso, Francisco Salles e Raimundo Nonato Pereira (Conselheiros).<sup>190</sup>

No dia 4 de julho de 1935, foi noticiada uma assembleia geral no Centro Proletário Amazonense<sup>191</sup> (CPA) para deliberar um novo presidente para o Diretório Estadual Provisório da ANL. Foi aceito o pedido de renúncia de Julio Vianna da presidência da ANL, tendo assumido o cargo Marciano Armond, que presidia o conselho deliberativo central do Partido Liberal do Amazonas (PLA), partido fundado antes de 1930 e reorganizado, em 1932, como

<sup>187</sup> *A Manhã*, 23 ago. 1935.

<sup>188</sup> *Tribuna Popular*, 1 jul. 1935.

<sup>189</sup> Ocorrido no dia 29 de junho de 1935, na sede Centro Proletário do Amazonas (CPA).

<sup>190</sup> *Tribuna Popular*, 1 jul. 1935

<sup>191</sup> O Centro Proletário do Amazonas, foi inaugurado no mês de janeiro de 1933 e era localizado na Rua Quintino Bocayuva canto da Rua Marechal Deodoro. O CPA tinha como missão arregimentar as classes trabalhistas para defender os direitos do operariado do Amazonas. No CPA se organizaram quatro sindicatos: metalúrgicos, barbeiros, chauffers e sapateiros (*Relatório da Diretoria do CPA*, 24 jan. 1934).

partido de oposição. Nessa assembleia, foi criada uma Comissão Executiva,<sup>192</sup> formada por Francisco Meneses, Nestor Pires de Oliveira, José Henriques Filho, Domingos Barbosa, Isaac Bensiman e Herculano de Castro e Costa.<sup>193</sup>

É importante mencionar que esses homens, desde 1933, se articulavam politicamente. Julio Vianna Barbosa e Lycurgo Cavalcante, por exemplo, ajudaram a fundar no Amazonas o Centro Proletário do Amazonas (CPA), que tinha como objetivo organizar o proletariado amazonense para lutar por seus direitos.

O CPA, em 1933, ano de seu nascimento, teve um papel importante na política amazonense, primeiramente, porque, por meio dele, foi possível aproximar o Partido Trabalhista Amazonense (PTA) da classe trabalhadora. A própria fundação do PTA teve participação decisiva de Julio Vianna Barbosa e Lycurgo Cavalcante. Segundo, porque ajudou a eleger para a ANC Luiz Tirelli que, segundo Julio Vianna, era o único deputado eleito pelo Amazonas que defendia os interesses da classe proletária.<sup>194</sup>

Em 1934, duas lideranças do CPA e, que mais tarde compuseram a ANL, participaram do pleito para a Assembleia Estadual Constituinte, a saber: Julio Vianna, primeiro presidente da ANL, e Lourenço Braga, conselheiro da ANL.<sup>195</sup> Ambos não conseguiram ser eleitos, mas fica evidente que, por meio das suas atuações junto ao CPA, eles conseguiram experiência política para, em 1935, fundarem o núcleo da ANL no Amazonas.

Já em 1935, Julio Vianna<sup>196</sup> e outros de seus companheiros ligados ao CPA, como Lourenço Braga, Paulo Abreu e Lycurgo Cavalcante, fundaram a ANL (seção regional), segundo Julio Vianna, devido à leitura de jornal de propaganda. A composição da direção da ANL era plural. Nela, havia profissionais liberais, funcionários públicos, comerciantes e “operários”. Essa composição contemplava pessoas críticas ao governo de Álvaro Maia, como também ao governo Getúlio Vargas; entre eles, o próprio Marciano Armond, que à época era aderente do PLA. Outro personagem que também era crítico ao governo de Álvaro Maia, Julio Vianna, que se retirou do PTA quando este se fundiu com a dissidência radical do PSA.

Dessa forma, podemos perceber que a inauguração de um núcleo da ANL no

<sup>192</sup> *Tribuna Popular*, 4 jul. 1935.

<sup>193</sup> Francisco Meneses (dentista), Nestor Pires de Oliveira (Tipógrafo), José Henriques Filho (Comerciário), Domingos Barbosa (Comerciário), Isaac Bensiman (funcionário público) e Herculano de Castro e Costa (agenciador), Marciano Armond (jornalista), Lycurgo Cavalcante (alfaiate) Julio Vianna (diretor do Jornal do Commercio), Oscar Pires Castanhola (na época presidente do CPA), Raimundo Nonato Pereira (Maquinista) (*Tribuna Popular*, 4 jul. 1935).

<sup>194</sup> *Relatório da Direção do CPA*, 24 jan. 1934.

<sup>195</sup> *Tribuna Popular*, 14 out. 1934.

<sup>196</sup> Ele foi aclamado como o primeiro presidente da ANL, mas que com suas ocupações diárias não conseguiu continuar presidindo, renunciando o cargo e passando-o professor Marciano Armond.

Amazonas se deu pela mobilização da sociedade amazonense em torno das eleições para as Constituintes (Nacional e Estadual), seguido das articulações e organizações sindicais entre os anos de 1933 a 1935. Seus articuladores também almejavam postos de poder nas disputas eleitorais que se avizinhavam (deputado federal, vereadores e representantes de classes), principalmente, após à promulgação da Constituição do Estado do Amazonas no dia 2 de junho de 1935. Consequentemente, o surgimento da ANL se deu para politizar as classes trabalhadoras, arregimentando o operariado para combater o fascismo, imperialismo e também para se opor aos governos de Álvaro Maia e de Getúlio Vargas, tendo em vista o grande debate político-ideológico que acontecia nos demais estados do país e no mundo.

No entanto, os trabalhos da ANL no Amazonas mal tinham se iniciado quando Getúlio Vargas decretou o fechamento dos núcleos da entidade em todo território nacional. Nesse bojo, percebemos que a ANL no estado do Amazonas teve uma vida efêmera, sua existência legal durou apenas 17 dias. Com o decreto do dia 11 de julho, Vargas colocou a ANL por seis meses na ilegalidade.

No dia 16 de julho de 1935, a capa do *Jornal do Commercio* continha uma nota intitulada “O fechamento das sedes e dos núcleos da ANL”. Dizia a nota:

O governo do estado recebeu do ministro Vicente Ráo, com a nota urgentíssima, a seguinte radio circular, data de treze corrente: Tenho a honra e transmitir a vossencia o interio teor do decreto numero 229 de 11 deste mez, afim de que tenha imediata execução nesse estado, em vista do respectivo artigo três: “decreto numero 229, de 11 de julho de 1935, que ordena o fechamento, em todo o território nacional, dos núcleos da Alliança Nacional Libertadora [...]”.<sup>197</sup>

O *Jornal do Commercio* ainda relatou que:

Tendo em vista o telegrama supra, o dr. Ricardo Amorim, chefe de policia, scientificou do mesmo ao nosso confrade Marciano Armond, presidente da Alliança Nacional Libertadora no estado.

O professor Armond declarou ao chefe de policia que a Alliança ainda não tinha sede, estando elle a tratar de um prédio para a mesma, adiantando que, em vista do decreto do governo federal, desistia de qualquer negociação relativa ao aluguel do mesmo.<sup>198</sup>

É relevante mencionar que, enquanto a ANL entrava na ilegalidade, havia uma caravana chegando ao estado do Pará. Noticiou o *Jornal do Commercio*, por meio de uma nota que dizia:

<sup>197</sup> *Jornal do Commercio*, 16 jul. 1935.

<sup>198</sup> *Jornal do Commercio*, 16 jul. 1935.

O chefe de policia não permittio o desembarque da caravana da Alliança Libertadora [...] Mais tarde permitiu que os membros [...] desembarcassem desacompanhados [...] Mas, diante da situação, a caravana resolveu prosseguir a sua viagem até Manáos no Campos Sales.<sup>199</sup>

Os membros da caravana foram deportados do estado do Pará e se encaminharam para Manaus. O *jornal do Commercio* divulgou também a chegada dos membros da caravana no dia 20 de julho de 1935:

A caravana da Alliança Libertadora, que hontem chegou, no Campos Salles, procedente de Belem e deportada pela policia paraense, foi recebida pelo dr. Ricardo Amorim, que penetrou a bordo, em primeiro lugar e se entendeu com os caravaneiros, permitindo-lhes o desembarque uma vez que se comprometessem a não realizar comícios.<sup>200</sup>

A caravana da ANL era composta por Roberto Sisson, Benjamim Soares, Ivan Pedro Medina, Lydia Freitas, Mary Mercio e outros. Foram recebidos no *Roadway* por uma gama de pessoas que davam vivas à ANL e abaixo ao integralismo. Logo em seguida, distribuíram boletins da União Feminina do Brasil e a polícia teve que intervir com dez policiais, comandados pelo sr. Moyses Patrocínio de Oliveira, subcomandante do Corpo de Segurança. Diante da repressão da polícia, os manifestantes se dispersaram, mas, antes, Roberto Sisson afirmou que a “a sede da ANL é d’ora avante no meio da rua!” e seguiu para o Grande Hotel.<sup>201</sup>

No dia 21 de julho de 1935, a caravana da ANL realizou duas reuniões em Manaus, ambas na sede do CPA. De cima do prédio, foram jogados panfletos contendo o manifesto da ANL e realizados discursos aplaudidos e ovacionados pelo público. O ato incomodou os integralistas amazonenses. O chefe provincial da Ação Integralista Brasileira no Amazonas, Paulo Eleutherio, tentou por duas vezes contato com o chefe de polícia, Ricardo Amorim,<sup>202</sup> querendo tratar acerca das atividades dos aliancistas, pedindo que a polícia interviesse; caso contrário, os integralistas iriam agir.

Ainda no dia 21 de julho, foi anunciado que os membros da caravana e os adeptos da ANL estiveram presentes em quatro pontos da cidade, porém não realizaram o comício que estava sendo planejado para acontecer no Largo São Sebastião devido à força policial ali montada. À noite, seguiram novamente para Belém (Pará), no Campos Salles, com passagem

<sup>199</sup> *Jornal do Commercio*, 15 jul. 1935.

<sup>200</sup> *Jornal do Commercio*, 20 jul. 1935.

<sup>201</sup> *Jornal do Commercio*, 20 jul. 1935.

<sup>202</sup> Assumiu a Chefatura de Polícia dia 22 de março de 1935, em substituição ao capitão Paulo Chaves que vinha exercendo a função interinamente (*Tribuna Popular*, 25 mar. 1935).

fornecida pela polícia e, de lá, partiriam para o sul do país. Porém, antes de irem a Belém, Roberto Sisson fez discursos inflamados, dando vivas a Luiz Carlos Prestes e morras aos poderes constituídos. No *Roadway* da *Manáos Harbour*, foi evitado pela polícia um confronto entre aliancistas<sup>203</sup> e integralistas<sup>204</sup>.

Com o fechamento da ANL, seus membros tentaram judicialmente a manutenção da legalidade da frente. No dia 19 de julho, por exemplo, na secretaria do Supremo Tribunal Federal Eleitoral, impetraram um requerimento declarando “era preciso que não se esmague a consciência das massas, na sua liberdade de pensar”. Todavia, esse pedido não teve um retorno positivo. A ANL permaneceria fechada e, com os levantes de novembro daquele ano, ela não retornou à atividade.<sup>205</sup>

O fechamento desta tentou desmobilizar e reduzir as críticas ao governo, desarticulando a entidade que crescia não só em Manaus, mas em importantes cidades em todo o Brasil. Entretanto, na ilegalidade, seu trabalho não cessou. As reivindicações da sociedade amazonense, tais como as eleições dos representantes de classes, o desemprego, ainda grande na cidade, somados ao descontentamento militar que desaguaram na tentativa de levante armado em novembro de 1935, assunto que iremos tratar no próximo capítulo.

---

<sup>203</sup> *Jornal do Commercio*, 23 jul. 1935.

<sup>204</sup> O *Jornal do Commercio* não divulgou os nomes dos envolvidos no conflito.

<sup>205</sup> *Jornal do Commercio*, 19 jul. 1935.



## 2 A “INTENTONA COMUNISTA” DE 1935 NO BRASIL E NO AMAZONAS

*Os fatos de que partimos, portanto, não são como morangos, maçãs ou peras que se recolhem ao cesto num passeio ameno e ecológico pelo campo. Se os fatos dessa história podem ser comparados construtivamente a alguma coisa, é melhor escolher algo como neblina e a fumaça que escondem a trilha que precisamos seguir. No entanto, a trilha existe, e cabe segui-la.*

Sidney Challoub

Os três meses que se seguiram ao fechamento da ANL foram de refluxo da agitação política no país. O governo conseguiu dar uma resposta à crise econômica, controlando os sindicatos por meio do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) e através das leis trabalhistas. A disciplina retornava aos quartéis, os integralistas ocupavam altos postos de comando nas Forças Armadas e, se o fechamento da frente não ocasionou grandes mobilizações populares, a oposição ao governo Vargas não cessou.<sup>206</sup>

As movimentações e as agitações políticas, nesse bojo, retornaram ao cenário nacional entre outubro e novembro com as eleições estaduais e municipais, com greves e com desengajamento definitivo dos militares subalternos. No Amazonas, a agitação política foi retomada em agosto, com a eleição para vereadores no dia 31. Logo em seguida, foi realizada a eleição para deputados federais e, em novembro, aconteceu a eleição para representação de classe para a Assembleia Legislativa do Amazonas.

Antes disso, entre os meses de julho e agosto de 1935, aconteceu o VII Congresso da Internacional Comunista. Este foi de suma importância, pois resultou numa modificação parcial da tese de “classe contra classe”, do VI Congresso, pela “frente única contra o fascismo”.

A tese “classe contra classe”, adotada pela IC no VI Congresso, era fruto das derrotas do movimento comunista na Europa e também das lutas internas do PC da URSS entre o V e o VI congressos, entre Leon Trostky e Joseph Stalin. O enrijecimento da tese colocava a socialdemocracia como sinônimo de social-fascismo, ou seja, não havia diferenças entre a burguesia e o fascismo. O fascismo, inclusive, era visto como um resultado lógico do sistema capitalista em crise. Portanto, alianças e coligações entre partidos socialistas e comunistas

---

<sup>206</sup> VIANNA, Marly de A. G. **Revolucionários de 1935**: sonho e realidade. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 199-200.

apenas poderiam ser realizadas pelas bases que as compunham, não havendo qualquer possibilidade de alianças entre os dirigentes (acordos de cúpula).

A abertura do VII Congresso da IC deu-se em julho de 1935 e a este se atribuiu o papel de definir as “novas tarefas táticas”, ou seja, deveriam debater a “virada” do movimento comunista mundial diante da possibilidade do retorno dos acordos de cúpula com a socialdemocracia para combater o fascismo, portanto, a formação de frentes únicas. No entanto, segundo Martha Dassú, o que o congresso demonstrou foi “uma colocação limitadora, confirmada de resto pelos materiais preparatórios do VII Congresso, publicados pelo Executivo em julho de 1935, que estabeleciam uma continuidade, pelo menos formal, com a anterior linha do movimento comunista”.<sup>207</sup> Ainda segundo Martha Dassú, “para uma parcela não negligenciável do Executivo, o VII Congresso deveria se limitar a estabelecer limites bem precisos à política de alianças do Comintern, realizada com excessiva liberalidade por algumas seções nacionais”.<sup>208</sup>

Essa não era a opinião de George Dimitrov<sup>209</sup>, secretário-geral da IC, que retoma as discussões preparatórias do VII Congresso, apresentando uma diferença decisiva entre democracia burguesa e fascismo. Para ele, “o advento do fascismo ao poder não é uma substituição normal de um governo burguês por outro, mas a troca de uma forma estatal de denominação de classe da burguesia — a democracia burguesa — por outra forma: a ditadura terrorista aberta”.<sup>210</sup> Nesse sentido, a tarefa da classe operária consistiria em impedir a substituição da democracia burguesa pela ditadura aberta, através da defesa e da reivindicação do mais amplo funcionamento das instituições democráticas. A frente única, dessa forma, deveria voltar-se essencialmente contra o fascismo e ter como conteúdo de fundo a defesa dos interesses imediatos, econômicos e políticos, da classe operária, os quais são prejudicados pela ditadura aberta.

Diante do exposto, questionamo-nos: Por que um levante no Brasil?

Segundo Dario Canalle, “o que foi feito no Brasil, entre 23 e 27 de novembro de 1935,

<sup>207</sup> DASSÚ, Marta. “Frente única e Frente popular: o VII Congresso da Internacional Comunista”. In: HOBBSAWM, Eric J. (org). **História do Marxismo**, v. 6. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985. p. 318.

<sup>208</sup> DASSÚ, Marta. “Frente única e Frente popular: o VII Congresso da Internacional Comunista”. In: HOBBSAWM, Eric J. (org). **História do Marxismo**, v. 6. Idem.

<sup>209</sup> Dirigente comunista nascido na Bulgária. Emigrou depois da frustrada insurreição de 1923. Foi também emissário da Internacional Comunista na Alemanha, mas logo, se refugiou na URSS após ser processado pelo incêndio no Reichstag (março de 1933). Tornou-se, em 1935, secretário-geral do IC e personagem importante da política de frentes adotadas pela IC. PONS, Silvio. **A revolução global: história do comunismo internacional (1917-1991)**. Tradução: Luiz Sérgio Henriques. 1.ed. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2014. p. 171.

<sup>210</sup> DASSÚ, Marta. “Frente única e Frente popular: o VII Congresso da Internacional Comunista”. In: HOBBSAWM, Eric J. (org). **História do Marxismo**, v. 6. Op. cit. p. 318-322.

não corresponde nem às orientações recebidas pelo PCB, por ocasião do VI Congresso da I.C., nem às intenções declaradas pelo próprio L. C. Prestes”.<sup>211</sup> Ainda segundo este autor, “a causa principal disso deve ser procurada no fato que, em cada seção da I.C., bem como na cúpula da Comintern, havia fortes resistências contra a nova linha, a qual se contrapunha à orientação estreita seguida desde 1924”.<sup>212</sup>

Para Marly de Almeida Gomes Vianna,

[...] apesar de sua importância para o MCI, o VII Congresso teve influência pequena no Brasil, onde os comunistas e os aliancistas que restaram organizados trabalhavam com a perspectiva tenentista de preparar uma insurreição que depusesse Getúlio Vargas e instalasse um governo popular nacional revolucionário, dirigido por Luiz Carlos Prestes.<sup>213</sup>

Importante lembrar também que o trabalho do PCB, que já girava em torno da ideia de frentes populares e continuou pautado por quatro orientações: (1º) luta em frente única e pela ampliação da frente (ANL); (2º) organização do trabalho militar em torno da luta anti-integralista; (3º) organização e desencadeamento de greves operárias nas cidades; e (4º) desenvolvimento de lutas parciais, armadas e de guerrilhas no campo.<sup>214</sup>

No entanto, em novembro de 1935, aconteceu um episódio que afetou significativamente os anos subsequentes da história política brasileira. Chamada pejorativamente de “Intentona Comunista”, tratava-se de rebeliões ocorridas em algumas cidades brasileiras (Natal, Recife, Rio de Janeiro), influenciadas pela Aliança Nacional Libertadora e pelo Partido Comunista do Brasil. Este evento representou a culminância de um período histórico brasileiro que teve origem nas lutas populares do início do século XX somadas pelos eventos da história mundial.<sup>215</sup>

Neste capítulo, abordaremos detidamente como ocorreram os levantes no Rio Grande do Norte, Pernambuco, Rio de Janeiro e, por fim, a tentativa de levante armado no Estado de Amazonas.

<sup>211</sup> CANALE, Dario. A Internacional Comunista e o Brasil (1920-1935). In: TAVARES, José Nilo (org.). **Novembro de 1935: meio século depois**. Petrópolis-Rio de Janeiro: Vozes, 1985, p. 135-136.

<sup>212</sup> CANALE, Dario. A Internacional Comunista e o Brasil (1920-1935). In: TAVARES, José Nilo (org.). **Novembro de 1935: meio século depois**. Idem.

<sup>213</sup> VIANNA, Marly de A. G. **Revolucionários de 1935: sonho e realidade**. Op. Cit. p. 58.

<sup>214</sup> VIANNA, Marly de A. G. **Revolucionários de 1935: sonho e realidade**. Op. Cit. p. 204.

<sup>215</sup> TAVARES, José Nilo. 1935: reavaliação de análise. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Novembro de 1935: meio século depois**. Petrópolis-Rio de Janeiro: Vozes, 1985, p. 69.

## 2.1 OS LEVANTES DE NOVEMBRO DE 1935

### 3.1.1 O Levante em Natal: um soviete no Brasil?

No dia 23 de novembro de 1935, no 21º Batalhão de Caçadores, localizado na cidade de Natal (Rio Grande do Norte), foi desencadeado o levante que iria influenciar as insurreições em Recife e no Rio de Janeiro.

No Rio Grande Norte, tanto a eleição para a Constituinte Federal como para a Constituinte Estadual e para deputados federais foram conturbadas, marcadas por mortes, violência, forte aparato militar e intervenção do Supremo Tribunal Eleitoral. Nesse ínterim, o resultado da eleição para Constituinte Estadual deu vitória aos candidatos do Partido Popular<sup>216</sup>, que elegeram 14 deputados, enquanto a Aliança Social<sup>217</sup> elegeu 11. Diante desse resultado, foi convocada para dia 29 de outubro a eleição indireta para governador. O pleito deu vitória ao candidato do Partido Popular, Rafael Fernandes (14 votos), que venceu o candidato da Aliança Social, Elviro Carrilho (11 votos).<sup>218</sup>

Após as eleições, o clima conturbado não arrefeceu. Rafael Fernandes adotou medidas que contribuíram para que a situação política continuasse efervescente, entre elas: dissolveu a Guarda Civil e demitiu funcionários ligados a Mário Câmara, assim como colocou na reserva oficiais da Polícia Militar.<sup>219</sup> Outra medida que agitou o meio militar foi a chegada de um documento emitido pelo General Manuel Rabello, chefe da 7ª Região Militar, autorizando ao comandante do 21º BC a dar baixa em praças, cabos e sargentos com tempo de vencimento.<sup>220</sup> Para Tavares, todas essas medidas aumentaram a insatisfação dos militares subalternos, que passaram a planejar uma insurreição em Natal.<sup>221</sup>

Nesse bojo, os comunistas de Natal, que também disputaram as eleições para

<sup>216</sup> A convocação das eleições para a Assembleia Constituinte reorganiza os partidos políticos. As oligarquias que haviam sido derrotadas em 1930, e que reagem às Interventorias tenentistas, organizam o Partido Popular com objetivo de disputar as quatro vagas. Era, fundamentalmente, a estrutura do velho partido Republicano que havia dominado o estado durante toda a Primeira República (1889-1930). A fundação do partido se deu no dia 16 de janeiro de 1933, ele era dirigido por Dinarte Mariz, liderança política da região do Seridó. Na sua composição, participavam representantes da elite socioeconômica do estado, vinculados principalmente aos setores da agroexportação do sal e do algodão. COSTA, Homero. **A insurreição comunista de 1935- Natal: o primeiro ato da tragédia**. Natal, RN: EDUFRN, 2015. p. 39.

<sup>217</sup> Resultado da fusão entre o Partido Nacionalista, fundado por Café Filho, com o Partido Social Democrático, dirigido por Mário Câmara, para a disputa de eleições para deputado federal e estadual. COSTA, Homero. **A insurreição comunista de 1935- Natal: o primeiro ato da tragédia**. Ibidem. p. 50.

<sup>218</sup> COSTA, Homero. **A insurreição comunista de 1935- Natal: o primeiro ato da tragédia**. Ibidem. p. 62.

<sup>219</sup> COSTA, Homero. **A insurreição comunista de 1935- Natal: o primeiro ato da tragédia**. Ibidem. p. 64.

<sup>220</sup> COSTA, Homero. **A insurreição comunista de 1935- Natal: o primeiro ato da tragédia**. Ibidem. p. 90.

<sup>221</sup> TAVARES, José Nilo. 1935: reavaliação de análise. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Novembro de 1935: meio século depois**. p. 82.

deputados federal e estadual, pelo partido União Operária e Camponesa do Brasil,<sup>222</sup> viam na agitação política no estado um clima propício para o início da revolução. Essa crença foi reforçada pela greve da estrada de ferro *Great Western*<sup>223</sup>, que contou com apoio de vários segmentos da sociedade, inclusive de militares.

No entanto, os comunistas, seguindo ordens da direção nacional do partido, mantinham-se cautelosos em relação a essa conjuntura. Os membros da direção nacional acreditavam que o levante planejado por eles teria que ser orquestrado em conjunto, em todo território brasileiro, pois se o levante fosse isolado logo seria sufocado. Por isso, orientavam para não precipitarem, iniciarem ou participarem de qualquer movimento golpista, mas que preparassem a massa para as lutas vindouras, que se tentasse ganhar os antigos partidários de Mário Câmara para a ANL e que tentassem desenvolver guerrilhas no interior, além de pedir apoio para Frente Democrática pelas Liberdades<sup>224</sup> Populares.<sup>225</sup>

Foi nessa conjuntura, segundo Vianna, que o PCB de Natal teve sua proximidade com os militares do 21º BC, em especial por meio do Sargento Quintino Clementino de Barros e do Cabo Giocondo Gerbásio Alves Dias. Aproximaram-se, tentando dissuadi-los do golpe que tramavam contra Rafael Fernandes.<sup>226</sup>

No dia 23 de novembro de 1935, chegou ao 21º BC a notícia da expulsão dos envolvidos no assalto ao bonde<sup>227</sup>. Diante disso, os guardas da extinta Guarda Civil foram ao batalhão incitar a quartelada. O Sargento Quintino e o Cabo Dias procuraram a direção do partido para convocá-la para a ação. Os dois reuniram-se com José Praxedes de Andrade<sup>228</sup> e João Santana, o Santa, estes pediram dez dias para que consultassem o Secretariado do Nordeste, localizado em Recife, mas os militares disseram que a revolta era iminente. Diante disso, a direção do partido resolveu aceitar a empreitada.<sup>229</sup>

O levante se desencadeou, como planejado, às 19h30 do dia 23 de novembro. Os

<sup>222</sup> Partido que era a saída legal para que o Partido Comunista pudesse concorrer às eleições. COSTA, Homero. **A insurreição comunista de 1935- Natal**: o primeiro ato da tragédia. Op. Cit. p. 51.

<sup>223</sup> Foi uma estrada aberta entre Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas pela empresa inglesa Great Western of Brazil, que funcionou de 1887 até 1950.

<sup>224</sup> VIANNA, Marly de A. G. **Revolucionários de 1935**: sonho e realidade. Op. Cit. p. 248-249.

<sup>225</sup> Movimento político organizado no Rio de Janeiro no dia 7 de setembro de 1935 para continuar os trabalhos da ANL. Tinha por objetivo lutar pela “democracia, na sua acepção de asseguradora das liberdades, e na sua essência de regime exercido pela vontade do povo, liberal e efetivo”. Sua comissão organizadora era integrada por Pedro da Cunha, o coronel Augusto da Cunha Duque Estrada, o coronel A. Brasileiro de Almeida, Valério Konder, José Otávio Correia Lima, Hildebrando Falcão, Vitorino Semola, Maurício de Lacerda e Manuel Venâncio Campos da Paz.

<sup>226</sup> VIANNA, Marly de A. G. **Revolucionários de 1935**: sonho e realidade. Idem.

<sup>227</sup> Alguns praças do 21º BC assaltaram no dia 18 de novembro o bonde que fazia a linha Tyrol, no 4º distrito da capital. No dia 23, pela manhã eles foram expulsos por desvio moral. VIANNA, Marly de A. G. **Revolucionários de 1935**: sonho e realidade. Ibidem. p. 253.

<sup>228</sup> Secretário político do CR-RN.

<sup>229</sup> VIANNA, Marly de A. G. **Revolucionários de 1935**: sonho e realidade. Idem.

rebeldes rapidamente tomaram o 21° BC. Cabo Dias e o Sargento Raymundo Francisco de Lima prenderam o comandante de guarda, José Farias de Almeida, e o oficial do dia, Tenente Abel Cabral.

Com o quartel dominado, foram distribuídas fardas para os civis que aderiram, assim como para os membros do partido. Logo formaram grupos que tiveram a orientação de tomar os pontos mais importantes da cidade, como o quartel de inspetoria da polícia, Esquadrão de Cavalaria, Correios e Telégrafos, aeroporto, estradas de ferro, a central elétrica, a delegacia e cartórios.

Rapidamente se formou uma junta que tinha como missão prender o governador e as autoridades que se faziam presentes numa cerimônia. Porém, ao se envolverem em um tiroteio com policiais militares, Giocondo Dias foi ferido com três tiros e teve que ser levado ao hospital, retardando assim a missão. A Polícia Militar foi a única que ofereceu resistência aos rebeldes, mas não por muito tempo.<sup>230</sup>

Na noite do levante, estava acontecendo uma solenidade de formatura de alunos do Colégio Santo Antônio (turma de Contabilistas), no Teatro Carlos Gomes, que tinha a presença do Governador Rafael Fernandes e outras autoridades, como membros da esquadrilha mexicana – que chegou dia 17 à cidade –, militares do 21° BC e da Polícia Militar. Tudo ocorria bem, até escutarem os tiros vindos do 21° BC. A cerimônia continuou, mas, com o aumento da intensidade dos tiros, as pessoas começaram a se retirar, inclusive os membros da esquadra mexicana, ainda com o governador pedindo calma aos presentes. Mas não adiantou e as pessoas continuavam a se retirar; então, a cerimônia foi encerrada. O governador, junto com seu secretário e as demais autoridades, também se retiraram, saindo do teatro. Ouvindo os tiros, foram à casa de Xavier de Miranda, amigo de ambos, e lá ficaram até o dia seguinte, quando souberam o que realmente estava acontecendo. De lá, foram à casa do Cônsul honorário da Itália, Guilherme Letiere, onde receberam asilo e ali permaneceram até o fim do movimento.<sup>231</sup>

Após o início do levante, os oficiais do 21° BC foram procurados pelos rebeldes, mas todos se negaram a integrar ao comando do levante. Alguns foram presos e outros preferiram se esconder até que o clima se arrefecesse. Sem que nenhum oficial aderisse ao levante, os membros do PCB assumiram abertamente a rebelião, formando, assim, o Comitê Popular Revolucionário, que tinha como membros: José Praxedes (Secretário de Abastecimento), Lauro Cortez Lago (Secretário do Interior), Quintino Clementino (Secretário de Defesa), José

---

<sup>230</sup> VIANNA, Marly de A. G. **Revolucionários de 1935**: sonho e realidade. Ibidem. p. 255.

<sup>231</sup> COSTA, Homero. **A insurreição comunista de 1935- Natal**: o primeiro ato da tragédia. Op. Cit. p. 93.

Macedo (Secretário de Finanças) e João Batista Galvão (Secretário de Aviação), todos do PCB.

Segundo Sodré, as medidas tomadas pela junta governativa do Comitê, assim como sua composição, não demonstram nenhum propósito claramente revolucionário. Para ele, o que se apresentou foi uma mistura de tenentismo e socialismo.<sup>232</sup> Marly Vianna afirma que “os comunistas foram os únicos a participar da junta porque foram os únicos a aceitar a aventura”.<sup>233</sup> Esse Comitê, na verdade, foi criado com o intuito de tentar manter o controle durante a rebelião, mas o clima efervescente que agitava as ruas em Natal não permitiu que tal objetivo fosse alcançado. Durante o levante, o comércio fechou. Mesmo com as ordens do secretário de abastecimento, José Praxedes, para que os comerciantes abrissem seus estabelecimentos, os mesmos não seguiram as ordens. Com isso, os populares saquearam o comércio. Os rebeldes também precisavam de dinheiro, então, arrombaram o cofre do Banco do Brasil, do Banco do Rio Grande do Norte e da Recebedoria, conseguindo, com isso, somados, 3.192:156\$440 réis.

Os opositores à rebelião logo se colocaram de pé. O fazendeiro e político Dinarte Mariz, de Caicó, colocou sob suas ordens grupos armados e tropas enviadas pelo governador da Paraíba, dirigindo-se para Natal. Essas tropas travaram fortes combates contra os rebeldes, em especial na “Serra do doutor”,<sup>234</sup> e chegaram ao destino no dia 27 de novembro, onde encontraram a cidade sitiada pela polícia paraibana.<sup>235</sup>

No dia 26, circulavam informações de que a cidade seria bombardeada por aviões vindos da Paraíba, Pernambuco e Ceará, além de soldados que estavam se deslocando por via terrestre. Chegou também um telegrama de Recife informando sobre a derrota do levante no 29º BC. Imediatamente, a junta reuniu e decidiu debandar, a maioria foi presa com grande quantidade de dinheiro; apenas José Praxedes conseguiu escapar do cerco. No dia 27, o levante em Natal estava derrotado.

### 3.1.2 O Levante em Pernambuco: “Padre, o senhor é um servo de Deus e eu sou um soldado da pátria”,<sup>236</sup>

Para Marly de Almeida Gomes Vianna, o levante em Pernambuco se diferenciou em

<sup>232</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **A Intentona Comunista de 1935**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. p. 86.

<sup>233</sup> VIANNA, Marly de A. G. **Revolucionários de 1935**: sonho e realidade. op. Cit. p. 259.

<sup>234</sup> Localizada entre os municípios de Santa Cruz e Currais Novos.

<sup>235</sup> VIANNA, Marly de A. G. **Revolucionários de 1935**: sonho e realidade. op. Cit. p. 268.

<sup>236</sup> Parte do diálogo de Tenente Lamartine pedindo permissão do padre para instalar duas metralhadoras hot- Kiss na torre da igreja, pois era um local estratégico.

vários aspectos da insurreição de Natal, a começar pelos agentes que desencadearam o movimento. Em Natal, os militares articularam e começaram a quartelada, ficaram com o comando da cidade por quatro dias, apesar de nenhum oficial se envolver na revolta. Ademais, a participação popular foi grande. Em Recife, o levante foi feito pelos membros da direção local do PCB, dois tenentes, um capitão e um sargento. Eles não conseguiram dominar sequer Recife. A participação da população, apesar de armada, foi pequena.<sup>237</sup>

Nessa cidade, as adesões à ANL e ao PCB eram intensas. O secretariado do partido era composto por Silo Meirelles, Caetano Machado e Pascácio de Souza Fonseca. Recife era conhecida como o centro da atividade comunista na região. O partido também tinha grande inserção entre os militares, possuindo inclusive um setor específico para a demanda (Setor Antimil), este era comandado pelo Sargento Gregório Bezerra<sup>238</sup>.

Para Francisco Viana, Pernambuco se constituía em um terreno fértil para o trabalho da ANL. Desde a Revolução de 30, a situação política no estado era de puro atrito, o qual era dividido de um lado pelo povo e do outro pelo Estado.<sup>239</sup> Dessa forma, o governo tentava reprimir os protestos populares, enquanto estes eram protegidos pelos militares.

O cenário político, assim como em Natal, era efervescente. No caso de Recife, esse clima era mais intenso nos quartéis, refletidos na insubordinação de soldados por conta do desengajamento.

Nesse ínterim, a Direção Nacional do PCB orientava para que os comunistas de Pernambuco não precipitassem a luta, não encaminhassem aventuras, golpes ou quarteladas. O Secretariado do PCB no Nordeste, por sua vez, explicava à Direção Nacional que compreendia perfeitamente a diretiva; no entanto, acreditava que havia um clima propício para o assalto ao poder.<sup>240</sup>

Assim, as notícias chegadas de Natal, no dia 23 de novembro, levaram o Secretariado do PCB no Nordeste a levantar o 29º BC. Os motivos para a quartelada foram a insubordinação nos quartéis por conta das baixas ali ocorridas e a greve na Estrada de Ferro

<sup>237</sup> VIANNA, Marly de A. G. **Revolucionários de 1935**: sonho e realidade. op. Cit. p. 291.

<sup>238</sup> Gregório Bezerra trabalhou no recrutamento de novos militantes para a ANL, especialmente nos meios militares. Com o fechamento da ANL, a organização passou a funcionar na clandestinidade. Ao mesmo tempo, Gregório Bezerra foi encarregado de participar da preparação de uma insurreição militar em Recife. Quando eclodiu o levante em Natal, em 23 de novembro de 1935, Gregório recebeu ordens para desencadear a luta em Recife no dia seguinte. Contudo, avisadas dos acontecimentos em Natal e desconfiadas da possibilidade de eclosão de movimento semelhante em Recife, as autoridades militares locais conseguiram desarticulá-lo. Preso, Gregório foi submetido a severas torturas. Em 1937 foi condenado a 27 anos e meio de prisão, sendo anistiado em abril de 1945. Gregório Bezerra. Disponível em: <cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/gregorio\_bezerra>. Acesso em: 15 ago. 2018.

<sup>239</sup> VIANA, Francisco. O dia que o trem da história atrasou ou a armadilha de 1935. In: TAVARES, José Nilo (org.). **Novembro de 1935**: meio século depois. Petrópolis-Rio de Janeiro: Vozes, 1985. p. 18.

<sup>240</sup> VIANNA, Marly de A. G. **Revolucionários de 1935**: sonho e realidade. op. Cit. p. 289.



*Great Westerns*. Esses acontecimentos reforçavam a visão dos comunistas sobre o clima revolucionário no Brasil.

Movidos por essa crença, os comunistas organizaram a rebelião no 29° BC, ainda com posição contrária do Sargento Gregório Bezerra, que acreditava não ser o momento adequado para o levante, visto que os soldados estavam desmobilizados e as armas de maior poder de fogo estavam retidas. As sentinelas tinham sido trocadas por homens de confiança do comando, o quartel estava de prontidão, como já era de se esperar depois do levante em Natal. Mas, seguindo as orientações do secretariado, a rebelião ficou marcada para o dia 24 de novembro, às 9h da manhã.

Lideraram a rebelião o Tenente Lamartine Coutinho e Alberto Besouchet, ambos membros do partido e oficiais do 29° BC, e o Capitão Otacílio Alves de Lima, do 22° BC, que estava de passagem por Pernambuco.<sup>241</sup> Lamartine chegou ao 29° BC às 8h30 da manhã, conversou com Capitão Manuel Epídio da Silva e pediu que organizasse cabos e sargentos, pois ele iria levantar o quartel. A tomada do quartel não se deu sem resistência, mas o objetivo foi alcançado, os soldados legalistas ficaram presos no Pavilhão de Comando. Eram 70 homens, entre oficiais e subalternos.

Com a vitória parcial, os rebeldes distribuíram armas e munição aos populares, acreditando que estes entrariam para a luta. Contudo, sem orientação, sem instrução militar, eles não tiveram participação decisiva na quartelada. Marly Vianna afirma que 6.000 civis foram armados.<sup>242</sup>

Tomado o quartel do 29° BC, o Tenente Lamartine seguiu para o Largo da Paz, em Recife, onde colocou, com permissão do padre, duas metralhadoras *hot-Kiss* na torre da igreja, que era um local estratégico. O Capitão Otacílio Alves agregou-se por volta de 11h30 à vanguarda no Largo da Paz, junto a Lamartine: enquanto este dominava a Ponte dos Afogados, aquele defendia a Estrada dos Remédios. Até então tudo estava indicando uma vitória dos rebeldes, mas a chegada de reforços do 20° e 22° BC impôs duras dificuldades aos rebeldes. Após dois dias de embates, eles tiveram que se retirar para o interior do Estado. Na segunda-feira à noite, o Largo da Paz estava dominado por forças governistas.

Outra frente tinha seguido para o centro da cidade sob a liderança do instrutor de tiro de guerra, Gregório Bezerra, que passou o dia 23 dialogando com cabos e soldados aliancistas da 6° Companhia, os quais ajudaram a mobilizar soldados para que estivessem a postos no domingo, dia 24. Gregório Bezerra também convocou uma reunião do Setor Antimil do

<sup>241</sup> VIANNA, Marly de A. G. **Revolucionários de 1935**: sonho e realidade. Ibidem. p. 291.

<sup>242</sup> VIANNA, Marly de A. G. **Revolucionários de 1935**: sonho e realidade. Ibidem. p. 301.

partido para domingo de manhã. Foi durante essa reunião que chegou a orientação do Secretariado para que entrasse em ação às 10h15 daquele dia. Ele ordenou alguns homens para o ajudarem no assalto ao 29º BC e saiu para cumprir sua missão, que consistia em assaltar o Quartel-General, a Secretaria de Segurança, o Palácio do Governo, a Central Telefônica e os postos-chave da cidade.

Na hora marcada, Gregório chegou ao QG da 7ª Região Militar, aguardou os soldados que mobilizou, mas ninguém compareceu. Então, ele se dirigiu para o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), onde os soldados já tinham sido informados do levante. Gregório era responsável pelas armas do CPOR e tratou de distribuir as piores armas para os soldados legalistas. Desconfiado, o Tenente Agnaldo deu ordem de prisão para Gregório Bezerra e o alvejou na coxa; ele revidou e a escaramuça foi intensa. No tiroteio, o Tenente Agnaldo também foi atingido e fugiu. Gregório, por sua vez, tomou o CPOR e parte do QG Sozinho. Mesmo com tudo isso, os reforços não chegaram.

Diante dos tiros que vinham do QG, Gregório seguiu em direção ao Tiro de Guerra, onde dispunha de 175 fuzis, 6.500 tiros que havia guardado, esperando ali 300 operários que haviam sido prometidos pelo Coronel Reformado da Brigada Militar Muniz Farias. Não apareceu ninguém e Gregório seguiu de táxi para o Largo da Paz, onde foi aconselhado por um médico a procurar um pronto-socorro. Foi o que ele fez e lá foi preso. No dia 25 de novembro, o levante em Pernambuco estava derrotado.

### 3.1.3 O Levante no Rio de Janeiro: a Batalha na Praia Vermelha

As notícias que chegavam do Nordeste deixaram confusa a direção nacional do PCB, pois na mesma data do levante em Natal se dera uma reunião, na qual o próprio representante estadual do Rio Grande do Norte se fez presente. A reunião do Pleno do Comitê Central do PCB, que se deu entre 21 a 23 de novembro, tinha acabado de avaliar que havia uma conjuntura revolucionária no país. “O CC avisaria aos comitês estaduais quando chegasse a hora e, por enquanto, nenhum movimento deveria ser iniciado”.<sup>243</sup> Mas os acontecimentos de Natal impediram a divulgação do resultado da reunião.

No dia 24 de novembro, chegaram informações sobre os levantes no Nordeste. No dia 25, o Senado aprovou a decretação de Estado de Sítio por 30 dias. Nessa mesma data, vários opositores ao governo Vargas começaram a ser presos.

<sup>243</sup> VIANNA, Marly de A. G. **Revolucionários de 1935**: sonho e realidade. Op. Cit. p. 321.

Confirmado o levante, Luiz Carlos Prestes tomou a frente das decisões, chamando para si a responsabilidade de levantar as bases militares do Rio de Janeiro. Porém, o secretário geral do partido, Miranda, não estava convencido de que a tática era a mais acertada. Os assessores da Internacional Comunista não queriam tomar uma posição sem que o secretário geral se posicionasse a favor. Prestes tratou de convencê-los, considerando imprescindível a solidariedade ao Nordeste.<sup>244</sup>

Com todos de acordo, Prestes buscou apoio entre seus antigos amigos militares. A tarefa da direção do PCB era mobilizar e organizar brigadas de civis e contou com a participação de 140 pessoas ao total. O Birô Político deveria mobilizar três navios de guerra. A missão era levantar as unidades da Vila Militar, do Campo do Afonso, de Realengo e o 3º Regimento de Infantaria (RI).

No 3º RI, uma das mais importantes unidades militares do estado, o partido contava com dois oficiais, o tenente Leivas Otero e o capitão Agildo Barata, que foi transferido para lá a fim de cumprir a pena de um mês de prisão. O núcleo da ANL contava com 30 militares subalternos, sendo onze também filiados ao PCB.

No dia 26, os dois oficiais receberam uma carta de Luiz Carlos Prestes que orientava o levante para o dia 27 de novembro, às 3h. O plano para o 3º RI, depois de dominado o quartel, consistia no ato em que o 1º Batalhão deveria ir em direção ao Arsenal da Marinha para impedir qualquer embarque e ajudar o Batalhão Naval. O 2º seria dividido: um fragmento iria para a rua São Clemente dominar a Polícia Militar; o outro fragmento se encaminharia para o morro Santo Antônio atacar a Polícia Especial. O 3º Batalhão também seria dividido, um atacaria o Palácio do Catete e o outro o Palácio Guanabara. Após dominar o Batalhão da Naval, seguiriam para o Quartel-General do Exército.<sup>245</sup>

O número de soldados efetivos no 3º RI era de 1.700 homens que se dividiam em três batalhões, cada um deles com três companhias de infantaria e uma de metralhadora. A do 1º e do 3º Batalhão eram metralhadoras leves e a 2º era de metralhadora pesada. A maioria dos soldados eram recrutas. Segundo Marly Vianna, a maioria dos 100 oficiais e 200 sargentos do 3º Regimento de Infantaria era legalista.<sup>246</sup>

Francisco Viana afirma que, sem o elemento surpresa, visto que, com as movimentações no Nordeste, o Governo colocou os quartéis de prontidão, os rebeldes

<sup>244</sup> VIANNA, Marly de A. G. **Revolucionários de 1935**: sonho e realidade. Ibidem. p. 328.

<sup>245</sup> VIANNA, Marly de A. G. **Revolucionários de 1935**: sonho e realidade. Ibidem. p. 337.

<sup>246</sup> VIANNA, Marly de A. G. **Revolucionários de 1935**: sonho e realidade. Ibidem. p. 338.

apostaram na ação.<sup>247</sup> O início das atividades no 3º RI foi dada pelo Tenente Francisco Leiva Otero, que estava de guarda naquela noite e instalou-se na balaústra que separava o pátio do quartel, um lugar estratégico para instalar as armas e dominar o quartel. Às 2h45 do dia 27, de cima do baluarte, o pelotão abriu fogo contra o Pavilhão de Comando. A Companhia de Metralhadora-2, que estava sob o comando do Tenente Fritz de Azevedo Manso, impôs grande resistência aos rebeldes. A resistência da 2ª Companhia atrasou os planos de Prestes que imaginou uma tomada rápida do quartel.

Por causa da resistência imposta, após dominarem todo o 3º RI, os rebeldes ficaram cercados, esperando reforços da Vila Militar e o apoio aéreo da Escola de Aviação, sem poder sair para cumprir suas missões.

O Tenente da Escola de Aviação Militar (EAM), Ivã Ribeiro<sup>248</sup>, secretário político da célula na EAM, tinha participado da reunião que ocorreu no dia 25 de novembro em que decidiram o levante no Rio de Janeiro. Logo em seguida, o Tenente reuniu com os comunistas daquela escola (Agilberto Vieira de Azevedo, Benedito de Carvalho, Sócrates Gonçalves e Dinarco Reis).

Segundo Francisco Viana, na EAM, havia boatos sobre a possível quartelada e, por precaução, o Comandante Ivo Celso excluiu da prontidão os militares suspeitos.<sup>249</sup> Por esse motivo, a tomada da EAM se deu de fora para dentro. Agilberto Vieira, Dinarco Reis, Walter Benjamin da Silva e Sócrates Gonçalves chegaram de carro e venceram rapidamente os soldados legalistas. Enquanto isso, Benito de Carvalho foi levantar os cabos-alunos e armar-se. Correia de Sá instalou metralhadoras e metralhadoras antiaéreas nos aviões que logo iriam decolar. Benito ainda tentou convencer os Sargentos a participar do levante, mas, diante da ofensiva da Escola Militar, não conseguiu aquelas adesões.

Sócrates teve a incumbência de dominar a Companhia Operária. Após ter cumprido a missão, recebeu a tarefa de, junto com Ivã Ribeiro, atacar o 1º Regimento de Aviação. No entanto, esse ataque fracassou. A tentativa de colocar em voo os aviões esbarrou em dois empecilhos: a falta de combustível no tanque e a falta de pessoas para pilotá-los. Diante do ocorrido, Ivã Ribeiro ordenou a retirada dos rebeldes.

No mesmo dia 27, pela manhã os rebeldes estavam derrotados, tendo levantado apenas

---

<sup>247</sup> VIANA, Francisco. O dia que o trem da história atrasou ou a armadilha de 1935. In: TAVARES, José Nilo (org.). **Novembro de 1935: meio século depois**. Op. Cit. p. 20.

<sup>248</sup> Filho líder tenentista Ribeiro Júnior que liderou o governo revolucionário no Amazonas em 1924. Sobre Riberio Jr., ver: RIBEIRO, Eneida Ramos. **Ribeiro Júnior, Redentor do Amazonas: memórias**. Manaus: Norma Editora, 2016.

<sup>249</sup> VIANA, Francisco. O dia que o trem da história atrasou ou a armadilha de 1935. In: TAVARES, José Nilo (org.). **Novembro de 1935: meio século depois**. ibidem. p. 20.

o 3º Regimento de Infantaria e a Escola de Aviação Militar, após os movimentos abateu-se a repressão.

## 2.2 “FLECHAS VERMELHAS”: UMA TENTATIVA DE LEVANTE ARMADO NO AMAZONAS

### 3.2.1 A tentativa de assaltar o céu

Para a historiadora Keila Grinberg é fundamental, ao trabalhar com qualquer documentação, “saber do que ela trata, qual é sua lógica de constituição, bem como as regras que lhe são próprias”.<sup>250</sup> Nesse bojo, é importante igualmente conhecer, primeiramente, como estava estruturado esse sistema judiciário, no tempo e no espaço, que se pretende pesquisar, assim como, “é fundamental ter em conta o que é considerado crime em diferentes sociedades e como se dá [...] o andamento de uma investigação criminal, no âmbito do poder judiciário”.<sup>251</sup>

Neste sentido, é necessário compreender, ao menos em parte, como estava estruturado o sistema de justiça no Amazonas, assim como também o sistema policial, ao mesmo tempo, que buscamos saber como os agentes aqui pesquisados foram investigados e condenados por esse complexo jurídico-policial. Assim, recorreremos à Mensagem de Governo do ano de 1936, na qual constam os relatórios das secretarias que compunham o estado e, dessa forma, podemos realizar um levantamento mínimo de suas estruturas. Os relatórios que nos interessaram foi o da Corte de Apelação, o do Ministério Público e o da Ordem Pública.

No relatório da Corte de Apelação do estado do Amazonas enviado ao governador Álvaro Maia e incluída na Mensagem de Governo, observamos que esse órgão era composto por seis desembargadores: Hamilton Mourão, Antero Coelho de Rezende, Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro, Raymundo Vidal Pessoa, Emiliano Stanislau Affonso e Ismael Henrique de Almeida. Hamilton Mourão tinha sido eleito, em 4 de julho de 1935, por seus pares para presidir a Corte por um ano e tinha como vice-presidente Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro.

O sistema de justiça no Amazonas contava com 16 comarcas, classificadas em duas entrâncias. Pertenciam a primeira entrância: Coari, Tefé, Alto Solimões, Rio Negro, Rio Branco, Manicoré, Humaitá, Lábrea, Floriano Peixoto e João Pessoa. E a segunda entrância:

<sup>250</sup> GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tania Regina (Orgs.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 121-122.

<sup>251</sup> GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tania Regina (Orgs.). **O Historiador e suas fontes**. Idem.

Manaus, Manacapuru, Itacoatiara, Parintins, Maués e Porto Velho. Manaus era considerada Comarca Especial, dividida em três varas, das quais eram titulares: Manoel Anísio Jobim (1ª vara); Sadoc Pereira (2ª Vara) e André Vidal de Araújo (Vara de Menores)<sup>252</sup>.

Um ponto interessante no relatório da Corte de Apelação dizia respeito ao Anteprojeto da Lei de Organização Judiciária, que atenderia às mudanças no campo do Direito vigente na Constituição de 1934. Com isso, a Assembleia Legislativa do estado solicitou à Corte de Apelação uma adaptação da Lei de Organização Judiciária ao novo modelo. Interessante mencionar também que o relatório da Corte de Apelação apontava para uma mudança no Direito Processual Brasileiro e que algumas teses seriam apresentadas ao Congresso Nacional de Direito Judiciário marcado para aquele ano, onde seriam debatidas e deliberadas as reformas dos Códigos de Processo Civil, Comercial e Penal e sobre a reorganização judiciária. Os representantes do Amazonas foram o desembargador aposentado Gaspar Antônio Vieira Guimarães e o juiz de direito aposentado Manuel Carpinteiro Péres Júnior.

Nesse bojo de debates e mudanças da legislação penal, Grinberg nos informa que, no período colonial, os crimes eram definidos pelo Livro V das Ordenações Filipinas, de 1603, que foi substituído pelo Código do Império do Brasil, 1830, e, posteriormente, pelo Código de Processo Criminal, 1832, no período imperial. No período republicano, foi sancionada uma nova legislação, o Código Penal de 1890, sendo alterado em 1940, no Estado Novo.<sup>253</sup> Ou seja, as mudanças debatidas naquele ano de 1936, no 1º Congresso Nacional de Direito judiciário, talvez tenham dado base para a consolidação de um novo código penal, visto que a sociedade brasileira já não era mais aquela do período da Proclamação da República e, desde 1937, o país estava sob a égide de um novo regime.

O relatório da Ordem Pública, escrito pelo então chefe de polícia Manoel Xavier Sobrinho, afirma que havia um trabalho coordenado entre os poderes federal, estadual e municipal para manter a tranquilidade dos amazonenses. O estado estava sob a guarda da 8ª Região Militar, com sede em Belém (Pará), também contava com a proteção do 27º Batalhão de Caçadores, sediado em Manaus, da Chefatura de Polícia, da Guarda-Civil e do Corpo de Bombeiros. O relatório ainda afirma que as instruções do Governo Federal eram cumpridas à risca, em especial, no que tange o combate ao extremismo, sendo este combatido através de propagandas nas escolas, nas repartições, nas ruas, nos quartéis e na imprensa. Sendo distribuído, em abundância, o discurso pronunciado no dia 1º de janeiro de 1936, pelo

<sup>252</sup> *Mensagem de Governo à Assembleia Legislativa do Amazonas*, 3 maio 1937, p. 10.

<sup>253</sup> GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tania Regina (Orgs.). **O Historiador e suas fontes**. Ibidem. p. 123.

presidente Getúlio Vargas.

No ano de 1935, segundo o relatório, a ordem pública foi abalada apenas duas vezes. A primeira, no dia 5 de março, pela tarde, terça-feira de carnaval, na Avenida Eduardo Ribeiro, onde trocaram escaramuças praças do 27º BC e guardas-civis, incidente que acarretou 4 mortes. A segunda ocorrência, segundo o chefe de polícia,

[...] de character extremista, que se articulava subtilmente em todo o território nacional, vindo a irromper, em novembro, na Capital Federal, em Recife e Natal. Aos elementos subversivos do Rio, não estavam alheios os membros da ‘Alliança Nacional Libertadora’ neste Estado, mas a Polícia do Amazonas pôde, em tempo útil, cercear-lhes a acção nociva prendendo os de maior responsabilidade e apprehendo bombas, boletins e mesmo correspondencia permutada entre os facciosos da Capital Federal com os daqui.<sup>254</sup>

Através do trecho do relatório de Ordem Pública, soubemos das movimentações de pessoas que queriam se levantar contra o regime estabelecido. No relatório do Ministério Público, há uma informação de suma importância para este trabalho. O desembargador Francisco Paula de Faria e Sousa afirmou que, em visita realizada à Casa de Detenção pelo promotor interino do 1º distrito de Manaus, o bacharel Manoel José Machado Barbuda, em 31 de março de 1936, verificou que havia 63 presos naquele lugar e desses 5 estavam condenados pela Justiça Federal por crime político. Essas 5 pessoas presas eram as mesmas que, em novembro de 1935, tentaram realizar um levante no estado do Amazonas, levante este que foi frustrado pela polícia.<sup>255</sup>

Por meio do relato, soubemos do crime cometido por esses homens – crime político, enquadrado na Lei de Segurança Nacional. No entanto, não bastava saber somente sobre a estrutura da justiça que os julgou, nem sobre o amparo que a polícia do Amazonas dispunha ou o crime cometido, era preciso saber também quem eram esses homens, quais eram suas intenções, motivações e como se deu o processo que os levou para prisão. Portanto, já que essa fonte não dava detalhe do ocorrido, foi preciso recorrer a outras fontes, para nos aproximar ainda mais desses homens.

A primeira fonte jornalística encontrada foi uma matéria do jornal *Tribuna Popular* que publicou, no dia 18 de novembro de 1935, uma matéria intitulada *A pretensa intentona*:

A semana finda decorreu num ambiente de relativa anciedade, mercê da apprehensão de quatro bombas, effectuada em uma dependência do <Onze Brillhante>, na madrugada de 10 do corrente, e também dos boatos alarmantes,

<sup>254</sup> Mensagem de Governo à Assembleia Legislativa do Amazonas, 1936, p. 173.

<sup>255</sup> Mensagem de Governo à Assembleia Legislativa do Amazonas, 1936, p. 32.

espalhados na cidade possivelmente por pessoas que talvez falhas de ocupações sérias, aqui como em toda parte, dedicam-se a esse genero de esporte, gosando com desassocego dos cidadãos pacatos, e principalmente, com o panico das familias.

Já affirmamos que a ordem não será alterada em nosso Estado vigilantes e habilitadas como estão as autoridades estadoaes e federaes para suffocar immediatamente qualquer tentativa de subversão [...]

O que mais alarmou a nossa população, essencialmente ordeira, foi a noticia insistente espalhada ás primeiras horas da noite de 11 do corrente, de que ás 23 horas seria atacado o paço governamental com o fim de depor o chefe do Estado, ou forçal-o á renuncia das funções que exerce, por delegação da quasi totalidade da população do Estado, visto que dos 30 deputados que representam o povo do Amazonas, militantes de todas as facções políticas aqui existentes, 28 suffragaram-lhe o nome de amazonense digno, conceito de que ainda não desmereceu sinão, talvez, na opinião daquelles que viram contrariadas as suas ambições desmedidas e repelidos os seus caprichos reprováveis.

Que existem descontentes, sabemos-o; sabem no quantos se interessam de pela coisa publica, mas é preferível descontentar os ambiciosos vulgares, velando pelos creditos da administração, apoiando-se na dignidade e na justiça, a contentar uma ou duas centenas de thuriferarios, com sacrificio da dignidade e dos reditos públicos.

Com ou sem sacrificio, a ordem e o regimem serão mantidos, e os dinheiros públicos serão empregados sómente nos limites traçados pela lei.<sup>256</sup>

Esta matéria não revela os nomes dos envolvidos, nem se estavam agindo sob a ordem de alguém; tampouco, mencionando o envolvimento da ANL ou do PCB na ação. A matéria também não dá pistas acerca da motivação para a tentativa de deposição do governador Álvaro Maia. Mas, notícias vinculadas na imprensa se espalharam pela cidade, amedrontando, assim, a população e colocando as forças policiais em alerta.<sup>257</sup> Ao ler a notícia, percebemos a tendência do periódico na defesa do governo constituído. Logicamente, a face tendenciosa da notícia explica-se porque este periódico – nesse período – era o órgão oficial do Partido Popular Amazonense (PPA), partido do governador.

Mas já que a matéria do periódico também não revelava a fundo o que havia ocorrido, era preciso nos aproximar mais dos fatos, era preciso encontrar o processo, os autos do processo que julgou os rebeldes, mas onde encontrar tais documentos? Será que o tempo e as condições dos arquivos conservaram os documentos? Como afirma Grinberg, “tão difícil quanto trabalhar com processos criminais é encontrá-los”.<sup>258</sup>

Por fim, após uma exaustiva pesquisa no Arquivo do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM), conseguimos ter acesso aos nomes dos rebeldes por meio de três documentos: o primeiro documento – que aborda parcialmente os ocorridos do mês de novembro de 1935 – que obtivemos foi a queixa-crime nº 281; o segundo documento encontrado foi o acórdão do Recurso-criminal nº 919, que estava anexado no terceiro documento encontrado: dois pedidos

<sup>256</sup> *Tribuna Popular*, 18 nov. 1935.

<sup>257</sup> *Tribuna Popular*, 18 nov. 1935.

<sup>258</sup> GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tania Regina (Orgs.). **O Historiador e suas fontes**. op. Cit. p. 125.



de liberdade condicional de números 136 e 137. É importante mencionar que não tivemos acesso ao processo-criminal referente à tentativa de levante em si, este se encontra no Arquivo Nacional, no Fundo: Tribunal de Segurança Nacional (C8).0.PCR.0083. Porém, as séries Processo Criminal (C8.0.PCR), *Habeas Corpus* (C8.0.HCO) e Revisão (C8.0.RVI) do fundo Tribunal de Segurança Nacional encontram-se interditadas desde 1995 para preservação, organização e microfilmagem/digitalização. Por esse motivo, não podemos acessá-lo.

Por meio desses documentos, acessados no Arquivo do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM), soubemos que foi aberto um inquérito policial por determinação do Chefe de Polícia do Amazonas, Ricardo Amorim, a fim de apurar a responsabilidade dos promotores de uma conjuração para subverter a ordem pública nessa capital e atentar contra as autoridades legitimamente constituídas. Consta, inicialmente, a apreensão de quatro bombas de dinamite, pesando seis quilos cada, encontradas por indicação de Lauro Potyguara dos Santos. Foram arrolados nesse inquérito: Antônio Laredo Reis, Julio Bertholdo de Moura, Lycurgo Cavalcante, Paulo Abreu, Francisco Lima de Sousa e Francisco Bemfica.

A queixa-crime nº 281 foi aberta no dia 12 de dezembro de 1936, no Segundo Distrito Criminal de Manaus, que tinha como responsável, nesse período, o juiz de direito Manoel Anísio Jobim. A queixa-crime foi solicitada pelo deputado estadual e diretor político do jornal *Tribuna Popular*, Antônio de Vasconcellos, devido à acusação feita por Gercino Tavares de Mello, diretor do jornal *O Socialista*, que, em sua edição nº 85, do dia 10 de dezembro de 1936, afirmou que:

A Tribuna Popular, orgam comunista, composto e dirigido por communistas, pretende, segundo, affirma, agitar a opinião publica no sentido de alterar a ordem. De uma feita, no forro de edificio desse jornal, a policia apprehendeu bombas que se destinavam á destruição de edificio publicos e residências particulares [...].<sup>259</sup>

No dia 16 de dezembro de 1936, no Palácio da Justiça, em Manaus, às 10h, foi realizada a primeira audiência a qual foi convocado Gercino Tavares de Mello para que assumisse a responsabilidade pela publicação ou que exhibisse o autógrafo de quem a publicou, para que fosse feita queixa-crime contra o responsável. O diretor do *O Socialista* assumiu a responsabilidade, sem restrições, completa e integralmente a publicação.<sup>260</sup>

No dia 6 de janeiro de 1937, aconteceu o processo de qualificação do acusado,

<sup>259</sup> *O Socialista*, 10 dez. 1936.

<sup>260</sup> Estado do Amazonas. Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça do Amazonas. *Processo-crime Nº 281*, Manaus: 1936.

processado com base nos artigos 13 e 17 da Lei de Imprensa<sup>261</sup>. Na ocasião, o querelado e seus procuradores – Armando Madeira, Aristides Rocha, Leopoldo Péres, João Huascar de Figueiredo e José Souza Guimarães – solicitaram prazo de cinco dias para apresentar sua defesa escrita, contendo a *exceptio veritatis*, as provas documentais, o rol de testemunhas e pedidos de demais diligências. O juiz deferiu o pedido.

No dia 11 de janeiro de 1937, os procuradores de Gercino Tavares de Mello apresentam seu *exceptio veritatis*, constando 5 documentos<sup>262</sup> em que defenderam a veracidade do publicado no jornal *O Socialista*. Dentre esses documentos, o que mais nos interessa é a certidão nº 1 que foi precedente da Secretaria do Tribunal de Segurança Nacional, pois esse documento reporta-se ao processo movido pela Justiça Federal do Amazonas contra Licurgo Cavalcanti, Julio Bertholdo de Moura, Antonio Laredo Reis e outros, todos incurso na Lei de Segurança Nacional (LSN) por procedimento subversivo da ordem pública. O documento contém o depoimento da testemunha Lauro Potiguara dos Santos, agente secreto da polícia, Carlos Baptistas Maia e Pedro Christino de Oliveira, sócios no Clube Onze Brilhante.

Ainda no processo de qualificação, foram intimados a depor como testemunhas de acusação, no dia 13 de janeiro, Diociecchio Montenegro, Ludugerio Nonato Valois, Francisco Chagas e Manoel Barbosa Ribeiro. No dia da audiência, só compareceram Diociecchio Montenegro e Manoel Barbosa Ribeiro. Os demais não compareceram à audiência por estarem em viagem de trabalhos, ambos, segundo Antônio Vasconcellos, eram marítimos. Esses foram substituídos por Antônio Djard de Mendonça e Antônio Loureiro Belota, que depuseram no dia 20 de janeiro de 1937. Neste mesmo dia, também foram intimadas a depor as testemunhas de defesa: Francisco Lima e Souza e Julio Vianna Barbosa – que estavam presos na Casa de Detenção; Marciano Armond – segundo presidente de ANL-Amazonas; Xenophonte Antony e Elisário Uchôa<sup>263</sup> – funcionários da polícia civil.

---

<sup>261</sup> Art. 13. Imputar falsamente a alguém fato que a lei qualifica crime; penas - de multa de 2:000\$ a 10:000\$ ou prisão celular por seis meses a dois anos; Art. 17. Quando a calúnia ou injúria for publicada sob a fórmula de "diz-se", "afirma-se", "consta-nos", ou outra semelhante, considera-se a idéia como expressa pelo responsável legal da publicação. BRASIL. **Decreto 24.776, de 14 de julho de 1934**. Regula a liberdade de imprensa e dá outras providências. Rio de Janeiro, DF: ago 2018. < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24776-14-julho-1934-498265-publicacaooriginal-1-pe.html> > Acesso em: 05/10/2018.

<sup>262</sup> 1º Certidão da Secretaria do Tribunal de Segurança Nacional (TSN) com depoimento de Lauro Potiguara dos Santos, Pedro Christino de Oliveira e Carlos Baptista; 2º Certidão solicitada junto à Delegacia de Segurança Política e Social que tenta comprovar a participação de Antônio de Vasconcellos de uma reunião da ANL; 3º Certidão solicitado à Delegacia de Segurança Política e Social que busca saber os motivos da prisão de Júlio Vianna Barbosa; 4º Certidão solicitada à Delegacia de Segurança Política e Social questionando se foram apreendidas bombas nas oficinas do jornal *Tribuna Popular*; 5º Certidão solicitado à Delegacia de Segurança Política e Social questionando sobre as atividades políticas da ANL.

<sup>263</sup> Depôs no dia 21.

Evidentemente que os depoimentos de Lauro Potiguara dos Santos, Carlos Baptistas Maia e Pedro Christino de Oliveira, vindos da Secretaria do TSN, somados aos testemunhos de Francisco Lima e Julio Vianna, são essenciais para este trabalho, pois, a partir deles, podemos reconstruir o ocorrido em novembro de 1935. Vamos abordar os demais documentos adiante. Por enquanto, nos debruçaremos em reconstituir os planos e as ações daquele novembro de 1935 por meio dos depoimentos de Pedro Christino de Oliveira<sup>264</sup> e Lauro Potiguara dos Santos.<sup>265</sup>

Pedro Christino de Oliveira, em seu depoimento, afirmou que foi abordado, no dia 28 ou 29 de outubro de 1935, por Antonio Laredo Reis,<sup>266</sup> no Café Normal, onde estava acompanhado por seu sócio Carlos Baptista. Antonio Reis o chamou para uma conversa em particular e, durante esta, o convidou para participar de um plano para depor o governador do estado, Álvaro Botelho Maia. O depoente perguntou ao interlocutor se havia homens para concretizar seus planos e o mesmo respondeu “que só do 27º BC havia mais de cem praças”.

Diante da proposta, Pedro Christino afirmou ter fingido aceitar o convite e, após o diálogo, relatou o ocorrido ao Chefe de Polícia, Ricardo Amorim. Esse, por sua vez, pediu para ele se certificar dos planos.<sup>267</sup>

Na noite do ocorrido, Antonio Laredo Reis foi ao Onze Brilhante<sup>268</sup> e perguntou se ali poderia realizar uma reunião para tratar sobre o movimento, mas Pedro Christino alegou que a reunião só poderia ser realizada na tarde do dia posterior, dia 30, às 14h.

Na tarde do dia seguinte, estiveram presentes no parque Antonio Laredo Reis, Julio Bertholdo de Moura, uma pessoa a mando de Lycurgo Cavalcanti e o próprio Pedro Christino. A reunião durou de quinze a vinte minutos, mas nada ficou acertado. Ao fim da mesma, Antonio Reis solicitou que Pedro Christino guardasse oito pentes de bala, porém este não aceitou.

Na noite do dia 30, o depoente reportou o ocorrido ao Chefe de Polícia, tendo o mesmo dito que era para ele ter guardado os oito pentes de balas, pois eles serviriam como prova material.

---

<sup>264</sup> Era proprietário do Parque Onze Brilhante.

<sup>265</sup> Agente secreto da polícia, natural do Estado do Pará, residia em Manaus na avenida J.G Araújo, número 881. Estado do Amazonas. Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça do Amazonas. *Processo-crime Nº 281*, Manaus: 1936.

<sup>266</sup> Antonio Laredo Reis, segundo Pedro Christino, era soldado do 27º BC e foi descrito por Carlos Baptista como um “rapaz gordo e forte”.

<sup>267</sup> Estado do Amazonas. Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça do Amazonas. *Processo-crime Nº 281*, Manaus: 1936.

<sup>268</sup> Clube de jogos localizado no Bairro Cachoeirinha- Manaus, onde se praticava jogos permitidos pela polícia, como *bacarat*, *lacim*, *poker*, entre outros.

Em outra noite, que o depoente não especificou, Antonio Reis retornou ao Onze Brilhante acompanhado de um Cabo do 27º Batalhão de Caçadores.<sup>269</sup> Segundo eles, portavam duas granadas que pediram para Pedro Cristino guardar no depósito de materiais do clube e este, depois da orientação do chefe de polícia, assim o fez. Mais tarde, Pedro Christino levou um investigador da polícia chamado Juca Barros ao local, esse atestou que não se tratava de granadas, mas sim de dois alteres para exercício físico.

Após esse ocorrido, o Chefe de Polícia pediu que Pedro Christino mantivesse contato com Lauro Potiguara dos Santos, informando tudo que pudesse. Pedro empregou Lauro como porteiro no clube e esse passou às investigações acerca do movimento, servindo como porteiro, participante da subversão e investigador da polícia.

Em seu depoimento, Lauro Potiguara dos Santos<sup>270</sup> afirmou que trabalhava desde o dia 15 de setembro de 1935 como agente secreto da polícia e que, no dia 3 de novembro de 1935, recebeu uma instrução do Chefe de Polícia para que fosse ao parque Onze Brilhante fingindo-se de trabalhador de Pedro Christino, para entrar em contato com os promotores de um movimento subversivo.

Ao começar seu triplo serviço, Lauro Potiguara foi apresentado a Antonio Reis por Pedro Christino, na secretaria do Onze Brilhante. Fingindo-se de aderente das causas da ANL, afirmou que, se tivesse sido convidado pelos integralistas para um movimento, não aceitaria, porque não simpatizava com aquela entidade, ganhando assim a simpatia de Antonio Reis.<sup>271</sup>

Sua primeira incumbência foi levar um bilhete de Antonio Reis a Lycurgo Cavalcanti, no Centro Proletário Amazonense (CPA). Antes de entregar o bilhete, Lauro mostrou-o ao Chefe de Polícia, que se encontrava no Polytheama<sup>272</sup>. Este leu e imediatamente ordenou que o agente levasse o recado ao destino.

Ao receber a carta, Lycurgo Cavalcanti protestou contra algumas frases ali contidas, tais como: “a organização de vinte e três séries, umas de cento e vinte homens e outras de oitenta, vindos de Constantinópolis, São Raymundo e outros lugares”. Lycurgo solicitou que Lauro o encontrasse à noite no Café Leão de Ouro. Porém, à noite, Lycurgo não compareceu ao encontro, mas o agente da polícia pode ouvir um grupo que conversava na esquina. Segundo ele, uma das pessoas que o policial não identificou, afirmou “vão matar o tenente

<sup>269</sup> O nome do militar não foi mencionado por nenhum dos depoentes.

<sup>270</sup> Segundo Lauro Potiguara, ele esteve nos Estados Unidos e lá observou que os policiais se infiltravam nas gangues para investigar seu funcionamento e, orientado pelo Chefe de Polícia, usou dessa tática para desarticular o plano dos rebeldes.

<sup>271</sup> Estado do Amazonas. Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça do Amazonas. *Processo- crime Nº 281*, Manaus: 1936.

<sup>272</sup> Era um cinema bastante frequentado na época.

agora”.

Ao voltar ao parque Onze Brilhante, informou a Antonio Reis que não encontrou Lycurgo Cavalcanti e, portanto, não trouxe instruções do mesmo. Antonio Reis, por sua vez, o orientou a seguir rumo à estrada de Constantinopolis e que fosse a partir da oficina da *Manaos Tramways*, que colocasse um chapéu do lado do peito esquerdo e que fosse tamborilando com os dedos sobre a copa do chapéu de palha, pois alguém iria entender o sinal.

Lauro fez como orientado e, na estrada, encontrou uma pessoa desconhecida a quem informou que “nada tinha sido feito, que dispersasse o pessoal”. Logo após, regressou ao Onze Brilhante e informou a Antonio Reis sobre o cumprimento da missão.

No dia 6 de novembro, o agente da polícia foi até a alfaiataria<sup>273</sup> de Lycurgo Cavalcanti a fim de coletar informações, tendo ouvido do mesmo que precisava ter mais cuidado, porque “parece que a policia estava tendo conhecimento dessas cousas”. À tarde, após informar ao chefe de polícia, retornou à alfaiataria e, ali, encontrou Lycurgo conversando com um senhor chamado “Machado” e com outro que Lauro descreveu como “um senhor vermelho que trabalha no Jornal do Commercio<sup>274</sup>”, também estava presente um Cabo do 27º BC. Nesse mesmo dia, Lauro Potiguara recebeu do referido senhor Machado dois boletins<sup>275</sup> que ele levou até a residência do chefe de polícia.

No dia oito, na mesma alfaiataria, o depoente foi informado por Lycurgo que Julio Bertholdo Moura tinha sido denunciado à polícia e, no mesmo momento, chegou Julio Moura dizendo que não havia denúncia alguma contra ele, pois ele tinha perguntado do chefe de polícia e este disse para ele “ir descansado”.

No mesmo dia e lugar, Julio Bertholdo Moura<sup>276</sup> chamando-o para conversar, disse que precisava de oito mil réis para comprar uma espoleta para a fabricação de uma bomba e perguntou se Lauro poderia emprestar sete mil réis, pois ele já possuía um mil réis. Lauro afirmou que conseguiria a quantia com Pedro Christino. No entanto, Lauro não procurou Pedro Cristino, mas sim o Chefe de Polícia. Este lhe concedeu o valor solicitado. O policial, por sua vez, entregou a quantia a Julio Moura que prometeu entregar a bomba ao policial à tarde, para que ele ficasse como depositário. Mas, à tarde, Lauro Potiguara não encontrou

<sup>273</sup> Segundo Lauro Potiguara, era localizada próxima a Funerária Almir Neves.

<sup>274</sup> Provavelmente fosse Julio Vianna, que era gerente do referido jornal e foi o primeiro presidente da ANL no Amazonas.

<sup>275</sup> Esses boletins não estavam anexados ao processo.

<sup>276</sup> Era conhecido como um inventor e eletricitista. Segundo o próprio serviu ao Exército, tendo desertado. Acredita-se que ele conseguia captar eletricidade da atmosfera por meio de um instrumento de sua invenção. Sobre isso, foi escrito um livro pelo deputado Vivaldo Lima: LIMA, Vivaldo. **O invento de Julio Moura**. Phenix: Manaus, 1931. Disponível em: <<https://issuu.com/bibliovirtualesec/docs/binder123333>> Acesso em: 15 fev. 2019.

Julio Moura e, à noite, o policial comunicou ao Chefe de Polícia que se encontrava no posto da policial, na Cachoeirinha.

O policial voltou a encontrar Julio Moura no dia 9, em frente ao Mercado da cidade. Julio Moura incumbiu o agente da polícia a receber a bomba na redação do jornal *Tribuna Popular* a qual estava em posse de Francisco Lima de Sousa<sup>277</sup>.

Ao chegar à redação do jornal, o agente infiltrado foi abordado por Francisco Lima, o qual não conhecia, e Lauro perguntou se Francisco Lima era adepto do seu “cathecismo”. Lima disse que sim e, continuando a conversa, falou que procurava ali a encomenda que Julio Moura teria deixado para ele. Francisco Lima, por sua vez, perguntou-lhe se levaria apenas o que Julio Moura deixou por lá ou se também levaria os objetos vindos da casa de Lycurgo Cavalcanti. O agente disse que estava ali para levar todos os objetos guardados. Francisco Lima, então, retirou de um fogão de ferro que estava na sala de composição três embrulhos: em um embrulho continha duas bombas; e nos outros dois uma bomba em cada. Francisco Lima, segundo o depoente, também recomendou que tivesse cuidado com a bomba comprida, pois ela era própria para destruição e que ela podia explodir em suas mãos.

Com os artefatos em mãos, dirigiu-se ao Café Mimosa onde se encontrou com Pedro Christino. Dalí, os dois seguiram para o Onze Brilhante onde armazenaram as bombas no depósito. À noite, no mesmo local, Lauro Potiguara informou a Antonio Reis que as bombas já estavam ali, no mesmo depósito em que estavam guardadas “as granadas”.

Na mesma ocasião, Antonio Reis comunicou a Lauro que ele havia sido designado para aplicar uma das bombas, tendo o agente infiltrado aceitado prontamente a orientação. Reis disse a Lauro que as bombas estavam destinadas para a destruição do Palácio do Governo, da Chefatura de Polícia, do Ginásio Dom Pedro II e da sede do Clube Integralista e que havia outras bombas em fabricação. Antonio Reis também disse, segundo Lauro, que ele estava contente com os serviços do mesmo e a ele conferiria a guarda do armamento e munição adquirida e que já estava autorizado por seus companheiros. Antonio Reis informou também que esse levante estava marcado para o dia cinco de novembro, não tendo sido concretizado porque Francisco Bemfica extraviou duas caixas com dinamites e naufragado uma canoa que ele, Antonio Reis, trazia de São Raymundo, com duas metralhadoras *Hot-kiss*, alguns fuzis e rifles, mas que ele sabia onde estava naufragada a canoa e que o material não estava perdido.

Lauro Potiguara disse, ainda, em depoimento que, para essa insurreição, Antonio Reis

---

<sup>277</sup> Francisco Lima era compositor gráfico do jornal *Tribuna Popular*.

contava com muitos homens que tinham sido enviados para a Colômbia<sup>278</sup> com o encargo de participarem de movimentos armados naquele país, “tomando conta da Colombia e descendo para a capital do Amazonas com navios e homens e tudo que pudessem adquirir, afim de juntar-se com os daqui de Manaus”. Sua intenção era que esses homens regressassem a Manaus para participar dos eventos aqui e, para tal aventura, contava com desempregados vindos dos seringais e desempregados da cidade, assim como com vários soldados do 27º BC, alguns que estavam ganhando baixa e outros em atividade.<sup>279</sup>

Após ouvir essas informações, Lauro, por volta de 21 horas, foi à Casa de Detenção e informou tudo ao Chefe de Polícia. No dia 10 de novembro, a uma hora da madrugada, o Chefe de Polícia mandou chamar Lauro Potiguara. Ele o aguardava do lado de fora do Clube, dentro de seu automóvel e acompanhado do comandante da Guarda Civil. Estes informaram que receberam ordens do governo do estado para fazerem a apreensão dos artefatos. Assim, às quatro horas da manhã, as bombas foram apreendidas.

Lauro Potiguara dos Santos continuou dizendo que, quando aconteceu a apreensão das bombas nas dependências do clube Onze Brilhante, ele foi preso junto com Julio Moura e Antonio Reis. Ele foi conduzido no carro do Chefe de Polícia, onde também estava o delegado Arkbal, o escrivão Archimínio e o comandante da Guarda Civil, tendo ficado recolhido na Chefatura de Polícia, onde o chefe de polícia o informou que iria lavrar o auto da apreensão, figurando o agente como depositários das bombas e, em seguida, o encaminharia à Casa de Detenção junto com Antonio Reis e Julio Moura, para que Lauro continuasse coletando mais informações sobre o plano.

Na Casa de Detenção, Lauro Potiguara ouviu de Antonio Reis que existia uma casa na Vila Municipal onde havia armas e munições no valor de quarenta contos de réis sob o poder do senhor Filó Moraes. Também havia armamento na casa do senhor Fuão Guimarães, que também ficava na Vila Municipal, assim como em uma casa da Avenida Joaquim Nabuco, sob guarda de uma pessoa que ele desconhecia.

O agente da polícia, segundo o mesmo, ficou preso na Casa de Detenção até o dia 11 de novembro, às 21 horas, sendo posto em liberdade logo que seu nome começou a ser divulgado pela imprensa.

---

<sup>278</sup> A *Revista Vitória Régia* (1932, n. 10) divulgou o início do conflito entre Colômbia e Peru pelo território de Letícia. 300 rebeldes armados tinham reivindicado o território que segundo ao tratado Salomão- Losano de 1922, o território pertencia à Colômbia. A matéria apresentava também três navios colombianos que estavam na baía do Rio Negro prontos para ir a Letícia. O conflito iniciou em 1933 e acabou em maio de 1934.

<sup>279</sup> Estado do Amazonas. Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça do Amazonas. *Processo- crime Nº 281*, Manaus: 1936.

### 3.2.2 Contradições do assalto ao céu

No decorrer do processo-crime nº 281, movido pelo deputado estadual e diretor do jornal *Tribuna Popular*, Antônio de Vasconcelos, contra Gercino José Tavares de Mello, diretor do jornal *O Socialista*, processo do qual extraímos boa parte das informações citadas acima, foram chamados a depor – como já mencionamos – em defesa do segundo, o professor Marciano Armond, Francisco Lima de Sousa e Julio Vianna Barbosa. Além disso, foram solicitadas também, durante o desenrolar do processo, cópias dos depoimentos prestados na Justiça Federal por Lauro Potiguara dos Santos e Pedro Christino de Oliveira. Estes depoimentos, como também todo o processo realizado na Justiça Federal sessão Amazonas, tinham sido enviados ao Tribunal de Segurança Nacional (TSN).

Os depoimentos desses homens carregam, por um lado, repetições e, por outro, contradições. São esses dois aspectos que tornam o trabalho do historiador instigante, pois segundo Challoub. “o fundamental em cada história abordada não é descobrir ‘o que realmente se passou’ [...] e sim tentar compreender como se produzem e se explicam as diferentes versões que os diversos agentes sociais envolvidos apresentam para cada caso”.<sup>280</sup>

As repetições são importantes para que possamos saber que houve um plano subversivo que almejava destituir o governador do estado do Amazonas, assim como explodir a chefatura de polícia, a sede do Clube Integralista, o Colégio Dom Pedro II e a sede do governo. Além disso, as provas materiais, as quatro bombas apreendidas, afastam qualquer possibilidade que este seja um caso “fabricado”. Já as contradições, as versões conflitantes, dão luzes às lutas e divergências presentes na realidade social da década de 1930 no Amazonas, assim como afirma Grinberg, “é justamente na relação entre a produção de vários discursos sobre o crime e o real que está a chave de nossa análise. O que nos interessa é o processo de transformação dos atos em autos [...]”.<sup>281</sup>

Em seu depoimento, Francisco Lima e Souza, aderente do PTA, funcionário do jornal *Tribuna Popular* desde sua fundação, onde exercia a função de diretor de oficinas, afirmou que, quando esteve na sala de audiência da Justiça Federal, ouviu o depoimento do agente da polícia, Lauro Potiguara, o qual disse que Ricardo Amorim, Chefe de Polícia, mandou confeccionar bombas de dinamite e que depois mandou buscar e guardar no parque Onze Brilhante. Informou ainda que numa madrugada mandou apreender essas bombas, tendo o

<sup>280</sup> CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 2. ed. Campinas-São Paulo: Editora da Unicamp, 2001. p. 40.

<sup>281</sup> GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tania Regina (Orgs.). **O Historiador e suas fontes**. op. Cit. p. 128.



chefe de polícia acompanhado a apreensão.

Ele declarou que as bombas foram de fato apreendidas e que teve oportunidade de vê-las na Justiça Federal, mas achava que houve um simulacro por parte da polícia no sentido de “simular uma ação coroada de êxito”; no entanto, não soube dizer, ao certo, o real objetivo dessa ação. O depoente ainda disse que não participou de nenhuma das reuniões da ANL, nem mesmo quando a caravana desta chegou a Manaus e que também desconhecia quem foram os mentores do ideal comunista na cidade, assim como não foi convidado a participar de grupo político ou de ideias subversivas. Francisco Lima afirmou que ouviu Lauro Potiguara dizer que quem confeccionou as bombas foi Julio Moura que “exercia actividade de operário aqui e acolá”, mas que ele não tinha provas para confirmar que foi, de fato, Julio Moura quem produziu as bombas. Não podendo assegurar que este tenha feito por conta própria ou a mando de alguém.

O depoente também asseverou que nunca tinha visto Lauro Potiguara, nem Pedro Christino de Oliveira, senão na Justiça Federal, onde os mesmos o acusaram de ter entregado as bombas a Lauro Potiguara na oficina da *Tribuna Popular*, mas que isto, segundo ele, “não traduz a verdade”.

Como já dissemos, Lauro Potiguara afirmou ter conhecido Francisco Lima no dia em que foi buscar as bombas deixadas por Julio Moura na oficina do jornal *Tribuna Popular* e que lá recebeu três embrulhos, em um tinha duas bombas e, nos outros, uma bomba em cada. Disse, ainda, que Francisco Lima havia-lhe questionado acerca de quais encomendas teria ido buscar, se apenas a que Julio Moura havia ali deixado ou se também as que tinham vindo da alfaiataria de Lycurgo Cavalcante.

Em seu depoimento, Pedro Christino também mencionou o recebimento das bombas. Segundo ele, Lauro Potiguara havia lhe dito que havia recebido apenas um embrulho das mãos de Francisco Lima e que outro estava no porto, numa canoa que teria vindo do São Raymundo, ou seja, dois embrulhos e não três como afirmou Lauro Potiguara, tendo se encontrado com o agente de polícia no café “A Mimososa”; depois, embarcaram no bonde rumo à Cachoeirinha, onde guardaram os artefatos no depósito do Onze Brilhante.

Aqui, há uma contradição entre as duas testemunhas de acusação. Talvez para aumentar a culpa de Francisco Lima, o agente tenha dito que todas as bombas tivessem sido guardadas com ele e omitiu, em juízo, que também pegou bombas no porto por não saber que depositou lá.

Não podemos confirmar o local onde Lauro Potiguara recebeu as bombas, se recebeu todas das mãos de Francisco Lima, nas oficinas do jornal *Tribuna Popular*, ou se recebeu de

outros depositários, em outros lugares. No entanto, os depoimentos deixam claro que elas existiram, assim como foi comprovado seu teor destrutivo, quando, sob o poder da justiça, foi pedida uma perícia.

Outro ponto interessante que perpassa os depoimentos de Francisco Lima e Lauro Potiguara se trata do financiamento de uma espoleta para uma das bombas produzidas por Julio Moura. Já relatamos acima que Francisco Lima ouviu Lauro Potiguara, quando este depôs na Justiça Federal, que quem deu sete mil réis para este repassar a Julio Moura foi o Chefe de Polícia. E, de fato, no depoimento de Lauro, ao qual temos acesso, confirma as palavras do primeiro; no entanto, no final do mesmo depoimento, Lauro Potiguara se retrata e afirma ter dado outra versão quando ouvido na delegacia de polícia, onde havia dito que quem tinha dado o dinheiro foi Pedro Christino e não Ricardo Amorim. Possivelmente, ele tenha dado outra versão do ocorrido para não envolver ainda mais Pedro Christino, que estava a par das investigações e auxiliando-as, inclusive.

É interessante refletir também sobre o “simulacro” do qual Francisco Lima acusa o chefe de polícia, pois é, no mínimo, curiosa a atitude de Ricardo Amorim em financiar a espoleta. Se, por um lado, ele quis, com isso, dar prosseguimento às investigações e mensurar até que ponto os rebeldes poderiam levar seus intentos. Por outro lado, também quis realizar uma operação “coroadada de êxito”, como acusou Francisco Lima. E, se confirmada a segunda assertiva, não sabemos ao certo com qual finalidade, se foi para angariar uma função de mais prestígio ou não, pois, em nenhuma outra fonte, foi possível captar qual função ele passou a exercer após os acontecimentos de novembro de 1935. O certo foi que o mesmo deixou a chefatura de polícia. O chefe de polícia escolhido após sua saída foi Manoel Xavier Sobrinho, que, segundo consta na Mensagem de Governo, era “especializado nessas funções á frente da 4º Delegacia do Rio de Janeiro, onde se desvelou no saneamento do districto e na repressão ao extremismo”.<sup>282</sup>

Ao continuar a análise dos depoimentos, percebemos outra contradição nos testemunhos de Lauro Potiguara e Pedro Christino. Dessa vez, a discordância se refere ao início do trabalho do agente de polícia. Em seu depoimento, Pedro Christino afirmou que “Lauro Potiguara se encontra no club aparentemente como empregado, desde o dia em que o depoente denunciou ao Chefe de Policia o convite que recebera para a deposição do Governador [...]”.<sup>283</sup> Já Lauro Potiguara disse, em seu depoimento, que ele tinha sido

<sup>282</sup> *Mensagem de Governo à Assembleia Legislativa do Amazonas*, 1936, p. 173.

<sup>283</sup> Estado do Amazonas. Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça do Amazonas. *Processo- crime Nº 281*, Manaus: 1936.

designado ao Onze Brilhante no dia três de novembro de 1935. Nessa questão, percebemos que há um equívoco da parte de Pedro Christino, pois este foi abordado por Antonio Reis, no dia 29 de novembro, sendo convidado para participar dos planos subversivos, que autorizou a realização de uma reunião dos rebeldes no dia 30 e, nesse dia, o chefe de polícia ainda não havia designado Lauro Potiguara para a investigação sobre os planos subversivos. Este iniciou seus trabalhos no dia três de novembro.

Outro ponto dos depoimentos que merece uma observação diz respeito à apreensão dos artefatos e à prisão do agente de polícia. Lauro Potiguara afirmou ter sido detido no dia 10 de novembro de 1935, sob guarda das quatro bombas de dinamite, junto com Julio Moura e Antonio Laredo Reis. Já em outro momento do mesmo depoimento, afirmou que, na ocasião da apreensão das bombas, nenhum dos denunciados foi preso. Já na cópia do Recurso Criminal nº 919, diz que todos os denunciados foram presos preventivamente no dia 14 de novembro.

Há uma contradição no depoimento que coloca em xeque parte do testemunho do agente de polícia, pois, se os envolvidos na tentativa de levante foram presos no dia 14 de novembro, como o agente de polícia poderia ter sido preso no dia 10 de novembro junto a Julio Moura e Antonio Reis? Como ele poderia ter ouvido que havia outras pessoas envolvidas, inclusive, que havia armas em duas casas da Vila Municipal? Visivelmente, pelo menos nessa parte do depoimento, o policial faltou com a verdade, numa clara tentativa de tornar o crime por ele investigado mais perigoso do que realmente foi, talvez para angariar para si certo prestígio dentro da instituição policial.

Em outro momento dos depoimentos, quando Pedro Christino e Lauro Potiguara foram questionados sobre a liderança do movimento, suas respostas também divergiram. Na Justiça Federal, o primeiro afirmou que, quando ocorreu a reunião em que ele participou no Onze Brilhante, perguntou de duas pessoas, que pareciam ter profissão de barbeiro, sobre quem eram os intelectuais por detrás dos planos e que ambos disseram que não precisavam de intelectuais. Já o agente de polícia disse que ouviu de Antonio Reis que os líderes do plano eram Julio Moura, Lycurgo Cavalcante e o próprio. Diante do analisado, fica claro que as lideranças intelectuais do malogrado plano realmente eram os três mencionados, mas é interessante mencionar essas contradições, pois partem daqueles que estiveram mais próximos dos rebeldes e demonstraram ainda assim um desacordo de leitura do movimento subversivo, além disso, chama atenção o fato dos depoentes não mencionarem os nomes dos militares do 27º BC. Ao observar os depoimentos, percebemos que ao menos três militares faziam parte da articulação desse plano, entre eles o próprio Antonio Laredo Reis e mais um cabo e um

soldado.

O depoimento de Julio Vianna Barbosa também é relevante, pois, além de apresentar informações novas, também mostra alguns desacordos nas acusações do processo. Ele afirmou que foi o primeiro presidente do núcleo da ANL no Amazonas, que ele e alguns companheiros resolveram fundar a ANL devido à leitura de jornais de propaganda da entidade; contudo, segundo ele, não conheciam as finalidades da organização política. O depoente também declarou que renunciou à presidência devido as suas ocupações diárias, pois o mesmo trabalhava como gerente do *Jornal do Commercio*, passando suas funções na ANL para o professor Marciano Armond. Em 19 de julho de 1936, este foi preso em virtude da denúncia por “atividades comunistas”.

Julio Vianna também assegurou que só teve conhecimento das referidas bombas de dinamite por meio dos jornais que noticiavam o andamento do processo na polícia, mas que de conhecimento próprio não poderia afirmar se encontraram bombas ou não nas oficinas do jornal *Tribuna Popular*, onde raramente ia e que soube, também por meio dos jornais, que foram encontradas bombas no parque Onze Brilhante, mas que não podia afirmar, pois não as viu.

Um ponto interessante do testemunho é o que se refere à carta enviada a Custódio Lobo, informando sobre a fundação de um núcleo da ANL em Manaus. Em sua declaração, o depoente afirma que foi ele quem escreveu para a direção nacional da ANL, dando notícias sobre a investidura na presidência e dos trabalhos de propaganda da ANL, como também das entusiásticas aclamações do Núcleo da ANL-Amazonas a Herculino Cascardo e a Luiz Carlos Prestes. Mas, segundo ele, quando escreveu a carta, dia 10 de julho de 1935, desconhecia que Prestes era comunista e também “não teve conhecimento se Luiz Carlos Prestes estivera na Rússia a serviço da Terceira Internacional”.

Já na cópia do Recurso Criminal, a Justiça Federal atribuiu a escrita da carta a Lycurgo Cavalcanti, pois este era 1º secretário do Núcleo da ANL-Amazonas, dizendo ainda que este informou nesta a composição da comissão executiva da entidade e, ao final da reunião que definiu esta comissão, foram dados vivas a Luiz Carlos Prestes, Herculino Cascardo, Julio Vianna Barbosa e Marciano Armond.

Três questões são interessantes neste íterim. A primeira refere-se ao desconhecimento de Julio Vianna sobre a posição ideológica de Prestes. Era de domínio público que Luiz Carlos Prestes havia aderido ao comunismo e viajado, no começo da década de 1930, à URSS; ele, inclusive, lançou um manifesto anunciando sua nova posição política. Surpreende essa afirmação, pois Julio Vianna era um homem que trabalhava em um dos

principais jornais do Amazonas e que tinha um envolvimento político considerável e, acima de tudo, em julho de 1935, quando organizou o núcleo da ANL no estado, Luiz Carlos Prestes já havia sido eleito presidente de honra e, em abril, escreveu uma carta a Hercolino Cascardo em que dizia aceitar a presidência.

A segunda afirmação do depoente que traz uma incoerência diz respeito à data em que ele escreveu a carta informando a instalação do ANL no estado. A carta, segundo ele, foi enviada dia 10 de julho; no entanto, neste dia, Julio Vianna não fazia mais parte da entidade, visto que, por volta do dia 4 do mesmo mês, logo após o lançamento do núcleo, o depoente renunciou à presidência da mesma.

A terceira questão observada é que a carta enviada à direção nacional da ANL serviu para incriminar tanto Julio Vianna, quanto Lycurgo Cavalcante, pois a alegação da acusação dizia que estes homens não estavam alheios aos acontecimentos do Rio Grande Norte, Recife e Rio de Janeiro, tendo sido este plano organizado nacionalmente e, por essas relações, eram igualmente comunistas.

### 3.2.3 A queda ao inferno

As informações utilizadas neste subtópico foram acessadas por meio da cópia do acórdão do recurso criminal nº 919, expedida pela Corte Suprema, no dia 7 de agosto de 1936, e recebida em Manaus no dia 25 de agosto de 1936. Este documento estava em anexo a dois pedidos de liberdade condicional nº 136 e nº 137, pedidos estes feitos por Lycurgo Cavalcante e Francisco Lima – presos na Casa de Detenção.

Diz a Cópia do recurso criminal nº 919 que, após a diligência do dia 10 de novembro de 1936, foi aberto um inquérito por determinação do chefe de polícia de Manaus a fim de apurar a responsabilidade dos promotores de uma conjuração para subverter a ordem pública e atentar contra as autoridades legitimamente constituídas. Ainda constou-se a apreensão de quatro bombas de dinamite, pesando cada uma seis quilos, tendo sido examinadas por duas vezes e constatado seu poder destruidor.<sup>284</sup>

O plano dos rebeldes visava dinamitar a sede da Ação Integralista Brasileira (AIB), o Palácio Rio Negro – sede do governo –, o Ginásio Amazonense Dom Pedro II, o Corpo de Segurança e a Chefatura de Polícia, seguindo-se a tomada de Manaus por elementos que desceriam da Colômbia, somados por praças, ex-praças do 27º Batalhão de Caçadores e

---

<sup>284</sup> Estado do Amazonas. Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça do Amazonas. Recurso-criminal Nº 919, Manaus: 1936.

indivíduos desempregados que viriam dos seringais e desempregados da cidade.

Após o inquérito policial, os rebeldes foram denunciados e processados com base na Lei de Segurança Nacional – de 4 de abril de 1935 – nos seus artigos 13<sup>285</sup> e 20. A denúncia foi recebida e os rebeldes foram presos preventivamente no dia 14 de novembro. Estes foram qualificados, inquiriram-se as testemunhas de acusação na presença dos acusados, que estavam acompanhados dos seus advogados<sup>286</sup>. Após, foram ouvidas as testemunhas de defesa. A pedido do juiz, as bombas foram submetidas a dois exames que concluíram seu poder destruidor.

Lycurgo Cavalcante, em juízo, alegou não ter participação da tentativa de insurreição. Afirmou ser contrário aos ideais do integralismo e simpatizante da ANL, que mesmo na ilegalidade não se afastou dos seus ideais e nem do seu programa. Francisco Lima de Sousa afirmou ser alheio a qualquer entrega de bombas que pudessem ser usadas para subverter a ordem pública. Reiterou ser simpatizante da ANL, conhecer todos os acusados, com exceção de Antonio Reis.<sup>287</sup>

Paulo Abreu negou sua participação no movimento, afirmando coordenar as forças operárias para o bem das mesmas dentro da lei e da ordem. Confirmou que conhecia Julio Moura e Lycurgo Cavalcante e era ciente que este era membro da ANL.

Antonio Laredo Reis confirmou as palavras do agente de polícia Lauro Potiguara, confirmando sua participação como dirigente do movimento. Afirmou que mantinha uma sociedade anônima com embarcações e indivíduos desempregados para localizar emprego para este; e que através dessa sociedade procurava fazer política, enviando 360 homens para Colômbia e para muitos municípios do Amazonas – as 23 séries de 120 homens mencionados nos depoimentos –, orientados para a articulação de um golpe ao poder público e ao integralismo.<sup>288</sup>

Já Julio Bertholdo de Moura negou a participação no movimento subversivo, porém

---

<sup>285</sup> “Art. 13. Fabricar, ter sob sua guarda, possuir, importar ou exportar, comprar ou vender, trocar, ceder, ou emprestar, por conta própria ou de outrem transportar, sem licença da autoridade competente, substancias ou engenhos explosivos, ou armas utilizáveis como de guerra ou como instrumento de destruição”; “Art. 20. Promover, organizar ou dirigir sociedade de qualquer espécie, cuja atividade se exerça no sentido de subverter ou modificar a ordem política ou social por meios não consentidos em lei”. BRASIL. **Lei nº 38, de 4 de abril de 1935.** Lei de Segurança Nacional. Rio de Janeiro, DF, ago 2018. <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html>> Acesso em: 19-03-2018.

<sup>286</sup> Bernardino Paiva advogou por Antônio Laredo Reis e José Alves de Souza Brasil advogou por Lycurgo Cavalcante, Julio Bertholdo Moura, Francisco Lima e Paulo Abreu.

<sup>287</sup> Estado do Amazonas. Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça do Amazonas. *Recurso-criminal Nº 919*, Manaus: 1936.

<sup>288</sup> Estado do Amazonas. Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça do Amazonas. *Recurso-criminal Nº 919*, Manaus: 1936.

confessou ter confeccionado as bombas, tendo fabricado, certa vez, 500 bombas para o ex-governador de Pernambuco, Manuel Borba<sup>289</sup>. Julio Moura também admitiu ser capaz de fazer explodir uma bomba a um quilômetro de distância através de um magneto de sua invenção. Declarou ainda que já serviu o Exército na 1º Batalhão de Engenharia, tendo desertado. Por fim, afirmou ser simpático a ANL, tendo sido soldado de Luiz Carlos Prestes e que, para o triunfo deste, não trepidava em fazer qualquer sacrifício.<sup>290</sup>

No veredito, o juiz – da Justiça Federal do Amazonas –, “após considerar longamente as provas dos autos”, concluiu pela absolvição de Paulo Abreu e pela condenação dos demais. Júlio Bertholdo de Moura foi condenado a quatorze meses de prisão celular, conversível em dezesseis meses e dez dias de prisão simples, nos termos do artigo 409 das Consolidações das Leis Penais, grau mínimo dos artigos 13 e 20 da Lei nº 38, de 4 de abril de 1935 – Lei de Segurança Nacional –, com a pena de um só dos crimes dos crimes e aumento da 6º parte, à vista do artigo 39 do Decreto 4780, de 27 de dezembro de 1923.

Já Lycurgo de Souza Cavalcante, Francisco Lima e Sousa e Antônio Laredo Reis foram sentenciados a seis meses de prisão celular, conversível em sete meses de prisão simples, como incurso no grau mínimo do artigo 13 da Lei de Segurança Nacional, visto não constar a ocorrência de algum agravante e militar a favor deste último a atenuante da menoridade e dos outros, a do exemplar comportamento anterior.<sup>291</sup>

Os rebeldes recorreram, em tempo útil, da condenação, mas o juiz a manteve. O Ministério Público também recorreu da sentença, questionando a pena de Júlio Bertholdo Moura, considerada branda. O juiz reconheceu que a condenação de Julio Bertholdo de Moura deveria ser corrigida, pois as práticas criminosas atribuídas ao mesmo não podiam ser consideradas como delito continuado.

O pedido do Ministério Público do Amazonas foi atendido na Corte Suprema, que, ouvindo o procurador geral da República, opinou pelo provimento, em parte, do recurso do Ministério Público para ser modificada a sentença, em relação ao mencionado Júlio Bertholdo de Moura, pois a seu respeito verificava-se a existência de “concurso real de crimes”. No entanto, não somente a pena de Júlio Moura foi modificada, a dos demais envolvidos

---

<sup>289</sup> Durante a eleição de 27 de maio de 1922, em Pernambuco, Manoel Borba apoiou a candidatura do senador Carneiro da Cunha. Seu grupo era apoiado por comunistas e anarquistas. A eleição se em um clima de grande agitação, chegando a eclosão da luta armada (CARONE, Edgar. **Revoluções do Brasil contemporâneo (1922-1938)**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1975. p. 35).

<sup>290</sup> Estado do Amazonas. Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça do Amazonas. *Recurso-criminal Nº 919*, Manaus: 1936.

<sup>291</sup> Estado do Amazonas. Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça do Amazonas. *Recurso-criminal Nº 919*, Manaus: 1936.

sofreram a mesma ação.<sup>292</sup>

Diante disto, na Corte Suprema, em parte de acordo com o recurso do representante da Justiça Pública, reformulou a sentença, ficando Julio Moura condenado a 2 anos e 6 meses de prisão celular, incurso no grau médio do artigo 13 da Lei de Segurança Nacional, e mais 1 ano e 6 meses de igual prisão, incurso no grau médio do artigo 20 da mesma lei, somando assim, 3 anos e 9 meses de prisão em regime fechado. Antonio Laredo Reis foi condenado a 6 meses de prisão celular, incurso no artigo 20, grau mínimo, por militar ao seu favor ser menor de idade. Lycurgo Cavalcante e Francisco Lima de Sousa foram condenados a 1 ano e 3 meses de prisão celular, incursos também no artigo 20, grau médio.

A fonte não informa a pena de Francisco Bemfica, mas, ao que tudo indica, ele não foi processado, tendo feito parte dos planos como espião da AIB, já que o mesmo era integralista e, inclusive, já havia disputado a eleição para vereador de Manaus sob a legenda “Integralismo”. No Recurso-criminal nº 919 é mencionada apenas uma afirmação sua que diz que “esses homens são comunistas”.

Já Julio Vianna foi preso como agitador comunista no dia 19 de junho de 1936, sendo processado nos artigos 20 e 21<sup>293</sup> da Lei de Segurança Nacional e condenado a um ano e nove meses de prisão. Pesou sobre Julio Vianna ter sido um dos fundadores da ANL no Estado, além de uma citação atribuída a Karl Marx<sup>294</sup> durante seu discurso de despedida da gestão do CPA, que também ajudou a fundar.<sup>295</sup>

O que podemos atestar, por meio das fontes, é que, com o fechamento da ANL, seus membros mais fiéis continuaram seu trabalho, como disse Lycurgo Cavalcante “não se afastaram dos seus ideais e nem do seu programa”, evidentemente, continuaram trocando correspondências e recebendo orientações da ANL Nacional – que, neste momento, estava sob a hegemonia dos comunistas e dos tenentistas – como mostram os dois boletins que os envolvidos leram na alfaiataria de Lycurgo Cavalcante.

Interessante mencionar que as fontes pesquisadas não citam ou indicam a existência do

---

<sup>292</sup> Estado do Amazonas. Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça do Amazonas. *Recurso-criminal Nº 919*, Manaus: 1935.

<sup>293</sup> “Art. 21. Tentar, por meio de artifícios fraudulentos, promover a alta ou baixa dos preços de generos de primeira necessidade, com o fito de lucro ou proveito. Pena - De 6 mezes a 2 annos de prisão cellullar”. BRASIL. **Lei nº 38, de 4 de abril de 1935**. Lei de Segurança Nacional. Rio de Janeiro, DF, ago 2018. <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html>> Acesso em: 19-03-2018.

<sup>294</sup> “Uni-vos a todos aqueles que não são teus maiores inimigos, para vencer o grande capital, depois procura ir suplantando os demais inimigos menores, ate chegares o final de tuas ideas e socialismo coletivo”, foi a frase usada por Julio Vianna, a qual atribuiu a Marx.

<sup>295</sup> Estado do Amazonas. Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça do Amazonas. *Processo- crime Nº 281*, Manaus: 1936.



PCB no Amazonas em 1935, nem consta se algum dos condenados era filiado a esse partido. Julio Bertholdo Moura, em seu depoimento, disse ser soldado de Luiz Carlos Prestes, mas, por ter servido no 1º Batalhão de Engenharia, ou seja, ter sido militar adepto do tenentismo, deixando muito vaga a afirmação. Francisco Bemfica afirmou na Justiça Federal que os envolvidos eram comunistas, sem citar o partido. Desse modo, os rebeldes neste estado, com a inexistência do PCB, organizaram-se a partir do CPA. No entanto, em 1945, com a reabertura política, Lycurgo Cavalcante e Júlio Vianna fizeram parte, juntamente com Ivan Ribeiro, da fundação do PCB no Amazonas, fazendo da parte sua direção estadual, sendo Lycurgo Cavalcante o secretário geral do Comitê Estadual do partido.<sup>296</sup>

Dez anos antes, esses homens preparavam algo para o mês de novembro de 1935, talvez, não sob orientação vinda do alto, da ANL nacional, mas movidos pela indignação pelas baixas sofridas no 27º BC, somados à indignação contra o desemprego, à luta contra o fascismo e à oposição aos governos estadual e federal. Tanto que, quando Antônio Laredo Reis menciona os participantes para o levante, ele relatou que comandava uma sociedade de embarcações e que procurava emprego para as pessoas desempregadas, chegando a mandar 360 pessoas à Colômbia; e que, dentre esses desempregados, estavam homens do interior do estado e da capital. Ainda sobre os participantes, cabe mencionar também que o mesmo Antônio Reis afirmou, para Pedro Christino, quando este perguntou, se havia homens para a insurreição, que só do 27º BC havia 100 praças e ex-praças, que haviam “pegado baixa”.

Acerca das políticas de desengajamento, Marly Vianna afirma que, a partir de junho de 1935, tornou-se pública a intenção do Ministério da Guerra não permitir mais o engajamento de sargentos, cabos e soldados com menos de 10 anos de serviço, além de “dar baixa” dos sargentos que tivessem mais de 20 anos de serviço. Essa medida começou a ser efetivada aos poucos, o que ocasionou protestos dos militares e incentivou que estes aderissem aos levantes de novembro de 1935.<sup>297</sup> Devemos lembrar que insurreições no Amazonas não eram raras, pois, 11 anos antes, em julho de 1924, o estado foi tomado pelas forças do 27º BC, quando foi instalado o governo revolucionário, tendo à frente Alfredo Augusto Ribeiro Júnior.

No entanto, a agitação no quartel não se restringiu a 1924. Costa aponta que, em 1932, houve movimentações de apoio civil e militar à “revolução constitucionalista” na região de fronteira entre o Amazonas e o Pará.<sup>298</sup> E, ainda, em março de 1935,<sup>299</sup> houve troca de

---

<sup>296</sup> *Jornal do Commercio*, 15 set. 1945.

<sup>297</sup> VIANNA, Marly de A. G. **Revolucionários de 1935**: sonho e realidade. Op. Cit. p. 179-180.

<sup>298</sup> COSTA, Maria das Graças Pinheiro. **O direito à educação no Amazonas (1933- 1935)**. Op. Cit. p. 129.

escaramuças entre praças do 27º Batalhão de Caçadores e guardas da polícia civil, ocasionando 4 mortes – evento esse que ocasionou a vinda do Comandante da 8ª Região Militar, general José Alberto de Mello Portela, para apurar os motivos do conflito. Ou seja, o 27º BC estava agitado desde 1924, passando por 1932, e, por fim, chegando a 1935, quando o desengajamento indignou profundamente o setor militar.

Dessa forma, assim como nas outras capitais onde ocorreram os levantes, houve uma nítida articulação entre aliancistas e tenentistas. Como a própria Marly Vianna aponta, com a ilegalidade da frente, os comunistas e tenentistas tornaram-se hegemônicos na ANL.<sup>300</sup> Essas articulações entre aliancistas e tenentistas são percebidas no Amazonas, como demonstramos acima, podemos imaginar, inclusive, que houve articulações prévias para os levantes de 1935, ao contrário da tão mencionada “insurreição repentina”.

É importante lembrar que, no bojo do debate acerca dos levantes de 1935, há um fator internacional, como mencionado acima. É sabido que, entre julho e agosto de 1935, aconteceu o VII da IC e este mudou, pelos menos parcialmente a tese desta, tornando a entidade mais aberta ao diálogo com sua rival a IOS e colocando o fascismo como seu inimigo mais temível. Portanto, a orientação era que se formassem frentes únicas com a socialdemocracia para lutar contra o fascismo, este representado no Brasil pela AIB e que, ao mesmo tempo, levantava uma preocupação acentuada com a diplomacia soviética, orientando que se evitasse qualquer ato que colocasse a URSS sobre perigo de intervenções internacionais, ao mesmo tempo, que se esquecia da revolução mundial, optando pela tese do “socialismo num país só”.

Neste sentido, se a orientação da IC era que se evitassem golpes ou revoluções que prejudicasse a URSS, como explicar os levantes de novembro de 1935, senão por questões nacionais e regionais? Pode-se defender, inclusive como aponta Martha Dassú<sup>301</sup>, que havia brigas internas na IC, motivadas pela mudança de tese, na qual alguns membros permaneceram seguindo a tese do VI Congresso – classe contra classe –, ou mesmo como defende Vianna<sup>302</sup> que as orientações do VII congresso tiveram pouco ou nenhum efeito no Brasil, ou mesmo, podemos observar a interpretação de Canalle, que afirma que a ação de novembro de 1935 não compreende sequer as orientações do VI congresso e nem a intenção

---

<sup>299</sup> Episódio ocorrido dia 5 de março de 1935, na Avenida Eduardo Ribeiro, durante os festejos de carnaval. Na ocasião morreram 4 pessoas (*Mensagem do governo do estado do Amazonas*, 1936; *Jornal do Commercio*, 13 mar. 1935).

<sup>300</sup> VIANNA, Marly de A. G. **Revolucionários de 1935: sonho e realidade**. Op. Cit. p. 197.

<sup>301</sup> DASSÚ, Marta. “Frente única e Frente popular: o VII Congresso da Internacional Comunista”. In: HOBSBAWM, Eric J. (org). **História do Marxismo**. Op. Cit. p. 318.

<sup>302</sup> VIANNA, Marly de A. G. **Revolucionários de 1935: sonho e realidade**. Op. Cit. p. 58.

do próprio Prestes.<sup>303</sup> O fato é que no Amazonas, as causas para tal levante parecem ser motivadas por fatores nacionais e regionais. Não descartamos a possibilidade de uma orientação vinda do alto – do PCB ou da ANL –, pois parece intrigante que todos levantes tenham acontecido no mesmo mês. E se os levantes de Recife e Rio de Janeiro se deram por efeito cascata, depois do levante em Natal, como explicar que o levante no Amazonas estava programado para o dia 11 de novembro, se não havia uma ação coordenada pela nacional?

Vianna afirma que, naquele mês de novembro, a avaliação sobre o clima revolucionário no Brasil havia mudado, mas que a deliberação para os levantes foi conversada numa reunião da executiva do PCB junto aos agentes da IC entre 23 a 25 de novembro, mas que não havia deliberado datas e entre essas datas ocorreram os levantes em Natal e Recife.<sup>304</sup> Talvez, essa orientação tivesse sido dada antes dessa reunião, pois os rebeldes, no Amazonas, já estavam se articulando deste o fim de outubro, bem antes dos soldados do 21º BC. Logicamente, possa ter ocorrido um ruído na comunicação dos rebeldes ou que os boletins com conteúdo dúbio que a própria Marly Vianna menciona tenham antecipado os planos dos revolucionários no Amazonas.

No que tange à participação popular, no Amazonas, se os planos tivessem saído do papel, haveria tal participação, assim como em Natal, pois, segundo Antônio Reis, havia desempregados do interior e da capital mobilizados para a insurreição, além desses outros poderiam se somar, porém, logicamente, só podemos conjecturar sobre isso.

Sobre a mobilização contra o fascismo representado no país pela AIB, a partir das fontes aqui trabalhadas, é possível perceber a ojeriza recíproca entre os membros da ANL e AIB. A rivalidade entre aliancistas e integralistas podem, também atestadas por meio dos planos dos homens que, em novembro de 1935, queriam explodir a sede a AIB no estado, assim como pelos depoimentos dados à justiça. Outras ocasiões que demonstram essas hostilidades ocorreram quando a caravana da ANL chegou ao Amazonas. Paulo Eleuthério, chefe provincial da AIB no Estado, exigiu a saída dos membros da caravana do Estado, cobrando por duas vezes providências da polícia<sup>305</sup> e, no regresso da caravana da ANL para o Rio de Janeiro, a polícia teve que intervir para evitar um confronto entre os membros das duas organizações.

Além do já mencionado, havia também outros fatores locais para o descontentamento com os governos Vargas e Maia. A primeira, sem dúvida, foi a demora na realização da

---

<sup>303</sup> CANALE, Dario. A Internacional Comunista e o Brasil (1920-1935). In: TAVARES, José Nilo (org.). **Novembro de 1935**: meio século depois. Op. Cit. 135-136.

<sup>304</sup> VIANNA, Marly de A. G. **Revolucionários de 1935**: sonho e realidade. Op. Cit. p. 241

<sup>305</sup> *Jornal do Commercio*, 21 jul. 1935.

eleição para deputados classistas, eleição essa que os constituintes do estado não debateram e, por isso, houve a demora – como demonstrado no primeiro capítulo. O segundo motivo era o descontentamento dos serviços da Inspetoria do Trabalho. As denúncias contra essa Inspetoria eram graves, acusada desde sumir com as listas com nomes dos trabalhadores, atrapalhando, assim, a instalação das Comissões de Conciliação e julgamento até favorecer os patrões em detrimento dos trabalhadores – atos esses que indignavam os membros do CPA e da ANL.<sup>306</sup>

---

<sup>306</sup> *Tribuna Popular*, 24 jun. 1935.

### 3 O ANTICOMUNISMO NO AMAZONAS: práticas sociais e representações políticas

Em 1917, o mundo conheceu uma nova alternativa política, econômica e social. Nesse ano, adentrou o rol da história o comunismo – ou marxismo-leninismo – que, naquele momento, deixava de ser apenas um espectro. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta, “o comunismo para uns era a concretização de um sonho, mas para outros era um pesadelo tomando forma real”.<sup>307</sup>

Dessa forma, os grupos sociais que viam no comunismo um pesadelo começaram a se organizar para combatê-lo, de modo que podemos dizer que “o anticomunismo nasceu espontaneamente, gerado pelo medo e pela insegurança”.<sup>308</sup> Esse medo e insegurança possibilitaram a organização de grandes grupos que, em certos momentos, quando o comunismo estava ganhando pujança, tornavam-se verdadeiras frentes amplas contra ele.

Ainda segundo Motta, no Brasil, “o anticomunismo começou a ganhar maior substância na mesma medida em que se dava o processo de expansão da influência do Partido Comunista, a adesão de Prestes e a fundação da ANL”.<sup>309</sup> Quando aconteceu a Revolução Bolchevique de outubro de 1917, apesar do impacto gerado, no Brasil, a cultura política comunista ainda era parca, o anarquismo era a cultura política que circulava entre os movimentos dos trabalhadores e, por isso, o evento não gerou tanto receio. No entanto, com a fundação do PCB, em 1922, e a adesão de figuras como Prestes, esse quadro começou a mudar.

É importante mencionar que o evento responsável pela propagação e consolidação do anticomunismo no Brasil foi a “Intentona Comunista” – abordada no segundo capítulo desta dissertação. Mas devemos estar atentos para a tese da historiadora Carla Luciana Silva, *Onda Vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)*, a qual defende que o anticomunismo não deve ser estudado apenas em momentos culminantes, como 1935, pois os fundamentos do anticomunismo também são perceptíveis em outras temporalidades, quando

---

<sup>307</sup> MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, FAPESP, 2002. p. 20.

<sup>308</sup> MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Idem.

<sup>309</sup> MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Ibidem. p. 21.

as “ondas vermelhas” estão menos intensas ou visualizáveis.<sup>310</sup>

É evidente que as representações anticomunistas surgem antes dos levantes de novembro de 1935, mas, após este evento, essas representações foram potencializadas. O evento deu base concreta para todos aqueles que viam no comunismo um inimigo a ser combatido e dissipado, argumento e exemplo do que os “comunistas” poderiam fazer se alcançassem o poder. Segundo Motta, a partir da “Intentona Comunista”, se criou no Brasil um verdadeiro “imaginário anticomunista”.<sup>311</sup>

Entre os anos de 1935 a 1937, observando por meios das fontes, foram constantes as representações e ações contra o comunismo no estado do Amazonas. Muitas dessas batalhas contra o “credo russo” foram posteriores aos levantes de novembro de 1935. No entanto, antes desse período, já era possível identificar manifestações anticomunistas, em especial, em telegramas que eram publicados nos periódicos que tinham circulação no estado. Esses telegramas geralmente versavam sobre os acontecimentos da União Soviética, destacando, na maioria das vezes, imagens impressionantes daquele país, como relatos sobre a Rússia pós-revolução, ações de Joseph Stalin, expurgos, morte e toda espécie de calamidades. Raras eram as vezes em que eram veiculadas notícias positivas sobre aquele país.

Neste sentido, cabe enfatizar que o comunismo tratado neste capítulo se refere ao “marxismo-leninismo ou leninismo”, definido por Tom Bottomore como:

[...] o desenvolvimento da concepção científica da sociedade proposta por Marx e Engels. Como tal, o leninismo é uma ciência das leis de desenvolvimento da natureza e da sociedade, que esclarece as relações causais entre o homem e a sociedade bem como a marcha rumo à sociedade sem classes do comunismo. Os principais componentes do marxismo-leninismo são o materialismo dialético e o materialismo histórico enquanto métodos de análise, a economia política como estudo das relações das classes com os meios de produção e o nível das forças produtivas, e a teoria do comunismo científico (estrutura e processo das sociedades comunistas). Definido de modo mais estrito, o leninismo é a tendência, dentro do movimento marxista, que aceita as principais contribuições teóricas de Lenin ao marxismo revolucionário. Como tal, é uma concepção da tomada do poder para e pelo proletariado e da construção da sociedade socialista que legitima a ação revolucionária do partido em nome da classe operária. O leninismo pode ser distinto do bolchevismo, que é a prática política ou o movimento político baseado no leninismo.<sup>312</sup>

Já o anticomunismo, segundo Luciano Bonet:

<sup>310</sup> SILVA, Carla Luciana. **Onda Vermelha**: imaginários anticomunistas brasileiros (1931- 1934). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

<sup>311</sup> MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Op. Cit. p. 22.

<sup>312</sup> BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. p. 314.

[...] o Anticomunismo deveria ser obviamente entendido como oposição à ideologia e aos objetivos comunistas; assim como existem forças sociais e posições políticas antifascistas, anticapitalistas, anticlericais, etc., também as há anticomunistas. Na realidade, após a Revolução de Outubro, o comunismo entrou na cena mundial, não só como um movimento organizado e difuso, senão também como uma alternativa política real em relação aos regimes tradicionais. Por isso, o Anticomunismo assumiu necessariamente valores bem mais profundos que o de uma simples oposição de princípios, contida, não obstante, na dialética política normal, tanto interna como internacional.<sup>313</sup>

Carla Simone Rodeghero, em *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*, compartilha da definição de Luciano Bonet (1988) e aponta que “o anticomunismo, quando se manifesta em nível internacional nas relações entre os Estados, nega qualquer possibilidade de alianças com os países comunistas”.<sup>314</sup> No plano interno dos países capitalistas, o comunismo é associado de forma ampla, ou seja, tanto militantes que se filiam a essa cultura política, quanto aqueles que não se filiam a esta, mas participam de qualquer movimento social.

A historiadora Carla Lucina Silva, em *Onda Vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)*, afirma que “embora o anticomunismo fosse anunciado já no Manifesto Comunista, são poucos os conceitos encontrados para o termo”.<sup>315</sup> A autora também utiliza da definição de Luciano Bonet (1988), mas vai além, dizendo que:

[...] o problema básico ao qual devemos atentar é que o termo comunista não é o suficiente. É necessário delimitar o que os textos anticomunistas entendem por comunismo. Ressalta-se que o conceito aponta para as tradições ‘marxistas ou comunistas’, ou seja, embora os textos anticomunistas estejam se referindo a um “inimigo”, concreto ou não, eles têm claro que esse “inimigo” não é necessariamente um militante de um partido comunista.<sup>316</sup>

Para Rodrigo Patto Sá Motta, “a definição de anticomunismo é, em princípio, relativamente elementar. Mas tal aparente simplicidade recobre uma realidade bastante complexa”.<sup>317</sup> Embasado em Serge Berstein e Jean-Jacques Becker, o historiador define os anticomunistas como “indivíduos e grupos dedicados à luta contra o comunismo, pela palavra

<sup>313</sup> BONET, Luciano. Anticomunismo. In: BOBBIO, Norberto (Org.) **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 1986. p. 34.

<sup>314</sup> RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)**. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2003. p. 28.

<sup>315</sup> SILVA, Carla Luciana. **Onda Vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931- 1934)**. Op. Cit. 25.

<sup>316</sup> SILVA, Carla Luciana. **Onda Vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931- 1934)**. Ibidem. p. 26.

<sup>317</sup> MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Op. Cit. p. 10.

ou pela ação”.<sup>318</sup> Sá Motta demonstra o caráter plural e díspar do anticomunismo, ou melhor, dos anticomunismos, podendo esse anticomunismo ser fascista, católico, liberal e socialista democrático. Apesar das diferenças, esses grupos, em momentos em que o comunismo ganha força, unificam-se, formando “frentes anticomunistas”, que na maioria das vezes são efêmeras.

No Amazonas, durante o período estudado, observamos que as primeiras notícias de cunho anticomunista se deram com o surgimento da ANL. No entanto, antes desse período, já era possível identificar manifestações anticomunistas, como já mencionado. Posteriormente, percebemos uma querela facciosa envolvendo o governador do Amazonas, Álvaro Maia (PPA), com o senador Leopoldo Tavares de Cunha Mello (PSA), também regida com teor anticomunista. Essa discórdia está relacionada à chegada da caravana da ANL ao Amazonas, discutida no primeiro capítulo. A partir de novembro de 1935, quando ocorreu a apreensão das quatro bombas de dinamites e o descobrimento dos planos para depor o governador do Amazonas e os levantes de Natal, Recife e Rio de Janeiro, a imprensa local passou a explorar com mais afinco o discurso anticomunista.

Dessa forma, tornou-se mais comum o uso do termo “comunismo” na imprensa amazonense e a “ameaça”, que antes parecia longínqua, típica do leste europeu, se tornou próxima, a ponto de a imprensa noticiar, algumas vezes, a iminência de uma nova “Intentona Comunista”.

Após a “Intentona Comunista”, o medo ao comunismo – que já existia – tomou grandes proporções. Dessa forma, já que existia um grupo organizado que visava realizar a “revolução mundial e, conseqüentemente, dominar o Brasil”, levantaram-se também indivíduos e grupos que tinham como objetivo combater os comunistas e frustrar seus sonhos.

Neste ínterim, observando as fontes, percebemos que os grupos mais articulados e organizados para combater o comunismo eram os católicos, em especial os intelectuais que compunham a Ação Católica e o Centro Dom Vital<sup>319</sup>, e os membros da Ação Integralista Brasileira. Logicamente, é possível perceber outras instituições e indivíduos que também se levantaram contra o “credo vermelho”, como, por exemplo, políticos, intelectuais, acadêmicos, entre outros. No entanto, a presença dos discursos dos membros da Ação Católica e dos integralistas se fazia mais intensa.

Importante mencionar também que, como defende Motta, o anticomunismo

---

<sup>318</sup> MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. XX.

<sup>319</sup> Iremos abordar essas entidades mais adiante.



apresentado por certos agentes sociais podia se dividir entre: anticomunismo oportunista e anticomunismo ideológico.<sup>320</sup> Algumas vezes, esses dois aspectos até se combinaram frente às três ondas anticomunistas debatidas pelo autor (1935-1937; 1946-1950; 1961-1964), cabendo analisar especificamente cada agente e cada conjuntura em que este estava inserido para avaliarmos sua sinceridade. No caso abordado aqui, vemos dois casos de anticomunismo oportunista – Leopoldo Tavares da Cunha e Mello e Gercino José Tavares de Mello – e dois grupos que apresentavam um anticomunismo ideológico – a AIB e o Centro Dom Vital.

Dessa forma, neste capítulo, temos como objetivo abordar o anticomunismo no estado do Amazonas, dando destaque para ações dos governos federal e estadual, personagens e eventos que deram coro para a propagação de representações anticomunistas (ações e imaginários) que cercaram a sociedade amazonense entre 1935 a 1937. Assim, em um primeiro momento, iremos abordar as acusações imputadas a Álvaro Maia e ao jornal Tribuna Popular, acusações essas com teor anticomunista. Em seguida, iremos debater acerca das ações dos governos federal e estadual para combater o comunismo. E, por fim, trataremos sobre as representações do anticomunismo veiculadas no periódico A Tarde. Trabalharemos com este periódico, pois foi o que mais propagou conteúdo anticomunista no período pesquisado. Os demais periódicos, como o Jornal do Commercio e O Jornal, por exemplo, divulgaram esporadicamente conteúdos desse tipo.

### **3.1 Indústria do anticomunismo: “O sr. Maia não fez profissão de fé comunista! A Tribuna Popular é órgão comunista!”**

#### 4.1.1 Álvaro Maia extremista

A expressão “indústria do anticomunismo” é definida pelo historiador Rodrigo Patto Sá Motta, autor do livro *Em guarda contra o perigo vermelho*, como a exploração vantajosa do comunismo. Os industriais do anticomunismo são os agentes que manipulam para tirar proveito do medo ao comunismo. As vantagens dessa prática são, geralmente, políticos, pecuniários e pessoais, à medida que a alguns agentes poderia se colocar como campeões do anticomunismo e assim auferir popularidade, votos etc. Historicamente, vários agentes utilizaram dessa indústria, por exemplo: o Estado, a Igreja, a imprensa, órgão de repressão, políticos e grupos políticos. É importante lembrar que, além dos indivíduos e grupos que

---

<sup>320</sup> MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Ibidem. p. 177-178.

exploram de forma instrumental (oportunista) o “perigo vermelho”, também há aqueles que combatem de forma sincera, cabendo a nós, pesquisadores, sabermos diferenciar, “cotejando as dinâmicas históricas e observando as conjunturas específicas em que se defrontam os atores políticos envolvidos”.<sup>321</sup> É o que iremos analisar a partir de agora.

Após a “revolução” de 1930, teve início, no estado do Amazonas, um processo de reorganização das forças políticas que se caracterizou por um reordenamento entre as frações da classe dominante local. Nesse contexto, a eleição para a Constituinte Federal,<sup>322</sup> ocorrida em 1933, a eleição para a Constituinte Estadual, em 1934, e a eleição do governador constitucional, dos senadores, deputados federais e vereadores, em 1935, exerceram um papel fundamental. No entanto, esse processo não seu deu sem querelas entre os partidos que disputavam esses espaços de poder.

As disputas entre os dois principais partidos que concorriam a esses pleitos – o Partido Socialista Amazonense (PSA) e o Partido Trabalhista do Amazonas (PTA), abordados no primeiro capítulo – tornaram as eleições bastante complexas, pois ambos apresentavam ao eleitorado amazonense uma gama de candidatos dos mais variados grupos sociais. Os socialistas<sup>323</sup> lançaram candidatos ligados à Igreja Católica e à Ação Integralista Brasileira<sup>324</sup>. Já os trabalhistas lançaram nomes ligados ao movimento de trabalhadores<sup>325</sup>, como líderes sindicais, presidentes de federação e, neste meio, também se encontravam os homens que iriam inaugurar a Aliança Nacional Libertadora no Amazonas e, mais tarde, o próprio Partido Comunista do Brasil (PCB), Lycurgo Cavalcante de Souza e Julio Vianna Barbosa.

Logo após a promulgação da Constituição Estadual, uma importante aliança foi selada. O PTA se unificou com uma corrente denominada “Socialistas Radicais” e formaram o

<sup>321</sup> MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Ibidem. p. 161-162.

<sup>322</sup> Os deputados eleitos foram: Leopoldo Tavares da Cunha Melo, Álvaro Botelho Maia e Alfredo Augusto da Mata (PSA-União Cívica Amazonense) e Luís Tirelli (PTA-PLA-PRA-Aliança Trabalhista-Liberal do Amazonas).

<sup>323</sup> Sua definição de “socialismo” se apresentava mais ampla, senão vaga: o interesse da coletividade sobreposto aos interesses dos indivíduos; todo poder emanado da vontade dos cidadãos, encarados, sem distinção de qualquer espécie, como células da sociedade política e como elementos componentes de todas as classes profissionais que a integram (...) Dois ou três caminhos – sindicalização e representação corporativa classista rumo ao cooperativismo – são apresentados como solução socialista (CHACON, 1981, p.148).

<sup>324</sup> **Lideranças católicas**: Moacyr de Gouveia Dantas Cavalcante, Maria Miranda Leão, Antovilla Rodrigues Moura Vieira, Annanias Celestino de Almeida, Felix Valois Coelho, Leopoldo Carpinteiro Peres e Aristides Rocha. **Candidatos indicados pela AIB nacional**: Alfredo de Lima Castro, Antovilla Rodrigues Moura Vieira, Amando Madeira, Benjamin Constant da Costa Ferreira, Felix Valois Coelho, João de Paula Gonçalves, João Nogueira da Matta, Júlio César de Lima, Ruy Barreto, Cosme Ferreira Filho, José Nunes de Lima, Manoel Severiano Nunes, Maria Miranda Leão, Moacyr de Gouveia Dantas Cavalcante, Annanias Celestino de Almeida e Leopoldo Carpinteiro Peres. Observe que alguns nomes se repetem.

<sup>325</sup> Julio Vianna (sindicato dos comerciários), Paulo Abreu (Presidente do Sindicato dos Estivadores), Lourenço da Silva Braga (Presidente da União Beneficente de Taifeiro- marítimos), Octavio T. de Moraes Câmara (Secretário Geral do sindicato dos Gráficos).

Partido Popular Amazonense – PPA. De um lado, o PPA agregava simpatizantes e eleitores dos círculos operários e, por outro, agregava intelectuais, católicos e parte da camada conservadora do Estado.

A junção entre os partidos se deu a partir de um acerto entre suas principais lideranças, Álvaro Maia e Luiz Tirelli. Segundo Pio Junior, “a Assembleia Constituinte [...] ao longo de suas atividades, tornou-se um espaço no qual percebemos a proximidade entre estes líderes, assim como o próprio afastamento de Maia, do grupo interno do PSA, formado por Leopoldo Tavares Cunha Melo”.<sup>326</sup>

Essa união gerou certo estranhamento por parte do eleitorado e deu início a uma longa disputa entre as facções remanescentes do PSA e o novo partido. Tal situação gerou um profundo descontentamento no PSA, que se sentiu traído com a saída de uma figura do porte de Álvaro Maia e, junto dele, de uma importante corrente política, a corrente Socialista radical (pró-Maia). Tal incômodo teve como resultado a acusação de “comunista” dirigida a Álvaro Maia e o pedido de anulação da eleição para deputados federais<sup>327</sup> ao Supremo Tribunal Eleitoral, pedido este feito pelo PSA, derrotado na ocasião. Aqui, nós iremos abordar, com mais afinco, a acusação de “comunista” ao governador do Amazonas e ao jornal Tribuna Popular – que, depois da fusão, passou a ser o órgão oficial do PPA.

Entre as lideranças do PTA, a fusão partidária não ocorreu sem problemas. Verificamos que, após a fusão, alguns de seus fundadores se retiraram para fundar o núcleo da ANL no Amazonas. Entre as lideranças do PSA, ao que tudo indica, a saída de Álvaro Maia se deu por divergências e disputas de poder entre ele e o senador Leopoldo Tavares de Cunha Mello.

Podemos perceber as divergências entre Maia e Cunha Mello durante a Constituinte Estadual, quando Maia se aproximava de Luiz Tirelli. Segundo Pio Júnior, “[essa aproximação] provoca reações adversas entre as lideranças do Partido Socialista Amazonense”.<sup>328</sup> Por meio das fontes, é possível observar que as divergências entre Álvaro Maia e Leopoldo Tavares Cunha Mello tiveram seu ponto culminante quando o governador

<sup>326</sup> PIO JUNIOR, Amauri Oliveira. **O trabalhismo no Amazonas**: o periódico Tribuna Popular como instrumento de “orientação das hostes trabalhistas”. 2015. 124 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, 2015. p. 68.

<sup>327</sup> Após a eleição para deputados federais que ocorreu dia 7 de setembro, dois candidatos derrotados da Frente Única Parlamentar (Leopoldo Péres e Júlio Lima), impetraram no Supremo Tribunal Eleitoral um processo pedindo a nulidade da chapa do PPA, sob a alegação que estas chapa burlou o Código Eleitoral, colocando três nomes na lista e na cédula de votação e não apenas um como pede o referido Código. O Supremo Tribunal Federal, no entanto, negou o pedido dos deputados, confirmando a posse e diplomação dos candidatos Luiz Tirelli e Carvalho Leal do PPA (*Tribuna Popular*, 3 fev. 1936; *Tribuna Popular*, 13 jan. 1936).

<sup>328</sup> PIO JUNIOR, Amauri Oliveira. **O trabalhismo no Amazonas**: o periódico Tribuna Popular como instrumento de “orientação das hostes trabalhistas”. Ibidem. p. 72.

retirou do posto de prefeito de Manaus o aliado do senador Cunha Mello, o senhor Lima Castro. Neste mesmo período, o governador retirou da presidência da Assembleia Legislativa do Amazonas um aliado do deputado Ribeiro Junior, o deputado Julio Lima.<sup>329</sup>

Em julho de 1935, com o PPA em pleno funcionamento e com a ANL já fundada chegou à cidade de Manaus uma caravana da direção nacional da ANL, no dia 16 de julho de 1935, cinco dias depois de o governo federal ter baixado o decreto 229 que fechava por seis meses as sedes dessa entidade. A caravana havia sido proibida de desembarcar em Belém, tendo seguido, assim, para Manaus e aqui foi recebida pelo chefe de polícia, Ricardo Amorim.

Os membros da caravana se comprometeram em não realizar os comícios marcados, mas realizaram duas reuniões na sede do Centro Proletário Amazonense (CPA), como abordado no primeiro capítulo.

O mais interessante dessa passagem da caravana da ANL, além das reuniões e adesões que esta obteve, foi a repercussão negativa e as rugas que gerou no governo estadual. Os aliancistas chegaram a Manaus sem qualquer recurso financeiro, sem mesmo o da passagem de volta ao Rio de Janeiro. O chefe de polícia então concedeu aos caravaneiros as passagens de regresso. A princípio, a atitude de alguém que só visava manter a ordem, se tornou um argumento precioso para quem queria atacar a popularidade do governador.

Neste bojo, no final do mês de julho, foi recorrente ler, na *Tribuna Popular*, defesas ao governador. As defesas foram necessárias, pois, no Rio de Janeiro, o senador Leopoldo Tavares de Cunha Mello<sup>330</sup> estava o acusando de “comunista”. Segundo Sá Motta:

A prática de macular a imagem de adversários, atribuindo-lhes o rótulo de comunista, foi uma das manifestações mais comuns da industrialização do anticomunismo. Ocorrências deste tipo foram recorrentes notadamente nos anos de 1930 [...] Inúmeros homens públicos foram acusados de envolvimento com o Partido

---

<sup>329</sup> *Tribuna Popular*, 8 jul. 1935.

<sup>330</sup> Leopoldo Tavares da Cunha Mello é natural de Pernambuco, filho do desembargador José Tavares da Cunha Mello (magistratura do Amazonas) e de Maria da Conceição Gusmão Tavares. Nasceu dia 10 de dezembro e morreu dia 18 de janeiro de 1962. Formou-se em bacharel em Direito, pela Faculdade de Direito de Recife, mudou-se para o Amazonas para seguir a carreira de seu pai. Exerceu as funções de juiz municipal (comarcas de Floriano Peixoto, Coari e Tefé- Amazonas). Foi primeiro-suplente de auditor da Justiça Militar (Pará), promotor público do 1º Distrito de Manaus. Em 1912, abriu um escritório na capital amazonense, onde exerceu a advocacia até 1927. Foi também professor de direito penal militar da Faculdade de Direito de Manaus e diretor do jornal O Dia. Politicamente foi eleito em 1933 para a Constituinte Federal, em 1934 foi eleito deputado federal, sendo em 1935, eleito pela Assembleia Constituinte Estadual para ocupar a Vaga de Senador. Com o Advento do Estado Novo, Cunha Mello foi nomeado procurador-geral junto ao Tribunal de Contas da União. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/melo-leopoldo-tavares-da-cunha>>.

Comunista por desafetos que, numa época de caça às ‘bruxas’, pretendiam jogá-los às ‘feras’.<sup>331</sup>

A citação a seguir foi publicada pelo jornal *A Platéia*, no dia 29 de julho de 1935, e reproduzido pelo jornal *Tribuna Popular*:

Accusado de “extremistas” o governador do Amazonas  
 Segundo o senador Cunha, o governo amazonense protege o movimento nacional-libertador Rio 27, pelo correio (<A Platéia>) [...]  
 Damnado da vida, senador Cunha Mello anda agora diffamando o governo do Amazonas pelos jornaes, e ainda hoje o denunciou á policia como <extremista>, porque o chefe do Estado amazonense não perseguiu a caravana da A.N.L. que esteve em Manáos.  
 De facto, tres deputados amazonenses<sup>332</sup>, sympathicos ao governador, mostraram-se sympaticos ao movimento nacional-libertador, e o chefe de policia do Estado compareceu ao embarque do commandante Sisson para o Rio.  
 Mas, concluir dahi que o governador Alvaro Maia seja <extremista> parece-nos exaggero.<sup>333</sup>

É interessante mencionar que a palavra “extremismo”, neste contexto, tem a mesma conotação da palavra “comunismo”. No *Dicionário de Política*, Silvano Belligni afirma que o “extremismo” se dá na história política moderna e contemporânea e que incentiva a criação de diversos movimentos sociais e políticos, em especial, em momentos de grande mobilização social e transformações na estrutura das sociedades. O autor também afirma que existem duas formas de Extremismo: um extremismo de esquerda e um extremismo de direita. O Extremismo de direita se concretiza historicamente no “surgir de movimentos e partidos portadores de uma práxis eversiva e violenta, que rejeitam os vínculos formais da transformação do conflito em controvérsia, próprios da tradição parlamentar”.<sup>334</sup> Já o Extremismo de esquerda tem origem nas classes sociais que “jamais foram possuidoras”, ou seja, na classe operária. Para o autor, “a síndrome extremista encontra neste caso a sua máxima expressão política nos movimentos e partidos comunistas”.<sup>335</sup>

No mês de julho, quando iniciam as querelas entre Maia e Cunha Mello, o Chefe de Polícia da capital federal, Felinto Muller, concedeu uma entrevista ao *Jornal Correio da Manhã*, entrevista esta reproduzida pelo *Jornal do Commercio*, na qual ele afirmava que:

<sup>331</sup> MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Ibidem. p. 163.

<sup>332</sup> Luiz Tirelli, Antonio Vasconcelos e Felisminio Soares.

<sup>333</sup> *Tribuna Popular*, 12 ago. 1935.

<sup>334</sup> BELLIGNI, Silvano. Extremismo. In: BOBBIO, Norberto (Org.) **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 1986. p. 458.

<sup>335</sup> BELLIGNI, Silvano. Extremismo. In: BOBBIO, Norberto (Org.) **Dicionário de política**. Idem.

O comunismo, dada a situação da Rússia, apertada entre a Alemanha e o Japão, entendeu desdobrar as suas actividades máximas na Europa e desloca-se agora para a América do Sul, visando ao Brasil. A polícia, acompanhando as actividades d'elle, obteve de segura fonte as informações das próprias directivas do comité central do Partido Communistas do Brasil. Numa dessas directivas vem delineado o plano de assalto ao Brasil. Mas não podendo agir livremente, achou prudente, como mascarar para a sua acção, uma doutrina para apparentar. E assim foi organizada a Aliança Libertadora sob a chefia geral do capitão Luiz Carlos Prestes. Nada mais. Com a pelle de cordeiro foi vestido o Partido Communista de modo que pudesse agir livremente. Os fundos são fornecidos do estrangeiro.<sup>336</sup>

Neste sentido, as acções da ANL eram vistas como um extremismo de esquerda, ou seja, como comunismo, porque, para Felinto Muller e para os opositores da ANL, ela não passava de um PCB disfarçado, para que agisse livremente. Assim, é relevante mostrar também que essa associação entre “extremismo” e “comunismo” foi percebida pelos defensores de Álvaro Maia. Numa dessas defesas, veiculadas na *Tribuna Popular*, um político que não teve seu nome mencionado afirmou que:

O governador do Amazonas é caboclo. Age, sem dizer por que. No entanto, é fácil saber o que teria levado á liberalidade do pagamento das passagens. Era preferível ao Estado sofrer esse prejuizo relativamente pequeno, a que os caravaneiros se demorassem em Manaus, propagando suas ideias másãs. Fazendo como fez, o governador glebario evitou que a arvore daminha do comunismo viesse a medrar no ubérrimo solo amazonense.<sup>337</sup>

Em outro texto, veiculado no mesmo jornal, o autor, que mais uma vez não assinou, afirmou que:

O leviano político está querendo fazer acreditar lá fora que todos os habitantes do Amazonas, exceptuando os seus affeiçoados, são communistas. O sr. Cunha Mello está fazendo decidida campanha contra os amazonenses e contra o amazonas, subordinando os interesses da collectividade aos seus condemnados propósitos politicos. Não somos communistas, e no Estado não houve nunca a menor manifestação de idéas extremistas.<sup>338</sup>

Os textos corroboram a ideia defendida aqui que o sentido usado para palavra “extremismo” era sinônimo de “comunismo”, já que a ANL era o “braço legal” do PCB ou mesmo o PCB “mascarado”.

As referidas acusações e defesas ao governador ganharam as páginas do *Tribuna Popular* durante o fim do mês de julho e o início do mês de agosto. Em resposta às

<sup>336</sup> *Jornal do Commercio*, 14 jul. 1935.

<sup>337</sup> *Tribuna Popular*, 12 ago. 1935.

<sup>338</sup> *Tribuna Popular*, 5 ago. 1935.

afirmações do senador, o chefe de polícia escreveu um telegrama ao referido senador e este telegrama foi reproduzido no *Tribuna Popular*. Argumentou o chefe de polícia:

<Manaos, 29 de julho de 1935. – Senador Cunha Mello – Senado – Rio. Caravana A.N.L. dissolveu-se Belem consequência decreto Governo Federal PT Seus membros vieram Manaos por não ter recursos subsistirem Belem vg aproveitando passagens que haviam comprado PT sabedor vinda providencieí prohibidi quaesquer manifestações agrado ou desagrado vg reuniões comícios públicos pt Respeitaram ordens intransigentemente pt Allegaram não ter recursos voltar Campos Salles pt Verdade ou não seria isso pretexto ficarem aqui por tempo indefinido creando situação intranquilidade pt Nestas condições forneci passagens até Belem vg primeiro porto navegação directa vg fazendo-os voltar mesmo vapor vg libertando população suas apprehensões pt Meu acto muito louvado todas pessoas sensatas pt meia dúzia integralistas exaltados e elementos opposição não ficaram satisfeitos vg queriam violências incompatíveis regimem constitucinal pt Decreto Governo integralmente executado conforme communicacao que fiz Felinto Muller certamente por este transmittido Ministro Justiça pt CONHECEDOR COMO EU NOSSA TERRA SABE QUE ATTITUDES EXTREMISTAS AQUI CARECEM IMPORTANCIA pt (ilegível) communicação não para merecer seu favor mas para reclamar devida justiça pt Saudações Ricardo Amorim <Chefe de policia>.<sup>339</sup>

Reforçando suas acusações, o senador Cunha Mello respondeu ao chefe de polícia, por meio de um telegrama publicado no *Jornal do Commercio* e reproduzido pelo *Tribuna Popular*, dizendo que:

<Accuso o seu telegramma sobre a minha entrevista relativa ás actividades ahi, da caravana da Alliança Libertadora. Nesse telegramma frisa não pretender favor meu e apenas reclamar a devida justiça. E ´inutil a advertencia. Bem sei que na sua actual e poderosa posição não precisa de favores meus. Poderia fazer-lhe justiça si fossem verdadeiras suas informações. Não me deixei levar, como pensa, por meia duzia de exaltados integralistas ou elementos da opposição uns e outros por si considera os insensatos. Sua affirmativa de dissolução da caravana em Belem, antes de chegar á Manaós, é infiel, POIS AINDA AGORA DE VOLTA DE MANAÓS, requereu um <habeas corpus> A Côrte de Appelação do Pará a fim de fazer sua propaganda. Informando o <habeas-corporis o seu collega de Belem refere-se á acção da caravana no Amazonas, TENDO AFFIRMADO QUE, NA DESCIDA DO RIO AMAZONAS, PREGOU IDEAS SUBVERSIVAS. Taes informações estão publicadas nos jornaes daqui. É incrível que a caravana estivesse em Manaos sem recursos, siquer para adquirir passagens de volta. A CARAVANA AHI FEZ PROPAGANDA, INSTALLOU SEDE, ELEGEU PRESIDENTE JULIO VIANNA, RECEBEU ADHESÕES. Taes factos são notórios e resistem á sua communicação. Sua communicação a Felinto Muller chegou significamente tarde, isto é, depois de haver pedido a policia do Rio certas informações á directorias do Lloyd sobre passagens dadas á caravana por conta do estado do Amazonas. CONHEÇO REALMENTE O POVO AMAZONENSE, SEI DAS GARANTIAS E DA (ilegível) AHI NA POSSE DO GOVERNO ROGERIO COIMBRA E NA DE NELSON DE MELLO E TAMBEM SEI O QUE HOJE AHI SE PASSA. SEU TELEGRAMMA CRIVEL APENAS POR QUEM IGNORA O QUE O AHI OCCORE, foi em todo o caso uma sahida perante o governo federal, cujas ordens sobre a Alliança libertadora

<sup>339</sup> *Tribuna Popular*, 5 ago. 1935.

foram cumpridas com a intransigência que todos reconhecemos no actual governador do Amazonas. Saudações.<sup>340</sup>

A realidade é que, como já mencionado neste trabalho, a caravana da ANL realizou duas reuniões em Manaus, só não tendo realizado um comício no Largo São Sebastião devido ao policiamento ali montado, mas esta não elegeu o presidente Julio Vianna, este já estava eleito desde o início do mês do julho – e, inclusive, já havia renunciado –, assim como também não instalou sede, pois esta já estava fechada desde o dia 16 de julho.

Esta querela envolvendo dois dos principais representantes políticos do Amazonas, a nosso ver, tem ligação com a ruptura do governador com o PSA, mas também visava não apenas diminuir o prestígio de Álvaro Maia frente ao eleitorado – visto que havia duas eleições marcadas naquele período, a eleição para a Câmara de Vereadores de Manaus (31 de agosto) e para deputado federal (7 de setembro) –, mas, também, minar o prestígio do governador junto a Getúlio Vargas e, conseqüentemente, render dividendos ao senador. O senador tentou se utilizar da rentável indústria do anticomunismo, ou seja, tentou manipular e explorar o “perigo vermelho”, de forma que rendesse vantagem para si. Dessa forma, para Sá Motta,

[...] (o) aproveitamento político da indústria do anticomunismo, uma dimensão importante a analisar é a atuação de lideranças políticas que exploravam o tema em busca de notoriedade, popularidade e votos. Sem nenhuma dúvida, havia anticomunistas convictos, indivíduos que realmente acreditavam na existência do perigo e agiam em consonância com esta crença. Podem até ser chamados de tolos ou fanáticos, mas no seu caso não se aplica o adjetivo “manipuladores”. Seu conservadorismo era sincero. Porém, em se tratando do anticomunismo, o oportunismo político foi uma prática bastante corrente.<sup>341</sup>

Este ataque ao governador do Amazonas rendeu poucos frutos ao senador Cunha Melo, pois não conseguiu diminuir o eleitorado do seu revés, nem a força do seu novo partido. Dessa forma, as eleições que se seguiram deram ampla vitória ao PPA,<sup>342</sup> que elegeu cinco vereadores, em contraposição à Frente Única Parlamentar, que elegeu somente dois.<sup>343</sup> Na eleição para deputados federais, o PPA elegeu dois deputados (Luiz Tirelli e Alexandre Carvalho Leal) e o Frente Única Parlamentar apenas um (Aluysio Araújo). O prestígio de

<sup>340</sup> *Tribuna Popular*, 5 ago. 1935.

<sup>341</sup> MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). 2000. 315 f. Tese (Doutorado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. p. 212.

<sup>342</sup> Lucano Antony, Luiz Almir do Valle Correa, Oscar Costa Rayol, Augusto Cesar Fernandes, Cursino Dias da Gama.

<sup>343</sup> Azemar Damasceno Couto e Sergio Rodrigues Pessoa.



Álvaro Maia junto a Getúlio Vargas também não foi abalado, tendo este permanecido à frente do governo até 1937, quando houve a instalação do Estado Novo, sendo demitido do cargo, mas logo empossado como interventor novamente, ficando à frente do governo até 1945, ou seja, durante toda a vigência do Estado novo.

#### 4.1.2 Tribuna Popular: órgão comunista?

Verificamos, a partir das fontes, outro caso em que agentes se utilizaram da indústria do anticomunismo para colocar em descrédito um grupo político. No caso, o alvo foi o órgão oficial do PTA: *Tribuna Popular*.

O caso se deu no final do ano de 1936, meses depois que o PPA se desintegrou e o PTA foi reorganizado. O acusador foi o órgão oficial do PSA, o jornal *O Socialista*. Este, no decorrer do processo que julgava os participantes da tentativa de levante armado no Amazonas, acusou o jornal *Tribuna Popular* de órgão comunista e essa acusação gerou um processo-criminal movido por Antonio Vasconcelos, deputado estadual e diretor político do *Tribuna Popular*, contra Gercino José Tavares de Mello<sup>344</sup>, diretor e gerente do *O Socialista* – como já mencionado no capítulo anterior.

No dia 10 de dezembro de 1936, *O Socialista* estampou em sua capa a seguinte acusação:

A TRIBUNA POPULAR, orgam comunista, composto e dirigido por communistas, pretende, segundo se affirma, agitar a opinião publica no sentido de alterar a ordem. De uma feita, no forro do edificio desse jornal, a policia apprehendeu bombas que se destinavam á destruição de edificios públicos e residencias particulares. Pobres operarios e homens do povo estão presos, ao passo que seus mentores e conselheiros, os mandantes, fixados na Alliança Libertadora, estão soltos.<sup>345</sup>

Na mesma página, o jornal trouxe a seguinte informação:

Todos os processos dos deliquentes communistas denunciados ao Juizo Federal desta secção foram remettidos para o Rio. Dos mesmos terá de conhecer o Tribunal Especial. Caso o deputado Felismino Soares não passo seguir até á Capital Federal a fim de prosseguir na defesa dos mesmos, sabemos que o deputado Luiz Tirelli tomará providencias para que seus correligionários não fiquem indefesos.<sup>346</sup>

<sup>344</sup> Primo do senador Leopoldo Tavares da Cunha Mello e diretor do *O Socialista* (*O Socialista*, 17 dez. 1936).

<sup>345</sup> *O Socialista*, 10 dez. 1936.

<sup>346</sup> *O Socialista*, 10 dez. 1936.

Esse processo iniciou no final de 1936 se arrastou até os primeiros meses de 1937, quando foi arquivado devido a alguns erros de procedimento<sup>347</sup>. O mais interessante desse processo são os depoimentos de defesa: todos eles remetem aos acontecimentos da chegada da caravana da ANL ao estado, assim como às repercussões acerca da tentativa de levante armado no estado. Os depoimentos versaram também sobre as bombas de dinamite supostamente encontradas nas oficinas da *Tribuna Popular* e o fato do deputado Antonio Vasconcelos (PTA) ter participado de uma das reuniões da ANL, em julho de 1935. No início do processo, Gercino José Tavares de Mello afirmou:

Assumo, sem restrições, a responsabilidade completa e integral do topico publicado pelo nº 85, de 10 do corrente do jornal “O SOCIALISTA”, de minha direcção e responsabilidade [...]

Ratificando-o, vou esclarecel-o:

O senhor Antonio de Vasconcellos, Deputado Estadual, é Director da Tribuna Popular. Faz parte da Alliança Nacional Libertadora, agremiação politica provadamente comunista, como apurou o chefe de Policia do Districto Federal, sendo, por esse facto, dissolvida pelo Presidente da Republica, que teve o seu ato patriótico mantido pelos Poderes Legislativos e Judiciario da Nação. O jornal “A NAÇÃO” chegou a publicar até o discurso proferido pelo sr. Antonio de Vasconcellos, na Alliança Libertadora. As tendências politicas desse cidadão são conhecidas. Pretendeu agitar as massas trabalhistas, que nunca lhe deram ouvidos, com a apresentação de projectos de fim extremistas; os communistas processados e condenados na justiça Federal tiveram como patrono o mesmo advogado que agora assigna, como advogado de Antonio Vasconcellos, o requerimento que me chama é juizo; os communistas presos são correligionários do deputado Luiz Tirelli e dos senhores Vasconcelos e Felismino Soares [...].<sup>348</sup>

A acusação de Gercino Jose de Mello se mostrou infundada durante o processo, tendo,

---

<sup>347</sup> Em 11 de fevereiro de 1937, os advogados de Gercino José Tavares de Mello – Armando Madeira, Leopoldo Péres, Aristides Rocha, João Huascar de Figueiredo e José de Souza Guimarães – impretaram um habeas-corpus preventivo em favor do seu cliente à Corte de Apelação do estado. Alegavam que o processo havia erros, tais quais: 1. Havia erro manifesto na capitulação do delicto cavilosamente atribuído ao querelado; 2. No processo movido ao querelado, dizia respeito à insuficiência dos poderes da procuração passada ao advogado do querelante, dr. Felismino Soares, para ingressar em juízo. Segundo os advogados “o instrumento do mandato está, consoante dos seus proprios termos se vê, redigido na mais incerta linguagem, utilizando-se de expressões vagas, que não determina as razões dos procedimentos criminais a serem intentadas; não lhe definem os motivos concretos; não indicam o facto delituoso em que teria incorrido o querelado, alludindo siquer á natureza generrica desse delicto. Faltam-lhe, pelo menos, segundo ficou evidenciado em nossas allegações de defesa, estes elementos substanciaes: a) a individuação perfeita do querelado; b) a indicação, precisa e exacta, do facto punível, ou do delicto que se lhe attribuia, e pelo qual deveria responder em juízo. Carecendo, assim, de poderes bastantes paa os fins colimados, importava a illegitimidade manifesta do autor-querelante, por deficiência de sua apresentação em juizo, e pois, fulminava de nullidade absoluta todo o processo”. A Corte de Apelação analisando o pedido, no dia 16 de fevereiro, resolveu deferir em favor do querelado. Decidiu unanimemente, tendo em vista a nulidade do processo, porque, entendeu que o promotor não havia reunido o instrumento do mandato as condições legais para a sua validade e entenderam “que o advogado constituído, o procurador, ágio com uma procuração illegitima, sem valor em direito, para representar o querelante, o que affecta o processo de nullidade substancial”. Estado do Amazonas. Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça do Amazonas. Habeas-corpus 590, Manaus: 1936).

<sup>348</sup> Estado do Amazonas. Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça do Amazonas. Processo- crime Nº 281, Manaus: 1936.

tanto as testemunhas de defesa, quanto as de acusação, poucas contribuições que pudessem corroborar com as palavras do diretor d'*O Socialista*. Os depoimentos mais relevantes foram do ex-presidente da ANL, Marciano Armond, de Francisco Lima e Julio Barbosa Vianna, ambos testemunhas de defesa de Gercino Jose Tavares de Mello.

Em suas falas, os dois corroboraram mais com as assertivas de Antonio de Vasconcellos, do que com as palavras de Gercino Tavares, apesar de serem testemunhas de defesa deste. A primeira acusação, neste bojo, foi rebatida pela polícia, que, em um documento enviado ao tribunal, afirmou:

Delegacia de Segurança Política e Social. Em 15.12.36  
 PERICLES DE TOLEDO, escrivão da Delegacia de Segurança Policia e Social do Estado do Amazonas, por nomeação lega, etc.  
 CERTIFICO, em cumprimento ao despacho supra, que do archivo desta Delegacia consta a existência de um relatório datado de 20 de Fevereiro deste anno, apresentado ao então Chefe de Policia Doutor M. Xavier Sobrinho, pelo escrivão Xenofonte Antony, naquella época Director Interino dos Serviços de Segurança Política e Social, do qual se verifica que, na madrugada do dia doze de novembro do anno passado, a policia, em feliz diligencia no bairro da Cachoeirinha, conseguiu apprehender no parque do onze brilhante, quatro petardos. – CERTIFICO MAIS, que nesta Delegacia não existe documento que positive terem estado aquellas bombas no forro do prédio da Tribuna Popular [...].<sup>349</sup>

A Polícia Política e Social, entretanto, afirmou que era de conhecimento de Francisco Lima, trabalhador das oficinas da *Tribuna Popular*, a existência das referidas bombas, tentando assim não tirar a culpa deste, ao mesmo tempo, negava ou ignorava que essas bombas tivessem sido armazenadas no forro do jornal antes de serem transferidas ao clube Onze Brilhante.

A outra acusação feita contra Antônio Vasconcelos, acerca de sua suposta filiação à ANL, era de difícil comprovação sendo que as atividades da entidade no Amazonas foram tão efêmeras que não deu tempo de o presidente Marciano Armond organizar os documentos para registrá-la em cartório, não podendo, de fato, saber se o deputado havia aderido ou não à ANL, porque não tinha as fichas de adesão em mãos. A acusação de Gercino Jose girou em torno da presença do deputado em uma das reuniões da ANL e, na lógica dele, se o motivo de estar na reunião seria por ser membro da entidade. No entanto, todos os depoimentos, com exceção de um,<sup>350</sup> inocentavam o deputado. Em suas declarações, Marciano Armond afirmou que:

<sup>349</sup> Estado do Amazonas. Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça do Amazonas. Processo- crime Nº 281, Manaus: 1936.

<sup>350</sup> Elisário Uchôa era comissário de polícia e foi testemunha de defesa de Gercino Tavares de Mello. Seu depoimento foi registrado entre as folhas 93 a 95.

Que não pode dizer se o querelante recebeu esses emissários aqui e os acolheu, sabe porém que elle assistiu a uma dessas reuniões a que foi presidida por elle depoente em que o senhor Antonio de Vasconcellos, de quem aliás, não é amigo nem inimigo, fez um discurso doutrinário intercalado de conselhos aos operários, discursos de caracter pacífico, visto que o querelante cuida muito de sua pessoa ou de seus interesses particulares embora dosado de um certo idealismo; que não o considera revolucionário nem com organização de revolucionário, visto que o tem como homem prático.<sup>351</sup>

Já Francisco Lima, a segunda testemunha de defesa, afirmou que:

Que enquanto trabalhou no jornal Tribuna Popular como encarregado da officina nunca leu artigo tendencioso a agitar a opinião publica nem que tivesse idéas communistas; que não pode afirmar se o querelante é partidário do communismo, afeiçoado a essa doutrina ou sympathisante, visto que elle nunca lhe tratou do assumpto, no contrario o tem como um elemento anti communista.<sup>352</sup>

Como já dito, as acusações do diretor d'*O Socialista* eram de difícil comprovação, visto que, de fato, Antonio de Vasconcellos, apesar de nutrir alguma simpatia pela ANL, em sua vida política se preocupou mais em arregimentar os trabalhadores para as hostes trabalhistas e, segundo os depoimentos, por vezes, opôs-se ao comunismo.

Vemos que tais acusações contra o deputado estão dentro do bojo das disputas facciosas no Amazonas. É de se chamar a atenção que o órgão oficial de um partido político como o PSA acuse, mesmo sem fundamentos, o diretor do órgão oficial do PTA e, ainda mais, acuse o jornal de órgão comunista. Evidentemente, o ataque tinha como objetivo destruir ou abalar as estruturas da ferramenta que informava o eleitorado amazonense sobre as atividades trabalhistas, diminuindo assim sua popularidade e influência. No mesmo sentido, atingiria três das principais lideranças trabalhistas no Amazonas: o próprio deputado estadual Antonio Vasconcellos, o deputado estadual Felisminio Soares e o deputado federal Luiz Tirrelli.

É perceptível que, ao fazer essas acusações, Gercino Jose desejava associar membros importantes do PTA aos acontecimentos de novembro de 1935. Nesse sentido, suas suposições embasavam-se no fato de que Julio Vianna Barbosa, Lycurgo Cavalcante e Francisco Lima tinham filiações no PTA. Mas, acreditamos que essas acusações são fracas e têm claras intenções políticas, pois, como já mencionamos, os rebeldes de novembro de 1935 possuíam filiações no PTA, mas, quando este se uniu com a ala dissidente do PSA, eles se

<sup>351</sup> Estado do Amazonas. Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça do Amazonas. *Processo- crime Nº 281*, Manaus: 1936.

<sup>352</sup> Estado do Amazonas. Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça do Amazonas. *Processo- crime Nº 281*, Manaus: 1936.

retiraram, dando início aos trabalhos da ANL, apesar de alguns permaneceram no CPA, no caso, Lycurgo Cavalcante. Ou seja, mantinham relações próximas, mas tinham opiniões diferentes no que tange aos caminhos políticos do Amazonas. Outro detalhe importante de mencionar é que, ao atacar o deputado Luiz Tirelli, o jornal demonstra sua tendenciosidade, visto que, neste momento, o senador Cunha Mello estava em uma ofensiva contra o deputado (e também contra Ribeiro Junior), acusando-os inclusive de corrupção.<sup>353</sup> Por último, é importante dizer que o deputado Felisminio Soares<sup>354</sup> não advogou pelos rebeldes em 1935 – como mostrado no segundo capítulo.

Devemos lembrar, neste bojo, que, em dezembro de 1936, o PTA já havia se reorganizado e pelos ataques realizados pelo membro do PSA pode demonstrar que a oposição trabalhista na Assembleia Legislativa poderia estar incomodando os socialistas; por isso, os ataques as suas principais lideranças e ao seu órgão oficial.

Percebamos também que os dois casos de utilização da indústria do anticomunismo abordadas neste tópico envolvem as duas maiores forças políticas do Amazonas naquela época – PSA e PTA. O PSA, em especial, como demonstrado, utilizava esta arma quando precisava atacar seu adversário e, lógico, quando queria ver seus anseios alcançados. Por isso, tentava manipular a opinião pública para transformar o outro em “comunista”, ou melhor, “inimigo”, objetivando que este se enfraquecesse eleitoralmente e desaparecesse.

### 3.2 Ações dos governos federal e estadual contra o comunismo

A luta contra o “perigo vermelho”, como já dissemos, iniciou antes do período estudado, a historiografia nos mostra que, desde o Império o nome “comunismo”, gera medo na sociedade brasileira. Esse medo vem acompanhado de representações sobre o comunismo e essas representações são acompanhadas de práticas – e práticas acompanhadas de representações. Neste sentido, o historiador Roger Chartier afirma, em *A História Cultural: entre prática e representações*, que:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma

<sup>353</sup> *O Socialista*, 10 dez. 1936.

<sup>354</sup> Deputado Estadual, eleito pelo PTA, e advogado.

autoridade a custas de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificativa, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.<sup>355</sup>

É nesse sentido que analisamos as representações anticomunistas propagadas no estado do Amazonas, percebendo-as não apenas representações isoladas, que nada de concreto produzem, mas, ao contrário, como atividades mentais que geram práticas tanto dos governos, como mobilizações sociais realizadas por grupos de diferentes camadas sociais. Neste tópico, apresentaremos as ações realizadas pelos governos Álvaro Maia e Getúlio Vargas contra o “bolchevismo”.

Em novembro de 1935, em resposta aos levantes, o governo federal decretou, em todo território nacional, o Estado de Sítio<sup>356</sup>. Esta foi apenas a primeira medida do governo federal visando à interrupção das atividades subversivas. O Estado de Sítio foi posto em vigor pelo decreto n. 657 de 26 de novembro de 1935. Dessa forma, autorizado pelo decreto legislativo nº 5, do mesmo dia, Getúlio Vargas resolveu:

Art. 1º - E' decretação em estado de sitio todo o território brasileiro por trinta dias.

Art. 2º - Durante o estado de sitio, as medidas de excepção, constantes dos artigos 175 n. 2 da Constituição, serão praticadas: nos Estados pelos respectivos governadores, e no território do Acre pelo seu Interventor e no Districto Federal pelo Chefe de Policia.

Os mesmo actos serão praticados pelas autoridades militares, onde quer que se encontrem na repressão do movimento extremista, que irrompeu nos Estados de Pernambuco e do Rio Grande do Norte.

Parapho Único – O Ministro de Estado da Justiça Negocios Interiores superintenderá a pratica das medidas de excepção acima referidos, expedindo, para este fim, as instrucções que se fizerem necessárias.

Art. 3º Poderão ser detidas ou conservadas em custodia todas as pessoas que hajam coparticipado na insurreição extremista ou a respeito das quaes tenham as autoridades fundados motivos para crer que venham a participar nella, em qualquer ponto do Territorio Nacional.

Art. 4º - O presente decreto entrará em vigor immediatamente em vigor immediatamente e seu texto será communicado por via telegraphica aos Governadores dos Estados e Interventos federal no território do Acre.

<sup>355</sup> CHARTIER, Roger Chartier. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1988. p. 17.

<sup>356</sup> “Com a expressão “Estado de sítio” se quer geralmente indicar um regime jurídico excepcional a que uma comunidade territorial é temporariamente sujeita, em razão de uma situação de perigo para a ordem pública, criado por determinação da autoridade estatal ao atribuir poderes extraordinários às autoridades públicas e ao estabelecer as adequadas restrições à liberdade dos cidadãos. As circunstâncias perturbadoras que costumam dar lugar a tal situação são, em geral, de ordem política, mas podem também ser acontecimentos naturais como terremotos, epidemias, etc. Neste caso, o perigo para a ordem pública não está nas circunstâncias perturbadoras que ocasionaram o Estado de sítio, mas em seus efeitos [...] De acordo com a época e as exigências às vezes presumidas do caso concreto, o Estado de sítio apresenta formas mais ou menos amplas, podendo ir de simples medidas de polícia (proibição de reuniões, conquanto normalmente lícitas) à total suspensão das garantias constitucionais”. BALDI, Carlo. Estado de Sítio. In: BOBBIO, Norberto (Org.) **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 1986. p. 413.

Rio de Janeiro, 26 de Novembro de 1935. – 114º da Independencia e 47º da Republica. GETULIO VARGAS/ Vicente Rao.<sup>357</sup>

O Estado de Sítio tinha prazo de 30 dias, ou seja, duraria até 26 de dezembro de 1935. No entanto, este prazo foi prorrogado por mais 90 dias, através do decreto nº 532, de 24 de dezembro, que, somado à emenda nº 1 à Constituição, possibilitava ao Presidente da República declarar o Estado de Guerra. Assim, acabando o prazo do Estado de Sítio, no dia 21 de março de 1936, por meio do Decreto nº 702, Getúlio Vargas decreta o Estado de Guerra. Este se arrastou até o dia 18 de julho de 1937.

Segundo o brasilianista John W. F. Dulles, “o novo decreto [...] suspendia diversas garantias individuais que o estado havia respeitado, tais como as imunidades parlamentares”.<sup>358</sup> Neste sentido, políticos simpatizantes e membros da ANL que tinham mandato político foram presos. Entre esses, podemos citar Pedro Ernesto, prefeito do distrito federal, Abel Chermont, senador da República, Abguar Bastos, Otávio da Silveira, João Mangabeira e Domingos Velasco, deputados federais.<sup>359</sup> Observa-se, nesse bojo, que o Estado de Sítio e, posteriormente, o Estado de Guerra serviram para que Vargas enfraquecesse a oposição na Câmara Federal e no Senado.

Também no início de 1936 – em 24 de janeiro de 1936 –, o ministro Vicente Rao comunicou a criação da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo. Essa comissão tinha por objetivo a coordenação do movimento anticomunista e era presidida pelo deputado gaúcho Adalberto Correia que, segundo Robert M. Levine, era conhecido como “pseudo-inimigo nº 1 do comunismo de voz de trombone” e “Robespierre burlesco”.<sup>360</sup> A CNRC também tinha como função investigar os envolvidos no movimento de subversão e, auxiliada pelas emendas à constituição nº 2 e 3, que foram aprovadas em dezembro de 1935, permitiam a exoneração de militares, tidos como comunistas, das Forças Armadas e a exoneração de funcionários públicos civis.<sup>361</sup>

Após os levantes e a decretação do Estado de Sítio, a primeira medida para combater o comunismo foi aprovada no Amazonas. Aproveitando-se da Constituição Federal de 1934, a

<sup>357</sup> *Tribuna Popular*, 2 dez. 1935.

<sup>358</sup> DULLES, John W. Foster. **O Comunismo no Brasil (1935-1945)**: repressão em meio ao cataclismo mundial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 42.

<sup>359</sup> DULLES, John W. Foster. **O Comunismo no Brasil (1935-1945)**: repressão em meio ao cataclismo mundial. Idem.

<sup>360</sup> LEVINE, Robert M. **O regime de Vargas 1934-1938**: os anos críticos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 196.

<sup>361</sup> MOTTA, Rodrigo Patto. Em guarda contra o perigo vermelho: O Anticomunismo no Brasil (1917-1964). p. 203-204.

deputada católica Maria Miranda Leão<sup>362</sup> propôs à Assembleia Legislativa do Amazonas a implementação da disciplina Ensino Religioso, em caráter facultativo, nas escolas do estado. Argumentando para a aprovação de sua proposta, a deputada afirmou que apenas o Ensino Religioso poderia fazer frente ao avanço do comunismo no Estado, como também protegeria a juventude da infecção comunista.

O ensino de religião é a muralha fortificada, a única força verdadeiramente poderosa e capaz de enfrentar a dissolução dos costumes. So a religião estudada, esclarecida, poderá oppor barreira a essa hydra infernal, essa onda avassaladora de doutrinas deleterias e subversivas, que tenta invadir a nossa Patria. Só a Fé, a verdadeira Fé, póde formar o verdadeiro patriotismo, o caracter, a consciência cívica de nosso povo. O ensino da verdadeira e sã moral saberá formar um povo capaz de vencer todas as ambições subalternas, todos os cálculos inconfessáveis e cheios do verdadeiro amor pela Patria.<sup>363</sup>

Carla Luciana Silva nos lembra que “a Igreja conseguiu inserir-se na Assembleia Nacional Constituinte, especialmente pela defesa do ensino religioso como forma de manter a ordem social”.<sup>364</sup> Dessa forma, percebemos a importância que os católicos davam à questão da educação, que, para eles, era sinônimo de manutenção da ordem. Neste sentido, no dia 31 de dezembro de 1935, o periódico *O Jornal* noticiou em sua coluna *Actos do Governo* que o governador autorizou a isenção de todas as taxas escolares aos pais reconhecidamente pobres que tenham mais de seis filhos, além de regulamentar o Ensino Religioso nas escolas públicas do Estado.<sup>365</sup>

A segunda medida para combater o “credo vermelho” no Amazonas foi fortalecer o policiamento, equipando-o ainda mais contra a criminalidade, em geral, como também contra o comunismo. Além disso, observamos, por meio das fontes, a criação de um órgão especializado na garantia a ordem social. Segundo Pedro Ernesto Fagundes,

A segurança da ordem social e o receio em relação ao perigo representado pelos considerados “subversivos” foram fundamentais para a estruturação e burocratização da polícia política brasileira. A necessidade de construir um discurso unificado e articulado em variados locais do país foi um dos motivos que impulsionou a criação de órgãos de repressão em todas as regiões. Essa expansão de órgãos encarregados

<sup>362</sup> Era uma importante liderança política católica. Na eleição para deputados estaduais de 1934, foi a única mulher eleita.

<sup>363</sup> *Annaes da Assembléa Legislativa do Amazonas*, 9 dez. 1935.

<sup>364</sup> SILVA, Carla Luciana. **Onda Vermelha**: imaginários anticomunistas brasileiros (1931- 1934). Op. Cit. p. 103.

<sup>365</sup> *O Jornal*, 31 dez. 1935.



de investigar crimes contra o Estado motivou a criação ou reorganização de departamentos estaduais de polícia política em inúmeros Estados.<sup>366</sup>

Neste bojo, foi criado no Amazonas a Delegacia de Segurança Política e Social:

Delegacia de Segurança Política e Social. – A questão social é um dos mais importantes problemas contemporâneos a resolver, dada a anarquia porque passa o mundo. [...] Após a deflagração na capital da República e nos Estados de Pernambuco e do Rio Grande do Norte do movimento comunista de Novembro de 1935 que, desgraçadamente, abalou o Paiz de pavores e receios, houve, para defesa da Nação Brasileira, uma atitude geral e uniforme dos governos e autoridades constituídas.

Crearam-se, onde não existiam, serviços especializados, prevenção e repressão aos ideólogos extremistas.

Aqui, no Amazonas, funcionava até bem pouco tempo uma simples secção organizada pelo meu antecessor que, para esse fim, designou alguns funcionarios do quadro geral, os quaes se limitavam a observar individuos, classes e associações suspeitas.

Nada mais do que isso havia para repressão ás idéas extremistas. Essa falha, forçou-me a que sugerisse junto ao Governo e criação da Delegacia de Segurança Política e Social, o que foi feito pela lei n. 82, de 20 julho de 1936.

Esse trabalho especial foi e está entregue ao Dr. Antonio Greco Galloti, Promotor Publico da Capital, que inteligentemente, se tem esforçado no cumprimento do seu dever, correspondendo assim á espectativa do Governo.<sup>367</sup>

Observamos que, em meados de 1936, um pouco antes da instalação da Delegacia de Segurança Política e Social, a polícia do estado tomou sua primeira providência no combate ao comunismo. O chefe de polícia Manuel Xavier Sobrinho criou um departamento para investigar pessoas, grupos, sindicatos e associações suspeitas de adesão ao “credo vermelho”. No entanto, a passagem de Manuel Xavier Sobrinho pela chefatura de polícia foi breve.

Dessa forma, ainda em 1936, Manuel Xavier Sobrinho foi substituído por Ruy Araújo, que, ocupando o cargo, solicitou a criação da Delegacia de Segurança Política e Social, a qual já vinha sendo instalada em outras cidades brasileiras, com a finalidade de reprimir e combater o comunismo.

Em fevereiro de 1937, observamos que uma das preocupações do chefe de polícia, Ruy Araújo, era justamente a infiltração comunista na sociedade amazonense.

A administração Ruy Araujo na Policia Civil  
[...]  
HYGIENE SOCIAL

<sup>366</sup> FAGUNDES, Pedro Ernesto. A estrutura organizacional da Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo. *Diálogos*, v. 15, n. 2, p. 293-309, maio-ago. 2011. p. 296.

<sup>367</sup> *Mensagem de Governo à Assembleia Legislativa do Amazonas*, 3 maio 1937, p. 178-179.

A policia moderna não pode fugir ao papel de higienizadora dos núcleos sociaes onde exista. Prevenir, pela prophylaxia e pela desinfecção moral, tal é, sobretudo, o principal objetivo do organismo de repressão.

Dentro desse prisma criou o actual titular da policia um novo Departamento, a Delegacia de Segurança política e Social. Tal departamento, cuja actuação já se faz sentida entre nós, visa, sobre a preservação colectiva contra os movimentos subversivos, as infiltrações communistas, as convulsões políticas, na incansável vigilância em torno dos menores delinquentes (ilegível) menores abandonados e vadios, a carga de uma secção privativa de menores, agregada ao organismo policial, sob directo controle de S. Sa. [...].<sup>368</sup>

O comunismo, uma das principais preocupações da polícia, era relacionado à turba política, à delinquência e ao vício nos jogos de azar; destarte, fazia-se necessária a ação ativa da repressão nas ruas de Manaus e, para que a atividade fosse exitosa, necessitava-se que esta estivesse bem equipada. Por isso, ainda no ano de 1936, o chefe de polícia equipou seu policiamento.

#### Segurança Publica

O dr. Ruy Araujo está exercendo, no Amazonas, pela segunda vez, o cargo de Chefe de Policia. A escolha do governo, recahindo na pessoa de sua senioria, demonstra que a primeira experiência com esse titular deu resultados favoráveis ao aparelhamento policial. [...]

Modesto, mas enérgico, preocupa-se continuamente em adaptar ao meio as boas organizações de policia, as iniciativas efficaces para a tranquillidade colectiva.

Nesse propósito, instituiu a Guarda Nocturna nesta capital, dando-lhe organismo, idêntica forma de mantel-a, processos affins de agir, vindo preencher uma necessidade que se impunha para um repouso sem intercalações do sobresalto e de incerteza. A população, que esperava por medida dessa natureza, está prestigiando o commettimento com entusiasmo. Ao serviço de assistência publica deu um carro para socorros urgentes, de cujo interior asseiado, como o requer a sciencia, estampamos um clichê; fundou e regulamentou a Inspectoria do Trafego, de innegavel actuação no movimento da cidade; adquiriu um carro-cellular de grande velocidade para serviços correcionaes e diligentes moto-cycletas para rápidas acções; reformou as lanchas “Jarina” e “Veloz” da Policia do Porto; reorganizou a Guarda-Civil. Atravez dessas obras de character material e administrativo, fez passar, dando-lhes unidade, o fio severo da disciplina, que se manifesta, não só no sector militarizado de seus subordinados de farda, como no trabalho de seus auxiliares internos.<sup>369</sup>

A Revista Cabocla destacou que esta não teria sido a primeira experiência de Ruy Araujo à frente da chefatura de polícia e ainda o apresentou como modesto e enérgico, além de uma pessoa competente no que tange à função ocupada. Assim, a revista dá ênfase à modernização dos equipamentos policiais, louvando a criação de uma Guarda Noturna e uma Inspetoria do Tráfego, um carro de socorros urgentes (ambulância), carro-celular (viatura), motocicletas (com *side-car*), a reforma das lanchas, além de reorganizar a Guarda-Civil.

<sup>368</sup> *A Tarde*, 19 fev. 1937.

<sup>369</sup> *Cabocla*, 1937.

Assim, a polícia estaria preparada para qualquer diligência, sendo crimes tidos como corriqueiros ou mesmo crimes políticos, que perturbassem de qualquer forma a ordem.

A primeira notícia referente a esta polícia em sua ação contra o comunismo foi informada pelo *Jornal do Commercio*, no dia 17 de outubro de 1937.

Informaram-nos com segurança que, nesta ultimas quarenta e oito horas, a policia civil do estado vem andando numa actividade invulgar. Inumeras buscas foram dadas, varias detenções têm sido feitas, muitas diligencias têm sahido da repartição da rua Marechal Deodoro para logares diversos. O nosso informante adeantou-nos que alguns documentos compromettedores foram apprehendidos e até mesmo livros de leitura e canções exóticas estão retidos no gabinete da chefia de policia, onde tem permanecido o delegado de ordem política e social, e varios agentes de sua repartição. Consta-nos a prisão de alguns membros de classe e mais pessoas suspeitas.<sup>370</sup>

Essa notícia estava no contexto da aprovação do Estado de Guerra, em 1937, em um momento que se iniciou uma nova campanha anticomunista. Segundo Motta, “a nova ofensiva repressiva redundou, como não poderia deixar de ser, numa intensificação do trabalho policial. Os agentes da ordem aumentaram a vigilância sobre os subversivos e incrementaram a estatística das detenções”.<sup>371</sup>

A omissão dos nomes dos detidos e os materiais apreendidos podem ser explicados pela implementação da censura que possivelmente já estivesse funcionando. No Amazonas, a comissão de censura, designada por Álvaro Maia – executor do estado de guerra –, foi composta por:

Capitão de mar e guerra, Alexandre Paranhos da Silva Velloso, Capitão dos portos do Amazonas, major Raymundo Vilaronga Fontenele, commandante dos vinte sete batalhões de caçadores, major Gonzaga Tavares Pinheiro, sub-commandante da força policial e Americo Nogueira Ruivo, chefe do gabinete do palácio Rio Negro e secretário da Associação Amazonense de Imprensa, podendo a referida comissão ser auxiliada, quando julgar conveniente, pela policia civil.<sup>372</sup>

Nesse período, “em fins de setembro (de 1937), alguns altos oficiais do Exército ‘descobriram’ muito convenientemente uma ‘trama do Comintern’, o chamado ‘Plano Cohen’ para o ‘assassinato de membros do governo’, ‘incêndio de edifícios’ e captura de reféns”.<sup>373</sup> Na verdade, era um plano fajuto para justificar a decretação de um novo Estado de Guerra e,

<sup>370</sup> *Jornal do Commercio*, 17 out. 1937.

<sup>371</sup> MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Op. Cit. p. 223.

<sup>372</sup> *Jornal do Commercio*, 19 out. 1937.

<sup>373</sup> DULLES, John W. Foster. **Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979. p. 134.

posteriormente, a implantação de um novo golpe dado por Getúlio Vargas para impedir a realização da eleição para presidente, marcada para janeiro de 1938, e, assim, permanecer no poder. Com isso, o sentimento que o país voltava a se pacificar, voltava a sua “democracia”, foi breve.

Antes disso, mais especificamente no dia 18 de julho de 1937, após longo período de Estado de Guerra, o país voltava à “normalidade” democrática. Em 3 de junho de 1937, José Carlos de Macedo Soares assumiu o posto de Ministro da Justiça. Este, preocupado com o decorrer da disputa eleitoral, adotou medidas que acreditava que pacificaria o ambiente político e ajudaria no clima harmônico da campanha. Por isso, passou a visitar os prisioneiros, presos devido aos levantes de novembro de 1935, e, logo após, ordenou a soltura de 308 presos políticos sem culpa formada, que estavam detidos na Capital Federal, assim como transmitiu a mesma ordem aos estados.<sup>374</sup> Esta medida ficou conhecida como “macedada”.

Nesse mesmo período, começou-se a noticiar, em especial, por meios integralistas, que a Terceira Internacional voltava a articular um golpe contra o governo brasileiro. Foi noticiado na íntegra, inclusive, no jornal *A Tarde*, na Coluna Verde,<sup>375</sup> que a Terceira Internacional enviou um telegrama com orientações aos comunistas brasileiros, entre essas orientações havia uma curiosa: infiltrar-se nas campanhas dos dois candidatos favoritos ao pleito (Armando de Salles<sup>376</sup> e José Américo<sup>377</sup>). Daí em diante, tornaram-se comuns as notícias que afirmavam uma nova incursão do comunismo soviético em terras brasileiras. Entre essas notícias, fazia-se uma leitura da própria implantação do comunismo na Rússia,

<sup>374</sup> DULLES, John W. Foster. **Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)**. Ibidem. p. 110.

<sup>375</sup> *A Tarde*, 17 ago. 1937; *A Tarde*, 18 ago. 1937.

<sup>376</sup> Armando de Sales Oliveira nasceu em São Paulo, em 1887, formou-se em engenharia civil pela Escola Politécnica, iniciou bem-sucedida carreira como engenheiro e empresário. Casou-se então com Raquel de Mesquita, filha de Júlio de Mesquita, dono do jornal *O Estado de São Paulo*. No final de 1936, comunicou a Getúlio Vargas sua intenção de candidatar-se às eleições presidenciais previstas para janeiro de 1938. Lançou sua candidatura em fevereiro de 1937, recebendo o apoio do governador gaúcho Flores da Cunha, então em aberto confronto com Vargas, e também de grupos oposicionistas de outros estados. Para dar sustentação à sua candidatura foi formada a União Democrática Brasileira (UDB), cuja presidência lhe coube. Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/armando\\_sales](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/armando_sales)> Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>377</sup> José Américo de Almeida nasceu em Areia (PB), em 1887, pertencente a uma família com influência na política da região. Advogado, bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Recife em 1908. Em 1930, apoiou a candidatura oposicionista de Getúlio Vargas. Participou ativamente da formação do Clube 3 de Outubro, organização que buscava dar coesão aos revolucionários que defendiam o ideário tenentista. Após combater a proposta de constitucionalização do país nos primeiros anos do novo regime, foi designado por Vargas para compor a comissão encarregada de elaborar o anteprojeto da futura Constituição. Como ministro de Estado participou, na condição de membro nato, dos trabalhos constituintes entre 1933 e 1934, articulando a permanência de Vargas no poder. Em julho de 1934, exonerou-se do ministério e elegeu-se senador pela Paraíba. Já no ano seguinte, porém, renunciaria ao seu mandato para ocupar, por indicação de Vargas, o posto de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). Durante o ano de 1937, teve o seu nome lançado para concorrer à sucessão de Vargas nas eleições previstas para janeiro do ano seguinte. Recebeu, então, o apoio de quase todos os governadores e de membros do governo federal, procurando apresentar-se como o candidato situacionista. Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/jose\\_americo\\_almeida](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/jose_americo_almeida)>.

além de outras imagens anticomunistas que trataremos mais adiante.

A polícia se preparou para o momento que parecia ser de enfrentamento direto contra os comunistas. A sociedade encontrava-se receosa e a sensação era que, de fato, a qualquer momento uma nova “intentona comunista” poderia acontecer. O *Jornal do Commercio* noticiou, neste sentido, uma portaria que demonstra essa convicção:

#### ESTADO DE GUERRA

O dr. Ruy Araujo, chefe de policia, em portaria de hontem á situacão decorrente do estado de guerra, resolveu chamar a atencão dos conductores de vehiculos, profissioaes ou amadores, para a velocidade dos seus carros, que deverá ser reduzida nos trechos, onde houver quartéis, estabelecimentos públicos guardados por força armada, postos policiaes, ou de policiamento, etc. ficando notificados, tambem, de que devem attender promptamente aos signaes das autoridades policiaes ou militares, tranqueando o vehiculo a qualquer busca determinada pelas mesmas.<sup>378</sup>

A portaria leva a crer que a polícia estava tensionada e qualquer movimento mais brusco, como a de um veículo em alta velocidade, poderia levar esta a efetuar disparos e/ou entrar em confronto com possíveis suspeitos que se negassem a revista no veículo.

O combate ao comunismo se deu por meio também dos meios educacionais. Segundo Sá Motta, a atuação das autoridades educacionais se concentrou em duas linhas básicas: por um lado, procederam à revisão dos livros didáticos do curso primário e secundário e, por outro, realização de palestras anticomunismo nas escolas.<sup>379</sup>

Observamos, por meio das fontes, que o governo Álvaro Maia – presidente da Junta Executiva do Estado de Guerra – orientou a criação de uma comissão de censura aos livros didáticos, jornais e revistas de publicidade que circulassem no Amazonas entre outros materiais. Os designados para esta função foram: Themistocles Pinheiro Gadelha, Moacyr Dantas de Gouvêa Cavalcanti, Antovilla Mourão Vieira, Leopoldo Carpinteiro Peres, Arthur Cezar Ferreira Reis, Clovis Barbosa, Eunice Serrano Telles de Souza e Alcina Limaverde de Barros.<sup>380</sup>

Essa comissão reunida decidiu dividir a censura em subcomissões, que assim ficaram definidas: (a) livros didáticos: Themistocles Gadelha, Eunice Serrano Telles de Souza e Alcina Limaverde Barros; (b) sociologia, economia e história: Arthur Cezar Ferreira Reis e Leopoldo Peres; (c) literatura (teatro, romance, contos, critica etc.): Clovis Barbosa e Moacyr Dantas; (d) ciências e revistas: Antovilla Vieira e Themistocles Gadelha. Além disso,

<sup>378</sup> *Jornal do Commercio*, 11 nov. 1937.

<sup>379</sup> MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Op. Cit. p. 225.

<sup>380</sup> *Jornal do Commercio*, 7 nov. 1937.

Themistocles Gadelha foi aclamado presidente da comissão.<sup>381</sup>

Em algumas escolas, o combate ao comunismo se deu em forma de preleções e palestras ministradas por professores e alunos membros dos centros acadêmicos. Na Escola Agronômica de Manaus, por exemplo:

O dr. Lucano Antony, director da Escola Agronomica de Manaós, baixou hontem a seguinte portaria:

“A directoria da Escola Agronomica de Manáos, considerando que é dever precípua do educador preparar a mentalidade da mocidade, fazendo despertar os sentimentos de patriotismo, especialmente nesta hora em que, sob o céu da pátria, paira a ameaça terrível dos inimigos da civilização e em que a consciência dos emprevidentes se deixa arrastar pelas ideologias vermelhas, resolve que todos os professores da Escola, ao iniciar as suas aulas, façam preleções curtas e incisivas de combate ao communismo, assim como determina ao presidente do Centro Academico que faça convocar, pelo menos quinzenalmente, o referido Centro, para palestras sobre o mesmo assumpto”.<sup>382</sup>

O objetivo do diretor da escola era aflorar nos estudantes o sentimento de nacionalismo e patriotismo, pois, no momento, segundo ele, a juventude estava precisando desses sentimentos para não ser influenciada pelo comunismo. Dessa forma, as palestras e os alertas incisivos dos professores poderiam ser essa barreira contra a contaminação dos acadêmicos pelo “credo vermelho”.

Vemos, por meio do *Jornal do Commercio*, que o centro acadêmico da Escola Agronômica seguiu a orientação do diretor, realizando, dia 7 de novembro, uma assembleia geral, em sua sede, contra o que chamaram de “ideologismo vermelho”. O evento contou com vários oradores e, entre eles, estava Oseas Martins, membro da organização.

Podemos observar, por meio desse episódio, que a sociedade amazonense estava inquieta em relação ao momento em que viviam, atitudes como a de Lucano Antony demonstram que o comunismo, para ele e para a sociedade amazonense, era um inimigo iminente e que precisava ser combatido em todas as frentes.

Neste bojo, a luta contra o comunismo não deveria prescindir dos meios jornalísticos. No entanto, segundo Sá Motta “no que se refere ao comportamento da imprensa, é interessante observar, não houve a mesma unanimidade observada após o levante comunista. Alguns órgãos importantes demonstraram ceticismo e mesmo desconfianças [...]”.<sup>383</sup>

No Amazonas, a decretação de um novo Estado de Guerra foi vista com receio,

<sup>381</sup> *Jornal do Commercio*, 11 nov. 1937.

<sup>382</sup> *Jornal do Commercio*, 30 out. 1937.

<sup>383</sup> MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Ibidem. p. 219.

inclusive, por um dos mais ardorosos anticomunistas do estado: Aristophano Antony.

Estamos em pleno estado de guerra. Ingressamos, por isso, no regime da censura jornalística, não nos sendo dado externar, livremente, certas opiniões, como o fazemos quando o paiz está no seu rythmo legal. Cessaram as garantias constitucionaes, prevalecendo o direito da força sobre a do Direito. Para os homens de imprensa, que são os orientadores da opinião publica, o facto constitue o arrolhamento da liberdade pensamental. Já não se pode dizer o que se pensa nem o que se deseja dizer. Temos que ficar no meio termo, obrigados a tergiversações que não se coadunam com o nosso temperamento e que não condizem com as nossas energias. Nas horas mais perigosas e difficeis, temos que ficar surdos e mudos á evidencias dos factos quotidianos. [...]

Foi chegado o momento. A grita da imprensa bem intencionada, da imprensa honesta, encontrou echo na consciencia dos homens a quem cabe assegurar a tranquilidade do pensamento e a segurança da nação, esta deve estar em plano superior. Embora constangidos e sem garantias, saibamos, entretanto, collaborar com as autoridades, para manter inquebrantaveis os principios da ordem. Este é o dever que todos assiste, nesta hora de inquietações que o paiz atravessa.<sup>384</sup>

No entanto, a vontade de combater o comunismo era maior. Logo em seguida, Antony retomou em sua coluna sua luta, elogiando – e se contradizendo – o Estado de Guerra, decretado dia 2 de outubro de 1937.

Foi nesse sentido que reuniu, na sede da Associação Comercial do Amazonas, a Associação Amazonense de Imprensa, composta por: Vicente Reis, Arthur Cezar Ferreira Reis, Huascar de Figueiredo, Leopoldo Peres, Americo Nogueira Ruivo, Antonio de Vasconcellos, Oscar Rayol, Genesino Braga, Aristophano Antony e Herculano de Castro e Costa. A deliberação da reunião foi enviada ao Presidente da República, ao ministro da justiça, à Comissão Suprema do Estado de Guerra e à Comissão Executora do Estado de Guerra no Amazonas. Seu conteúdo foi o seguinte:

Associação Amazonense de Imprensa ponderando condições momento solidaria a orientação conservadora necessária defeza instituições constitucionaes amparo ordem segurança hoje effectuada declarar sua irrestricta solidariedade poderes constituídos promovendo sem desfallecimentos inteiramente unida cohesa campanha diária contra comunismo. Trazendo facto conhecimento vossencia entidade reúne collectividade imprensa amazonense declara seu absoluto apoio presidente republica, comissão suprema estado de guerra Associação Brasileira de Imprensa. Attenciosas saudações (a) Vicente Reis, presidente.<sup>385</sup>

Dessa forma, a Associação Amazonense de Imprensa prometeu encampar uma luta vibrante contra o comunismo e em defesa das instituições constitucionais. Para isso, começaram a publicar diariamente manchetes, notas, colunas etc. Nesse sentido, é interessante

<sup>384</sup> *A Tarde*, 4 out. 1937.

<sup>385</sup> *Jornal do Commercio*, 2 nov. 1937.

mencionar que, entre os jornais pesquisados, aquele que cumpriu com afinco essa deliberação foi o jornal *A Tarde*, o qual possuía três colunas que versavam contra o comunismo – a coluna de Leopoldo Peres, colunas integralistas (Coluna Verde e Coluna do Sigma), e a Coluna Quadrilátero da 5ª hora, escrita por Ramayana de Chevalier. Ocasionalmente, o proprietário do jornal, Aristhopano Antony, também abordava o comunismo. O periódico *O Jornal* também publicava uma coluna que abordava o comunismo, a Coluna Integralista. No *Jornal do Commercio*<sup>386</sup>, por sua vez, quase não percebemos este combate.

Em novembro de 1937, o governo federal orientou o governador a realizar uma ação contra o comunismo. A instrução chegou ao Amazonas via telégrafo. Nela, o Ministro da Justiça solicitava que o governador do Amazonas utilizasse o dia 19 de novembro, Dia da Bandeira, para fazer frente ao comunismo. A solicitação é interessante, pois demonstra a enérgica mobilização do governo federal. Torna-se evidente que essa comemoração demonstraria a verdadeira força do governo, assim como poderia medir o nível de apoio popular a este.

O pedido para a realização do evento veio acompanhado de recomendações, que foram inclusive publicadas em Diário Oficial:

“ – Expedir ordens para todo o Brasil afim de que em todas as escolas reúnam as creanças pela manhã, as nove horas por exemplo, para a cerimonia do culto á bandeira da Patria.

- Compor um modelo de oração á bandeira, de sentido **expressamente anti-comunista**, para ser lido em todo o Brasil, á mesma hora, pelos professores.

- Organizar um programma de procissão civica para todas as capitais de estados, conduzindo-se nella a bandeira do altar da pátria que será armado numa praça publica, identico ao que se fez aqui anno passado.

Nessa processão que deverá ser encabeçada pelas autoridades civis e militares e por elementos de destaque da magistratura, da politica e de varias classes sociaes, deverão formar obrigatoriamente batalhões do exercito, da marinha, da policia, dos bombeiros (onde houver) sociedades cívicas, delegações de alumnos de escolas secundarias e superiores, delegações numerosas de sociedades desportivas, syndicatos operários, e tc. Todos os componentes dessas representações deverão trazer uma bandeira. Na capital da republica, num palanque armado próximo do altar da pátria, o presidente da republica falará ao povo sobre a significação do acto.

- Fazer que todos os vehiculos de praça e particulares estradas de ferro, ostentem nesse dia uma bandeira do Brasil.

- Fazer com que todas as casas commerciaes não só embandeirem as suas fachadas mas tambem ornamentem com as cores nacionaes as suas vitrines.

- Fazer com que todas as residencias de brasileiros, numa janella, appareça uma bandeira do Brasil.

- Illuminar com as cores nacionaes todos os edificios públicos.

- Tamanha deve ser a profusão de bandeiras do Brasil por toda a impressão de um alto espírito de unidade, e que a procissão valha por uma authentica demonstração de força nacionalista contra a propaganda communista.

<sup>386</sup> Vale mencionar que não encontramos em nossa pesquisa nenhuma edição do referido jornal do ano de 1936.



- de nenhuma comemoração cívica se pode tirar maior partido para combater o comunismo, do que da festa da bandeira a dezenove de novembro.<sup>387</sup>

As recomendações deixam claro que o governo desejava realizar um enorme ato nacional contra o comunismo e, além disso, mobilizando para o enfrentamento direto, assim apresentado como um inimigo que todos, do militar ao civil, deveriam combatê-lo. O evento realizado no Dia da Bandeira – 19 de novembro – buscava reavivar e/ou fortalecer o espírito nacionalista do brasileiro e, por tabela, o sentimento anticomunista. O evento foi realizado conforme o ofício e, além da capital, outros municípios também realizaram a cerimônia, por exemplo, Itacoatiara.<sup>388</sup>

### 3.3 Instituições anticomunistas no Amazonas: Centro Dom Vital e Ação Integralista Brasileira (AIB)

No rol das instituições anticomunistas no estado do Amazonas, podemos destacar duas das quais desprenderam, com afinco, a luta contra o comunismo: Centro Dom Vital e Ação Integralista Brasileira. Segundo Silva, “se podemos perceber na realidade do período fortes campanhas anticomunista, foram a Igreja e a AIB que colocaram o anticomunismo como embasamento da sua ação no que diz respeito à sua atuação junto às camadas populares”.<sup>389</sup>

Podemos perceber, por meio das fontes, que, desde que surgiram no Amazonas, essas duas organizações passaram a enfrentar com todo seu arsenal o comunismo. Vale lembrar que o rol de rivais dessas entidades não se restringia ao comunismo. A AIB, por exemplo, via no liberalismo também um inimigo a ser batido. O Centro Dom Vital, igualmente, mas com uma gama de rivais mais abrangentes, tendo rivalidade com a própria modernidade, da qual o comunismo era a pior face, segundo os membros da entidade. Portanto, nesse momento, combatiam com mais força o comunismo devido à pujança que alcançou após a Revolução Bolchevique de 1917.

A AIB, como já mencionamos no primeiro capítulo, surgiu no Amazonas em 1935, alcançando grande adesão. No ano de 1935, os integralistas lançaram um jornal chamado *Anauê!*, fundaram a Escola Deus e Pátria, mobilizaram a sociedade amazonense para a luta contra o comunismo e pela implementação do Estado Integral, tiveram como líder o professor de História Universal, Paulo Eleuthério, responsável pela irradiação da ideologia integralista

<sup>387</sup> *Jornal do Commercio*, 6 nov. 1937, grifo nosso.

<sup>388</sup> *Jornal do Commercio*, 19 nov. 1937.

<sup>389</sup> SILVA, Carla Luciana. **Onda Vermelha**: imaginários anticomunistas brasileiros (1931- 1934). Op. Cit. p. 87.

no norte do Brasil.

Já o Centro Dom Vital, para entendermos sua criação, é necessário compreender o combate que a Igreja assumiu contra o processo de modernização, laicização e secularização da sociedade. O combate ao comunismo, nesse sentido, era apenas um elemento a mais na oposição a esses processos. Além disso, é importante entender a luta que a Igreja Católica estava encampando desde a proclamação da República, pois, naquele período, a Igreja perdeu sua grande influência junto ao Estado brasileiro, ao menos tempo que passou a surgir o movimento operário influenciado por várias correntes de pensamento (anarquistas, socialistas, comunistas). Neste sentido, a Igreja iniciou dois movimentos. Primeiramente, passou ao enfrentamento do laicismo com o objetivo de formação doutrinária, na tentativa de convencer os governantes que o Brasil era um país católico. No segundo movimento, a Igreja passou a investir contra a subversão e a materialização do operariado.<sup>390</sup>

Assim, da proclamação da República até o início da década de 1930, a Igreja encampou várias estratégias para que voltasse a ter sua influência restituída junto ao Estado. Uma das alternativas encontradas foi a fundação do Centro Dom Vital, da Liga Eleitoral Católica e dos Círculos Operários.<sup>391</sup>

O Centro Dom Vital foi fundado em 1922, quando, preocupada com a formação religiosa da elite, a Igreja Católica passou a fundar centros de estudos, oferecer literatura especializada e criar órgãos para o engajamento de leigos. “Em 1921, foi criada a revista *A Ordem*, sob a direção de Jackson de Figueiredo, e, no ano seguinte, o grande líder católico da época, dom Sebastião Leme, fundou o Centro Dom Vital, dirigido por Jackson de Figueiredo [...]”.<sup>392</sup>

O Centro Dom Vital, a Liga Eleitoral Católica e os Círculos Operários foram projetos que estavam inseridos na concepção de justiça social. Assim, o Centro Dom Vital e a revista *A ordem* estavam voltados para os intelectuais, os Círculos Operários dirigidos aos trabalhadores e a LEC para orientar o voto do cristão. Esses projetos da Igreja também visavam pleitear maiores espaços junto ao governo central, visto que, desde 1890, o Estado e a Igreja estavam separados.<sup>393</sup>

No Amazonas, o Centro Dom Vital surgiu no segundo semestre de 1937 e foi formado essencialmente por membros da Ação Católica, dentre eles, Leopoldo Peres, Antovilla Vieira,

<sup>390</sup> RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho**: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). Op. Cit. p. 51-56.

<sup>391</sup> SILVA, Carla Luciana. **Onda Vermelha**: imaginários anticomunistas brasileiros (1931- 1934). Op. Cit. p. 88.

<sup>392</sup> SILVA, Carla Luciana. **Onda Vermelha**: imaginários anticomunistas brasileiros (1931- 1934). Ibidem. p. 57.

<sup>393</sup> SILVA, Carla Luciana. **Onda Vermelha**: imaginários anticomunistas brasileiros (1931- 1934). Ibidem. p. 99.

Felix Valois, Moacir Dantas – todos deputados estaduais da Assembleia Legislativa do Amazonas.

No dia 21 de julho, foi realizada a primeira reunião plenária da entidade. Na ocasião, foram eleitos os membros de sua diretoria, a qual assim ficou dividida: André Vital de Araujo, presidente, nomeado pela autoridade diocesana; José Jorge Carvalhal, vice-presidente; Moacyr Dantas, secretário; Ananias de Almeida, tesoureiro; Leopoldo Péres, orador.<sup>394</sup>

Já no dia 04 de novembro de 1937, foi realizada uma sessão solene no Consistório da Sé. O evento foi bastante concorrido, fez-se presente o bispado, representantes do governador do estado e do prefeito, autoridades, o clero, congregações religiosas e populares. A reunião marcou a instalação do Centro Dom Vital no Amazonas e fez uma homenagem ao fundador da instituição no Brasil, além de discorrer sobre os objetivos da entidade.<sup>395</sup>

Segundo André Vital de Araujo,<sup>396</sup> o Centro Dom Vital surgiu com intuito de “rechristianisar a alma, o pensamento e o coração dos brasileiros, para que gravitem, eternamente, em torno da doutrina de Jesus [além de] reconstruir o que destruíram, defender o que querem solapar, com o sacrificio das gerações de nossa Patria”.<sup>397</sup> Com estes objetivos, o Centro Dom Vital manifestou-se para combater “por todas as campanhas dignas, a anarquia, a mercantilização do espírito, a comercialização das letras, a confusão da alma nacional, corrompida pela literatura sem finalidade honesta do liberalismo, do agnosticismo, do positivismo, do materialismo, do comunismo”.<sup>398</sup>

Como já mencionamos, o Centro Dom Vital via no comunismo apenas mais um inimigo que a modernidade apresentava à Igreja Católica e à sociedade, apesar de ver nele “características próprias, atuais, como o ateísmo e o materialismo, o objetivo de destruir a família, a propriedade privada e a pátria, de querer solapar todas as conquistas da civilização cristã”.<sup>399</sup> A modernidade representava, para os líderes do Centro Dom Vital, o que há de mais danoso à sociedade, pois dela decorria uma confusão espiritual que visava afastar o ser humano de Deus, “destruindo todo o patrimônio moral e espiritual”. Assim, a crise espiritual da humanidade trazida pela modernidade teve origem, segundo André Vital de Araujo, no ano

---

<sup>394</sup> *A Tarde*, 23 jul. 1937.

<sup>395</sup> *A Tarde*, 5 nov. 1937.

<sup>396</sup> Bacharelou-se em Direito em 1921, foi juiz de menores e expressiva liderança católica. Sobre André Vital ver: FERREIRA, Lúcia Marina Puga. **André Vidal de Araújo: pensamento social e sociologia**. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia), Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2002. E também ver: PESSOA, A. B. **Pequenos construtores da Nação: disciplinarização da infância na cidade de Manaus (1930-1945)**. 2018. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

<sup>397</sup> *Anchieta: Boletim catolico d'A Selva*, nov. 1937.

<sup>398</sup> *Anchieta: Boletim catolico d'A Selva*, nov. 1937.

<sup>399</sup> RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)**. Op. Cit. p. 34.

de 1.400, mas que aqui no Brasil começou a ganhar proporção em 1922.<sup>400</sup> Importante lembrar que, em 1922, ocorreram no país eventos essenciais para se explicar a história contemporânea do país, tal qual a Semana de Arte Moderna e a fundação do Partido Comunista do Brasil.

Portanto, para digladiar contra o espectro moderno, mas, também, nesse momento, para impedir o crescimento do comunismo, é que o Centro Dom Vital foi constituído no estado do Amazonas. Ele apareceu também para “intellectualisar os meios catholicos e christianisar os meios intellectuaes (e) restaurar a intelligencia brasileira numa perfeita unidade com a razão e a fé”,<sup>401</sup> além, de “estimular a cultura catholica e promover a reespiritualização da sociedade brasileira, tão violentamente assediada pelas forças desagregadoras do communismo atheu”.<sup>402</sup>

Importante mencionar também que, antes mesmo de ser instalado o Centro Dom Vital, alguns católicos já realizavam a luta contra o comunismo. É o caso do deputado Leopoldo Péres. Outro católico que também se juntava neste combate era o deputado Estadual Aristides Rocha, apesar de não fazer parte do Centro Dom Vital.

Interessante também observar as proximidades e elogios entre os católicos e integralistas. Na coluna do deputado estadual Leopoldo Péres, foi comum verificá-lo exaltando a luta dos “camisas-verdes”. Em um de seus textos:

Não me inscrevo, já o esclareci e repito, entre os correligionarios do sr. Plinio Salgado. Sou, todavia, dos que reconhecem e não têm constrangimento algum em proclamar-o: primeiro, que o integralismo representa o mais significativo e profundo dos movimentos de idéas, que jamais se produziram no Brasil, em todos os tempos; segundo, que o integralismo visando a transformação do Estado liberal-democratico, sem quarteladas nem mashorcas, mediante os processos de uma revolução de cultura, cujas objetivos máximos são os de restabelecer, na orientação da vida brasileira, os princípios essenciaes da hierarchia e da ordem, da autoridade e da lei, restaurando e consolidando os dogmas supremos de Deus, da Familia e da Patria, exerce um direito indisputável, que a carta magna republicana lhe assegura; terceiro, e finalmente, que o integralismo, erguendo intentam arrazar a Nação, presta ao, na hora tormentosa que passamos, os mais inestimáveis serviços.<sup>403</sup>

O deputado ainda se referiu ao sigma em outros de seus textos<sup>404</sup>, sempre com o caráter elogioso ou, quando tentaram tornar ilegal a entidade, defendendo a AIB. Nesses textos, podemos perceber que aparentemente os combates travados pelas entidades eram

<sup>400</sup> *Anchieta: Boletim catholico d'A Selva*, nov. 1937.

<sup>401</sup> *Anchieta: Boletim catholico d'A Selva*, nov. 1937.

<sup>402</sup> *A Tarde*, 5 nov. 1937.

<sup>403</sup> *A Tarde*, 21 jul. 1937.

<sup>404</sup> Camisas-Verdes (*A Tarde*, 21-7-1937); Christãos-Novos (*A Tarde*, 19-06-1937); O condestável do Brasil (*A Tarde*, 12-03-1937).

quase que complementares. A Ação Católica via com bons olhos a ação dos integralistas e vice-versa. Ambos defendiam o mesmo ideal “Deus, pátria e família”, além da propriedade privada, e tinham um inimigo em comum: o comunismo ateu.

### 3.4 Representações anticomunistas na imprensa amazonense

No Brasil, foram diversas as formas pelas quais os grupos conservadores representaram o comunismo. Todas elas acabaram por criar um imaginário anticomunista. Sá Motta afirma que “o anticomunismo deu origem à constituição de um imaginário próprio, uma conjunção de imagens dedicadas a representar os comunistas e o comunismo [...] tais imagens concentraram-se em apontar aspectos negativos nas doutrinas e práticas comunistas”.<sup>405</sup>

Imaginário, neste sentido, pode ser visto como um “conjunto de representações, crenças, desejos, sentimentos, em termos dos quais um indivíduo ou grupo de indivíduos vê a realidade e a si mesmo”.<sup>406</sup> Dessa forma,

É assim que, através da instalação dos seus imaginários sociais, uma coletividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de ‘bom comportamento’, designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do ‘chefe’, o ‘bom súbdito’, o ‘guerreiro corajoso’, etc. [...] Porém, designar a identidade colectiva corresponde, do mesmo passo, a delimitar o seu ‘território’ e as suas relações com o meio ambiente e, designadamente, com os ‘outros’; e corresponde ainda a formar as imagens dos inimigos e dos amigos, rivais e aliados, etc. O imaginário social elaborado e consolidado por uma coletividade é uma das respostas que esta dá aos conflitos, divisões e violências reais ou potenciais [...] O imaginário social é, deste modo, uma das forças reguladoras da vida colectiva.<sup>407</sup>

O inimigo, o outro, no caso em questão, era o comunismo e os comunistas, que foram representados negativamente de todas as formas possíveis e imagináveis. Nas folhas dos periódicos aqui pesquisados, as imagens acerca do comunismo apareciam de forma esporádica. O jornal que mais apresentou imagens anticomunistas foi o *A Tarde*. No periódico, o anticomunismo era abordado em diversas colunas regularmente publicadas: na

<sup>405</sup> MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Op.cit. p. 45.

<sup>406</sup> JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. p. 129-130.

<sup>407</sup> BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: **Enciclopédia Einaudi (Anthropos-homem)**, Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1985. p. 309.

coluna do deputado estadual e membro da Ação Católica, Leopoldo Carpinteiro Peres; na coluna do proprietário e diretor do mesmo jornal, Aristophano Antony; nas colunas integralistas (Coluna do Sigma e Coluna Verde), assim como na coluna Quadrilátero da 5ª hora, escrita por Ramayana de Chevalier, membro da AIB, que abordava temas gerais, mas também falava sobre o comunismo, além de fazer propaganda integralista.

Entre os escritores das colunas mencionadas, dois eram católicos (Leopoldo Péres e Aristophano Antony) e os outros integralistas (Jayme Pereira e Ramayana de Chevalier), ambos combatiam o comunismo fervorosamente e combatiam por princípio e não de forma oportunista.

No que tange à Igreja Católica, neste momento histórico, realizava-se uma “cruzada” para retomar o prestígio perdido na passagem do Império para a República – como abordado no tópico anterior. Outro aspecto importante é que, sendo o comunismo ateu e a Igreja defensora da cristandade, o conflito entre ambos já estava dado na sua concepção. A AIB também dispunha de um anticomunista sincero, visto que via no comunismo um rival ideológico, era contra a luta de classes, contra os sindicatos desvinculados do governo e sonhavam em implantar o Estado Integral, em contraposição à ditadura do proletariado.

As imagens acerca do comunismo variavam nas fontes pesquisadas, elas podem ser assim divididas: inferno soviético, “Intentona comunista”, guerra civil espanhola e “infiltração comunista”. As representações mais recorrentes, sem dúvidas, eram as sobre a União Soviética, geralmente representada como o pior lugar do mundo ou o próprio inferno na Terra; seguida das imagens relacionadas à “infiltração comunista”, na qual era associada a outras, como “doença”, “bactéria”, “vírus”. Em seguida, as imagens relacionadas aos levantes de novembro de 1935 e a Guerra Civil Espanhola.

A seguir, analisaremos essas representações na imprensa amazonense.

#### 4.4.1 “Tudo é medíocre e feio na U.R.S.S.”

Segundo Motta, “a importância da URSS para o imaginário anticomunista era tal, que grande parte das campanhas de propaganda devotadas a desacreditar o comunismo concentrava-se em atacar aquele país”.<sup>408</sup> Assim como Sá Motta, a historiadora Carla Luciana Silva defende que “de todas as características das campanhas anticomunistas uma se sobleva por ser o elemento central na argumentação de que o comunismo é uma ilusão.

---

<sup>408</sup> MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Op. Cit. p. 71.

Trata-se da relevância dada à experiência soviética [...]”.<sup>409</sup> O objetivo dos anticomunistas era esvaziar o discurso que se construiu em torno da “pátria do socialismo”, no qual afirmava que o novo modelo de sociedade proposto pelos comunistas transformou a Rússia em um país sem desigualdades sociais, onde os trabalhadores eram valorizados e não havia exploração do homem pelo homem.

No período pesquisado, observamos que as primeiras imagens negativas acerca da União Soviética chegaram a partir de obras ou textos jornalísticos de autores, intelectuais, admiradores do comunismo, curiosos, que faziam viagens àquele país e retornavam, uns com sua convicção fortalecida no comunismo, outros reavaliando sua convicção. As obras desses que voltavam desiludidos, lidas pelos anticomunistas amazonenses, tornavam-se uma arma fundamental para propaganda anticomunista. Segundo Silva, esses artigos podem ser divididos em dois grandes grupos: questões cotidianas da “vida nos soviets” e o perigo da expansão soviética.

Foi o que aconteceu com o escritor francês André Gide, autor do livro *Retour de l'URSS*. O autor já era um conhecido literário quando aderiu ao comunismo entre 1935. E, em 1936, ele foi convidado pelo governo soviético para conhecer a experiência do novo modelo social e aceitou o convite, conheceu, assim, a URSS, tendo logo se decepcionado.

Em um texto chamado *Paraíso russo*, que foi publicado no jornal francês *Temps*, e reproduzido pelo jornal *A Tarde*, Jacques Boulanger<sup>410</sup> faz algumas colocações sobre o livro de Gide. O texto ainda ganha alguns comentários do deputado estadual Leopoldo Peres que, em sua coluna, retoma alguns vezes o debate sobre o livro *Retour de l'URSS*.

E' assim que se explica que tantos escriptores intelligentes ainda se proclamem communistas, neste momento. Quanto á literatura, é de se confessar que ela perderia se Gide não tivesse tornado pelo commovedor atalho intellectual e moral que tomou para chegar até o bolchevismo e se não tivesse realizado a sua viagem recente. Com effeito, elle poderia saber, sem incommodos de viagem que o povo russo é, neste momento, victima da mais vasta burla de que jamais houve noticia. Nenhuma informação do exterior lhe chega, a não ser pelos seus jornaes, órgãos do Estado, que o enganam, segundo as occasiões, com um cynismo e uma desenvoltura incriveis. [...] Tudo é medíocre e feio na U.R.S.S.<sup>411</sup>

No trecho acima, observamos que, para o autor, era estranho aos intelectuais conservadores franceses essa adesão de Gide ao comunismo e que ele poderia mesmo sem ter

<sup>409</sup> SILVA, Carla Luciana. **Onda Vermelha**: imaginários anticomunistas brasileiros (1931- 1934). Op. Cit. p. 119.

<sup>410</sup> Não encontramos nenhuma informação sobre ele, mas possivelmente ele fosse um jornalista do jornal *Temps*.

<sup>411</sup> *A Tarde*, 12 mar. 1937.

vajado à URSS saber do “engodo” que era o “paraíso soviético”. O autor também faz uma denúncia, afirmando que o Estado Soviético manipulava as informações ou as censurava e o povo russo, assim, era vítima de fraude dos governantes. Outra menção a esse engodo de que os russos eram vítimas se deu na parte final desse mesmo texto, parte em que o autor afirma:

O mais curioso é que aquelle pobre povo se suppões o modelo e o paradigma do universo. Os russos de hoje estão persuadidos de que é admiravel entre elles em comparação com o que existe nos outros logares. E’ com incredulidade que ouvem o que os estrangeiros lhe dizem dos telephones na França ou na Allemanha. Vivem persuadidos desde a infancia que fora da U.R.S.S. é a noite.

Ahi está a que ponto o communismo baixou a civilisação da antiga Russia. Somente entre os povos antigos viram-se tyrannias semelhantes áquela sob a qual os russos vivem. Não concebem e, por isso, não desejam a liberdade de pensamento. Vale isto o mesmo que dizer, ainda uma vez que elles não pensam mais.<sup>412</sup>

No sentido que Jacques Boulanger conduz sua argumentação, coloca-se o povo russo como seres alienados desde a infância e que crescem acreditando que são o ápice da civilização humana, enquanto, para o autor, o comunismo o transformou em bárbaros ou civilização menos evoluída que a ocidental.

A coluna do deputado Leopoldo Peres voltou a se referir ao livro de André Gide para reafirmar suas posições acerca da URSS e, ao mesmo tempo, acusar que, longe de negar o comunismo, o autor ainda “via no bolchevismo a possibilidade de decidir o destino do mundo”. Com o título *Visão gidiana do “paraíso” vermelho*, ele retoma seu arsenal contra a URSS que, para ele, era o “ambiente dantesco em que se processa a trágica experiência comunista”.<sup>413</sup> Dessa maneira, tentava alertar a sociedade amazonense, em especial, àqueles que tinham admiração pelo modelo soviético.

Há no Brasil, como por toda parte, notadamente em certas camadas menos esclarecidas da opinião, a idéa de que, descontadas taes ou quaes deficiências inevitaveis no curso de uma formidável renovação social, o bolchevismo vem realizando o milagre de supprimir os desniveis naturaes da condição humana, collocando os individuos num mesmo plano de vida, e assegurando-lhe, com o esforço colletivo e igual para todos, e entresonhada felicidade commum [...] Mas, será isso, de facto, o que se passa na Russia marxista?<sup>414</sup>

Para ele, toda propaganda positiva em relação à União Soviética não passava de tática da Terceira Internacional. O que se passava na URSS, na verdade, era o oposto, “a dictadura do proletariado transformou-se numa mystificação atróz. Dictadura, sim, [...], mas dictadura

<sup>412</sup> *A Tarde*, 12 mar. 1937.

<sup>413</sup> *A Tarde*, 15 mai. 1937.

<sup>414</sup> *A Tarde*, 15 mai. 1937.



omisa de um homem só: Stalin. [...] as massas eslavas sofrem silenciosas, na mudez compungente de um infinito martírio”.<sup>415</sup> Neste sentido, assim como havia grupos organizados para fazerem a propaganda positiva sobre a URSS, Leopoldo Peres trabalhava no sentido oposto, despendendo grandes esforços para não permitir que o “bolchevismo” alcançasse mente e corações no Amazonas, denunciando a falta de liberdade e democracia e a despersonalização dos eslavos.

É nesse panorama que Leopoldo Peres propôs em seu texto intitulado *A luz que vem do oriente*:

[...] a necessidade, clamorosa e impreterível, de uma coalisão internacional para liquidar de vez com o bolchevismo. A meu vêr, os povos que se reconhecem depositários, ou garantes, do patrimonio inseqestravel da cultura mediterranea e christã, deveriam de empreender, juntos, como resultado de um grande pacto de segurança collectiva, uma cruzada de inexoravel demolião contra os formigantes redutos da barbárie tartarêsa. Ou, quando isso não se tornasse possível, - já não digo prespeciosas considerações do direito, das gentes, que é hoje, mais do que nunca, uma fantasia pueril, mas de fundo humanitario, attentos os sacrificios que a empreza naturalmente exigiria, - que se estabelecesse, ao menos, um cordão hygienico intransponível, de modo a isolar do universo civilizado a contagiante infecção soviética.<sup>416</sup>

O deputado propôs essas duas saídas, pois, segundo ele, só assim o mundo ficaria livre do “intento” dos comunistas, que era, ainda segundo ele, a implantação de uma República Socialista Soviética Mundial. E, sendo assim, a colisão de países que se levantaria contra a URSS não poderia sofrer retaliações ou constrangimentos já que agiriam em legítima defesa. Ao mesmo tempo, porém, que propôs uma intervenção ou um cordão higiênico contra a URSS, Leopoldo Peres considera as propostas “vaga aspiração generosa e utópica”, visto que o comunismo encontrou apoio, estímulo, solidariedade e cooperação de países como França e Inglaterra.

Outros textos anticomunistas divulgados na imprensa amazonense da década de 1930 foram os produzidos pelo Serviço de divulgação da Polícia. Dentre os divulgados, destacamos dois *Como decorreu o natal Soviético* e *Vinte anos de bolchevismo*, ambos publicados na Revista *A Selva*.

A Revista *A Selva* publicou um texto do Serviço de divulgação da Polícia que, por sua vez, reproduzia uma matéria da *Gazeta Polska*, de Varsóvia, que versava sobre o Natal na URSS.

---

<sup>415</sup> *A Tarde*, 15 mar. 1937.

<sup>416</sup> *A Tarde*, 15 jun. 1937.

Como decorreu O Natal Sovietico  
Serviço de divulgação da policia

Por ordem da G.P.U. a festa de Natal foi declarada, há quatro annos, fora da lei e contraria ao credo vermelho. Percorrendo as ruas principaes da cidade, nestes dias, nota-se, especialmente, uma atmosfesra de pesadello. Só o facto de se pronunciar a palavra “Natal” constitue crime de alta trahição.

O povo da Russia, que continua vivendo horas de panico silencioso e de terror suffocado, mergulhado num oceano de sangue, já não comprehende que possa existir uma festa de Natal, isto é, uma festa de paz.

Stalin, o anti-christo da época, declarou guerra aos homens e a Deus.<sup>417</sup>

Segundo Sá Motta, “as denúncias sobre perseguições à religião constituíram-se num dos pilares das representações relativas ao ‘inferno soviético’ [...] os comunistas foram representados como perseguidores cruéis da religião, a qual pretenderiam sacrificar em holocausto à sua sanha revolucionária e iconoclasta”.<sup>418</sup> A sociedade amazonense da década de 1930 era profundamente católica e este texto apresenta um ataque à celebração religiosa mais valorizada pelos cristãos, o Natal – dia do nascimento do Messias, do Salvador dos cristãos. Se o comunismo ataca duramente a comemoração de uma data tão especial, os comunistas só podem ser maléficos, inimigos de Deus, e Stalin era o próprio anticristo, segundo os anticomunistas. Evidentemente que os textos com este teor tinham como objetivo causar medo na sociedade, demonstrando o quanto os comunistas eram cruéis e blasfemadores, afastando-a de qualquer possibilidade de simpatias ou adesão ao comunismo.

No texto *Vinte annos de bolchevismo*, escrito por Carlos Rates e publicado na *A Selva*:

[...] Não, a massa geral do povo russo não é hoje, sob o ponto de vista econômico, mais feliz do que era hontem. E não há um só observador imparcial que tenha visitado a Russia nos últimos vinte annos que não traga de lá a impressão de uma miséria que se não encontra na Inglaterra, na Belgica, na Holanda e outros paizes civilizados que vivem sob o regimen capitalista. O capitalismo tem os seus defeitos, abusos e injustiças sociaes que exigem correcções enérgicas e decisivas. Mas é, ainda assim, menos oppressor, que um Estado totalitário, como é a Russia soviética, que impõe o seu domínio em todas as manifestações da vida.

Se é assim, sob o ponto de vista econômico que dizer sob o ponto de vista politico? Para se encontrar um tamanho desprezo pela vida humana como aquelle que prepondera na Russia actual é preciso recuar alguns séculos na historia dos povos. Staline não differe de Ivan, o terrivel, embora os separe uma distancia de quatro séculos. E é tudo o que nos ensina a experiencia de vinte annos de bolchevismo.<sup>419</sup>

Segundo Sá Motta, “os anticomunistas investiram pesado para mostrar que, ao contrário das promessas de igualdade e melhoria das condições de vida dos trabalhadores, o

<sup>417</sup> *A Selva*, dez. 1937.

<sup>418</sup> MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Op.cit. p. 73.

<sup>419</sup> *A Selva*, dez. 1937.

regime bolchevista oferecia, concretamente, miséria e exploração”.<sup>420</sup> Este tipo de ataque à URSS, juntamente com os ataques de conteúdo religioso, eram os que mais impactavam a população. Os textos com conteúdos religiosos atacavam a fé cristã ao mesmo tempo em que colocam medo ao fato de um dia os comunistas pudessem assumir o poder no Brasil e instalassem um estado ateu. Esses textos atacavam as melhorias sociais da URSS, porque era tida pelos seus simpáticos como um lugar sem exploração do homem pelo homem, onde o proletariado vivia bem, e tinha direito que nos países capitalistas eram inimagináveis. Os textos que atacavam os direitos sociais dos soviéticos visavam alertar os trabalhadores amazonenses sobre a “burla” que era o comunismo, alertando-os que eram mentiras todas as propagandas soviéticas, que, ao invés de liberdade, os soviéticos estavam sob a opressão tão pior quanto no sistema capitalista. Logicamente, esses textos também visavam ao afastamento dos trabalhadores de qualquer possibilidade de filiação a movimentos comunistas ou congêneres, almejando que estes permanecessem passivos diante de sua realidade que era “melhor” que a dos soviéticos.

#### 4.4.2 “Intentona Comunista”

Os levantes de novembro de 1935 ofereceram imagens que foram utilizadas à exaustão pelos anticomunistas. As ações dos rebeldes proporcionaram um leque de possibilidades que todos os grupos que consideravam o comunismo um perigo iminente necessitavam para demonstrar para a sociedade brasileira e amazonense, de forma concreta, que os comunistas eram maus e suas ideias e ações eram prejudiciais a toda a sociedade.

O levante era a confirmação dos alertas feitas pelos anticomunistas. No entanto, naquele momento, não se tratava de um exemplo longínquo, mas de uma ação concreta no solo brasileiro. Segundo Motta, “o episódio sofreu um processo de mitificação, dando origem a uma verdadeira *legenda negra* em torno da ‘Intentona Comunista’”.<sup>421</sup> Essa “legenda negra” a qual o historiador se refere é constituída por uma série de representações que versava sobre a índole dos “comunistas”, sobre suas ações – tachadas de loucas – e sobre a dupla traição que teriam cometido. Essas representações sofreram, no decorrer dos anos, um processo de solidificação no imaginário político brasileiro, chegando à década de 1960, quando houve a

---

<sup>420</sup> MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Ibidem. p. 75.

<sup>421</sup> MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Ibidem. p. 76.

terceira onda anticomunista<sup>422</sup>, totalmente consolidada.

Como já mencionado no segundo capítulo, a sociedade amazonense, quando foi alertada do plano para depor o governador Álvaro Maia, ficou apreensiva, causando, inclusive, um êxodo para outros municípios do Amazonas.<sup>423</sup> Mas, como o levante amazonense não se efetivou devido à intervenção da polícia, a imprensa do Estado pouco mencionou esses acontecimentos, dando mais visibilidade aos levantes de Natal, Recife e Rio de Janeiro. No entanto, saber que houve levantes em outras cidades brasileiras e que detiveram pessoas que também pegariam as armas para mudar o regime de governo, possivelmente, tenha causado pavor na sociedade amazonense, não à toa toda essa mobilização contra o comunismo no estado do Amazonas.

Dessa forma, logo após os levantes de novembro de 1935, foi publicado no *Jornal do Commercio* um interessante discurso do deputado estadual Aristides Rocha, que versava sobre os referidos levantes:

Quem quer que haja acompanhado com interesse o crime politico dos ultimos dias de Novembro, as torpes ignominias que se deram no Rio Grande do Norte, Recife e na Capital Federal; e em menor escala, em outros pontos do paiz, guarda, por certo, a convicção profunda de que a celebre Terceira Internacional declarou guerra ao Brasil e ao seu povo liberal, patriota, generoso, pretendendo transformar nossa terra numa colonia infame de tyrannia vermelha.

Nossas instituições liberaes, implantadas pela unanimidade dos brasileiros, em jornadas cívicas memoráveis e civilizadas, foram alicerçadas nos ensinamentos límpidos, sereno e humanos da moral christã. A cima de tudo colocamos o respeito pela vida humana. A liberdade de pensamento, de reunião, o culto pela família, o respeito pela propriedade, são principios dogmaticos do regimen. Somos filhos de uma grande nação, rica, tranquillã, temente a Deus, de caracter compassivo e doce. [...]<sup>424</sup>

O discurso do deputado coloca desde o início que a mentora do levante foi a Terceira Internacional, não cabendo qualquer nuance quanto a isso. Posteriormente, o deputado católico invoca o caráter cristão da sociedade brasileira, dando a entender que essa característica era inconciliável com o comunismo. O deputado prosseguiu:

[...] Maldição aos mãos brasileiros que se vendem ao ouro de Moscou, que estão ao seu serviço, trahindo a propria patria. [...]

<sup>422</sup> Para o historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2002), tiveram no Brasil três “ondas anticomunistas”, ou seja, três períodos que o anticomunismo foi utilizado de forma vigorosa pelos conservadores, os períodos foram de 1935 a 1937, 1946 a 1950 e 1961 a 1964. Dentre esses períodos, dois culminaram com regimes ditatoriais (1935-1937 e 1961-1964).

<sup>423</sup> *Tribuna Popular*, 18 nov. 1935.

<sup>424</sup> *Jornal do Commercio*, 19 dez. 1935.

Louvres e congratulações a todos os que, em defesa da patria, estão vigilantes contra a propaganda malsã, tomando providencias punitivas e preventivas para suffocar a incursão dos tartaros e mongoes em terras americanas.<sup>425</sup>

Este segundo trecho do discurso do deputado já coloca em pauta uma imagem importante para a consolidação do imaginário anticomunista no Brasil. Estamos nos referindo à imagem associada aos rebeldes como “traidores da pátria”. Segundo Motta, essa imagem foi fundamental na construção negativa sobre o comunismo, pois têm duas faces: a primeira relacionada à traição da Pátria, já que, na visão dos anticomunistas, os rebeldes de 1935 agiam sob ordem da Terceira Internacional e, em segundo lugar, porque esses homens traíram a instituição militar, quebrando sua hierarquia.<sup>426</sup>

Interessante mencionar também que, mais tarde, essa imagem ganharia um tempero a mais. Entre o começo de 1936 e 1937, devido à batalha no 3º Regimento de Infantaria, começou-se a reproduzir que os rebeldes, na madrugada do dia 27 de novembro de 1935, no início do levante naquele quartel, encontraram muitos soldados legalistas dormindo e esses soldados, segundo os anticomunistas, foram mortos. No momento que o deputado Aristides Rocha proferiu esse discurso, essa imagem ainda não estava em voga, apenas em 1936 é que ela começou a ganhar corpo. O fato é que os comunistas passaram a ser representados como vis, covardes e traidores. Tal imagem ganhou o imaginário da sociedade, ainda que o próprio Relatório Bellens Porto<sup>427</sup> não tenha citado se o episódio foi verdadeiro ou não.

O deputado atacou, também, aquilo que ele acreditava ser ações dos rebeldes. Fazendo isso, ele pretendeu atacar a índole dos mesmos, associando-os a todas as atitudes que caracterizam desvio de moral e crueldade. Assim, além de revoltar as Forças Armadas contra a própria pátria, os “comunistas” iriam saquear, invadir domicílios, fuzilar oficiais e civis que não fossem comunistas, além de matar os burgueses.<sup>428</sup> Chama a atenção também que o deputado transmite um alerta à sociedade amazonense, afirmando que os “comunistas” “já deram uma pequena amostra”, insinuando que poderiam acontecer novamente atos como os de novembro e, além disso, esses possíveis atos poderiam ser piores.

<sup>425</sup> *Jornal do Commercio*, 19 dez. 1935.

<sup>426</sup> MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Op. Cit. p. 78.

<sup>427</sup> Eurico Bellens Porto foi o delegado que apurou os acontecimentos no Rio de Janeiro, tendo enviado ao Tribunal de Segurança Nacional um relatório dividido em três volumes: 1. Denúncia das cabeças da revolução de 27 de novembro de 1935; 2. Denúncia dos co-réus que pegaram em armas na revolução de 27 de novembro de 1935 e; Denúncia dos Parlamentares co-réus da revolução de 27 de novembro de 1935.

<sup>428</sup> *Jornal do Commercio*, 19 dez. 1935.

Morreram mais de quatrocentas pessoas, mais de mil foram feridas. Propriedades no valor de mais de dez mil contos foram destruídas; mais de cinco mil contos roubadas, lares invadidos e desrespeitados! [...]

A minoria desta casa, essencialmente conservadora, já manifestou o seu ponto de vista de combate integral ao comunismo. Novamente concita ao povo do Amazonas a dar combate sem treguas a todos os indivíduos, partidos e corporações que defendam essa ideologia criminosas.<sup>429</sup>

Além de exagerar no número de mortos, ele conclama a sociedade amazonense para combater com todas as forças o comunismo, incitando combater não só pessoas, mas partidos e corporações que apoiassem essa ideologia. Percebe-se que, quando ele fala “partido”, não está se referindo ao PCB, até então inexistente no Amazonas, mas buscava desde já associar o comunismo ao PPA – que nessa época ainda não havia se desmembrado, mas havia acusações que membros apoiavam a ANL quando esta funcionava legalmente –, em especial os trabalhistas vinculados a este partido, que eram seus desafetos políticos.

Neste bojo, percebemos que a construção e a consolidação da tradição anticomunista no Brasil começam com a própria nomenclatura utilizada para se referir ao fato. O termo “intentona” significa intenção louca, plano insensato, motim. É importante frisar que esse termo não foi usado de imediato, outros termos ganharam as páginas dos jornais. Apesar de “intentona” também ser utilizado por jornalistas, os termos mais repetidos, inclusive pelo Estado, foram: movimento subversivo, movimento comunista, surto comunista, revolta, revolução comunista, revolução marxista, levante, insurreição e movimento extremista.<sup>430</sup> O fato é que, com o passar dos anos, os demais termos desapareceram e o emprego do termo “intentona” se consolidou. Outro ponto importante é que o termo “intentona” não é exclusivo dos comunistas, o levante de 1938 encabeçado pela AIB também ganhou essa alcunha, os movimentos tenentistas da década de 20 também, porém o termo foi empregado com mais força ideológica e enraizou no imaginário brasileiro, quando referente ao levante de 1935.<sup>431</sup>

Em relação à questão da suposta traição da pátria e da instituição militar, podemos argumentar, baseando-se em Motta (2002), que insurreições como as de novembro de 1935 aconteciam no Brasil desde a década de 1920 e que aqueles que se rebelaram em 1922, 1924, 1930 não foram tachados de “traidores”. Lógico que há diferenças entre os levantes, mas tachar apenas de traidores os rebeldes de 1935 parece-nos oportunismo por parte daqueles que não queriam apenas derrotá-los no campo de batalhas, mas também no campo do imaginário.

Outro elemento da construção da legenda negra do anticomunismo foi o

<sup>429</sup> *Jornal do Commercio*, 19 dez. 1935.

<sup>430</sup> *Jornal do Commercio*, 24 dez. 1935.

<sup>431</sup> MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Op. Cit. p. 76-77.

fortalecimento da representação de “duplos traidores” com a dicotomia “heróis x traidores”. Se havia traidores vis que serviam ao “ouro de Moscou”, havia também os heróis nacionais que morreram defendendo o Brasil. O número de mortos nos confrontos é, igualmente, questionável, tendo ficado entre 60 e 100 mortos,<sup>432</sup> somados os dois lados e não quatrocentas como afirmou o deputado estadual Aristides Rocha.

A partir de 1936, passou-se a realizar “romarias cívicas” aos cemitérios<sup>433</sup> onde haviam sido enterrados os oficiais e subalternos legalistas mortos nos confrontos no Rio de Janeiro. A princípio, o governo não se empenhou tanto no evento, mas houve grande mobilização e participação dos integralistas. No entanto, com o êxito das peregrinações, o governo, a partir de 1937, passou a coordenar a “romaria” e tornou-a agenda oficial. Em 1940, o governo inaugurou um monumento dedicado aos mortos. Reuniu, assim, todos os restos mortais em um mausoléu localizado na Praia Vermelha (Rio de Janeiro), dando fim a uma dificuldade sentida pelos participantes da peregrinação que tinham que visitar dois cemitérios, o que acabava dispersando o público. Com a inauguração do mausoléu, todos se concentravam em um só lugar.

O monumento, segundo Motta, foi criado para que se “fixasse a memória oficial sobre o levante” e, assim, tornou-se peça principal para o proselitismo dos ideais anticomunistas. O ritual continuou ser realizado durante década – e até hoje ainda é celebrado – sendo dedicado menos aos mortos e mais aos vivos, no sentido de alertar a sociedade do “perigo vermelho”.<sup>434</sup>

Importante esclarecer que, segundo Motta,<sup>435</sup> havia uma razão que levava a toda essa mobilização contra o comunismo, pelo menos no período pós-levantes. O medo ao comunismo era real, apesar de muitas vezes a realidade e as representações serem distorcidas pelos anticomunistas. Nos levantes de novembro de 1935, primeiramente, mobilizaram-se importantes quartéis das Forças Armadas, como o 29º BC, o 3º Regimento de Infantaria, e contou com um número considerável de homens que se dedicaram à insurreição. Em segundo, durante as batalhas, morreram um número significativo de combatentes. Em terceiro, mesmo sem a possibilidade de êxito devido a vários fatores, os rebeldes teriam causado mais danos,

---

<sup>432</sup> MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Op. Cit. p. 82.

<sup>433</sup> Os oficiais foram enterrados no Cemitério São João Batista, enquanto, os subalternos no Cemitério São Francisco Xavier. MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. P. 83.

<sup>434</sup> MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Idem.

<sup>435</sup> MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Ibidem. p. 189.

caso o plano de Prestes houvesse sido concretizado. Frente a isso, não nos parece exagero o pavor que a sociedade demonstrava nos momentos posteriores aos levantes. Claro que as representações criadas sofreram exagero, mas os levantes foram reais, assim como as mortes e os objetivos dos rebeldes em constituir um governo popular e revolucionário.

Diante do exposto, não há como desconsiderar sincero o medo sentido por grande parte da população em relação aos eventos. Não podemos dizer também que, de fato, os eventos não ameaçaram a ordem, até então, vigente. O que nos coube questionar aqui foi a potencialização das representações, com claras intenções de macular o evento.

Acerca da acusação de os rebeldes serem subordinados de Moscou, podemos questionar o próprio programa da quartelada, que foi o programa da ANL, podemos indagar a participação de pessoas não comunistas no evento, por fim, podemos afirmar, como se tem defendido, neste trabalho, que os levantes de novembro de 1935 estavam inseridos em um contexto de lutas nacionais contra o governo Vargas, contra o fascismo e o imperialismo.

Em 1937, no momento em que era divulgada no país a descoberta de um “novo plano comunista”, que ficou conhecido como “Plano Cohen”, os anticomunistas amazonenses voltaram a utilizar as representações acerca da “Intentona Comunista”.

A retomada da imagem dos levantes de 1935 foi reforçada no Amazonas por meio da publicação da suposta diretiva dos agentes de Moscou. A diretiva com as orientações foi publicada no próprio jornal *A Tarde*, na Coluna Verde, pertencente aos integralistas amazonenses. O colunista era o chefe provincial Jayme Pereira<sup>436</sup>, uma liderança integralista de relevância nacional.

A correspondência – publicada no *La Correspondance Internationale*, órgão oficial da Terceira Internacional, editado em Paris, segundo o chefe provincial – que se destinava ao Brasil girava seu debate em quatro tópicos: I - Bloco democrático Nacional Libertador; II - Bloco José Américo X Vargas; III - Bloco Armando Salles – Flores da Cunha; IV - Os integralistas. Nos tópicos, cada ponto foi definido, apontando, inclusive, onde esses grupos tinham mais influência na sociedade. Por fim, o chefe provincial interpretou que os comunistas estavam, naquele momento, próximos de outra incursão no Brasil e que eles se aproveitariam da eleição – que estava polarizada entre José Américo e Armado de Salles – para darem um golpe.<sup>437</sup>

Após a divulgação desta diretiva, as colunas de Leopoldo Peres, Aristophano Antony e

---

<sup>436</sup> O jornal *A Tarde* noticiou no dia 8 de julho de 1937 a chegada do catedrático da Faculdade de Medicina de São Paulo, membro do Supremo Conselho Integralista, Jayme Regalo Pereira. Este estava retornando ao Amazonas para chefiar a província integralista do Amazonas (*A Tarde*, 8 jul. 1937).

<sup>437</sup> *A Tarde*, 17 ago. 1937; *A Tarde*, 18 ago. 1937.



Jayme Pereira passaram a atacar e a denunciar com mais afinco os novos “planos comunistas”. Aristophano Antony publicou *Brasileiros, sentido!* no qual lembrava a apreensão de novembro de 1935:

nada obstante dizer-se que o movimento de novembro de 1935 não passou de uma infeliz <quartelada>, até agora se não apagou do espírito publico a profunda impressão da amargura e de espanto deixada pelo entrechoque de irmãos, culminando com o arrasamento do quartel do 3º R.I.<sup>438</sup>

Já Leopoldo Peres, em *Garra de Moscou*, afirmou que: “tudo leva á convicção de que estamos realmente ás vésperas de um movimento accionado pelo ouro moscovita, tal como em 1935, mas, já agora, com outras possibilidades de bom êxito, attendendo-se á comparsaria dos políticos [...]”.<sup>439</sup>

As interpretações dos agentes mencionados, embasadas nas diretivas publicadas por Jayme Pereira, davam como certa uma nova tentativa de levante comunista no Brasil. O mais interessante nessa denúncia é o fato de eles alertarem a população amazonense reavivando as memórias de novembro de 1935 e, fazendo isso, acreditamos que objetivavam reacender o medo na população; além disso, convocar as instituições, o governo e as pessoas para um novo combate ao comunismo.

No que tange a este último elemento que o deputado cita, percebemos que, na época, se tornaram comuns denúncias desse tipo. Os anticomunistas criticavam as chapas de José Américo e Armando de Salles, afirmando que a presença de pessoas, as quais eles consideravam comunistas, era prejudicial ao pleito. Viam igualmente essas presenças como parte do plano da Terceira Internacional para dominar o Brasil.

Neste sentido, percebemos que Leopoldo Peres tomou para si a denúncia dos políticos que, segundo ele, apoiavam o comunismo e que faziam parte dos novos planos da Terceira Internacional. Dizia o deputado “que não escrupulizam em disputar a solidariedade e o apoio dos chefes leninistas no Brasil. Haja vista o sr. Pedro Ernesto, que faz parte da comissão executiva da União Democrática Brasileira...”. Pedro Ernesto, em 1935, era simpático às causas da ANL, mas, quando houve os levantes de novembro, foi um dos quais denunciou a Getúlio Vargas os planos subversivos no Rio de Janeiro.<sup>440</sup> Ele foi preso acusado de extremista, apesar de não ter participado dos levantes. Em 1937, foi solto quando arrefeceu o Estado de Guerra e o ministro Macedo Soares liberou parte dos presos que não tinham

<sup>438</sup> *A Tarde*, 17 ago. 1937.

<sup>439</sup> *A Tarde*, 21 ago. 1937.

<sup>440</sup> VIANNA, Marly de A. G. **Revolucionários de 1935**: sonho e realidade. op. Cit. p. 347.

denúncia formal. Em liberdade, ingressou no apoio à candidatura do candidato Armando de Salles e, talvez por isso, o deputado Leopoldo Peres, lembrou propositalmente a proximidade de Pedro Ernesto da ANL, em 1935, e, por isso também, o acusou de comunista. O deputado Leopoldo Peres, apesar dos elogios a Armando de Salles, apoiava José Américo.

Ainda no contexto da descoberta de “uma nova intentona comunista”, o editor chefe do jornal *A Tarde*, Aristophano Antony, afirmou:

E' que a nação, ainda abalada pelos lutuosos factos de Novembro de 35, guardava a profunda impressão das horas amargas por que passara, sabendo o povo brasileiro que ellas foram o resultado das sombrias manobras de elementos estrangeiros, que, talvez, por excessiva condescendencia, conseguiram se infiltrar nas proprias organizações destinadas á defeza do paiz, para <corromper acima das seducções de uma ideologia malsã>. Não se detiveram, nem mesmo deante do revés soffrido, os agentes da U.R.S.S.<sup>441</sup>

O jornalista, nesse trecho, retoma algumas imagens associadas aos levantes de 1935, reafirmando que o ato foi planejado pela Terceira Internacional e que, mesmo com a derrocada dos levantes de novembro de 1935, os comunistas não desanimaram e que já tinha se infiltrado nas instituições do país novamente. Ao afirmar isso, o jornalista reforça a imagem dupla de traidores, da pátria e da instituição militar, assim como também reforça a imagem da “infiltração comunista”.

Quando, no final de setembro de 1937, o Estado Maior das Forças Armadas divulgou o Plano Cohen, os anticomunistas amazonenses se acharam cobertos de razão, pois, desde o meio do ano, eles afirmavam que os comunistas estavam preparando uma nova intentona. Em *Denunciando a mashorca*, Leopoldo Péres afirma:

A revelação do plano terrorista apreendido aos agentes do komintern pelo estado-maior do Exercito, motivando a decretação do estado-de-guerra, não constituiu surpresa para os que veem na realidade a hora presente do Brasil. Surpresa terá sido, quando muito, para os que, ainda hoje, e embora a evidencia meridiana das coisas, se obstinam em não acreditar no communismo em nosso paiz, preferindo admittil-o como uma illusão de espíritos timoratos ou como um expediente de reação politica, uma arma de oppressão dictatorial, a serviço de objectivos inconfessáveis do poder. Vejamos si a documentação agóra divulgada, trazendo á luz da publicidade, em todos os seus pormenores, as directivas trágicas de Moscou, logrará convencer a esses incrédulos, arrancando-os da apathia a que displicentemente se entregam, indifferentes ao trabalho e á mobilização da horda vermelha que se organizou no Brasil para anniquilar o Brasil.<sup>442</sup>

O plano divulgado confirmava todas as suas impressões sobre conjuntura política pré-

<sup>441</sup> *A Tarde*, 18 ago. 1937.

<sup>442</sup> *A Tarde*, 4 out. 1937.

eleitoral e mostrava àqueles que se faziam indiferentes à luta anticomunista – uns por convicção e outros por conveniência – que mais do que discursos fantasiosos, o comunismo era real e almejava destruir a sociedade brasileira.

Em setembro, Leopoldo Peres publicou em sua coluna um texto intitulado *Erros de 35*, no qual o deputado continuava abordando o Plano Cohen:

O esquema apreendido aos agentes de Stalin teve, logo depois, a indispensável divulgação. E o país ficou simplesmente boquiaberto, estarecido, diante da machina infernal que se prepara na surdina para destruir os lares brasileiros, dilacerar, ensanguentar, dividir e arrazar o patrimônio histórico, político e moral, nacional. [...] Todavia, o que se percebe, de início, no emaranhado lógico mas exaustivo e complexo dessas instruções, é o instinto de fereza inexorável, de requintada selvageria, que de ponta a ponta as domina. [...]

Assim, a primeira recomendação, e a mais importante, que os asseclas stalinêscos fazem aos seus, camaradas destas latitudes, para que não fracasse a jornada, é a de que não se repitam <os erros de 1935>. A mashorca não deveria, já agora, partir dos quartéis para a massa sinão, bem ao contrario, da massa, manobrada <tecnicamente>, para as casernas, onde o trabalho se completaria como reflexo inevitável da agitação colectiva. [...]

<Si na revolução de 1935 nossos camaradas não commeteram o erro das violências inúteis – dizem as directivas de Stalin - commetteram e em grande escala o das violências insufficientes, a violência deve ser planificada, deixando de lado qualquer sentimentalismo, não só favorável aparentemente ao local revolucionario como tambem á piedade commun>! Taes as disposições dos sclerados do Komintern no opprimir e desgraçar o Brasil.<sup>443</sup>

O deputado mais uma vez ataca o que ele considera que seria a ação dos comunistas, quando afirma que, em surdina, eles planejavam atacar novamente o Brasil, fazendo todo tipo de monstruosidade. Importante observar também que esse plano de ataque ao país mais uma vez partia do estrangeiro e, não só isso, elas vinham diretamente das mãos de Stalin. O texto enfatiza qual a tática que deve ser adotada nessa nova empreitada e, sobremaneira, acentua o grau de violência que as ações dos rebeldes teriam. Evidente que textos como este e notícias publicadas diariamente naquele momento causaram medo na população. Interessante também mencionar que esse clima de pânico só cessou quando foi dado o autogolpe no dia 10 de novembro. Após a decretação do Estado Novo, as denúncias contra a ameaça comunista desapareceram paulatinamente do jornal *A Tarde*.

Importante mencionar também que, nessa conjuntura de “descoberta de um novo plano comunista” e aprovação do Estado de Guerra, havia quem visse com certa suspeição as manobras do governo. Foi o caso do jornalista Aristophano Antony que, em sua coluna, lamentou que a Câmara Federal houvesse negado o pedido da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) para que o Estado de Guerra não retirasse o direito de liberdade de imprensa.

<sup>443</sup> *A Tarde*, 5 nov. 1937.

Segundo ele, “isto posto, as ressalvas pretendidas não poderam subsistir e tiveram de ser refugadas. E’ que, naturalmente, os jornaes, na opinião dos responsaveis pela ordem publica, são considerados como vehiculos perigosos de propagandas e sublevações contra o regime...”<sup>444</sup>

A crítica e a desconfiança do jornalista cessaram no artigo seguinte – *Palavras que convencem* –, no qual o mesmo escreveu que “há no volume que me foi dado manuseiar, o testemunho inequívoco de que, realmente, não é um mitho a disseminação das doutrinas vermelhas em nosso território”.<sup>445</sup>

Como percebemos, a partir do momento em que houve um processo de maior abertura política no país, em julho de 1937, com o fim do Estado de Guerra, houve novamente um recrudescimento das campanhas anticomunistas, que pareciam arrefecidas, principalmente após o governo ter tomado uma série de providências para combater o comunismo.

Essa nova campanha contra os “vermelhos” foi encabeçada, em especial, por católicos e integralistas e, como defende Motta,<sup>446</sup> nesse momento, essa campanha anticomunista era menos sólida do que aquela presenciada pós-levantes de 1935. Nesse sentido, podemos apontar o caráter oportunista dessa nova “onda”, pois ela foi usada para que fosse novamente aprovado o Estado de Guerra e, posteriormente, para que se concretizasse o golpe de novembro de 1937. No entanto, devemos relativizar esse “oportunismo”, pois essa nova “onda” anticomunista foi encabeçada por aqueles que combatiam com sinceridade o comunismo: católicos, integralistas e militares.

Não podemos esquecer-nos de mencionar também o caráter principal das “ondas anticomunistas”: favorecer a implantação regimes autoritários. A primeira onda anticomunista (1935-1937) proporcionou a implantação do Estado Novo, que durou 8 anos; a segunda “onda” (1946-1950) não provocou uma ditadura no país, mas, no contexto do Guerra Fria, serviu para que o PCB fosse colocado na ilegalidade, depois de um breve período legal; e a terceira “onda anticomunista” (1961-1964) jogou o país numa ditadura que durou 24 anos e suas conseqüências se fazem sentir até hoje.

#### 4.4.3 Guerra Civil espanhola

A Guerra Civil Espanhola teve início em julho de 1936 e terminou em abril de 1939.

---

<sup>444</sup> *A Tarde*, 5 out. 1937.

<sup>445</sup> *A Tarde*, 6 out. 1937.

<sup>446</sup> MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Op. Cit. p. 228.

Segundo Paulo Roberto de Almeida,<sup>447</sup> em seu texto *Brasileiros na Guerra Civil Espanhola: combatentes na luta contra o fascismo*, durante todo o conflito, tanto os republicanos, quanto os monarquistas e direitistas, contaram com apoio internacional e solidariedade política e material de suas correntes de adesão respectivas. Ou seja, de um lado, o campo democrático e comunista internacional e, por outro lado, as forças organizadas do nazifascismo europeu. Dentre essa ajuda, estava o envio de contingentes de combatentes estrangeiros – voluntários e profissionais.

A Guerra Civil Espanhola foi um combate sangrento que marcou a primeira metade do século XX e teve repercussão mundial. No Amazonas, não foi diferente. Entre os dois jornais pesquisados, *O Jornal* e *A Tarde* foram os que deram mais destaque ao evento. *O Jornal* deu ênfase ao ocorrido desde o desencadeamento dos combates, em julho de 1936. Algumas matérias do jornal tiveram por título: *Situação Hespanhola* ; *Revolução Hespanhola*; *Os horrores da guerra na Hespanha*; e *Guerra Civil Espanhola: aspectos fotograficos*.<sup>448</sup> Por sua vez, o jornal *A Tarde*, inaugurado no início de 1937, explorou a Guerra Civil Espanhola durante todo o período pesquisado. As primeiras informações veiculadas pelo jornal foram por meio de notas telegráficas que ocupavam parte da sua capa: “Aperta-se o cêrco em torno de Madrid”, seguida por “A Hespanha continúa agitada” e “Valencia bombardeada!”.<sup>449</sup>

Francisco J. Romero Salvadó, em *A Guerra Civil Espanhola*, afirma que:

Por todo o mundo, filmagens e editoriais da imprensa diária mostravam a realidade de um pesadelo que consumia um país atormentado. Para a opinião conservadora e católica, os nacionalistas defendiam os valores de uma civilização cristã ameaçada pelo comunismo e pela anarquia. Nos círculos liberal e trabalhista, a República constituía a última chance de defesa da liberdade antes do inexorável avanço da reação política por todo o continente. Além do mais, a consciência do envolvimento alemão e italiano reforçou o apelo romântico de uma República sitiada pelas forças internacionais do fascismo.<sup>450</sup>

Ambos os jornais aqui pesquisados – *O Jornal* e *A Tarde* – eram de orientação conservadora e, assim, foi rotineira a publicação de matérias e colunas em apoio aos nacionalistas e a Francisco Franco. Por isso, outra representação bastante explorada pelos anticomunistas amazonenses foram as que tangem à Guerra Civil espanhola. Ao lado das

<sup>447</sup> ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Brasileiros na Guerra Civil Espanhola: combatentes na luta contra o fascismo*. *Revista de Sociologia e Política*, n. 12, p. 35-66, jul. 1999. p. 35.

<sup>448</sup> Respectivamente: *O Jornal*. 12 ago. 1936; *O Jornal*. 24 ago. 1936; *O Jornal*. 18 nov. 1936; *O Jornal*. 15 nov. 1936.

<sup>449</sup> Respectivamente: *A Tarde*. 19 fev. 1937; *A Tarde*. 22 fev. 1937; *A Tarde*. 24 fev. 1937.

<sup>450</sup> ROMERO SALVADÓ, Francisco J. *A Guerra Civil Espanhola*. Tradução por Bárbara Duarte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. p. 112.

representações relacionadas aos levantes de novembro de 1935, as imagens dessa guerra eram utilizadas como exemplo da ação dos comunistas, numa tentativa de demonstrar à sociedade amazonense a crueldade dos comunistas e, assim, afastar qualquer possibilidade de mudança radical na sociedade amazonense e brasileira.

Os membros da Ação Católica, em especial Leopoldo Péres, utilizaram bastante das imagens produzidas pela guerra. No entanto, esse deputado acentuou os ataques dos “movimentos comunistas” contra a igreja, para demonstrar à sociedade e, em especial, aos católicos o quanto a luta contra o comunismo era importante, pois, em caso de vitória da revolução mundial, a Igreja seria exterminada.

Dessa forma, no texto *O terror vermelho*, o deputado denuncia as “atrocidades” cometidas pelos “comunistas” contra a Igreja Católica. Além disso, tentou demonstrar, embasado no *Livro Vermelho de Hespanha*, produzido pelo Anti-komintern, que a gênese da Guerra Civil Espanhola foi responsabilidade da Terceira Internacional. Segundo ele:

De sorte que a deposição do presidente Alcalá Zamora, as agitações syndicalistas, as greves, a perseguição aos sacerdotes catholicos, o incendio as igrejas e mosteiros <nada menos de 347!), todos os tristes acontecimentos que precederam a revolução libertadora de Franco, obedeciam ao programma da mashorca comunista imminente, elaborado nos mínimos pormenores, em sessão do komintern, de 27 de fevereiro de 1936, mas já em execução desde 1931, nas fórmulas preparatórias do terror prerevolucionario. O que vem a significar, em ultima analyse, que a hecatombe castelhana deve ser levada, única e exclusivamente, á responsabilidade nefanda do bolchevismo.<sup>451</sup>

O autor não leva em consideração que o texto foi produzido por antagonistas dos comunistas – o Anti-Komintern, de Berlim –, não cabendo dúvidas ou nuances sobre a responsabilidade dos comunistas na deflagração da Guerra, pois, segundo o deputado, “E’, antes, um inquerito de amplas proporções, e amplamente documentado, que não deixa duvida aos mais sceptico quanto á exatidão dos dados, nelle coligidos, de referencia ás arripiantes façanhas da barbárie eslava nas terras de oiro e sangue da pensinsula”. Além de indicar a violência contra a Igreja, o deputado deixa claro sua posição em relação à guerra quando trata o movimento golpista de Francisco Franco como “revolução libertadora”.

Ainda nesse texto, o autor volta a enfatizar as ações dos comunistas num sentido moralizante, embasado na mesma obra, e alegando que esta estava amparada por uma gama de documentos:

---

<sup>451</sup> *A Tarde*, 3 set. 1937.

[...] o maior interesse da obra, como libello anti-communista, está na opulenta reportagem photographica que o ilustra, reproduzindo, em fac-simile, os depoimentos prestados, e em nítidas gravuras, a destruição de templos e imagens; a profanação de sepulturas e a exumação de múmias; os estupros, os actos de sadismo; os fusilamentos de mulheres e creanças; o extermínio de sacerdotes a bomba de dynamite; o uso de instrumentos de tortura para arrancar os olhos aos pacientes; as execuções em massa, a petróleo e a fogo, - todo panorama innominavel, toda a paisagem dantesca, toda a iconoclasia e todos os furores sacrilegos e homicidas, que caracterizam o <terror vermelho>, nas suas habituaes manifestações.<sup>452</sup>

Ao denunciar os atos dos “comunistas”, Leopoldo Péres enfatiza que aquele período era o momento decisivo da luta entre o comunismo ateu contra a Igreja Católica. Segundo ele, “se verifica que o comunismo russo, provocando e eternizando a guerra civil na Hespanha, empreende uma das jornadas mais decisivas do seu plano diabolico, no afan infatiable de tripudiar, um dia, sobre os escombros da civilização christã”.

Segundo Francisco J. Romero Salvadó, durante a Guerra, “a Igreja confirmou seu papel como principal propagadora da visão maniqueísta dos nacionalistas a respeito da guerra e responsável ideológica por sua legitimidade”.<sup>453</sup> E, ao apoiar Francisco Franco, a Igreja auferiu, ao final da guerra, grande prestígio, ganhando o monopólio da educação e do serviço social na Espanha. Espaço este comparado apenas pelo protagonismo que detinha no período monárquico.

Deste modo, ao mesmo tempo em que anunciava a batalha final entre o comunismo e a Igreja Católica, Leopoldo Péres, em outro texto, denominado *A estranha aventura de Soror Pilar, miliciana vermelha*, apresenta uma interessante história de uma líder religiosa católica chamada Soror Pilar, que:

No convento das carmelitas de Limonar, as irmãs de caridade a tudo assistem, transidas, preparando-se, em orações soluçadas de joelhos, diante dos altares illuminados, para o sacrificio que não tarda. Subito, Soror Pilar, a superiora da congregação, como sob uma advertência heroica, exorta ás suas irmãs em cristo que abandonem o cenóbio, sob vestes seculares. E Ella, Soror Pilar, que iria fazer? “Que deus vos proteja, na sua infinita misericordia! Confiae nelle. Pedirei por vós!” Ficou só, e ao alvorecer, disfarçada, deixa, por sua vez, o convento. Mette-se num “mono” de F.A.I. Aggrega-se ao primeiro bando. Armada até os dentes, ninguem a excede na “caça” aos “inimigos” do povo. Trabalha dia e noite. Encarrega-se dos “fuzilamentos”. E a pretexto de combater a Deus, serve á causa de deus como ninguem. E assim salva velhos, mulheres e crianças; dá evasão a sacerdotes e freiras; attende a enfermos e feridos evita, quando póde, a “razzia” e a morte.<sup>454</sup>

Para Francisco J. Romero Salvadó, nessa guerra, havia sectários e extremistas em

<sup>452</sup> *A Tarde*, 3 set. 1937.

<sup>453</sup> ROMERO SALVADÓ, Francisco J. *A Guerra Civil Espanhola*. Op. Cit. p. 177.

<sup>454</sup> *A Tarde*, 19 abr. 1937.

ambos os lados. Todos ávidos para resolver antigas disputas e eliminar seus adversários. A Igreja Católica, neste bojo, tornou-se objeto privilegiado do ódio popular, pois os membros do clero eram identificados como defensores culturais do *status quo*, era conivente com a opressão social e exigia a aceitação popular do domínio natural das classes governantes. Dessa forma, construções e símbolos religiosos se tornaram alvos da fúria da multidão. Igrejas, mosteiros e conventos foram pilhados, saqueados e queimados ou, ainda, transformados em lojas, hospitais, cantinas públicas e até em salões de baile. No total, 6.844 membros do clero – incluindo 13 bispos – foram mortos.<sup>455</sup>

A história de Soror Pilar, narrada por Leopoldo Péres, a nosso ver, foi enunciada pelo autor para animar a população católica na luta contra o comunismo, dando exemplo de como as hostes católicas devem agir nessa luta renhida. Não sabemos se realmente a irmã Soror Pilar existiu ou mesmo se, de fato, essa história foi real. No entanto, podemos imaginar que uma história como esta, lida por um público católico em um período de constantes conflitos entre a Igreja e o comunismo, pode servir tanto para consolidar a imagem dos “comunistas” como maléficos, como também animar seus pares nessa luta de “vida ou morte”.

Interessante mencionar, também, que, apesar de atribuir esses atos aos comunistas, o deputado cita a Federação Anarquista Ibérica (FAI) como a que protagonizou a invasão a Malaga. Essa tática do deputado pode ser explicada pelo fato de que o anarquismo no Amazonas não representasse uma força significativa a ponto de amedrontar a sociedade, por isso, a associação ao comunismo que, no momento, era visto como o inimigo a ser batido. Também podemos supor que essa associação pode ter sido usada por desconhecimento ou mesmo descuido do deputado, não especificando, nem diferenciando, comunistas de anarquistas ou mesmos de outras forças de esquerda que lutavam na Guerra Civil Espanhola.

#### 4.4.4 “Infiltração comunista”, cancro, doença, morbo, vírus, peste, bactéria...

As três representações apresentadas acima se vinculavam a outras representações como infiltração, doenças, horda, alcateias, vírus etc. Como demonstrado, essas representações eram as formas que os grupos anticomunistas viam ou desenhavam o comunismo e os comunistas, evidentemente que essas representações mobilizavam ações concretas na guerra contra o “credo vermelho”.

Como mencionado neste trabalho, no período estudado, ainda não existia uma direção

---

<sup>455</sup> ROMERO SALVADÓ, Francisco J. **A Guerra Civil Espanhola**. Op. Cit. p. 147-150.



ou núcleo do PCB no Amazonas. Os trabalhadores se organizavam pelo CPA, pelo PTA e, depois, alguns ingressaram na ANL. Diante disso, por que o medo ao comunismo era tão grande, se o partido sequer existia no Amazonas?

Geralmente, quando pensamos em “comunismo” ou em “comunistas”, logo nos remetemos a um partido que, no seu programa, se identifique como marxista-leninista; ou em uma pessoa ou grupo de pessoas que se filiam a um partido dessa corrente de pensamento. No entanto, os anticomunistas da década de 1930 não pensavam dessa forma. Poderia ser considerado “comunista” ou ser associado ao “comunismo” qualquer entidade, instituição, grupo de pessoas ou pessoa com ideais mais progressistas.

Como demonstra Carla Simone Rodeghero, “[...] o comunismo é associado não apenas aos partidos que o têm como bandeira, mas também [...] a todos os partidos de esquerda [...]; aos indivíduos atuantes em movimentos sindicais, estudantis ou em qualquer outro tipo de movimento popular”.<sup>456</sup> Na mesma direção, Carla Lucina Silva afirma que “embora os textos anticomunistas estejam se referindo a um ‘inimigo’, concreto ou não, eles têm claro que esse ‘inimigo’ não é necessariamente um militante de um partido comunista”.<sup>457</sup>

Neste sentido, analisamos o medo ao comunismo no estado do Amazonas que, nos anos pesquisados, se mostrava latente. Dessa forma, no texto *Entre scylla e charybdes*, Leopoldo Péres, nos dá um pequeno exemplo de como esse medo funcionava, argumentando que:

Dois perigos, a meu vêr, e ambos de extrema gravidade, até porque o segundo beneficiará também, necessariamente, das devastações do primeiro, ameaçam neste momento o equilíbrio da ordem no Brasil: a mashoca política e o communismo. E’ o dilemma que não escapa, na sua nitidez meridiana, á vista desarmada do mais displicente observador da situação actual do paiz.

De que neoplasma, ou antes, o carcinoma soviético continúa a deitar raizes por entre o organismo da Nação, teimando em apodrecer-lhe e dissociar-lhe os tecidos vivos, a prova está nos factos contristadores que se tem verificado no recinto do Tribunal de Segurança. O cancro não foi ainda extirpado. Trabalham na sombra os agentes brasileiros da IIIa. Internacional. A komintern não tira de sobre nós o olho de moscou. Sente-se, latejando aqui e alli, o processo infeccioso. E no combatel-os e reclamam mobilizadas todas as reservas de nossa vitalidade, todas as milícias phagocytarias da saúde nacional. Porque é um problema de vida ou morte.<sup>458</sup>

Neste texto, Leopoldo Péres, primeiramente, aponta que o comunismo é perigoso. Em seguida, traz à tona duas representações características do anticomunismo brasileiro, a

<sup>456</sup> RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho**: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). Op. Cit. p. 28.

<sup>457</sup> SILVA, Carla Luciana. **Onda Vermelha**: imaginários anticomunistas brasileiros (1931- 1934). Op. Cit. p. 25-26.

<sup>458</sup> *A Tarde*, 30 mar. 1937.

imagem de “infiltração” e de “doença”. Ele acreditava que os comunistas continuavam suas atividades, mesmo diante de todas as prisões e repressão instalada após os levantes de novembro de 1935. Inclusive, naquele ano, Luiz Carlos Prestes, Harry Berger e outros líderes dos levantes de 1935 estavam sendo julgados pelo TSN.

Sá Motta afirma que “a representação do comunismo como enfermidade remete ao tema correlato da ‘infiltração’. Tal qual uma doença, os comunistas foram denunciados como um grupo dedicado a infiltra-se nos organismos sociais, debilitando-os internamente”.<sup>459</sup> Dessa forma, podemos observar que não se tratava mais de impedir a “infiltração” do comunismo no país, já que este estava presente, mas, sim, de evitar que ele adentrasse as instituições nacionais, como as Forças Armadas, os partidos, as escolas, as faculdades, o meio operário, os sindicatos, o parlamento, entre outros; pois, como diz o deputado, o comunismo era infeccioso e poderia “apodrecer” os “tecidos vivos” da nação.

Dessa forma, os “tecidos vitais” da nação tinham que ser protegidos. Neste sentido, preocupado com a proliferação do comunismo no meio operário, o jornal *A Tarde* iniciou, no final mês de abril, uma pujante campanha em prol da comemoração do dia do trabalhador<sup>460</sup> (1º de maio). A campanha ganhou aderentes, tal qual o diretor do Ginásio Pedro II, professor Carlos Mesquita. E, logo, o governador do estado decidiu patrocinar a celebração, telegrafando aos prefeitos das cidades do interior para que celebrassem também a data, inclusive, nas vilas.<sup>461</sup>

A data foi celebrada com grande sucesso e, sobre os trabalhadores, Leopoldo Péres escreveu o texto *Saudação proletária*, no qual diz:

[...] As bacterias da infecção extremista, inocular nos tecidos organicos da Nação, encontram firmeza inflexível do vosso civismo, obstáculos intransponíveis á sua irradiação apodrecedora. Aspirando ao advento de um regime de justiça social, dentro nas fronteiras de uma democracia christã, cedo compreemdestes o não-senso sociologico da luta de classes, que lança no coração dos homens o fermento infecundo do ódio. Assim, refugindo o ominoso preconceito marxista, fiscastes immunizados ao contagio da <peste de Moscou>. E ainda bem, para o Brasil! Amigos e companheiros de ideal! Ainda bem para o Brasil! Ainda bem que não vos deixaes illudir. Olhae para a caliginosa experiencia sovietica, e deconfiae das

<sup>459</sup> MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Op. Cit. p. 54.

<sup>460</sup> Na capa do jornal, a partir de 22 de abril, era possível ler mensagens como: *Commemoremos, condignamente, a data de 1º de maio (A Tarde, 22 abr. 1937); Festejar a data de 1º de maio é um dever de gratidão á classe operaria, constructora do progresso da nacionalidade (A Tarde, 22 abr. 1937); E’ preciso festejar, com brilhantismo, a data de 1º de maio (A Tarde, 24 abr. 1937).*

<sup>461</sup> *A Tarde*, 27 abr. 1937.

promessas falazes, com que vos querem arrastar. Meditae o infortúnio das populações ibéricas na Hespanha espostejada e exangue [...]<sup>462</sup>

O deputado retoma as imagens de “infiltração comunista” e de “doença”, mas, neste texto, retoma para dizer que os trabalhadores se opõem ao comunismo e que são obstáculos ao contágio da “peste soviética”. Evidente que a celebração do dia do trabalhador e o texto de Leopoldo Péres se inserem em um contexto no qual as classes dominantes queriam afastar qualquer possibilidade de os trabalhadores terem proximidades ou simpatias pelo comunismo. Por isso, a festa foi celebrada. Por isso, também, o texto de elogio que, se lido nas entrelinhas, percebe-se que tem o objetivo mais de alertar do que, de fato, elogiar. Assim, é curioso observar que, nos anos anteriores, 1935 e 1936, não observamos por meio das fontes nenhuma menção à celebração a este dia. Neste sentido, interpretamos, então, que essa medida serviu como uma tentativa de cooptar as classes trabalhadoras pelo regime estabelecido, propagando no meio operário a conciliação e passividade em contraposição à luta de classes.

Em *Estado-de-guerra*, o deputado volta a falar sobre a “infiltração comunista”:

Um telegramma de hontem refêre que o governo, tendo em vista o insólito recrudescimento das actividades subversivas do extremismo, já está cogitando da reimplantação do estado-de-guerra. Imagino, pelo que se observa entre nós, o mal estar que, de resto, duplamente se justifica. De um lado, porque a Nação, reintegrada na plenitude das franquias constitucionnaes, que ainda lhe e não fora dado usufruir na vigência da carta-magna de 34, não póde compreender, e com o maior constrangimento toleraria, o retorno áquelle regime de excepção. De outro, porque o pensamento do governo vem demonstrar que o morbo marxista, longe de exterminado, continua, silencioso e roaz, o seu trabalho de infiltração no combalido organismo nacional, para isso, já agora, beneficiando das agitações inevitáveis, e dia a dia mais accentuadas, da campanha succesória. [...]

E o resultado é que os extremistas, folgadissimos, voltaram á carga. De tal jeito, que um despacho, de Paris, creio, há dias passados, traduzia o jubilo de que se mostram possuídas as associações bolcheviques da capital franceza, pela situação francamente auspiciosa em que a doutrina se encontra no Brasil... E’ provável, portanto, que tenhamos, de novo, o estado-de-guerra e, o que é mais de lamentar, no momento em que o povo brasileiro precisava, e precisa, dispor de todas as suas prerogativas de liberdade para a grande experiência democrática que se approxima.<sup>463</sup>

O momento em que o deputado escreveu este texto foi aquele, já mencionado acima, no qual o Ministro da justiça Macedo Soares liberou aqueles detentos sem acusação formal e no qual o Chefe provincial da AIB no estado, Jayme Pereira, publicou, n’*A Tarde*, supostas diretivas da Terceira Internacional. Era o momento também no qual já tinha iniciado a pré-campanha eleitoral para o cargo de presidente do Brasil.

<sup>462</sup> *A Tarde*, 1 maio 1937.

<sup>463</sup> *A Tarde*, 6 ago. 1937.

No texto, o deputado demonstra a possibilidade do retorno do Estado de Guerra o qual havia sido revogado recentemente, após ter sido renovado desde novembro de 1935. Ele aponta um “mal estar” que essa medida traria, já que o país, segundo ele, não conseguia gozar de democracia plena desde que a Constituição de 1934 fora promulgada. Observa-se também que o deputado não demonstra dúvida sobre a continuação das atividades comunistas no país, associando o “retorno” das atividades de “infiltração” à agitação que a pré-campanha eleitoral estava provocando. Dito isto, é importante lembrar que as diretivas citadas não se tratam do Plano Cohen que, em seguida, deu fundamentos para a implantação do novo Estado de Guerra e, posteriormente, o autogolpe de Getúlio Vargas. O plano Cohen surgiu apenas em finais de outubro de 1937.

Dessa forma, após a publicação das diretivas, foi mais constante ler no jornal menções à “infiltração comunista”. O próprio Aristophano Antony, proprietário e diretor d’*A Tarde*, publicou um texto denominado *Apostos, Brasileiros!* no qual afirma que:

Segundo o responsável pela ordem publica na metrópole do paiz, os agentes vermelhos proseguem na disseminação de sua doutrina nos quartéis e nos vazos de guerra, constituídos que estão em bloco que tem irradiação em todos os quadrantes do paiz. Vivemos, portanto, sob terrível ameaça, e ella é tão flagrantemente manifestada, que se fazem precisas enérgicas providencias para evitar a eclosão de novo movimento comunista. E’ tempo, portanto, de todos os brasileiros que prezam as tradições históricas, familiares e espirituaes do seu paiz, se congregarem e, cheios de fé e de coragem, se decidirem a defender as nossas prerogativas de liberdade, novamente ameaçadas pelos agentes do Komintern. E’ que, mais uma vez, vão entrar em jogo os destinos do Brasil.<sup>464</sup>

Neste texto, Aristophano Antony demonstra que não havia dúvidas acerca da “infiltração”. Os comunistas novamente se voltavam contra o Brasil sob ordens da IC, infiltrando-se nos quartéis, como em 1935, e caberia aos cidadãos defender a família, a fé cristã e a liberdade. No texto, também é possível observar outra representação acerca do comunismo, a “ameaça estrangeira”, a qual também foi associada pelos anticomunistas à “doença” e à “infiltração”. Como a IC era quem comandava a “infiltração” no país, com objetivo de fomentar a revolução comunista, seus ideais eram estrangeiros, da URSS, e seus agentes, ainda que brasileiros, estavam dedicados a implantar esses ideais no país, portanto, eram igualmente estrangeiros e traidores da pátria.

Interessante mencionar que textos como esses deixaram de ser publicados quando aconteceu o autogolpe de Getúlio Vargas e foi implantado o Estado Novo. Evidentemente, isso ocorreu porque os anticomunistas acreditavam que o golpe frustrou todas as ambições

---

<sup>464</sup> *A Tarde*, 18 ago. 1937.

dos “comunistas”. Um dia após o golpe, Leopoldo Péres publicou *Pela ordem Nóva!*, no qual afirma:

A palavra democracia transmudara-se (e não poucas vezes tive de o accentuar desta columna) na senha da infiltração marxista. E á sombra dessa grande bandeira, desse magnífico principio, se acoitavam os inimigos do Brasil para o assalto que não tardaria a desencadear-se, ensanguentando, dividindo, enlutando a Nação. Do pleito presidencial anunciado, que todos esperávamos e desejáramos fosse uma experiência salutar de reerguimento cívico, resultaria, bem ao revés, para o Brasil, ainda que até lá não se houvesse verificado o golpe sovietico, a mais amarga das provocações collectivas. Esse pleito marcaria, porventura, na fórmula por que se achavam encaminhadas as coisas, a etapa final na evolução das nossas instituições representativas, que teriam de fatalmente sossobar ao assedio das hordas bárbaras do communismo.<sup>465</sup>

Este foi o último texto em que Leopoldo Péres tratou o tema. Neste texto, ele volta a apontar que os “comunistas” se aproveitaram da abertura política e da pré-campanha eleitoral para fortalecer a sua “infiltração” nos “tecidos vitais” da nação a fim de assaltar o poder. Em outros pontos desta composição, Leopoldo Péres ainda tecer elogios a Getúlio Vargas e ao regime estabelecido. Nos textos posteriores, aborda o “Estado Forte”, fazendo elogios. A partir do golpe do dia 10 de novembro, passa a publicar em dias alternados, até o dia 1º de dezembro, quando escreve seu último texto para *A Tarde*.

Diante do exposto, cremos que foi possível demonstrar como funcionava o medo ao comunismo no estado do Amazonas. Não era necessário existir um partido comunista pra haver anticomunismo. Não era preciso estar numa iminência de um golpe comunista para que a representação de “doença”, “infiltração”, “ameaça estrangeira” fosse utilizada. Muitas vezes, em momentos pacíficos, quando os considerados “comunistas” estavam presos ou impossibilitados de exercer sua militância, essas imagens continuavam sendo usadas. Logicamente que, quando os conservadores viam ou imaginavam que os “comunistas” voltaram a sua militância ou quando queriam agitar a opinião pública, essas imagens eram mais utilizadas, como a partir de julho de 1937. É importante lembrar que as pessoas consideradas “comunistas”, como dissemos no início deste subtópico, eram muitas vezes apenas trabalhadores envolvidos em algum sindicato ou um portador de ideias mais progressistas ou um intelectual que tivesse simpatias pela URSS ou um cidadão contrário à fé cristã ou ao regime vigente.

Dessa forma, os textos expostos incentivavam esse medo constante ao comunismo. Todos os autores aqui apresentados utilizaram-se das representações anticomunistas e

---

<sup>465</sup> *A Tarde*, 11 nov. 1937.

pintavam, a forte tinta, todo um cenário horripilante sobre a possibilidade dos comunistas se infiltrarem no organismo da nação, apodrecendo-o e matando-o, realizando aqui uma revolução que repetiria todas as “maldades” feitas na URSS, na “intentona” de 1935 e na Guerra Civil Espanhola. Assim, quando esses textos eram lidos e/ou transmitidos oralmente criava-se um grande medo na sociedade e esse horror gerava uma repulsa ao comunismo, pois essas representações demonstravam quem eram maus e quem eram bons, quem eram os defensores da pátria e quem eram os traidores, quem servia a Deus e quem servia ao diabo. Por fim, criava-se um juízo de valor e ajudava a consolidar um imaginário anticomunista na sociedade amazonense e brasileira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação de mestrado foi dividida em três capítulos principais, os quais abordaram os aspectos políticos do estado do Amazonas durante os anos de 1935 a 1937. Evidentemente que em vários momentos recuamos no tempo para melhor explicar os processos que iniciaram na década de 1920 e tiveram sua culminância na década seguinte.

No entanto, o interesse deste trabalho foi, primeiramente, abordar a reestruturação partidária estabelecida com o Código Eleitoral e a convocação de eleições constituintes – federal e estadual –, posteriormente, eleições para deputados federais, eleições indiretas para governador e senado e, em seguida, eleições diretas para deputados federais, vereadores e representantes de classe.

Em seguida, em meio a todo esse processo de reconfiguração político-partidária, apresentamos o surgimento de duas entidades que tiveram papel fundamental na década de 1930, a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL). Inicialmente, demonstramos como as duas entidades surgiram em nível nacional e, evidentemente, de onde vinham suas influências. A AIB surgiu, em 1932, influenciada pelo fascismo italiano, teve três lideranças nacionais – Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale –, arregimentou núcleos em várias cidades brasileiras por meio das “Bandeiras Integralistas”, que eram caravanas incumbidas de irradiar seus ideais.

Em fins de 1933, chegou à cidade de Belém no estado do Pará uma dessas caravanas e para lá se deslocaram algumas figuras públicas amazonenses. No início de 1934, foi fundado um núcleo da AIB no Pará sob a liderança do professor Paulo Eleuthério, o qual recebeu a missão de propagar o ideal integralista por todo o norte do Brasil. Ele conhecia bem o estado do Amazonas, pois já havia sido professor do Colégio Dom Pedro II, sediado em Manaus. No mesmo ano (1934), Paulo Eleuthério resolveu participar de um concurso para a vaga de História Universal do Colégio Dom Pedro II, cátedra que já tinha sido sua. No final de 1934, aprovado no concurso, veio ao Amazonas assumir a cátedra, assim como, se juntar aos que já organizavam o núcleo integralista do Amazonas. O núcleo da AIB no Amazonas foi inaugurado oficialmente no dia 23 de abril de 1935, tendo o referido professor como principal liderança.

Implantado no Amazonas, este núcleo obteve rápido crescimento. O núcleo se dividiu

em núcleos estadual e municipal. Um com objetivo de fundar novos núcleos e filiar pessoas em outros municípios do estado. E o outro, ficou incumbido de organizar e fundar subnúcleos na capital. Ambos obtiveram êxito. O primeiro inaugurou sedes nos municípios de Itacoatiara, Manacapuru, Parintins, Coari. O segundo fundou subsedes em dois bairros pobres da cidade, a saber: Constantinópolis e São Raimundo.

A AIB no Amazonas encontrou um terreno fértil para seu ideal. Além dos núcleos e subnúcleos, fundaram a Escola Deus e Pátria. Na imprensa, conseguiram importante espaço, tendo colunas nos jornais *O Jornal* e *A Tarde*, além de repercussão de suas atividades no *Jornal do Comércio*, na revista *Cabocla*. Eles também fundaram seu próprio jornal – *Anauê!*

O integralismo angariou muitas adesões e simpatias. Deputados estaduais, como Leopoldo Péres e Maria Miranda Leão eram seus apreciadores. Mário Ypiranga Monteiro e Ramayana de Chevalier faziam parte da juventude integralista.

Em 1936, a AIB transformou-se em um partido político visando à eleição presidencial de janeiro de 1938 e, para sua vitória, segundo as estimativas, a organização, em 1937, possuía 200 mil filiados em todo o país, um número expressivo se pensarmos que neste momento não era comum termos partidos nacionais. No entanto, as pujantes hostes integralistas tiveram que fechar suas sedes em dezembro de 1937, pois Getúlio Vargas havia implementado o Estado Novo, em novembro, e decretou, em seguida, o fechamento de todos os partidos políticos do Brasil. Nesse momento, a AIB virou Associação Brasileira de Cultura.

Outra entidade que marcou a década de 1930 foi ANL. “Pão, terra e liberdade” era o seu lema e, buscando o fim do latifúndio, o não pagamento da dívida imperialista e se colocando contra a guerra, o fascismo e contra o governo Vargas, foi que ela se apresentou no território nacional.

Nacionalmente, foi liderado por Herculino Cascardo, Roberto Sisson, Benjamin Soares Cabelo. Seu lançamento se deu dia 30 de março de 1935, no Teatro João Caetano, Rio de Janeiro. Era produto da aglutinação de vários grupos antifascistas que, desde 1934, surgiam no país. Evidentemente que, no Brasil, ela surgiu para rivalizar com a AIB e como opositora ao governo de Getúlio Vargas. Sua composição era totalmente heterogênea, agregando grupos de várias classes sociais, desde funcionários públicos, operários, liberais, socialistas, anarquistas, comunistas, políticos etc.

Essa entidade alcançou rápido crescimento. Segundo a literatura, sua abrangência foi de 1.600 núcleos pelo Brasil. Um desses núcleos foi inaugurado no Amazonas, no final do mês de junho de 1935.



No Amazonas, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) foi formada por um grupo que variava entre funcionários públicos, profissionais liberais, trabalhadores – presidentes de sindicatos ou diretores de sindicatos – e operários em geral. Os articuladores da entidade no estado foram Júlio Vianna Barbosa e Lycurgo Cavalcante, o primeiro era do Sindicato dos Comerciários, trabalhava de gerente do *Jornal do Comércio*, havia ajudado a fundar o PTA e o CPA, o segundo era alfaiate e se organizava pelo CPA.

Júlio Vianna Barbosa, primeiro presidente da entidade, havia disputado a eleição para deputado estadual, em 1934, não obtendo êxito. Em 1935, quando o PTA se fundiu com os Radicais Socialistas – ala de Álvaro Maia no PSA –, este deixou o partido para se dedicar apenas à ANL. No entanto, assim que fundada a agremiação, deixou a presidência, tendo assumido o cargo o professor Marciano Armond do PLA.

A ANL não teve uma vida longa como a AIB: em julho de 1935, ela foi colocada na ilegalidade. No Amazonas, essa medida foi recebida com surpresa, pois o núcleo instalado dava seus primeiros passos e, naqueles mesmos dias de julho, recebia uma caravana da direção nacional da agremiação composta por Roberto Sisson, Benjamin Soares Cabelo, Ivan Pedro Medina, Lydia Freitas e Mary Mercio.

Com o fechamento da sede, os aliancistas amazonenses, aparentemente, se desarticularam. Júlio Vianna continuou trabalhando no *Jornal do Comércio* e Lycurgo Cavalcante continuou a trabalhar em sua alfaiataria e no CPA. As fontes periódicas davam sinais que aquele agrupamento tinha realmente acabado e que não voltaríamos a ler sobre esses homens. Porém, tudo começou a mudar a partir de leituras de fontes oficiais, como a Mensagem de Governo à Assembleia Legislativa do Amazonas, em especial, nos tópicos em que abordam os relatórios da Justiça, da Polícia e do Ministério Público. Coletamos, nesses materiais, duas informações interessantes. A primeira informação foi que havia cinco homens presos por crimes políticos na Casa de Detenção; e a segunda informação foi que, em novembro de 1935, havia tido uma perturbação à ordem pública motivada pela “intentiona comunista”, mas sem dar mais detalhes.

Ao confrontar essas informações com as fontes periódicas, conseguimos outras informações, mas nada que pudesse aprofundar o caso. No jornal *Tribuna Popular*, analisamos a matéria intitulada *A pretensa intencionada*, publicada no dia 18 de novembro de 1935. A notícia relatava que a polícia havia apreendido bombas em um parque de diversão chamado Onze Brilhante e que havia planejamentos para golpear o governador do estado, Álvaro Maia. No entanto, não dava nomes, nem pistas sobre quem participou dos planos. Além disso, o caso foi tratado pelo jornal como bisbilhotice.

Diante disto, não nos coube outra escolha a não ser ir à procura do processo-crime que foi movido contra esses homens. Infelizmente, todo o processo foi remetido, em princípios de 1936, ao Tribunal de Segurança Nacional (TSN) e hoje se encontra no Arquivo Nacional, separado para a digitalização, o que não acontece desde 1995, como nos foi informado pela equipe do Arquivo. Mas não desanimamos! Ainda revirando o Arquivo do Tribunal de Justiça do Amazonas, encontramos o processo nº 281, dois pedidos de liberdade condicional, de números 136 e 137, além de um acórdão do recurso-criminal nº 919, documentos pelos quais analisamos e conseguimos construir nosso segundo capítulo desta dissertação. E, assim, percebemos que o noticiado não foi apenas bisbilhotice, mas, sim, algo real.

Por meio das fontes criminais, podemos saber que, ao contrário do que pensávamos, o fechamento da sede da ANL não significou que Júlio Vianna Barbosa e Lycurgo Cavalcante deixaram de fazer política. Em novembro de 1935, eles articulavam, juntamente com Antônio Laredo Reis, Francisco Lima de Sousa e Júlio Bertholdo Moura, um plano que, se tivesse vindo a cabo, poderia causar a deposição do governo e o domínio do estado por esses rebeldes.

Esse levante estava conectado com outros levantes que aconteceram naquele mesmo novembro de 1935 e que ficaram marcados na memória oficial, pejorativamente, como “Intentona comunista”. Neste trabalho, fizemos um esforço reflexivo, amparado pela bibliografia existente e, em especial, por meio das fontes acessadas e percebemos que possivelmente houve uma orientação vinda “de cima” para que esses levantes pudessem acontecer. Acreditamos que esta ordem possa ter vindo da direção nacional do PCB ou da ANL, mas descartamos as acusações que estas insurreições possam ter partido da Internacional Comunista, devido todo o debate envolvendo as mudanças de teses no VII Congresso, ainda que este congresso não tenha dado um parecer final sobre a nova postura da IC.

Os planejamentos desses homens tiveram início em finais de outubro de 1935. O primeiro levante, marcado para o dia 5 de novembro, falhou devido a alguns participantes terem extraviado armas. Com isso, replanejaram e o levante ficou marcado para o dia 12 de novembro. Segundo Antônio Laredo Reis, estavam envolvidos na ação soldados do 27º BC que tinham acabado de “pegar baixa” e outros que ainda integravam este batalhão. Além deles, compunham os planos desempregados da cidade e dos seringais e mais homens que o mesmo havia mandado para os municípios do interior e para a Colômbia. Esses homens contavam com armamento. As fontes atestam a posse de metralhadoras *hot-kiss* e bombas, fabricadas por Júlio Bertholdo Moura, um operário que tinha conhecimentos em elétrica e

talento para invenções. Segundo ele, suas bombas poderiam ser explodidas a um quilômetro de distância, por meio de um equipamento que ele havia criado.

Por fim, este levante não foi levado a cabo, porque o Chefe de Polícia estava ciente, desde o dia 29 de outubro, desses intentos e infiltrou, entre os rebeldes, um agente de polícia chamado Lauro Potiguara dos Santos, que recebeu uma missão tripla: servir como porteiro do Onze Brilhante, de policial disfarçado e de participante da insurreição. Foi ele quem recebeu as bombas de Júlio Moura e as armazenou no Onze Brilhante, informando o chefe de polícia que tudo estava certo para que estes homens levantassem armas.

No dia 14 de novembro, foram presos preventivamente Antônio Laredo Reis, Júlio Bertholdo Moura, Francisco Lima de Sousa e Lycurgo Cavalcante – Júlio Vianna Barbosa foi preso apenas em julho de 1936. Os presos não puderam acompanhar os levantes ocorridos em Natal, Recife e Rio de Janeiro, mas puderam sentir a repressão do Estado sobre todos aqueles que receberam a alcunha de “comunistas”.

O evento gerou não só uma gama de representações, mas, igualmente, ações dos governos federal e estadual, além de uma mobilização anticomunista no estado e no país. As ações dos governos federal e estadual foram abordadas no nosso terceiro capítulo, trecho este dedicado à cultura política anticomunista. Nesse capítulo, observamos uma série de medidas que foram tomadas para combater o comunismo ou o que eles entendiam como comunismo.

A primeira medida foi a aprovação do Estado de Sítio, que foi prorrogado até março de 1936 e, no mesmo mês, transformou-se em Estado de Guerra. Nos primeiros meses de 1936, foi criada a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, organização que causou a demissão de funcionários públicos e privados e a prisão de inúmeras pessoas, comunistas, de fato, e outras, que só simpatizavam pela ANL, entre essas, o prefeito Pedro Ernesto.

No Amazonas, o evento de novembro de 1935 causou pânico na ala conservadora do estado. A deputada estadual Maria Miranda Leão, por exemplo, assim que a Assembleia Legislativa voltou a funcionar, em dezembro do mesmo ano, propôs que a disciplina Ensino Religioso fosse incluída na grade curricular das escolas amazonenses com objetivo de servir como uma parede contra a “infiltração bolchevista”.

Outras medidas utilizando a educação como ferramenta de prevenção e combate ao comunismo se deram em 1937, quando se espalhava pelos jornais do estado que havia a iminência de uma nova “intention comunista”, logo que anunciaram a “descoberta” do Plano Cohen. O diretor da Escola Agrônômica de Manaus e vereador Lucano Antony solicitou que os professores fizessem preleções no início das aulas versando sobre o perigo comunista, assim como também solicitou que o centro acadêmico da escola realizasse reuniões com os

estudantes sobre o mesmo tema.

Neste mesmo contexto, foi formado, a pedido de governador Álvaro Maia, que, nesse momento, também era presidente da Junta Executiva do Estado de Guerra – novamente aprovado em outubro de 1937 –, uma comissão de censura aos livros didáticos. Essa comissão tinha por objetivo buscar conteúdos de cunho bolchevista nos livros; caso fossem encontrados, a orientação era para que deixassem de ser usados nas escolas.

No campo policial, apresentamos outras medidas para a luta contra o “credo vermelho”, tais quais o reequipamento das forças policiais com a aquisição de viaturas (carros celulares), motocicleta (com *sidecar*), a reforma de duas lanchas, a formação de uma guarda noturna e da guarda civil. No ano de 1936, foi montado um departamento para manter a segurança política e social que se tornou, em 1937, a Delegacia de Segurança Política e Social, visando à observação de pessoas suspeitas de terem vínculos com o comunismo.

A guerra contra o comunismo também se deu por meio da imprensa. Observamos que a Associação de Imprensa do Amazonas, formada por intelectuais de renome, como Arthur Cezar Ferreira Reis, Aristophano Antony e outros, comprometeu-se em realizar uma ampla campanha anticomunista pelos jornais, alertando a população sobre o “perigo vermelho”. Vimos também que os jornais que mais colocaram em prática tal compromisso foram *A Tarde* e *O Jornal*.

No terceiro capítulo, também falamos sobre as instituições anticomunistas. Já tínhamos abordado a AIB no primeiro capítulo e, assim, retomamos alguns pontos sobre ela. No entanto, demos mais ênfase ao Centro Dom Vital, que surgiu no Amazonas na segunda metade de 1937, sob a liderança de André Araújo. Essas duas entidades eram as que mais combatiam o comunismo, suas lideranças tinham importantes espaços nos jornais que circulavam no estado. O deputado estadual Leopoldo Péres, membro da Ação Católica e do Centro Dom Vital, por exemplo, tinha uma coluna diária no jornal *A Tarde* na qual reverberava sua visão sobre o comunismo. Os integralistas possuíam coluna n’*O Jornal* e n’*A tarde* onde também atacavam o comunismo e pregavam seus ideais.

Nesse sentido, por meio dos periódicos, principalmente por meio do jornal *A Tarde*, percebemos as representações produzidas e reproduzidas por esses grupos. Assim, destacamos quatro representações que eram mais veiculadas: URSS, “Intentona Comunista”, Guerra Civil Espanhola e “infiltração comunista”.

A primeira representação visava demonstrar à população amazonense que a propaganda comunista não passava de falácia, que era o “paraíso vermelho”, na verdade, era um “inferno”. Lá, os trabalhadores não estavam em melhores condições que os trabalhadores

amazonenses. Lá, não havia liberdade, democracia, todos tinham que fazer as vontades de Stálin. Na URSS, as pessoas também não podiam celebrar o natal e eram enganadas desde a infância.

A segunda representação serviu para os grupos anticomunistas demonstrarem na prática – segundo eles – o quão perverso era o comunismo e como seria o Brasil caso o comunismo viesse a vencer um dia. Os anticomunistas acusaram os rebeldes de estupro, roubo, traição à pátria, traição às Forças Armadas, pois estariam agindo sob a ordem de Moscou. E, por isso, era de suma importância que não se permitisse que essa cultura política viesse a se proliferar no país. Para isso, fazia-se necessária uma série de medidas para conter a “infiltração comunista”.

A terceira representação, também versava sobre as maldades dos comunistas, mas visavam a um público fundamental, os católicos. O fato de a Igreja Católica apoiar abertamente Francisco Franco contra os republicanos e ter tido várias de suas igrejas queimadas e alguns de seus membros mortos colocava em alerta e em pânico os católicos amazonenses, pois, se os comunistas eram capazes de matar “homens de Deus”, sinal de que eles eram “servos de Satanás”, os católicos amazonenses tinham que fazer frente a ele, quer seja impedindo sua proliferação, quer seja se apegando mais a Deus e à Igreja.

A quarta representação – “infiltração comunista” – nos ajuda a entender o porquê do medo ao comunismo, mesmo sem a presença de um partido comunista no Amazonas. Observamos que não era preciso a existência de um partido comunista para que os anticomunistas enxergassem o “perigo vermelho”. Esses grupos viam comunismo no movimento de trabalhadores, sindicatos, cátedras, em qualquer grupo mais progressista da sociedade. Dessa forma, os grupos anticomunistas propagavam o medo ao comunismo, transmitindo representações anticomunistas por meio de textos veiculados na imprensa e em outros meios, nos quais pintavam, com forte tinta, a possibilidade constante de os “comunistas” assaltarem o poder no Brasil. Esses textos lidos e transmitidos oralmente geraram pavor na sociedade e repulsa ao ideal comunista.

## FONTES PRIMÁRIAS

### Periódicos

**A Manhã**, Rio de Janeiro, 1935. Hemeroteca Digital Brasileira (Biblioteca Nacional).

**A Tarde**, Amazonas, 1937. Instituto de Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA).

**Jornal do Commercio**, Amazonas, 1935-1937. Instituto de Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA).

**O Jornal**, Amazonas, 1935-1937. Instituto de Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA).

**O Socialista**, Amazonas, 1936. Instituto de Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA).

**A Selva**, 1937, Amazonas, 1932, N. 10. Biblioteca Mário Ypiranga Monteiro- Centro Cultural Povos da Amazônia (CCPA).

**Cabocla**, 1936-1937, n. 4, Amazonas, 1932, N. 10. Biblioteca Mário Ypiranga Monteiro- Centro Cultural Povos da Amazônia (CCPA).

**Vitória Régia**, Amazonas, 1932, N. 10. Biblioteca Mário Ypiranga Monteiro- Centro Cultural Povos da Amazônia (CCPA).

**Tribuna Popular**, Amazonas, 1935-1936. Instituto de Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA).

### Processos criminais

**AMAZONAS**. Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça do Amazonas. Processo-crime nº 281, Manaus: 1936.

**AMAZONAS**. Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça do Amazonas. Recurso criminal nº 919, Manaus: 1936.

**AMAZONAS**. Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça do Amazonas. Pedido de Liberdade condicional nº 136, Manaus: 1936.

**AMAZONAS**. Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça do Amazonas. Pedido de Liberdade condicional nº 137, Manaus: 1936.

**Fontes oficiais**

**Anais da Assembleia Legislativa do Amazonas, 1935.** Arquivo Público do Estado do Amazonas.

**Mensagem do Governo do Estado do Amazonas, 1936.** Arquivo Público do Estado do Amazonas.

**Outras**

**Relatório da Direção do Centro Proletário Amazonense (CPA), Amazonas, 1934.** Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça do Amazonas (ArquiTJAM).

## REFERÊNCIAS

AARÃO REIS FILHO, Daniel. **Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Brasileiros na Guerra Civil Espanhola: combatentes na luta contra o fascismo. **Revista de Sociologia e Política**, n. 12, p. 35-66, jul. 1999.

ALVES, Hosenildo Gato. **Imprensa e Poder: A Propaganda Varguista na Imprensa Amazonense (1937-1945)**. 208f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, 2009.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: **Enciclopédia Einaudi (Anthropos-homem)**, Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1985. p. 296-332.

BALDI, Carlo. Estado de Sítio. In: BOBBIO, Norberto (Org.) **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 1986. p. 412-415.

BELLIGNI, Silvano. Extremismo. In: BOBBIO, Norberto (Org.) **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 1986. p. 457-459.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília et al. (Orgs). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 29-46.

BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias: vultos do passado**. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1969.

BONET, Luciano. Anticomunismo. In: BOBBIO, Norberto (Org.) **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 1986. p. 34-35.

BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BRASIL. **Lei nº 38, de 4 de abril de 1935**. Lei de Segurança Nacional. Rio de Janeiro, DF, ago 2018. <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html>> Acesso em: 19-03-2018.

BRASIL. **Decreto 229, de 11 de julho de 1935**. Ordena o fechamento, em todo o território nacional, dos núcleos da Aliança Nacional Libertadora. Rio de Janeiro, DF, ago 2018. <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24776-14-julho-1934-498265-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 05/10/2018.

BRASIL. **Decreto 24.776, de 14 de julho de 1934**. Regula a liberdade de imprensa e dá outras providências. Rio de Janeiro, DF: ago 2018. <



<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24776-14-julho-1934-498265-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 05/10/2018.

BRASIL. **Decreto 19.770, de 19 de março de 1931.** Regula a sindicalização das classes patronais e operárias e dá outras providências. Rio de Janeiro, DF, ago 2018. Disponível em: <[www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19770-19-marco-1931-526722publicacaooriginal-1-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19770-19-marco-1931-526722publicacaooriginal-1-pe.html)> Acesso em 15 ago. 2018.

BRASIL. **Decreto 24.694, de 12 de julho de 1934.** Dispõe sobre os sindicatos profissionais. Rio de Janeiro, DF, ago 2018. Disponível em: <[www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24694-12-julho-1934-526841-publicacaooriginal-1-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24694-12-julho-1934-526841-publicacaooriginal-1-pe.html)> Acesso em 15 ago. 2018.

BRASIL. **Decreto n. 229, de 11 de julho de 1935.** Ordena o fechamento, em todo o território nacional, dos núcleos da “Aliança Nacional Libertadora”. Rio de Janeiro, DF, ago 2018. Disponível em: <[www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-229-11-julho-1935-518037-publicacaooriginal-1-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-229-11-julho-1935-518037-publicacaooriginal-1-pe.html)> Acesso em 15 ago. 2018.

CANALE, Dario. A Internacional Comunista e o Brasil (1920-1935). In: TAVARES, José Nilo (org.). **Novembro de 1935: meio século depois.** Petrópolis-Rio de Janeiro: Vozes, 1985, p. 94-142.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lúcia. **O Bravo Matutino Imprensa e ideologia:** o jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980.

CARONE, Edgar. **Revoluções do Brasil contemporâneo (1922- 1938).** 2. ed. São Paulo: Difel, 1975.

CAVALCANTI, Bartolomeu. A revolução frustrada: o levante comunista de 1935 em Pernambuco. **CLIO**, série História do Nordeste (UFPE), v. 4, [sem página], 2010.

CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros:** discurso e práxis de seus programas. 3. Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim:** o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 2. ed. Campinas-São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

CHARTIER. Roger Chartier. **A História Cultural:** entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1988.

COSTA, Homero. **A insurreição comunista de 1935- Natal:** o primeiro ato da tragédia. Natal, RN: EDUFRN, 2015.

COSTA, Maria das Graças Pinheiro. **O direito à educação no Amazonas (1933- 1935)**. 2001. 325 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2001.

DASSÚ, Marta. “Frente única e Frente popular: o VII Congresso da Internacional Comunista”. *In*: HOBBSAWM, Eric J. (org). **História do Marxismo**, v. 6. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985. p. 293-329.

DE LUCA, Tânia Regina. História dos nos, por meio de periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

DULLES, John W. Foster. **Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

DULLES, John W. Foster. **O Comunismo no Brasil (1935-1945)**: repressão em meio ao cataclismo mundial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. A estrutura organizacional da Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo. **Diálogos**, v. 15, n. 2, p. 293-309, maio-ago. 2011.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1975.

FERREIRA, Lúcia Marina Puga. **André Vidal de Araújo**: pensamento social e sociologia. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia), Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2002.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. **A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Ângela de Castro. Introdução. *In*:\_\_\_\_\_ (Coord.). **Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 23-39.

GOMES, Ângela de Castro. A representação de classes na Constituinte de 1934. *In*:\_\_\_\_\_ (Coord.). **Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 429-487

GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciários. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tania Regina (Orgs.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 119-139.

HILTON, Stanley. **A rebelião vermelha**. Rio de Janeiro: Record, 1986.

HOBSBAWN, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

LEVINE, Robert M. **O regime de Vargas 1934-1938: os anos críticos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

LIMA, Vivaldo. **O invento de Julio Moura**. Manaus: Phenix, 1931.

MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo (do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo)**. 8. ed. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2017. p. 39-61.

MEDEIROS FILHO, João. **82 horas de subversão** (Intentona Comunista de 1935 no Rio Grande do Norte). Rio Grande do Norte: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1980.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. *In*: \_\_\_\_\_. (Org). **Culturas políticas na História: novos estudos**. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 2000. 315 f. Tese (Doutorado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, FAPESP, 2002.

PANDOLFI, Dulce Chaves. A trajetória do Norte: uma tentativa de Ascenso político. *In*: GOMES, Angela de Castro (Coord.). **Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 341-425.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertas do regime. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo (do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo)**. 8. ed. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2017. p. 13-37.

PESSOA, A. B. **Pequenos construtores da Nação: disciplinarização da infância na cidade de Manaus (1930-1945)**. 2018. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

PIO JUNIOR, Amauri Oliveira. **O trabalhismo no Amazonas: o periódico Tribuna Popular como instrumento de “orientação das hostes trabalhistas”**. 2015. 124 f. Dissertação (Mestrado

em História). Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, 2015.

PRESTE, Anita Leocadia. 70 anos Aliança Nacional Libertadora (ANL). **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. XXXI, n. I, p. 101-120, 2005.

PRESTE, Anita Leocadia. **A Coluna Prestes**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

PRESTES, Luiz Carlos. Por um governo popular, nacional, revolucionário. *In*: BASTOS, Abgwar. **Prestes e a Revolução Social**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 262-270.

PONS, Silvio. **A revolução global: história do comunismo internacional (1917-1991)**. Tradução: Luiz Sérgio Henriques. 1.ed. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2014. 576p.

RÉMOND, René. **Por uma História política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIBEIRO, Eneida Ramos. **Ribeiro Júnior, Redentor do Amazonas: memórias**. Manaus: Norma Editora, 2016.

RIBEIRO, Priscila Daniele Tavares. **Do Burgo Podre ao Leão do Norte: o Jornal do Commercio e a modernidade em Manaus (1904-1914)**. 2014. 133 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Amazonas, 2014.

RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)**. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2003.

RODRIGUES, Magaiver Luiz Pinheiro. **Pelo Integralismo no Pará (1934-1937)**. (Monografia, Escola Superior Madre Celeste (Esmac)), 2009.

ROMERO SALVADÓ, Francisco J. **A Guerra Civil Espanhola**. Tradução por Bárbara Duarte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

SANTOS, Eloína Monteiro dos. **A Rebelião de 1924 em Manaus**. 3. ed. Manaus: Editora Valer, 2001.

SANTOS, Eloína Monteiro dos. **Uma liderança política cabocla: Álvaro Maia**. Manaus: Edua, 1997.

SILVA, Carla Luciana. **Onda Vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

SILVA, Hélio. **1935: a revolta vermelha**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A Intentona Comunista de 1935**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

TAVARES, José Nilo. 1935: reavaliação de análise. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Novembro de 1935: meio século depois**. Petrópolis-Rio de Janeiro: Vozes, 1985, p. 39-91.

Vargas, Getúlio Dorneles. Discurso do dia 1 de janeiro de 1936. In: D'ARAUJO, Maria Celina. **Getúlio Vargas, perfil parlamentar**. Brasília: Câmara dos Deputados, edições Câmara, 2011a. p. 347-352.

Vargas, Getúlio Dorneles. Discurso do dia 10 de novembro de 1937. In: D'ARAUJO, Maria Celina. **Getúlio Vargas, perfil parlamentar**. Brasília: Câmara dos Deputados, edições Câmara, 2011b. p. 358-367.

VIANA, Francisco. O dia que o trem da história atrasou ou a armadilha de 1935. In: TAVARES, José Nilo (org.). **Novembro de 1935: meio século depois**. Petrópolis-Rio de Janeiro: Vozes, 1985, p. 13- 36.

VIANNA, Marly de A. G. **Revolucionários de 1935: sonho e realidade**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

## ANEXOS

**Julio Vianna Barbosa:** Fundador e presidente do Centro Proletário Amazonense (CPA) (1934); 1º presidente do núcleo da ANL Amazonas. (Tribuna Popular, 14 out. 1934)



**Lourenço da Silva Braga :** Presidente da U. B. Taifeiro-Marítimo (1934); Conselheiro do núcleo da ANL Amazonas (1935). (Tribuna Popular, 14 out. 1934)



**Antonio de Vasconcellos:** Diretor Político do periódico Tribuna Popular e Deputado Estadual (PTA/PPA). (Tribuna Popular, 14 out. 1934)



**Octavio Camara:** Secretário Geral do Sindicato dos Gráficos (1934); 2º Secretário do núcleo da ANL Amazonas (1935). (Tribuna Popular, 14 out. 1934)



**Jayme Pereira: Chefe Provincial da AIB Amazonas (1937). (Cabocla, 1936).**



**Átila Sayol de Sá Peixoto: Secretário de propaganda (1935) e Chefe Provincial da AIB Amazonas (1936). (Cabocla, 1936).**



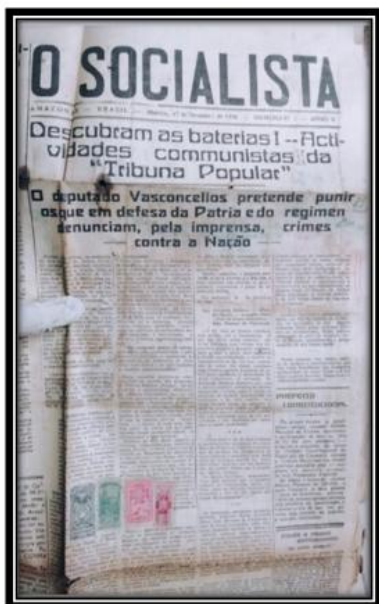
**Sede da AIB em Manaus (1936). (Cabocla, 1936).**



**Desfile integralista na Semana da Pátria (1936). (Cabocla, 1936).**



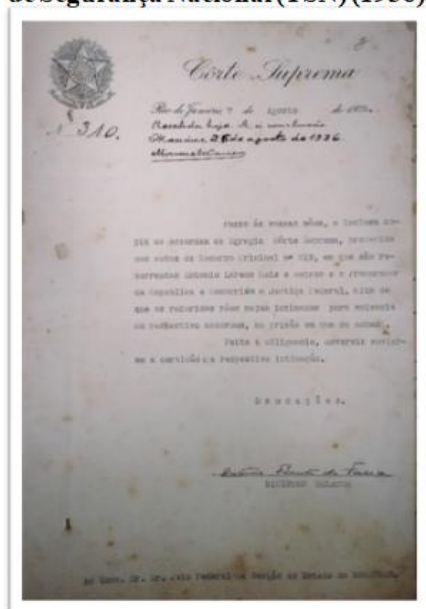
**Jornal O Socialista: Órgão do Partido Socialista Amazonense (PSA). Edição do dia 17 de dezembro de 1936.**



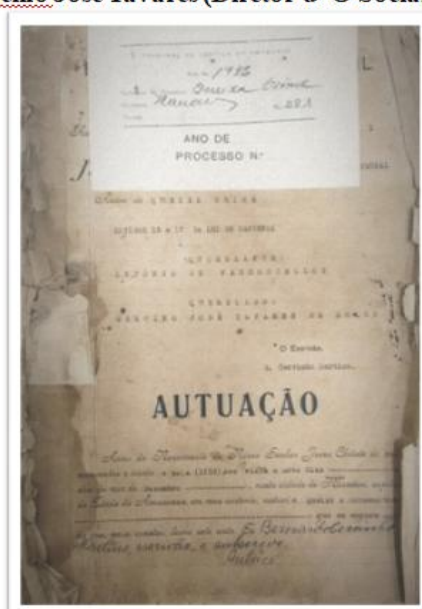
**Jornal Tribuna Popular: Órgão do Partido Trabalhista Amazonense. Edição do dia 14 de outubro de 1934.**



**Recurso criminal N° 919, proveniente do Tribunal de Segurança Nacional (TSN) (1936).**



**Queixa-crime N° 281, movido por Antonio de Vasconcellos (Diretor d'Tribuna Popular) contra Gercino José Tavares (Diretor d' O Socialista).**

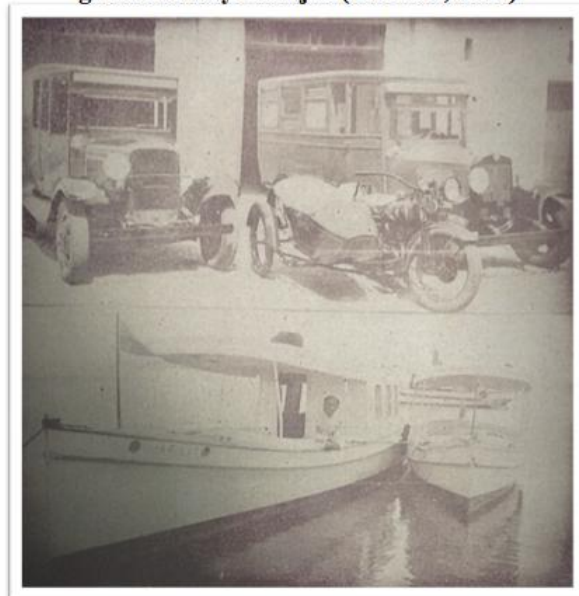




**Ruy Araújo: Chefe de Polícia , Responsável pela criação da Delegacia de Segurança Política e Social no Amazonas. (Cabocla, 1937).**



**Carros-celulares (viatura) e motocicletas (com side-car) adquiridos e lanchas (reformadas) na gestão de Ruy Araújo. (Cabocla, 1937)**



**Guarda Civil da cidade de Manaus. (Cabocla, 1937).**



**Guarda Noturna da cidade de Manaus, criada durante a gestão de Ruy Araújo. (Cabocla, 1937).**

**Álvaro Botelho Maia.**  
(Victoria Regia, 1937)



**Luiz Tirelle.**  
(O Jornal, 1936).



**Alfredo Augusto Ribeiro Junior.**  
(O Jornal, 1936).



**Plínio Salgado, líder nacional da AIB.**  
(O Jornal, 1935)



**Luiz Carlos Prestes, presidente de honra da ANL.**  
(O Jornal, 1935)



**Getúlio Vargas, presidente do Brasil.**  
(O Jornal, 1935)



**Caricatura de Benito Mussolini.**  
**(O Jornal, 1935)**



**Caricatura de Joseph Stálin.**  
**(O Jornal, 1935).**



**Adolf Hitler:**  
**(O Jornal, 1935).**

